

Marcus Vinicius Dantas de Queiroz

Marcus Vinicius Dantas de Queiroz

# Quem te vê não te conhece mais: ARQUITETURA E CIDADE DE CAMPINA GRANDE EM TRANSFORMAÇÃO (1930-1950)

EESC-USP  
2008



Quem te vê não te conhece mais:  
ARQUITETURA E CIDADE DE CAMPINA GRANDE EM TRANSFORMAÇÃO (1930-1950)

MESTRADO  
EESC-USP  
2008

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



# Quem te vê não te conhece mais:

ARQUITETURA E CIDADE DE CAMPINA GRANDE EM TRANSFORMAÇÃO (1930-1950)

**Orientadora:** Profa. Dra. Maria Ângela P. C. S. Bortolucci

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.

Área de concentração: Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo.

São Carlos, junho de 2008.

Apoio: **FAPESP** – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Tratamento  
da Informação do Serviço de Biblioteca – EESC/USP

Q3q

Queiroz, Marcus Vinicius Dantas de  
Quem te vê não te conhece mais : arquitetura e cidade  
de Campina Grande em transformação (1930-1950) / Marcus  
Vinicius Dantas de Queiroz ; orientadora Maria Ângela  
P.C.S. Bortolucci. -- São Carlos, 2008.


Dissertação (Mestrado-Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração Teoria e  
História da Arquitetura e do Urbanismo) -- Escola de  
Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo,  
2008.

1. Transformações urbanas. 2. Arquitetura. 3. Campina  
Grande (PB). I. Título.

**FOLHA DE JULGAMENTO**

Candidato: Arquiteto e Urbanista **MARCUS VINICIUS DANTAS DE QUEIROZ**

Dissertação defendida e julgada em 12/08/2008 perante a Comissão Julgadora:




APROVADO

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **MARIA ANGELA PEREIRA DE CASTRO E SILVA BORTOLUCCI**

**(Orientadora)**

(Escola de Engenharia de São Carlos/USP)



Aprovado

Prof.<sup>a</sup> Associada **TELMA DE BARROS CORREIA**

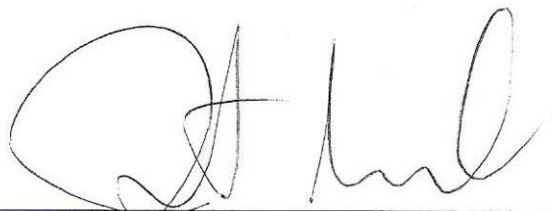
(Escola de Engenharia de São Carlos/USP)



APROVADO

Prof.<sup>a</sup> Associada **MARIA LUCIA BRESSAN PINHEIRO**

(Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP)



Prof. Tit. **RENATO LUIZ SOBRAL ANELLI**

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo



Prof. Associado **GERALDO ROBERTO MARTINS DA COSTA**

Presidente da Comissão da Pós-Graduação da EESC



Aos meus pais, irmãos e sobrinhos.  
À minha Campina Grande.





## **Agradecimentos**

Do início deste trabalho, em fins de 2004, ainda no processo seletivo do mestrado, até o instante no qual escrevo essas linhas, muitos foram os momentos de indefinição, dúvida, angústia, alegria, limitação, descoberta, frustração, crescimento, satisfação, insatisfação e recompensa. A cada vivência, uma lição, acredito que um passo à frente. Foram experiências vividas, possibilitadas e compartilhadas entre amigos, familiares, professores e desconhecidos, os quais, muitas vezes sem compreender bem o que eu estava fazendo, foram capazes de grandes gestos. A todos, meus mais sinceros agradecimentos. Em especial, destaco:

A professora Dra. Maria Ângela Bortolucci, por sua orientação sempre presente, dedicada e atenciosa; por uma relação orientador/orientando generosa, simples e com a liberdade devida. Mais do que ser entendido como pesquisador, senti-me compreendido como pessoa. Muito obrigado!

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelos apoios financeiro e institucional que me permitiram dedicação exclusiva ao trabalho. Sem estes, os resultados aqui apresentados certamente seriam outros. Agradeço, também, as palavras de apoio e incentivo de seu parecerista.

As professoras Dra. Maria Lúcia Bressan Pinheiro e Dra. Telma de Barros Correia, pelas importantes contribuições no exame de qualificação e na defesa, decisivas para o amadurecimento e a finalização do trabalho.

A amiga e professora Dra. Nelci Tinem, sempre presente, a quem devo os primeiros passos desse caminho.

Os professores e funcionários do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da EESC-USP, pela recepção, ensinamentos e atenção (Carlos Martins, Sarah Feldman, Cibele Rizek, Miguel Buzzar, Marcelo Tramontano, Marcelo Celestini, Geraldo, Sérgio, Fátima, Oswaldo).

O carinho, a dedicação e a eficiência dispensados pelos funcionários de cada biblioteca, repartição pública e arquivo visitado: Museu Histórico de Campina Grande (Fátima, em especial), Arquivo Público Municipal de Campina Grande (Dona Esmeralda, Ronaldo, Lourdes, Carminha), Secretaria de Obras e Serviços Urbanos da PMCG (Mônica), Secretaria de Planejamento da PMCG (Jackeline, Pinóquio, Diego, Valéria, Anselmo, Arlene, Verônica, Geraldino Duda), SEDHIR-UFCG (Wellington), LAEL-UFCG, Biblioteca Átila de Almeida da UEPB (Marlene), Biblioteca Central da UFCG, DTO (Seu Aldo), Biblioteca Municipal de Campina Grande, arquivo da Câmara de Vereadores de Campina Grande, Cadastro Imobiliário da PMCG (Dona Zarah), Associação Comercial de Campina Grande, arquivo da Fundação Espaço Cultural, Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, Biblioteca Nacional e bibliotecas da EESC/USP e da UFSCar.

Fúlvio, companheiro de apartamento e de histórias ao longo dos dois anos de estadia nas terras são-carlenses, pelo inabalável equilíbrio na difícil tarefa de dividir, cotidianamente, o espaço do morar. Sales, George e Fernando Atique (vizinho de início de mestrado), pelos ouvidos, conversas, livros, conselhos, materiais cedidos, companhias, lições e amizades construídas. Aprendi muito com esses três.

Luciana, Vladimir, Michele, Mateus, Preta, Valéria, Camila, Ana Barbosa e demais colegas do grupo de pesquisa da professora Ângela, pela recepção, colaboração, debates e trocas de idéias.

Os colegas e amigos conquistados na EESC-USP, que sempre se fizeram presentes: Débora, Paula, Caliane, Thais (a louca), Cecília, Wanessa, Rodrigo Firmino, Juliano Cecílio, Ingrid, Karina, Mayara, Carol, Marcos, Olívia, Albenise...

Os professores Dr. Fábio Gutemberg e Dr. Severino Cabral Filho, Chyara Advíncula e Paulo Matias pelos materiais cedidos, conversas e indicações. Aqui, vale lamentar o prematuro falecimento do professor Fábio, principal referência para o meu trabalho.

Juliano, pelo abstract e por ter me ensinado muito sobre como ser um pesquisador. Essa pesquisa teve início em 2003, quando juntos desenvolvemos, ainda na graduação, um trabalho sobre a Campina Grande das primeiras três décadas do século XX.

Mariana, por toda colaboração no processo seletivo do mestrado e pelas conversas posteriores. Fabiano, pela amizade, compreensão, presteza e pelos planos profissionais adiados. Mirella, Henrique, Joab, Vanessa e Fabrícia pela paciência comigo. Lilian, amiga das poucas, que, juntamente com sua mãe (Dona Maristela) e irmã (Lu), transformou a sua casa, em São Paulo, em minha casa.

Os colegas dos cursos de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de João Pessoa e da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Campina Grande, pela recepção atenciosa, oportunidade e compreensão nesse fim de trabalho. Em especial, Amélia, Patrícia, Miriam, Mércia, Raglan e Constância.

A minha família (pai – em memória – mãe, irmãos, sobrinhos, cunhadas, tios, primos e avó), pelo apoio, esperas e ausências; pelos sentimentos de chegada e de partida, pelas encomendas despachadas, pelas saudades sentidas. Mesmo longe, sempre estive em Campina Grande.

Campina Grande, São João de 2008.

<b>Resumo / Abstract</b>	<b>12</b>
<b>Quem te viu....</b>	<b>14</b>
<b>1. Campina en(Grande)cida: a cidade em 1930</b>	<b>20</b>
Cidade dinheiro. Cidade commercio. Cidade industria. Cidade rythmo	22
Cidade "como nos tempos medievais"	38
Construções "acanhadas e sem o menor gosto arquitetônico"	58
<b>2. Do ar e da água, da rua à alcova: a higiene (des)construindo a cidade</b>	<b>80</b>
Tudo se tolera em subúrbio, não no centro de uma cidade como a nossa	82
Os serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos	101
Construções com ar, luz, água e esgoto	121
<b>3. Redefinindo fluxos e estéticas: a paisagem renovada</b>	<b>154</b>
Debates e ações para a reestruturação do traçado urbano	156
A estética das construções definindo a cidade	179
Estilo Moderno, Feição Moderna, Tipo Moderno: arquiteturas da modernidade	207
<b>... e quem te vê não te conhece mais</b>	<b>236</b>
<b>Referências</b>	<b>240</b>



## Resumo

Estuda as *transformações no urbano e na arquitetura da cidade de Campina Grande*, interior do Estado da Paraíba, entre os anos de 1930 e 1950. A partir de levantamento de fontes primárias, investiga como discursos e práticas de circulação nacional e internacional aportaram, repercutiram e foram apropriados no município. O intuito é compreender como as investidas do poder público e da iniciativa privada, alicerçadas nos debates médicos e técnicos da época, romperam com formas anteriores de produção e uso da cidade e do edifício, instaurando novas estéticas, sensibilidades e rotinas para circular, habitar e gerenciar as necessidades do corpo. Inicialmente, analisa a cidade à luz dos 1930, como se configuraram sua modernidade e suas formas, usos, edifícios e infra-estrutura ao longo do tempo. Em seguida, estuda como os discursos e as práticas higienistas ordenaram o cotidiano e os espaços da cidade, redefinindo suas apropriações e paisagens. Por fim, examina as ações que adaptaram a *arquitetura* e a antiga estrutura urbana campinense a novos padrões estéticos e de circulação viária.

**Palavras-chave:** Transformações urbanas. Arquitetura. Campina Grande (PB).

## Abstract

Studies the changes in architecture and urban spaces, in the city of Campina Grande (State of Paraíba), between the 1930s and 1950s. Using primary sources, researches how practices and speeches that had worldwide and nationwide circulation reached the city, how they were thought of, and how they were internalized by population. The aim is to understand how public and private attempts, based on medical and technical discussion of the time, departed from previous forms of production and use of the city and its buildings, and how these attempts introduced new aesthetics, sensitivities and habits in circulating, living and dealing with body needs. Initially, analyzes how modern shapes, uses, buildings and facilities rose in the city during the 1930s. Then, studies how hygienist speeches and practices disciplined daily life and urban spaces, redefining its uses and landscapes. Finally, examines the efforts in order to adapt ancient architecture and urban structure to new aesthetics and traffic standards.

**Key-words:** Urban transformation. Architecture. Campina Grande (PB).



## Quem te viu...

Viaduto facilitará tráfego e embelezará Centro de CG. (*Diário da Borborema*, 18 jun. 2006)

É qualquer coisa de espetacular entrar em Campina à noite e vislumbrar o viaduto iluminado. Essa sensação maravilhosa é sentida por todos que passam por lá. Sem dúvida, o viaduto é um referencial de beleza, modernidade e arrojo na paisagem urbana campinense. (*Jornal da Paraíba*, 4 set. 2007)

**Moralidade.** A coluna ouviu comentários que é possível que o Ministério Público já tenha notificado o proprietário do bar Donas da Noite, determinando o prazo para que o estabelecimento seja desativado. Daqui ficamos torcendo para que tudo isso seja verdade e a paz e o respeito sejam restabelecidos no bairro da Prata. (*Jornal da Paraíba*, 1 set. 2007)

De acordo com dados do Censo Demográfico 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos 849.378 domicílios particulares permanentes existentes na Paraíba, 159.082 não têm banheiro. [...] esta realidade não é privilégio apenas do interior ou da zona rural, ela está presente em todas as mesorregiões e microrregiões do Estado. (*Jornal da Paraíba*, 24 abr. 2008)

**PROGRESSO, MODERNIDADE e BELEZA**, foram essas as palavras impressas nos tapumes que cercavam as obras do aclamado primeiro e milionário viaduto do município de Campina Grande, interior da Paraíba, inaugurado em outubro de 2007. Suspenso por escultórico conjunto de cabos de aço, dotado de iluminação cenográfica especial, imediatamente transformado em cartão postal da cidade do século XXI, o elevado foi erguido, no centro urbano campinense, ao som de inflamadas celebrações à engenharia e à arquitetura contemporâneas. Além da clara intenção de deixar para a posteridade as marcas da administração pública que o construiu, o seu papel era o de solucionar todos os problemas que um viaduto desse tipo pode se propor a resolver, menos o do tráfego viário. Quando observamos sua ociosidade e suas desconcertantes incoerências, fica-nos evidente que a concretização de tal empreitada se legitimou mais por seus significados e pelos discursos em volta do tema do que por sua real necessidade. Servindo a poucos, a obra foi bradada pelas imprensas oficial e submissa como de importância para todos. Muitos que não têm carro, outros que nem banheiro em casa têm e talvez usuários e prostitutas do indesejado e "imoral" bar Donas da Noite, expulso do "elegante" bairro da Prata, apropriaram-se do discurso.

O viaduto, incoerente, mas iluminado e suspenso por seus cabos de aço, não se faz compreender por sua utilidade viária, de circulação urbana. Ele só faz sentido quando o interpretamos a partir dos significados que lhe foram atribuídos. Com a obra, desejava-se que Campina Grande fosse elevada à categoria de cidade civilizada, moderna, progressista e bela, tal como já anunciava as mensagens escritas nos tapumes. Queria-se uma aproximação com o caos, com as resoluções e com as imagens dos grandes centros urbanos, mesmo que de maneira descompassada e anacrônica. Almejava-se, enfim, uma Campina Grande "melhorada". Para tal ação, podemos nos valer do



conceito que Bresciani (2001b) estabelece para a palavra *melhoramentos*, no contexto das intervenções empreendidas na cidade de São Paulo entre os anos 1850 e 1950. De acordo com a autora, o termo refere-se a

objetos concretos, projeções de intervenção e/ou obras realizáveis, que pela dimensão imagética desenhada ou sugerida pela linguagem são capazes de provocar em quem escuta, lê ou vê o sentimento de serem partícipes (ou de estarem excluídos) de uma ação coletiva orientada no sentido de um modelo ideal de cidade moderna, imagem essa que não se imobiliza numa dada representação, mas se desloca constantemente, acompanhando os sucessivos deslocamentos nas concepções de cidade ideal (BRESCIANI, 2001b).

Tais deslocamentos vinculam-se a um conceito de modernização intimamente ligado à idéia de progresso, de ir adiante. Para Capel (2006, p.9), a palavra *moderno* expressa a aceitação de que a sociedade pode melhorar e se superar, sempre em relação a outro estado anterior considerado de menor evolução. Expressa sempre uma relação entre passado e presente, assim como uma idéia de futuro. Supõe, ainda, certa desvalorização do anterior e o reconhecimento de que é possível e bom mudar e melhorar, algo nem sempre aceito por toda sociedade (CAPEL, 2006, p.9). Dessa forma, o viaduto de Campina Grande, assim como a nova ponte atirantada erguida sobre o rio Pinheiros, na capital paulista, representa a concretização dos anseios de parte da sociedade em pertencer a modelos urbanos considerados avançados, modernos e civilizados, em contraposição a uma imagem cidadina julgada como desatualizada, digamos assim. Elevando a auto-estima dos entusiastas campinenses, os cabos de aço que erguem o viaduto não conseguem sustentar a fragilidade de uma modernização calcada nos seus resultados visuais. Enquanto uma iluminação cênica põe em evidência o tom escultórico da obra, ações moralistas contra as prostitutas e a reprodução de habitações precárias, sem banheiro e com poucas condições de asseio, são feitas fora dos holofotes. O preocupante é o grau de anacronismo presente em tais discursos e empreitadas, assim como é preocupante a permanência das mesmas questões por quase cem anos.

Pois é essa condição pretérita o assunto desse trabalho, quando, entre as décadas de 1930 e 1940, Campina Grande passou pela intensificação de um processo de reformulação urbana pautado nos ideais de higiene, circulação e embelezamento, alicerçado no mesmo lema positivo de **PROGRESSO, MODERNIDADE e BELEZA** que ainda hoje guia as intervenções sobre o município. Atreladas a um contexto maior de modernização das cidades brasileiras, intensificado no final do século XIX, as iniciativas tiveram como intuito resolver uma série de questões surgidas ou agravadas com o rápido crescimento do município a partir do dinamismo econômico verificado em princípios do século XX, intensificado com a instalação da ferrovia, em 1907: adensamento demográfico, insalubridade de ruas e moradias, problemas de abastecimento de água e coleta dos esgotos, mistura de usos e funções, reprodução de habitações precárias, vias

incompatíveis com as novas velocidades e necessidades de circulação dos transportes mecanizados.

Tudo isso, aliado à permanência de personagens, hábitos e usos da rua e da casa ainda de heranças coloniais, concorreu para a construção de uma imagem dita arcaica, incivilizada, inestética, de arquitetura pobre. Os olhares médicos, técnicos e estéticos de letrados locais passaram a reclamar uma cidade sadia, arejada, arborizada, com belas casas e edifícios, descongestionada, fluida para o movimento do ar e da água, das mercadorias, pessoas e veículos. Desejava-se uma cidade para forasteiro ver e apreciar, que espelhasse os surtos econômico e civilizador instaurados no interior nordestino. Dentro desse espírito, as décadas de 1930 e 1940 assistiram a grandes transformações na paisagem urbana campinense, responsáveis pela instituição de novas formas de se viver nessa cidade, e de se estar excluído também. Ruas foram alinhadas, reticuladas, drenadas, pavimentadas e arborizadas; avenidas foram abertas, usos e classes sociais separados, foram instalados serviços mecanizados de abastecimento de água e coleta de esgoto. O antigo conjunto arquitetônico das áreas centrais foi, em boa parte, colocado abaixo para o surgimento de novos edifícios, os recentes subúrbios abertos trouxeram formas aburguesadas de morar.

As iniciativas alteraram os usos e as formas da cidade, estabeleceram novos cotidianos entre a rua e a casa, entre o edifício e o urbano, entre o público o privado. Contudo, usos e formas passadas, ignorados ou resistentes, sempre encontraram espaços para permanências. Apropriados com maior ou menor intensidade, os preceitos do nascente urbanismo moderno deram as diretrizes para as ações reformistas, ora formuladas por médicos e técnicos locais, ora por profissionais que atuaram ao mesmo tempo em outras regiões do país, como os engenheiros sanitaristas Lourenço Baeta Neves e Saturnino de Brito Filho e o arquiteto e urbanista Nestor Egydio de Figueiredo. Na arquitetura, as práticas nacionais do momento elaboraram os edifícios surgidos em meio a esse processo. Desde o que se convencionou chamar de Art Déco até a vertente nacionalista do Neocolonial, as novas construções vieram imbuídas de todas as indefinições e limitações do que seria a modernização da arquitetura brasileira naquelas primeiras décadas dos noventa. Grande parte dos projetos saiu das pranchetas de desenhistas, engenheiros e arquitetos, alguns com passagem pela Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro.

Permeando tudo isso, tínhamos uma modernidade que não se caracterizou pelas multidões nas ruas, pelos ritmos frenéticos verificados nas grandes cidades européias do século XIX, como Londres e Paris, por pessoas que foram retiradas de pequenos círculos sociais baseados em relações secularmente estáveis e mergulhadas em um cotidiano de grandes quantidades de estímulos nervosos a cada atravessar de rua, com a agitação e

a multiplicidade da vida econômica, ocupacional e social<sup>1</sup>, ou por pessoas que foram lançadas em um ambiente que prometia aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor, e que só atinge a sua verdadeira dimensão na metrópole de milhões de habitantes (BERMAN, 1986). Era uma idéia de moderno que se definiu menos pelos ritmos sociais frenéticos das metrópoles e mais pela absorção de símbolos que se tornaram tradutores dessa modernidade (ARANHA, 2001 e 2005).

Assim, diante do exposto, o objetivo desse trabalho é acompanhar as transformações no urbano e na arquitetura da cidade de Campina Grande entre os anos de 1930 e 1950, procurando investigar como discursos e práticas de circulação nacional e internacional aportaram, repercutiram e foram apropriados em um município do interior brasileiro, dentro de contextos econômico, político e cultural diversos dos vividos pelos grandes centros e pelas demais capitais do país. O intuito é compreender como as investidas alicerçadas nos discursos médicos e técnicos da época romperam com as formas anteriores de produção e uso da cidade e do edifício, instaurando novas estéticas, sensibilidades e rotinas para circular, habitar e gerenciar as necessidades do corpo.

O início do recorte cronológico pretende recuperar Campina Grande às vésperas das intensas intervenções subseqüentes, ainda pouco maculada e fortemente herdeira das suas arquitetura e estrutura urbana do final dos oitocentos e início dos novecentos. O ano de 1930 também marcou o alvorecer de um novo momento político no Brasil e, conseqüentemente, na Paraíba, com a ascensão do grupo revolucionário ao poder. Foi quando Campina Grande passou a gozar de maior prestígio político nas esferas estaduais e federais, condição que viabilizou muitas das empreitadas modernizadoras aqui analisadas. Junta-se a isso o fato de só existir maior número de registros históricos primários por volta de 1930, possibilitando-nos a construção de uma narrativa com menos lacunas. O fim do estudo, em 1950, coincide com a inauguração do novo edifício dos Correios e Telégrafos, episódio que levou à demolição da sua antiga sede para a abertura da praça da Bandeira, dando o aspecto atual do centro campinense e completando o período que nós consideramos como o primeiro ciclo de modernização da cidade.

Para a construção do universo local dos 1930 e 1940, em todas as suas cores, cheiros, sons, tumultos, estranhamentos, conflitos, personagens e materialidades, a nossa pesquisa se alimentou majoritariamente de fontes primárias. Em peregrinação pelos arquivos de Campina Grande e João Pessoa e nas consultas às bibliotecas da Universidade de São Paulo, reunimos mais de quatro mil imagens digitais de documentação da época. São jornais, revistas, crônicas, memórias, mensagens de governo, leis, decretos, depoimentos, impressões de viagens, fotografias, mapas, projetos arquitetônicos e solicitações de

---

<sup>1</sup> Cf. descrições de Simmel (1979), em seu texto *A Metrópole e a Vida Mental*.

licença para construção na cidade que tentam recuperar o pulsar e a inquietação de uma cidade em transformação. Foi um caminho difícil, exaustivo, porém gratificante, o de garimpagem e interpretação de cada fonte localizada. Paralelamente, munimo-nos de trabalhos já produzidos sobre as reformas urbanas campinenses, muitos com enfoques distintos, porém complementares ao nosso estudo: monografias, dissertações, teses, artigos, livros. Todo esse conjunto de informações foi sistematizado, analisado e compreendido via aporte teórico fornecido pela literatura existente sobre o tema, que contemplou situações e conceitos de nosso interesse difundidos no Brasil e em outros países, nunca perdendo de vista as peculiaridades locais.

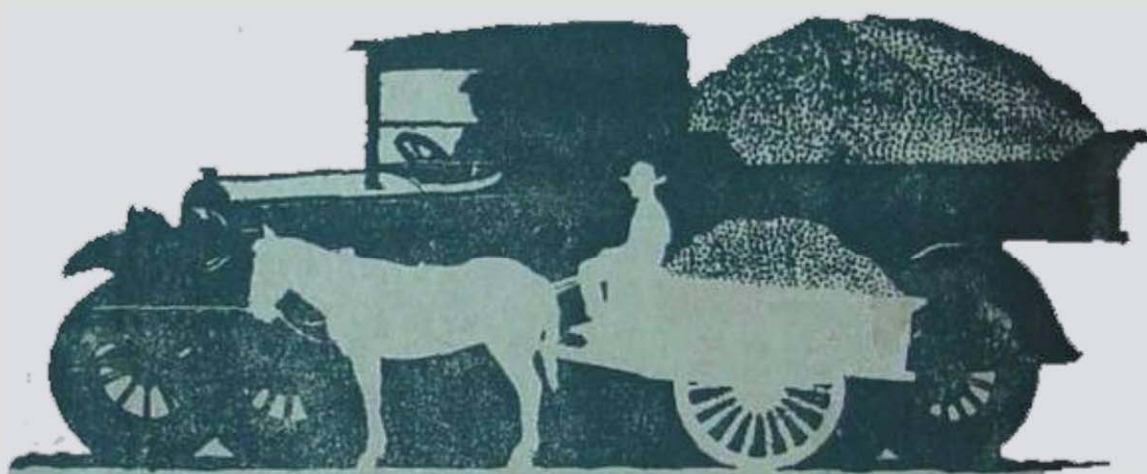
Contudo, de todos os arquivos pesquisados, um nos foi de especiais surpresa e interesse, tanto pelo volume e qualidade do material encontrado quanto pelo que as fontes tinham a nos dizer: foi o Arquivo Público Municipal de Campina Grande (APMCG). Lá, registramos mais de 2.500 imagens digitais de documentação primária. Com escritos datados desde o ano de 1932, o seu acervo possui grande parte dos processos da antiga Diretoria de Obras da cidade, um dos órgãos responsáveis pelo controle das ações reformistas campinenses. Para fins da nossa pesquisa, coletamos nesse arquivo, entre os anos de 1932 e 1955, solicitações de licença para construção, reforma, reconstrução, alinhamento, demolição, higienização e embelezamento de imóveis do município, assim como pedidos para a instalação de fossas e cisternas nos quintais das residências (muitas das solicitações acompanhadas de projetos arquitetônicos). Colhemos, ainda, abaixo-assinados de moradores exigindo melhoramentos para áreas ditas inestéticas e insalubres da cidade e a retirada de depósitos de couro, fábricas e prostitutas do seu centro urbano; relatórios de governo, solicitações para a ligação dos imóveis às redes de água e esgoto da cidade.

Em parte desses pedidos de licença, fomos surpreendidos pelo registro do parecer do fiscal da prefeitura arbitrando sobre questões higiênicas e estéticas das construções, sobre o que era permitido e proibido, citando, para tanto, trechos de legislações da época. O conjunto de informações coletadas nos possibilitou acompanhar o cotidiano das transformações por que passou Campina Grande na primeira metade do século XX, o grau de cumprimento dos decretos governamentais, como as pessoas tentaram se adequar às novas exigências estéticas, higiênicas e de circulação e como as aprovações e vetos (censuras) a projetos arquitetônicos foram determinantes para a renovação da paisagem urbana campinense e para as segregações sócio-espaciais que tal processo gerou. Porém, mais do que investigar as mudanças na esfera pública (ruas, praças, becos, fachadas dos edifícios, relação edificação/lote), o material nos permitiu entrar nas casas das pessoas, conhecer as mudanças ocorridas na esfera privada. Pudemos acompanhar, por exemplo, como era o morar em Campina Grande antes das ações reformistas, como as exigências por ar e luz alteraram as relações edificação/lote e como a ligação das casas às redes mecanizadas de água e esgoto redefiniu espaços e usos

do ambiente doméstico, impondo uma nova cultura do morar e de se relacionar com a cidade. Como define Vaz (1992, p.197) para seu estudo sobre a modernização da capital fluminense, concentramo-nos no processo e não apenas nos resultados.

De tal modo, no capítulo 1 procuramos compreender a cidade à luz dos 1930, como se configuraram sua modernidade, suas formas, usos e infra-estrutura ao longo do tempo; como eram as suas construções, em seus espaços, estéticas, utilizações e diálogos estabelecidos com a cidade; e como as pessoas e todos esses conteúdos urbanos e arquitetônicos se relacionavam e interagiam entre si. No capítulo 2, analisamos como a busca pela higiene esteve no cerne da formação do homem e da cidade modernos. Estudamos como, em Campina Grande, a perseguição por uma cidade salubre, longe das epidemias, ordenou seus espaços e seu cotidiano, redefiniu suas paisagens, introduziu tecnologias para o gerenciamento das suas necessidades, proibiu e estabeleceu práticas para a organização do seu espaço construído.

No capítulo 3, voltamo-nos para os esforços que foram dispensados no sentido de adaptar a arquitetura e a antiga estrutura urbana campinense a novos padrões estéticos e de circulação viária. Investigamos como as necessidades de circulação dos transportes mecanizados e os preceitos no nascente urbanismo moderno permearam as redefinições do seu traçado. Analisamos como o interesse pela multiplicação do solo urbano, apoiado em recentes tecnologias e espelhado em modelos de modernidade que pregavam a verticalização das edificações citadinas, foi responsável pela reconstrução de parte significativa de áreas tradicionais da cidade. Por fim, debruçamo-nos sobre as várias arquiteturas, emergentes em âmbito local, que foram colocadas como modernas.



**Campina en(Grande)cida: a  
cidade em 1930**



## Cidade dinheiro. Cidade commercio. Cidade industria. Cidade rythmo

Em 1905 [...] chegou um cavalheiro em Campina Grande, conduzindo um "gramofone" e alguns discos da "Casa Edison do Rio de Janeiro". Instalou-se no "Bazar Industrial" do senhor João Martins Guimarães. Para ouvir o interessante engenho falante, pagavam-se dois tostões. Foi um espetáculo. A feira toda acorreu para ver e ouvir o "bicho falante" (PIMENTEL, 2001, p.29).

Informam de Paris á "Pall Mall Gazette" que o aeronauta brasileiro Santos Dumont acaba de construir um "Pássaro Voador" e que pretende tentar a travessia do Mar da Mancha [sic] no seu novo aparelho. (Jornal *O Campina Grande*, 21 mar. 1909)

O trem aproxima-se da estação [de Campina Grande] e o nosso Miquillina vendo o tamanho da machina [...], quiz abrir do chambre pelo matto em força, o que a muito custo pude contel-o segurando-o pelo braço. O Miquillina ficou com todos os cabellos estiradinhos, os olhos abugalhados para o trem e forçando para soltar-se de minhas mãos e correr, dizia em voz de um assombrado: -Misericórdia, meu Deus!! Ou que bicho feio e cumprido (GOMES, 1909a).

Desde as grandes cidades européias, como a Paris que assistiu aos vôos inaugurais de Santos Dumont, passando pelas maiores capitais brasileiras, como Rio de Janeiro, Recife e São Paulo, até pequenos municípios do interior do Nordeste do Brasil, como a Campina Grande do início dos novecentos, ficaram atordoados, deslocados, dependentes e simultaneamente encantados com os bichos falantes, os pássaros voadores e os bichos feios e compridos; com os novos tempos, ritmos, espaços e conquistas materiais inseridos nos seus cotidianos a partir das descobertas tecnológicas que impulsionam a Primeira e, principalmente, a Segunda Revolução Industrial (Revolução Científico-Tecnológica). Dentre centenas de outras invenções, foram criados nesse período a máquina a vapor, a locomotiva, a eletricidade, as fontes energéticas derivadas do petróleo, os automóveis, aviões e transatlânticos, o telégrafo, o telefone, a fotografia, o cinema, a radiodifusão, a televisão, vários utensílios domésticos e uma gama de produtos farmacêuticos e alimentícios. A partir dos desdobramentos da Revolução Científico-Tecnológica, em nenhum momento anterior "tantas pessoas foram envolvidas de modo tão completo e tão rápido num processo dramático de transformações de seus hábitos e cotidianos, suas convicções, seus modos de percepção e até seus reflexos instintivos" (SEVCENKO, 1998a, p.7-9)<sup>2</sup>.

Provocadores de tais transformações nos reflexos instintivos do Miquillina, o último acontecimento narrado acima girou em torno dos avanços dos transportes inseridos no contexto de uma cidade fortemente vinculada ao mundo rural, ainda cadenciada pelas paisagens do Brasil colônia. De um lado tínhamos Lino Gomes, o cronista, homem letrado e habituado a "assistir todas as chegadas de trens" na estação campinense da companhia inglesa Great Western Brasil Railway. Do outro, trajando "calças azues, camisa

---

<sup>2</sup> Sobre a II Revolução Industrial e os seus reflexos sobre a economia, a cultura e a sociedade, ver Hobsbawn (1988). Para algumas cidades brasileiras, ver Sevcenko (1992, 1998a e 1998b).



de algodão, pés nas alpercatas e chapéu de couro”, tínhamos José Miquilina, um “rude sertanejo [sic] que nunca tinha visto a locomotiva”. Diante da “machina” pela primeira vez, sua reação foi de medo, desconfiança, estranhamento do desconhecido, hostilidade ao celebrado progresso. Agarrado pelos braços “civilizados”, de que se colocava na benigna função de civilizador, Miquilina foi persuadido das seguranças e vantagens trazidas por um dos símbolos e propulsores, no nosso caso, da modernidade: o trem. Contudo, ao se sentir ameaçado, Miquilina se despreendeu dos braços civilizadores do cronista e, em menos de dois minutos, desapareceu, internando-se num capoeirão que distava da estação uns dois mil metros. O sertanejo não acreditou que fossem inofensivos o progresso, a modernidade e a civilização. Abdicou das suas propaladas seguranças e vantagens e preferiu se proteger, resguardando-se nos ritmos do seu conhecido mundo.

Destino igual não teve Campina Grande. Qualquer tentativa de compreendê-la ao longo do século XX, seja essa análise de caráter econômico, social ou, como é nosso caso, de produção do espaço urbano, passa, necessariamente, pelas novas dinâmicas estabelecidas no cenário local a partir da instalação da ferrovia, em 1907. Até então, o município, originado de um povoado formado no final do século XVII, elevado à categoria de vila em 1790 e à de cidade em 1864, possuía um pequeno núcleo urbano, limitado a 731 edificações distribuídas em volta de quatro largos e de algumas poucas ruas, becos e travessas (CÂMARA, 1947, p.79). Mesmo chegando ao final do século XIX como o principal centro comercial do interior da Província da Paraíba, devido a seu papel de entreposto mercantil entre o litoral e o sertão paraibano, essa posição não distava muito das demais cidades interioranas com certo incremento econômico.

Tomando o fator renda pública municipal como reflexo desse crescimento, assim como faz Aranha (1991, p.55), enquanto que em 1888 a arrecadação de Campina Grande foi de 6:110\$000<sup>3</sup>, a de cidades como Guarabira, Mamanguape e Areia foi de, respectivamente, 4:240\$000, 3:660\$000 e 3:390\$000, ou seja, a renda do município campinense não chegava a ser o dobro da quinta colocada nessa lista. A capital do Estado encabeçava a relação, apresentando renda de 30:700\$000. Com arrecadação cerca de cinco vezes superior que a de Campina Grande, a cidade da Parahyba (atual João Pessoa) ocupava posição hegemônica na economia paraibana, supremacia que podia ser verificada em outras comparações quantitativas entre as duas cidades. No primeiro ano da República (1889), por exemplo, o espaço urbano do município interiorano correspondia a algo em torno de 18% da área urbanizada da capital<sup>4</sup> (CARVALHO e QUEIROZ, 2004, p.13). Em 1907, a população campinense era de 17.041

---

<sup>3</sup> Em contos de réis.

<sup>4</sup> Porcentagem aproximada. O cálculo foi realizado a partir da reconstrução dos mapas das duas cidades para o ano de 1889. Ver Carvalho e Queiroz (2004).

habitantes contra 40.763 habitantes da cidade da Parahyba (nos dois casos, incluindo zonas urbana, rural e distritos)<sup>5</sup>.

A cidade adentrou o século XX conservando “os mesmos comboios de almocreves, o mesmo movimento de boiadas, o mesmo *modus vivendi*, a mesma rotina e os mesmos costumes” dos oitocentos (CÂMARA, 1947, p.50). Seguindo as descrições de Epaminondas Câmara (1943, p.90-94) acerca da paisagem urbana campinense no século XIX, as ruas viviam vazias, ocupadas mais por animais do que por pessoas. Tropas de burros carregavam farinha, rapadura, frutas, água, material de construção, carros de algodão e lenha para todos os lados. As mulheres dificilmente eram vistas nos espaços públicos, “somente homens do comércio, artífices, trabalhadores do eito, alguns escolares etc., apareciam durante a semana”. Nos domingos, “os beiradeiros acotovelavam-se nas calçadas do largo da [Igreja] Matriz e da rua do Seridó [depois rua Maciel Pinheiro], para fazerem compras e, depois, assistirem à missa das nove horas”. A dança era pouco apreciada, “talvez por falta de boa música” e por exigir “agilidade, ritmo, expressão artística, passos figurados em harmonia com a música”. Além do mais, era considerada excomungada, “daí a razão por que poucos pais consentiam suas filhas dançarem”.

Com a valorização do algodão no mercado mundial a partir do século XVIII, fruto da demanda por matéria-prima para a industrialização do setor têxtil europeu, principalmente da Inglaterra, várias áreas do Nordeste passaram a cultivá-lo devido ao seu alto valor comercial (ARANHA, 1991, p.113), intensificando-se com a lacuna aberta no mercado internacional a partir da baixa na produção e na exportação algodoeira norte-americana, atingida pela Guerra da Secessão. Assim, como aponta Galizza (1993, p.27), já em meados do século XIX, enquanto diminuía a rentabilidade do açúcar, o algodão se tornava a principal fonte de renda da Paraíba<sup>6</sup>. Em 1907, a instalação do terminal da ferrovia inglesa Great Western Brasil Railway em Campina Grande viabilizou o escoamento da produção algodoeira do interior paraibano e de parte dos estados vizinhos para os portos da Paraíba e, principalmente, de Pernambuco, que, daí, era destinada para os mercados nacional e internacional, notadamente Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos. A partir de então, a produção, o comércio e o beneficiamento da malvacea ganharam impulso no cenário local, o que levou Campina Grande a se tornar o maior empório desse gênero no Nordeste já na década de 1910 e a superar a arrecadação de impostos de João Pessoa na década de 1940<sup>7</sup> (GALIZZA, 1993 e ARANHA, 1991). O algodão transformou-se no esteio da economia campinense e, conseqüentemente, contribuiu

---

<sup>5</sup> Segundo o Censo do IBGE de 1907, naquele momento oito municípios do interior do Estado possuíam população superior que a de Campina Grande: Alagoa Grande (17.451), Santa Rita (18.016), Itabayanna (18.080), Patos (18.655), Bananeiras (26.413), Areia (27.285), São João do Cariry (27.982) e Guarabira (44.301), que tinha população maior que a da capital. Aqui também incluindo zonas urbana, rural e distritos. Informações em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) (Estatísticas do século XX).

<sup>6</sup> No seu discurso de posse, em 1935, o Interventor Argemiro de Figueiredo afirmou que 80% da receita pública estadual vinha da cultura algodoeira (SYLVESTRE, 1993, p.178).

<sup>7</sup> Em 1941, por exemplo, a arrecadação estadual de Campina Grande foi de 11.657.000,00 e a de João Pessoa foi de 6.354.000,00 (em cruzeiros). Dados de Câmara (1947). Ver tabela com todos os dados organizados em Aranha (1991, p.189).

para sua a elevação e consolidação como maior entreposto comercial do interior nordestino. Na velocidade dos transportes mecânicos e nos rastros de mais um ciclo agrário-exportador, teve início um dos mais expressivos ciclos econômicos da cidade<sup>8</sup>.

Quando o algodão tornou-se a principal fonte de renda do Estado, efetuou-se o deslocamento do poder oligárquico da zona litorânea para o Sertão, isto é, da área canavieira para o complexo algodoeiro-pecuário. Começou, então, a integração do Sertão no sistema político nacional e na renda econômica internacional. Os latifundiários, sentindo as possibilidades lucrativas que o algodão proporcionava, transferiram capitais da fazenda para os empreendimentos comerciais e industriais. As firmas exportadoras da Capital e de Campina Grande proliferaram e os melhoramentos urbanos se intensificaram. O crescente mercado algodoeiro exigiu empresas industriais, uma vez que precisava ser beneficiado para ser comercializado. Também, na esteira do surto de exportação do algodão, foi criada a indústria de fiação e tecelagem, uma das mais importantes empresas de transformação agrícola (GALIZZA, 1993, p.194).

Dessa forma, foi no meio urbano que as negociações e o beneficiamento do algodão ganharam espaço, o que acabou contribuindo para o fortalecimento “de setores tipicamente citadinos, constituídos por comerciantes, industriais, profissionais liberais e pequeno operariado” (GALIZZA, 1993, p.21). No caso de Campina Grande, isso levou a um vertiginoso processo de incrementos populacional e, conseqüentemente, urbano, provocando a formação de uma classe de novos ricos<sup>9</sup> e a multiplicação de uma maioria já pobre. Em 1937, o jornal *A Voz da Borborema* enumerou três elementos que contribuíram para o “surto evolutivo” da cidade: “o nativo, o naturalizado, o adventício” (CIDADE QUE..., 1937)<sup>10</sup>. Em 1940, impressionava a expansão física ocorrida em pouco mais de trinta anos. A sua população saltou de 17.041 habitantes, em 1907, para 126.443 habitantes, em 1940, ultrapassando a da capital a partir de então, que contava com 95.386 habitantes nesse último ano (todos esses números incluem zonas urbana, rural e distritos).

No mesmo intervalo de tempo, o número de edificações urbanas campinenses pulou de 731 para 8.662 prédios, e já eram 17.240 em 1954. Em 1950, fim do nosso recorte cronológico, Campina Grande já era habitada por 173.206 pessoas (ocupando a 19ª posição na lista dos *municípios* mais populosos do Brasil), enquanto João Pessoa possuía 119.326 habitantes (32ª posição da mesma lista). Contudo, segundo dados do IBGE, em nenhum momento do nosso período de estudo, e nem depois, a população da zona urbana de Campina Grande superou a da capital. Em 1940, por exemplo, enquanto a zona urbana campinense contabilizava 34.343 habitantes e 8.662 prédios, a de João

---

<sup>8</sup> Sobre a cultura algodoeira em Campina Grande, ver também Silva (1985 e 2000) e Gonçalves (1999).

<sup>9</sup> Sobre a ânsia de ganhar dinheiro e o surgimento de novos ricos em Campina Grande, ver Câmara (1947, p.158), o jornal *O Século* do dia 1 dez. 1928 (matéria Nossos automóveis querem voar) e Pimentel (1958, p.127 e 2001, p.98).

<sup>10</sup> Entre esses adventícios, existiam estrangeiros, como os judeus donos da Alfaiataria Shwstzmann na rua Venâncio Neiva (MACHADO, 1983, 1984). Pimentel (2001, p.82) relata, em 1963, que muitos estrangeiros viviam em Campina Grande. A cidade era “um centro cosmopolita” que acolhia alemães, americanos, russos, franceses, portugueses, libaneses, árabes, chineses, japoneses e italianos, como o construtor Giovanni Gioia, que concorria para o “engrandecimento maior da cidade, enriquecendo-a com construções maravilhosas”. Sobre a presença dos italianos na Paraíba, e em Campina Grande, inclusive tratando da atuação desses imigrantes na área da construção civil, ver Mello (2006).

Pessoa contava com 72.063 habitantes e 15.817 edificações, ou seja, quase o dobro. Em 1950, há uma ligeira aproximação entre as duas cidades, Campina Grande com 72.464 habitantes em zona urbana (30ª posição entre as *idades* mais populosas do país) contra 89.517 de João Pessoa (25ª posição da mesma lista)<sup>11</sup>.

Acompanhando os anúncios dos jornais campinenses das primeiras décadas do século XX, é notória a proliferação de estabelecimentos voltados para a atividade algodoeira: são armazéns de estocagem, compra e venda, exportadores, importadores de máquinas para descaroçamento, extração do óleo da semente e compactação dos fardos, prensas hidráulicas, fábricas de tecidos, de fiação e de estopa para o ensacamento da malvacea, com "juta importada da Inglaterra especialmente para este fim" (FÁBRICA..., 1927). Ao mesmo tempo, o comércio, a indústria, os serviços e os profissionais liberais diversificaram-se. A dinamização da pecuária fez crescer o número de curtumes e de exportadores de pele<sup>12</sup>. Multiplicaram-se construtoras e importadores de material de construção; fábricas de sabão, de móveis, de velas, de mosaicos e de cigarros; companhias seguradoras, casas de equipamentos fotográficos, livrarias, papelarias, tipografias, padarias, confeitarias, barbearias, sapatarias, farmácias, relojarias, bancos, loterias, hotéis e alfaiatarias; lojas de tecidos, de chapéus, de perfumes franceses e alemães, de brinquedos, de miudezas e de bijuterias "dos mais afamados fabricantes" nacionais e estrangeiros; representantes de cervejas, de vinhos e de produtos alimentícios; advogados, dentistas, corretores imobiliários, engenheiros, desenhistas, arquitetos, médicos e, na contramão de todo esse saber científico, as parteiras, que passaram a se utilizar das vantagens da moderna publicidade, anunciando seus serviços nos jornais locais (imagens 1 e 2).

Os transportes e as comunicações tornaram-se mais ágeis com os automóveis (1914), bondes<sup>13</sup> (1926), ônibus e telefones automáticos (1937), além da circulação de uma maior variedade de "jornais e revistas publicadas no sul do paiz"<sup>14</sup>. Em 1923, as carroças de burros que faziam o transporte urbano de mercadorias foram proibidas de circular por determinação da municipalidade, sendo substituídas aos poucos, e certamente não na sua totalidade, pelos velozes, incansáveis e modernos caminhões, imbatíveis quando o

---

<sup>11</sup> Dados dos Censos do IBGE de 1907-1912, 1940 e 1950. O número de construções do ano de 1954 foi retirado do Diário da Borborema do dia 2 out. 1957 (matéria Vertiginoso surto de construções em Campina Grande). Ver mais informações em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) (Estatísticas do século XX). Esses dados contrariam outros números acerca da população paraibana da primeira metade do século XX apresentados pelo Anuário Estatístico da Paraíba de 1933, por Câmara (1947) e por Rios (1963). Tais números encontram-se sistematizados em Aranha (1991, p.193). Para fins dessa análise, estamos considerando os dados do IBGE.

<sup>12</sup> Segundo Sylvestre (1993, p.31), durante as décadas de 1910 e 1920, Campina Grande possuía os maiores rebanhos bovinos, suínos e eqüinos do Estado da Paraíba.

<sup>13</sup> O serviço de bonde não passou de uma experiência efêmera. Instalados em 1926 para o transporte de passageiros e cargas entre o centro (parte alta da cidade) e a estação de trem (parte baixa), as constantes sabotagens dos proprietários de caminhões, que se sentiram prejudicados com as vantagens concedidas ao serviço de bonde, seguidas por frequentes acidentes causados por descarrilamentos, afastaram seus usuários, levando ao desmonte dos trilhos já no ano seguinte (CÂMARA, 1947, p.103-104).

<sup>14</sup> Dentre outras, a Casa Brasil, que ficava na rua Cardoso Vieira, anunciava a venda das publicações Vida Doméstica, Revista da Semana, O Cruzeiro, Cineart, Jornal das Moças, Turismo, Careta, O Observador Econômico Financeiro, A Casa (revista de arquitetura que foi um dos meios de difusão da arquitetura neocolonial), Sombra e Luz, Revista Acadêmica e Boletim de Ariel, além de revistas infantis (JORNAES..., 1937).

COMPRADORES DE ALGODÃO  
LEITE & FLORENTINO  
Rua Dr. João Leite, 209  
End. Teleg.—Florentino—Cod.—Ribeiro e Particular  
CAMPINA GRANDE — PARAHYBA

LUIZ SOARES  
COMISSÕES E REPRESENTAÇÕES  
ALGODÃO E SEUS DERIVADOS  
O maior distribuidor, no estado, de arame e anagem para embalagem de algodão.  
ESCRITÓRIO: Rua Marquez do Herval, 135  
Depósitos: Rua Marquez do Herval, 139—e Rua Santos Dumont, 73  
End. Teleg. - LUSSOARES  
CAMPINA GRANDE - Paraíba do Norte

COMPANHIA PARAHYBANA DE BENEFICIA-  
MENTO E Prensagem de Algodão  
O MAIS BEM MONTADO ESTABECI-  
MLNTO NO GENERO, EM  
TODO O ESTADO  
Capital . . . . Rs. 800:000\$0000  
Direc. Presidente—Dr. Irineu Joffily  
Idem Thesoureiro—Oliver von Sohsten  
Gerente—Arnaldo Maranhão  
Contador—Victor Hugo Andrade  
PARAHYBA  
Rua Maciel Pinheiro  
Edificio da Associação Commercial  
CAMPINA GRANDE  
Rua da Republica—Açude Velho

1. A instalação da ferrovia impulsionou a proliferação de uma série de estabelecimentos ligados à atividade algodoeira em Campina Grande, como podemos perceber nesses anúncios. **Fontes:** Jornal O Século 14 jul. 1928. Almanaque de Campina Grande 1934. Jornal O Século 12 nov. 1928.

2. Com o dinamismo econômico local, os consumos foram diversificados com itens nacionais e estrangeiros “dos mais afamados fabricantes”. **Fontes:** Jornal O Século 14 jul. 1928. Almanaque de Campina Grande 1934. Jornal A Batalha 14 mar. 1935. Almanaque de Campina Grande 1934.

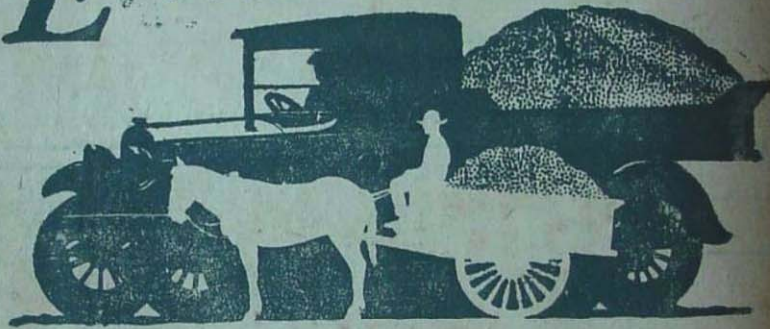
CASA ALLEMÃ  
Ferragens, Miudezas, Louças, Tintas, Machinas de Costuras, Ferro Galvanizado, Louça de Alumínio, Cutelarias, Louça Agathi, Louça Pó pedra, Branca e fantasiada, Bacias de Folhas, Copos de Vidro, Calçados Tennis etc.  
PREÇOS RESUMIDOS  
J. ITHAMAR  
Rua da Independencia, 46 e 50 — Campina Grande

Livraria — Papelaria — Typographia  
CASA BRASIL  
Livros Escolares, Scientificos, Historicos, Medicina, Direito, Romances  
Encarrega-se de fazer assignaturas de Jornaes e Revistas do Sul do Paiz  
Agencia de Jornaes, Revistas e Figurinos  
CICERO C. BRAZIL  
Caixa Posta, 36 - Rua Cardoso Vieira, 41  
CAMPINA GRANDE

Recebedores diréto de Miudezas, Perfumarias e Bijouterias dos mais afamados fabricantes.  
Especialistas em Meias, Gravatas, outras novidades, etc., etc.  
Vendas a dinheiro  
Praça Epitacio Pessoa, 49  
ANTONIO RIBEIRO & IRMÃO  
CAMPINA GRANDE  
PARAÍBA DO NORTE

Padaria e Merceria S. José  
João Alves de Souza  
Especialista em bolachas e pães de todas as qualidades.  
Mantem um sortimento de generos alimenticios, bebidas Nacionaes e Estrangeiras.  
VENDAS EM GROSSO É A RETALHO  
Agente da Anglo-Mexican Petroleum Comp. Ltd.  
Praça Epitacio Pessoa, 106  
Campina Grande — Parahyba

# *E' vosso dever*



## *experimentar o caminhão* **CHEVROLET 1928**

Acompanhando a serie de novos modelos Chevrolet, a General Motors apresenta o caminhão Chevrolet 1928 ainda mais aperfeiçoado.

Respeitando a tradição firmada pelos seus modelos anteriores, o caminhão Chevrolet 1928 é destinado a manter a primazia no transporte de cargas, pois o seu material e de esmerada qualidade, sua resistencia foi comprovada no Campo de Experimentos da General Motors e sua força é capaz de vencer todos os obstáculos.

Todos os que têm necessidade de transporte — lavradores, commerciantes, industriaes — si bem compreendem os seus deveres para consigo mesmo, para com o desenvolvimento de seu negocio e para com o progresso do seu país, têm o dever de verificar os benefícios que advem des deste caminhão superior.



**GENERAL MOTORS OF BRAZIL, S.A.**  
CHEVROLET — FORD — OLDSMOBILE — OAKLAND — BUICK — VALDHALL — LSALE — CADILLAC — GIBSON

AGENTES AUTORIZADOS NESTA CIDADE

VI. 1. 0

Da velocidade dos burros para a velocidade das máquinas. 3. Emblemática propaganda dos caminhões Chevrolet de 1928. 4. Modelos Ford estacionados na praça Epitácio Pessoa. Década de 1930. Fontes: Jornal O Século 19 out. 1928. Foto de Soter Carvalho / Arquivo Família Carvalho (Figueiredo Junior, 2002).



assunto era capacidade de transporte, como tentava demonstrar a emblemática propaganda dos caminhões Chevrolet de 1928 (imagens 3 e 4). Também em 1928 começaram a circular carros e ônibus para o transporte urbano de passageiros<sup>15</sup>. Quem quisesse um carro “chic”, de “luxo”, poderia chamar o “DODGE 23” ou o “único ESSEX” da praça (QUER UM CARRO..., 1928). Em 1930, já eram 217 carros e caminhões circulando pela cidade (CÂMARA, 1947, p.107). Em visita a Campina Grande no ano de 1938, os técnicos do Ministério da Agricultura Newton Belêza e Paulo Silvado ficaram surpresos “com o seu intenso movimento de ônibus e agitação de urbs civilizada e em franco progresso”, fazendo questão de registrar nas páginas do jornal *A União* que durante a viagem não encontraram “o velho carro de boi” nas estradas da Paraíba, pois “as estradas são boas” e “estradas boas expulsam o carro de boi por só comportarem a vertiginosidade dos automóveis e caminhões” (CAMPINA GRANDE..., 1938).

Surgiram associações sindicais e empresariais. As religiões e as atividades de lazer também se diversificaram. As então dominantes igrejas católicas passaram a dividir espaço com centros espíritas e com templos de vários segmentos protestantes (Congregacional, Batista, Presbiteriana, Pentecostal) (VILLAR, 1933). As lapinhas, pastoris, cavahadas, derrubadas de gado, cavalos-marinhos e brigas de espada, manifestações tão populares até início dos novecentos, deram lugar ao lazer, às festas e aos esportes modernos: teatros, retretas dominicais, *footings*, corsos carnavalescos, *football* (nova sensação que passou a ser praticado nos recém criados clubes desportivos ou nos leitos descalços das principais ruas da cidade)<sup>16</sup> e o cinematógrafo, que, “com uma variedade de filmes esplendidos, de uma nitidez e clareza admiráveis”, estava “apto a proporcionar ao [...] público noites agradabilíssimas” (CINEMA..., 1909). Se as danças eram consideradas excomungadas há bem pouco tempo, os campinenses esqueceram os pecados e arrumaram “agilidade, ritmo, expressão artística e passos figurados” para freqüentar os mais novos clubes dançantes, cabarés e os badalados cassinos<sup>17</sup>. Os que quisessem, e pudessem, poderiam ouvir “as maiores celebridades artísticas, as maiores orquestras e todas as manifestações do pensamento do Mundo” através da “Vitróla Ortophonica Victor”, tendo, assim, “a sensação adorável dos grandes convívios, nos centros de cultura e civilização” (VICTRÓLA..., 1929). E, animando tudo isso, funcionando como força indispensável para as novas atividades produtivas, estendo o dia e propiciando a intensificação das atividades noturnas, a energia elétrica, inaugurada em

---

<sup>15</sup> Parágrafo escrito de acordo com as informações de Câmara (1947).

<sup>16</sup> A prática do *football* nas ruas do centro da cidade foi alvo da crítica dos jornalistas, pois as bolas quebravam vidraças, arrebentavam os telhados e os jogadores desrespeitavam as famílias com seus palavrões capazes de causar “terremotos e outros mais perigosos phenomenos seismicos”. Sobre o assunto, ver jornal *O Século* de 27/10/1928 e a pesquisa realizada por Medeiros (2006).

<sup>17</sup> O Almanach de Campina Grande de 1933 registra a presença na cidade de dois cinemas (Cine-Theatro Apollo e Cine-Fox), três “clubs diversionaes” (Grêmio Renascença 31, Campinense Club e Ypiranga Sport Club) e cinco sociedades esportivas (Centro Athletico Campinense, Jockey Club, Paulistano Sport Club, Ypiranga Sport Club e Carioca Sport Club). Os nomes Carioca Sport Club e Paulistano Sport Club parecem ser uma tentativa de aproximação com as maiores cidades do país, com as de maior “civilidade”.

1920 (imagens 5-11). Até por volta da década de 1930, seu fornecimento foi precário, algo que foi motivo de denúncias sistemáticas nos jornais locais, pois

Campina já não é uma cidade que possa dispensar o conforto de uma iluminação [elétrica], que deve ser perfeita, para que nunca falhe e nunca possa alterar o rythmo de sua agitada vida social e commercial. Temos innumerables industrias, que se utilisam da energia fornecida pela Empreza [de Luz e Força], temos as nossas casas de diversões, e hotéis a que absolutamente a luz jamais deve faltar, temos o commercio a quem esses transtornos acarretam consideraveis prejuizos. (CIDADE..., 1928).

Nada podia atrapalhar o “rythmo de sua agitada vida social e commercial”, ainda mais quando se tratava de sua fonte energética, elemento fundamental para o desenvolvimento das modernas atividades econômicas e de lazer. Nada podia lembrar os tempos considerados arcaicos, sombrios, e o lento movimentar da paisagem urbana campinense do século XIX, sem seus clubes dançantes, cinemas, vitrolas e focos elétricos. A cidade passou por uma série de transformações materiais, cotidianas, impulsionadas pelas conquistas tecnológicas da sociedade industrial burguesa. Tais conquistas encontraram espaço de celebração na I Feira de Amostras de Campina Grande.

Realizada no ano de 1938, a amostra tinha por objetivo exibir aos visitantes os avanços da indústria, da agricultura e do comércio da Paraíba em uma área que também reunia parque de diversões elétricas, bares, geladeira (devia ser algo muito impressionante no momento para ser anunciada como atração da feira), apresentações de companhias de dança e de teatro, exposição de quadros, estúdio para transmissão de programas musicais, serviço de publicidade e um jornal radiofônico “que vem agradando sobremaneira aos visitantes”<sup>18</sup>. Amplamente divulgada na imprensa oficial do Estado (jornal *A União*) e em algumas publicações da então Capital Federal (*Jornal do Brasil* e *Revista do Automóvel Clube do Brasil*) e do Recife (*Diário da Manhã*), a feira se transformou em espaço para o festejo das políticas de modernização econômica, administrativa e urbana, dentre outras, implementadas pelo governo do Interventor Argemiro de Figueiredo (1935-1940) na Paraíba dos anos 1930<sup>19</sup>. Ademais, como aconteceu em outros eventos desse tipo no Brasil e mundo afora, que tinham o intuito de celebrar os avanços técnicos do homem e o grau de desenvolvimento das nações, a amostra queria anunciar para todos que a Paraíba, e em especial Campina Grande, já

---

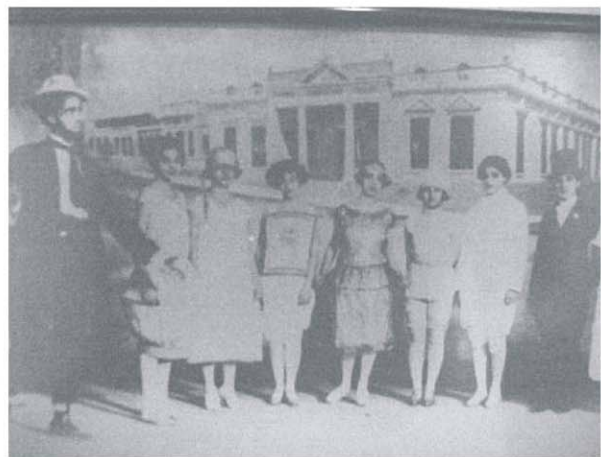
<sup>18</sup> Um dos estandes da feira foi o da Comissão de Saneamento de Campina Grande, que contava com a direção do engenheiro José Fernal, do Escritório de Saturnino de Brito. Segundo os jornais, o estande causou grande curiosidade entre os visitantes. Sobre a Feira de Amostras de Campina Grande, ver o jornal *A União* dos dias 15/07/1938, 29/07/1938, 07/08/1938, 05/10/1938, 26/11/1938, 29/11/1938, 30/11/1938, 04/12/1938 e 25/12/1938.

<sup>19</sup> Sobre as modernizações implementadas na Paraíba pelo governo de Argemiro de Figueiredo, ver Trajano Filho (2003).





Diversificação dos esportes e das atividades de lazer. **5.** *Damas da sociedade* na Exposição de Flores de 1935, realizada no Grêmio Renascença 31. **6 e 7.** Ato da peça "Isso é o que é Gozar", encenada no mesmo Grêmio Renascença 31, em 1925. **8.** Jazz Band no Campinense Club, 1926. **9.** Primeira formação do Treze Futebol Clube, 1925. **Fonte:** MHCG.



era “dotada de todos os recursos proporcionados pela civilização e pelo progresso da humanidade”, como noticiou o Jornal do Brasil<sup>20</sup>.

Esses modernos e civilizados hábitos, divertimentos, eventos e consumos não poderiam mais ser vivenciados nas ruas, becos e largos do Emboca, das Areias, do Algodão, da Matriz, do Comércio Velho, do Comércio Novo, do Meio, dos Peixinhos, do Seridó, de Neco Belo, do Lindolfo, do Açougue, dos Armazéns, do Rói Couro, do Esfola Bode, da Merda ou do Mijo, enfim, batismos espontâneos dados pela população de acordo com o uso, característica física, estabelecimento comercial ou pessoa que habitava o local. Dentro do projeto modernizador e civilizador da cidade, seus nomes foram mudados para ruas, praças e avenidas (muitas vezes sem as características próprias desses espaços) Peregrino de Carvalho, Floriano Peixoto, Marquês do Herval, Maciel Pinheiro, Epitácio Pessoa, Afonso Campos, Monsenhor Sales, Venâncio Neiva, da Bandeira etc. Receberam nomenclaturas de símbolos e personagens republicanos, “heróis” locais e até de figuras imperiais, processo corrente em outras cidades do país e que provocou a destruição dos vínculos de “identificação dos habitantes com seu lugar na cidade, descaracterizando bairros e ruas, desfazendo os suportes subjetivos da memória da população local e da identidade coletiva de um determinado território urbano” (BRESCIANI, 2001, p.13). Todavia, a população não deixou de fazer uso dos nomes antigos. Além de fazerem parte do cotidiano de alguns moradores até hoje, encontramos ao longo das décadas de 1930 e 1940, nos arquivos da Prefeitura, vários pedidos de licença para construção ou reforma de imóveis com as antigas denominações dos seus logradouros, muitas vezes riscadas pelo fiscal de obras, que, ao lado deste, escrevia o nome “correto”<sup>21</sup>.

Enfim, seguindo as palavras de Câmara (1947, p.50), do século XIX para o XX “tudo se renovou com a ferrovia que influiu sobremodo para integrar sua gente e suas cousas a um sentido mais moderno, ou menos antiquado, se quisermos falar com mais franqueza”.

A ânsia por uma modernização, ou por uma Campina Grande menos antiquada, fazia coro com os movimentos de um Brasil republicano esforçado para se inserir solidamente nos circuitos econômico e cultural das nações mais desenvolvidas do hemisfério norte, e que vislumbrava nos avanços científicos e tecnológicos emanados daí o caminho possível para a “atualização” do país<sup>22</sup>. Para tanto, era preciso superar as ditas estruturas arcaicas herdadas da Colônia e do Império, afastar-se do perto, do imediato, do rural, dos costumes, tempos e signos que permearam as paisagens das cidades brasileiras até

---

<sup>20</sup> Como apontam Herschmann e Pereira (1994, p.27), as exposições nacionais e internacionais, assim como as intervenções no espaço urbano do começo do século XX, passaram a ter um caráter pedagógico, tornaram-se símbolos de internalização dos seus modelos de organizações físico-espaciais e de seus rituais de progresso.

<sup>21</sup> Sobre a mudança dos nomes dos logradouros públicos de Campina Grande e de João Pessoa, ver Sousa (2001, p.19-23) e Almeida (2006). Sobre outras cidades, ver Bresciani (2001). Os antigos batismos de algumas ruas de Campina Grande também são lembrados em músicas que cantam o cotidiano e as lembranças da cidade. Os nomes Areias, Emboca e Esfola Bode aparecem nas músicas *Forró em Campina* (composta por Maruim e cantada por Zito Borborema) e *Saudade de Campina Grande* (composta por Rosil Cavalcanti e cantada por Marinês). Ambas fazem parte do Livro-CD *Campina Grande 2000*, lançado em dezembro de 1999 pela Prefeitura Municipal de Campina Grande.

<sup>22</sup> Cf. Sevcenko (1998), Marins (1998), Herschmann e Pereira (1994), Carvalho (2005).

boa parte do século XIX. No caso de Campina Grande, era necessário construir uma imagem condizente com a prosperidade econômica advinda com os novecentos, incitando, portanto, a urgência em erradicar/civilizar o nosso “rude certanejo” Miquilina e tudo o que a ele estava associado, como a circulação de carroças de burro, os batismos populares dos logradouros públicos, a escuridão dos lampiões e as manifestações populares, como lapinhas, pastoris, cavalhadas, derrubadas de gado, cavalos-marinhos e brigas de espada, pois “há ainda nesta civilizada [sic] terra de Campina Grande, vesos [sic] de sua gente, que precisam ser consertados senão reprimidos, a bem do bom nome da civilidade” (MAUS VESOS, 1928)<sup>23</sup>. Ao mesmo tempo, era mister a aproximação com o longe, com a imagem de modernidade representada pelas nações industrializadas, traduzida aqui muitas vezes só por dos seus símbolos, hábitos, necessidades de consumo, formas de lazer, de se vestir, de se comportar e, como veremos adiante, de enxergar e de intervir no meio urbano. A consequência

[...] dessa nova expansão européia foi um avanço acelerado sobre as sociedades tradicionais, de economia agrícola, que se viram dragadas rapidamente pelos ritmos mais dinâmicos da industrialização européia, norte-americana e, em breve, japonesa. Não bastava, entretanto, às potências incorporar essas novas áreas às suas possessões territoriais; era necessário transformar o modo de vida das sociedades tradicionais, de modo a instilar-lhes os hábitos e práticas de produção e consumo conformes ao novo padrão de economia de base científico-tecnológica. Foram essas tentativas de mudar as sociedades, suas culturas e costumes seculares, que desestabilizaram suas estruturas arcaicas (SEVCENKO, 1998a, p.12-13).

Assim, diante de tais desestabilizações, profundas ou superficiais, durante boa parte do século XX os campinenses cultivaram certo orgulho e entusiasmo frente ao crescimento da cidade, o que é em parte compreensível, pois, tirado de uma posição secundária do contexto paraibano do começo do século XX, como vimos, o município foi alçado a um dos principais centros econômicos do Nordeste, à frente da capital do Estado e de outras capitais da região<sup>24</sup>. Se essa visão de cidade próspera não foi hegemônica, como mostram algumas reportagens da época, ela certamente foi dominante, fator que contribuiu para a idealização desse período da história local e que tem aí as origens da mania de grandeza campinense, alimentada até hoje, muitas vezes de acordo com as conveniências políticas. Nesse espírito, os jornais da época traziam matérias e mais matérias carregadas de tom heróico acerca da pujança econômica do município.

A edição do jornal *O Século* de 14 de julho de 1928 estampava na primeira página: “Avé, cidade rainha! Cidade trepidante desta hora avassaladora de trabalho fecundo e furiosa actividade. Cidade dinheiro. Cidade commercio. Cidade industria. Cidade rythmo”. O jornal *O Veneno* de 28 de dezembro de 1944 dizia “Campina é atualmente a cidade

---

<sup>23</sup> A denúncia de “comportamentos incivilizados” foi pauta de vários jornalistas da época. Sobre o assunto, ver também o jornal *O Século* dos dias 27/10/1928, 31/10/1928 e 03/11/1928.

<sup>24</sup> Segundo Aranha (1991, p.238), no fim da década de 1950, capitais como Natal, Maceió, João Pessoa, São Luiz e Aracaju não eram mais influentes economicamente do que Campina Grande.



10. Inauguração da luz elétrica em Campina Grande. Rua Maciel Pinheiro, 1920. 11. A introdução do automóvel e da energia elétrica gerou o desenvolvimento de estabelecimentos comerciais voltados para a venda de artigos e serviços automotivos e elétricos. Quem quisesse, poderia usufruir do "completo serviço elétrico de refrigeração" da Confeitaria Petropolis. Fontes: MHCG, Jornal A Sinuca 8 dez. 1940, Jornal Voz da Borborema 16 jul. 1937, Almanaque de Campina Grande 1934.

**OTTONI & COMP.**  
 Peças Chevrolet, Ford e Internacional. Lampadas e Pilhas, Lubrificantes Mobiloil, Material para instalações elétricas, Tintas, Pneus e Camaras de ar, Oficina Mecânica.  
 Praça João Pessoa, 29  
 Campina Grande

**Stewart** Distribuidores para os Estados de Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará.  
**MOTOR TRUCKS**  
**M. BARROS & CIA.**  
 Pneumáticos e Acessórios **Dunlop**, Produtos **Texaco** em geral, Material Elétrico, Motorcycletas, e seus pertences. Radiolas e Aparelhos de Rádio. Completo sortimento de Tapetes **Congoleum**, os mais lindos padrões.  
 Secção de Transportes de Passageiros e Malas Postaes.  
 Rua Presidente João Pessoa, 70 e 135 — End. Teleg. BARRITOS  
**CAMPINA GRANDE — PARAÍBA DO NORTE**

Conforto e hygiene são os requisitos da  
**CONFETARIA PETROPOLIS**  
 DE **Walfredo Borburêma**  
 A inaugurar-se brevemente nesta Cidade  
 Completo serviço electrico de refrigeração e esterilização de louça. CAFÉ, SORVETES, SALADAS DE FRUCTAS, CALDO DE CANNA, ETC.  
 Mantem sempre novo e seleccionado sortimento de Frutas, doces, Bebidas nacionaes e estrangeiras.  
 Largo do Rosario n. 128 - 132 — Campina Grande — Parahyba

mais à São Paulada do Brasil". O jornal *Voz da Borborema* de 18 de agosto de 1937 afirmava: "Ninguém poderá calcular a que ponto chegaram [sic], na sua marcha vertiginosa, os progressos omnimodos de Campina Grande. [A cidade] desenvolve-se dia a dia, as construções abundam, a população cresce". Nessa crença de progresso vinculado à idéia de crescimento urbano e populacional, Câmara (1947) contava ano a ano o número de edificações do município. Orgulho de uma cidade adensada por precárias casas de taipa.

Cidade "à São Paulada", cosmopolita, metrópole sertaneja de tantos ritmos, dinheiro, comércio e indústrias. Todos esses títulos tinham como objetivo não uma equiparação física, econômica ou de vidas social e cultural entre Campina Grande e as maiores cidades do país, algo impensável frente a sua reduzida escala urbana. Na verdade, essa tentativa de imprimir um ritmo frenético a seu cotidiano, pelo menos nas páginas dos jornais, tinha como principal intuito estabelecer pontos de identificação, fragmentos, entre as experiências modernas vividas no município paraibano (mudança de ritmos, de hábitos, inserção de novas tecnologias, de equipamentos urbanos de uso coletivo, crescimento populacional e econômico etc.), mesmo que incipientes, e as que estavam sendo experimentadas nas áreas urbanas em processo de metropolização, como São Paulo. Estabelecidos esses pontos de contato, de identificação, Campina Grande poderia ser incluída nessa rede de cidades brasileiras rumo ao progresso e à civilização, legitimando a sua condição de cidade moderna, que se afastava do passado em "marcha ascensional para uma grandeza imprevisível" (CIDADE QUE..., 1937). Crença nutrida pelos tons inflamados da imprensa e pelos discursos positivistas da época, os quais atribuíam à ciência poder ilimitado "como chave para a promoção de um saber objetivo e eficaz sobre a realidade, um conhecimento tido como infalível no sentido de apontar caminhos seguros para o bem-estar moral e material da sociedade" (KROPF, 1994, p.204).

Campina Grande havia, de fato, entrado na modernidade. Contudo, com 72.464 habitantes em zona urbana no ano de 1950, a sua modernização não se caracterizou pelas multidões nas ruas, pelos ritmos frenéticos verificados nas grandes cidades européias do século XIX, como Londres e Paris, por pessoas que foram retiradas de pequenos círculos sociais baseados em relações secularmente estáveis e mergulhadas em um cotidiano de grandes quantidades de estímulos nervosos a cada atravessar de rua, com a agitação e a multiplicidade da vida econômica, ocupacional e social, como nas descrições de Simmel em seu texto *A Metrópole e a Vida Mental*, ou por pessoas que foram lançadas em um ambiente que prometia aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor, conforme a experiência do viver moderno caracterizada por Berman (1986) e que só atinge a sua verdadeira dimensão na metrópole de milhões de habitantes.

A aceleração dos transportes, das comunicações e do número de construções, o aumento populacional, do perímetro urbano e das transações comerciais, a diversificação profissional, religiosa e do lazer, tudo isso pulsando em espaços públicos antes vazios, ou pouco freqüentados, mostram que houve, sim, acelerações e alterações nos ritmos, nos tempos e nas relações sociais da Campina Grande do começo do século XX, como podemos perceber nos dois casos narrados abaixo pelos olhares atentos do cronista campinense Cristino Pimentel<sup>25</sup>:

Quem, antigamente, saía da Rua Nova, entrava na Rua dos Armazéns, a atual Marquês do Herval. Essa rua tem uma longa história, desde o tempo que entregava o seu largo leito descalço para os grandes empilhamentos de sacas de algodão. As tropas de burros davam um pitoresco agreste com o bando de almocreves trazendo largas carteiras a tira-colo, algumas enfeitadas de espelhos. Era poético. [...] Hoje a antiga Rua Nova é a movimentada Praça da Bandeira, e a dos Armazéns é a grande artéria Marquês do Herval, ostentando bonitos sobrados, e por onde circula, em promissórias e cheques sem fundo, a maior quantidade do sangue que traz riqueza para o comércio campinense. É a rica praça dos motoristas, célula forte do nosso progresso, cujo único capital são os seus carros, levando para fora e trazendo para dentro da cidade, viajantes e turistas de todos os centros comerciais do país. Feliz destino... (PIMENTEL, 1958, p.251-253).

João Fernandes [...] foi vítima de um ataque cardíaco e morreu na manhã de 25 de fevereiro de 1945, sem ter quem o acudisse a tempo, no Grande Hotel. [...] João Fernandes não tinha dinheiro [...]. O socorro chegou tarde e acidentalmente, e lhe foi ministrado pelo clínico campinense Dr. João Tavares. [...] Antes, o seu proprietário [...] havia a tãda pressa batido à porta de diversos médicos, tentando recurso para salvar o artista. Alguns não estavam em casa, outros, porém, negaram-se a atender por ser dia de Domingo, dia consagrado de descanso. Até aí muito bem, mas não há descanso que valha quando está em jogo uma vida humana.[...] O que aconteceu a João Fernandes devemos atribuir ao nosso falho serviço social; ao materialismo que observamos em nossa terra. A virtude das profissões pouco vale. As aventuras más se arraigam, interrompendo as correntes simpáticas do espírito para se tornar um denominador comum, prejudicando o ritmo do sentimento, inutilizando corações capazes de grandes gestos. [...] Jesus Cristo não conheceu o dinheiro e redimiu a humanidade; São Vicente de Paulo vivia na cidade e ganhou uma auréola [...] (João Fernandes) Não tinha tostão, foi o seu grande pecado. Ter tostão, significa ter tudo e não ter nada [...].(PIMENTEL, 1958, p.184-185).

Mesmos espaços, épocas e ritmos diferentes. Das ruas Nova e dos Armazéns para rua Marquês do Herval e praça da Bandeira, da aceleração dos burros para a aceleração dos automóveis, dos almocreves para os viajantes e turistas, das sacas de algodão para as promissórias e cheques sem fundo, do pitoresco ar agreste, quase rural, para uma paisagem dinamizada, tentando se firmar como urbana, moderna. A substituição de um tempo marcado sem pressa, dependente dos elementos da natureza, como a velocidade de tração animal, para um tempo cadenciado pela velocidade da máquina, do automóvel, da produção e da urgente circulação do dinheiro, estava no cerne da formação e do funcionamento da cidade moderna, tempo este que passou a ser

---

<sup>25</sup> Sobre Cristino Pimentel e seus olhares sobre a cidade de Campina Grande, ver Sousa (2005).

homogeneizado e artificializado pelos relógios, elementos de sincronização e gerenciamento de toda a multiplicidade de funções, atividades produtivas e encontros da grande cidade, muitas vezes instalados nas fachadas dos prédios (como em fábricas, estações ferroviárias e edifícios dos correios, ou seja, atividades dependentes do tempo) e em logradouros públicos<sup>26</sup> (CORREIA, 2000). Campina não escapou disso e logo ganhou um “grande relógio” para regularizar, “numa das nossas principais ruas, os desencontrados horários campinenses” (ADMINISTRADOR..., 1938).

De relações antes baseadas no conhecimento, de caráter emocional, sensíveis ao outro, para relações materialistas, traçadas por jogos de interesse, egoístas, insensíveis e que só encontravam como ponto pacífico apenas um elemento: o dinheiro. Por causar tamanho choque em Cristino Pimentel, a ponto de virar assunto da sua crônica, a indiferença entre os cidadãos campinenses parecia não ser algo corriqueiro na época, como já o era nas grandes metrópoles. Talvez como caso isolado, o episódio nos traz uma mudança de comportamento que só ganhou espaço com a monetarização das economias e, conseqüentemente, com rápido crescimento das cidades, promovendo, assim como aponta a análise simmeliana de Waizbord (2000) sobre a cidade grande e moderna e do próprio Simmel (1979), a evolução de índoles egoístas, calculistas e insensíveis nos cidadãos, impedindo o desenvolvimento desinteressado de relações emotivas, subjetivas e solidárias.

Contudo, as acelerações e alterações nos ritmos, tempos e relações sociais dessa Campina Grande em transformação estavam muito aquém dos verificados nas grandes metrópoles, palco máximo dessas experiências. Concordando com Aranha (2001 e 2005), a idéia de moderno para as experiências urbanas brasileiras do início dos novecentos se definiu menos pelos ritmos sociais frenéticos, como os verificados em Londres e Paris, e mais pela absorção de símbolos que se tornaram tradutores dessa modernidade, ou, como diziam os discursos da época, da civilidade. É claro que, com o fortalecimento da economia campinense dentro do contexto regional e com o conseqüente crescimento desordenado do espaço citadino, surgiram os mais variados problemas de ordem urbana (habitação, circulação viária, salubridade e outros, como veremos adiante) que passaram a reclamar uma infra-estrutura mais condizente com a nova realidade do município. Porém, além de todas essas demandas reais, existia algo mais importante, um conceito que alimentou e permeou todas as reivindicações acerca da modernização da cidade e do país: o da civilidade.

Na ausência de modernizações econômica, política e social mais profundas e que representassem maior ruptura em relação ao passado oitocentista (escravista, rural, agrário-exportador e aristocrático), em muitos casos o conceito de pessoa ou lugar

---

<sup>26</sup> Sobre as relações entre o tempo e a cidade moderna, ver também Bresciani (1989, p.17-18).

civilizado passou a ser associado ao acesso aos avanços da tecnologia, da ciência e de tudo o que isso envolvia em termos de hábitos, consumos e imagens, de si e da cidade. Ser civilizado era ter “a sensação adorável dos grandes convívios, nos centros de cultura e civilização”, das nações industrializadas, conforme anunciava a propaganda da Victrola Ortophonica Victor. Portanto, a vertiginosidade do trem e do automóvel, as novas possibilidades trazidas pela eletricidade, o telégrafo e o telefone agilizando as comunicações, o cinema e os divertimentos frenéticos em clubes recreativos, casas dançantes, cassinos e cabarés compunham a imagem da cidade que tentava posar de moderna. Ao chegar à década de 1930, Campina Grande já havia experimentado certo ar de modernidade, certa alteração no seu cotidiano a partir da introdução de alguns desses novos elementos símbolos do moderno. Contudo, suas estruturas urbana e arquitetônica, de becos, ruas desalinhadas e edificações térreas engavetadas em lotes estreitos, com suas respectivas alcovas, ainda continuavam herdeiras das consideradas arcaicas paisagens do século XIX, ditas incivilizadas.

### **Cidade “como nos tempos medievais”**

Dizia-nos hontem á porta do [Grêmio Renascença] “31”, um illustre e amavel coronel muito acatado nos circulos financeiros da cidade, a proposito da paralisação dos ultimos retoques de aformoseamento da Praça Epitacio Pessoa, que aquellas obras dli empreendidas pela Prefeitura Municipal, estão assim parecidas com as de Sta. Engracia. Ora, as obras de Sta. Engracia não se acabam nunca... [...] De facto, é um desconsolo estar ali, em pleno coração da cidade, aquelle inexpugnável reducto, como nos tempos medievais [...] (OBRAS..., 1928).

Data dos anos 1920 o primeiro conjunto de melhoramentos<sup>27</sup> públicos com o objetivo de dotar Campina Grande de uma infra-estrutura urbana servida por redes de transporte, eletricidade, iluminação pública elétrica, abastecimento de água, galerias para coleta de águas pluviais e vias pavimentadas. São dessa época a inauguração da iluminação elétrica (1920), a instalação do serviço de bondes (1926), a colocação de meio-fio, calçadas de cimento (em substituição às de pedra), pavimentação com paralelepípedos e drenagem das principais ruas da cidade (a partir de 1925)<sup>28</sup>, o maior rigor na exigência para que novas e velhas construções fossem alinhadas de acordo com as determinações do agrimensor municipal (1927)<sup>29</sup> e o primeiro sistema de abastecimento de água (1927), projetado pelo engenheiro sanitarista Lourenço Baeta Neves, discípulo e colaborador de

---

<sup>27</sup> A palavra melhoramentos, aqui, é utilizada de acordo com a definição de Bresciani (2001b), presente na introdução desse trabalho.

<sup>28</sup> Segundo Câmara (1947, p.160), durante o governo do prefeito Ernani Lauritzen (maio 1924 - dez. 1928) foi executado o calçamento da praça Epitácio Pessoa e das ruas Maciel Pinheiro, Independência e Cardoso Vieira, além da arborização das ruas centrais, “jardinzinho” da praça João Suassuna (que também se chamou praça do Algodão e, depois, praça João Pessoa) e da colocação de luz elétrica no cemitério do Carmo. Sobre problemas nos bueiros que serviam para o escoamento das águas da rua Maciel Pinheiro, ver jornal O Século de 10 nov. 1928.

<sup>29</sup> Em vários pedidos de licença de obra, encontramos referências ao Artigo Nº 36 da Lei 32 de 14 de dezembro de 1927, responsável pela regulamentação do alinhamento das construções de Campina Grande. Porém, acreditamos que medidas como essas já existiam desde o século XIX, embora não cumpridas. Irineu Jóffily cita, em 1889, a existência de engenheiros cordeadores na cidade. Voltaremos a esse assunto mais adiante.



Saturnino de Brito nos serviços de abastecimento de água e saneamento da capital paraibana em execução nessa mesma época<sup>30</sup>.

Contudo, tais experiências não lograram o sucesso esperado. Os bondes descarrilavam na ladeira da rua Irineu Joffily e foram suspensos, o fornecimento de energia elétrica vivia em colapso, com sucessivos apagões<sup>31</sup>, novas e velhas construções continuavam desalinhadas, ruas ainda eram drenadas por valas abertas nos seus leitos descalços pela água das chuvas, as obras de pavimentação dos primeiros logradouros pareciam não ter fim e o sistema de abastecimento de água, além de não tratá-la e de não incluir serviços de esgoto, não passava de um tubo que trazia o líquido, “de inferior qualidade”, dos açudes de Puxinanã e Grota Funda até um reservatório que ficava localizado ao lado do cemitério do Carmo (no atual bairro do Monte Santo) e que logo se tornou obsoleto diante do rápido crescimento do município (ALMEIDA, 1962, p.393-398). Enfim, ao final dos 1920, as coisas estavam mais ou menos “como nos tempos medievais”, ou como nos oitocentos.

Embora tenha apresentado um desenvolvimento mais intenso e consistente só a partir da segunda metade do século XIX, foi reproduzindo os procedimentos de construção de muitos núcleos coloniais brasileiros que a cidade cresceu até o começo do século XX, de acordo com as heranças medievo-renascentistas de procedência ibérica<sup>32</sup>. O povoado iniciado no final do século XVII em uma campina servida por cursos d’água (o riacho das Piabas), local de parada para os tropeiros que viajavam entre o litoral e o sertão nordestino, logo formou a sua primeira rua em terreno ladeiroso, dando origem a um caminho de interligação entre essa planície, alagadiça, e uma região plana que ficava mais ao alto (rua das Barrocas, depois rua do Oriente, atual rua Vila Nova da Rainha). Na primeira metade do século XVIII, a construção de uma capela aí no alto (depois Igreja Matriz, atual Catedral de Nossa Senhora da Conceição) atraiu para as suas proximidades as atividades comerciais que antes eram realizadas na rua das Barrocas.

O intuito era aproveitar o movimento de pessoas que ali se fazia durante a celebração das missas<sup>33</sup>. Isso provocou o desenvolvimento de um núcleo habitacional estável em volta do templo religioso, consolidado com a construção da Casa de Câmara e Cadeia, em 1814 (depois edifício do Telegrapho Nacional, atual Museu Histórico de Campina Grande) e que acabou dando origem ao chamado Largo da Matriz. Estabilizado o sítio

---

<sup>30</sup> Sobre os serviços do escritório de Saturnino de Brito em João Pessoa, ver Trajano Filho (2003) e Almeida (2006). Sobre o engenheiro Lourenço Baeta Neves, ver Leme (1999, p.462-463).

<sup>31</sup> São inúmeras as críticas nos jornais da cidade sobre os problemas no abastecimento de energia elétrica, desde o fim dos anos 1920 e ao longo de toda a década de 1930. Nós coletamos mais de duas dezenas de matérias que tratam desse assunto nos jornais A Voz da Borborema, O Século, O Veneno, O Campina Grande e A Batalha.

<sup>32</sup> Cf. as definições de Reis Filho (1970, 2000) para o desenvolvimento das cidades coloniais brasileiras. Embora estejamos tratando de um processo de urbanização intensificado só a partir da segunda metade do século XIX, a sua conformação se deu com a repetição de muitos dos procedimentos que foram comuns na implantação dos primeiros núcleos urbanos da colônia. Por isso, ao longo do trabalho, vez ou outra recorreremos aos trabalhos do Prof. Nestor Goulart Reis Filho e de outros autores que tratam do assunto.

<sup>33</sup> Sobre as origens do município de Campina Grande, ver Câmara (1943, 1947), Almeida (1962), Sylvestre (1993), Gurjão (2000), Pimentel (1958, 2001), Aranha (1991).

de implantação, as demais construções passaram a se organizar entre os pontos de maior fluxo e importância para as vidas econômica e social do município (estradas, igrejas e casas de mercado), conformando ruas que procuravam se adaptar à topografia do sítio e que nem sempre seguiam alinhamento e regularidade nos seus traçados (mapa CG 1864). É pouco provável que tenha existido um traçado inicial previsto, planejado, medida só tomada pela metrópole nos núcleos mais importantes da colônia, realidade distante do nosso caso.

Foi assim que se configurou o que, na década de 1930, seria a região mais valorizada e problematizada da cidade, alvo das maiores intervenções subseqüentes: a porção urbana que orbitava em torno dos largos da Matriz, do Comércio Velho, do Rosário e do Comércio Novo e da praça do Algodão, ou, seguindo as civilizadas denominações já presentes no Almanach de Campina Grande de 1933, da rua Floriano Peixoto, do largo do Rosário e das praças Epitácio Pessoa e João Pessoa. A cidade rumou para oeste com a construção da casa de mercado de Baltazar Luna (1826) (depois conhecido como Comércio Velho) e da Igreja do Rosário (por volta de 1831) e para norte seguindo a estrada do Seridó, crescimento esse impulsionado com construção, em 1864, da casa de mercado de Alexandrino Cavalcanti (Comércio Novo). Em frente a essas casas de mercado e igrejas, locais que precisavam ser mais amplos por concentrarem maior número de pessoas, formaram-se os maiores espaços públicos da cidade, os quatro largos citados acima. O largo do Rosário e a praça Epitácio Pessoa tiveram origem com o alargamento das ruas que lhes davam acesso (respectivamente, ruas Marquês do Herval e Maciel Pinheiro), configurando áreas triangulares. Já a rua Floriano Peixoto (antigos largos da Matriz e do Comércio Velho) formava um espaço fechado, retangular, delimitado por suas próprias construções, que começavam nas proximidades da Igreja Matriz e iam até o encontro com a rua Maciel Pinheiro (mapa CG 1907).

A maior parte desse conjunto estava praticamente em uma mesma cota de nível, só superada em altura pelas exigências higienistas que nortearam a implantação do cemitério das Boninas (1857) em ponto mais elevado que o gabarito médio de altura dos edifícios da cidade<sup>34</sup>. Com exceção dessa região, as demais áreas contíguas ao polígono trapezoidal limitado pela rua Floriano Peixoto, praças Epitácio Pessoa e João Pessoa e largo do Rosário estavam em cota inferior. Os terrenos<sup>35</sup> desciam até encontrar alguns dos cursos d'água e açudes que abasteciam o município (Açude Velho, Açude Novo, Açude Lauritzen, Riacho das Piabas), condição topográfica que funcionava como uma

---



<sup>34</sup> Segundo o pensamento da época, para não contaminar a cidade com os "gases pútridos liberados pelos cadáveres", os cemitérios deveriam ser implantados afastados do núcleo urbano, de preferência em ponto mais elevado do que este, de tal forma que ficassem a salvo de inundações e que propiciassem que os ventos dominantes (vindos do quadrante leste-sudeste no nosso caso) arrastassem para fora da cidade os miasmas produzidos. Mais informações sobre a instalação do cemitério das Boninas, ver Almeida (1962, p.289-300). Medidas como essas podem ser vistas no Código de Postura da cidade da Parahyba (atual João Pessoa) do ano de 1928.

<sup>35</sup> Além dos açudes Velho, Novo, de Puxinanã e de Grota Funda, também existia o de Bodocongó, inaugurado em 1917. Porém, este, devido ao seu alto teor de salinidade, não serviu para o abastecimento da cidade. Suas águas acabaram sendo utilizadas por algumas atividades industriais que por perto do açude se instalaram, dando origem ao que Almeida (1962, p.356) chamou de bairro industrial de Bodocongó.

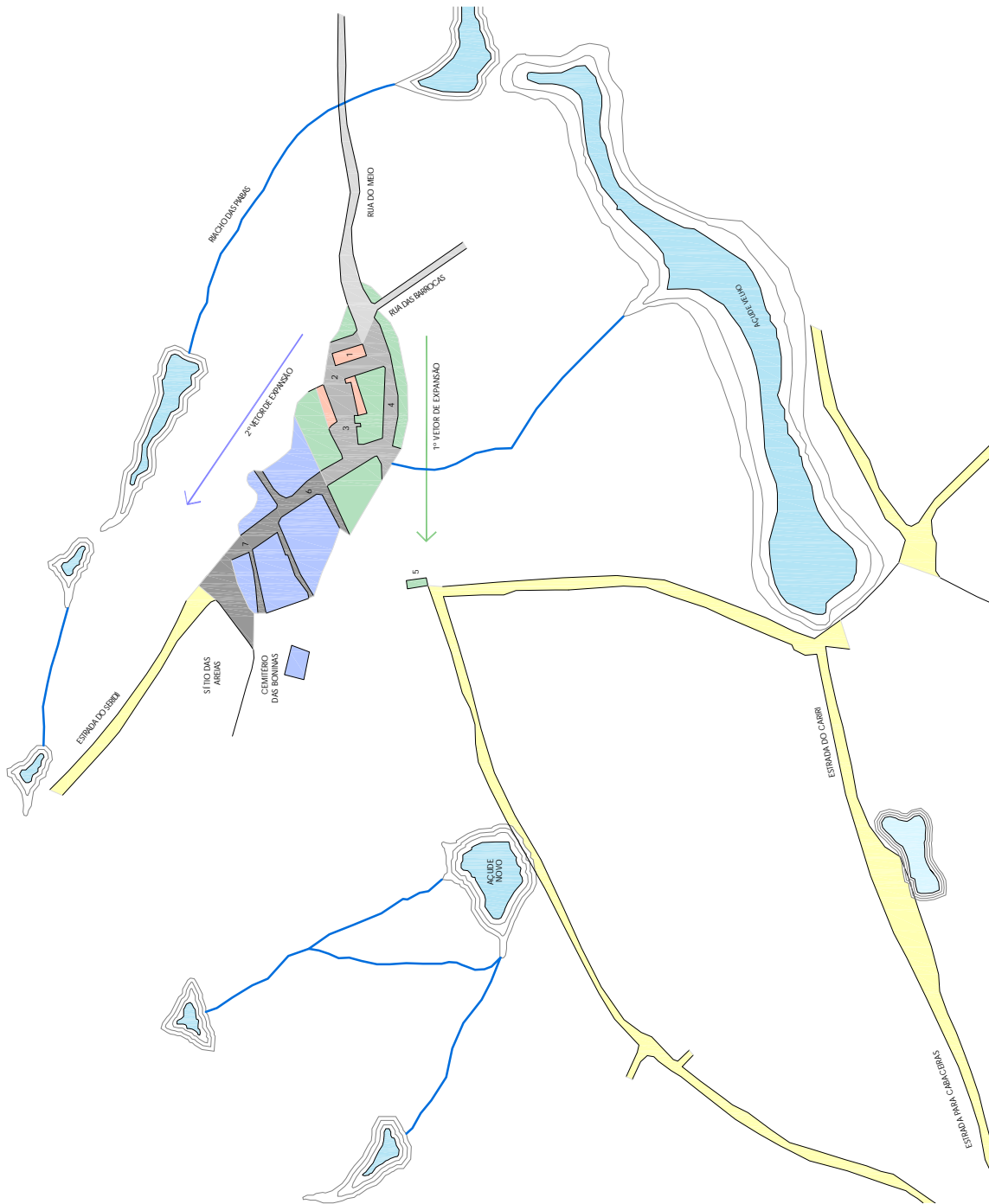
# CAMPINA GRANDE - 1864



## LEGENDA

-  NUCLEO INICIAL
-  1º VETOR DE EXPANSÃO
-  2º VETOR DE EXPANSÃO

- 1 IGREJA MATRIZ
- 2 LARGO DA MATRIZ
- 3 LARGO DO COMERCIO VELHO
- 4 RUA DO MEIO
- 5 IGREJA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
- 6 RUA DO SERIDO
- 7 LARGO DO COMERCIO NOVO



Fonte: Desenhado a partir de imagem exposta no MHCG.

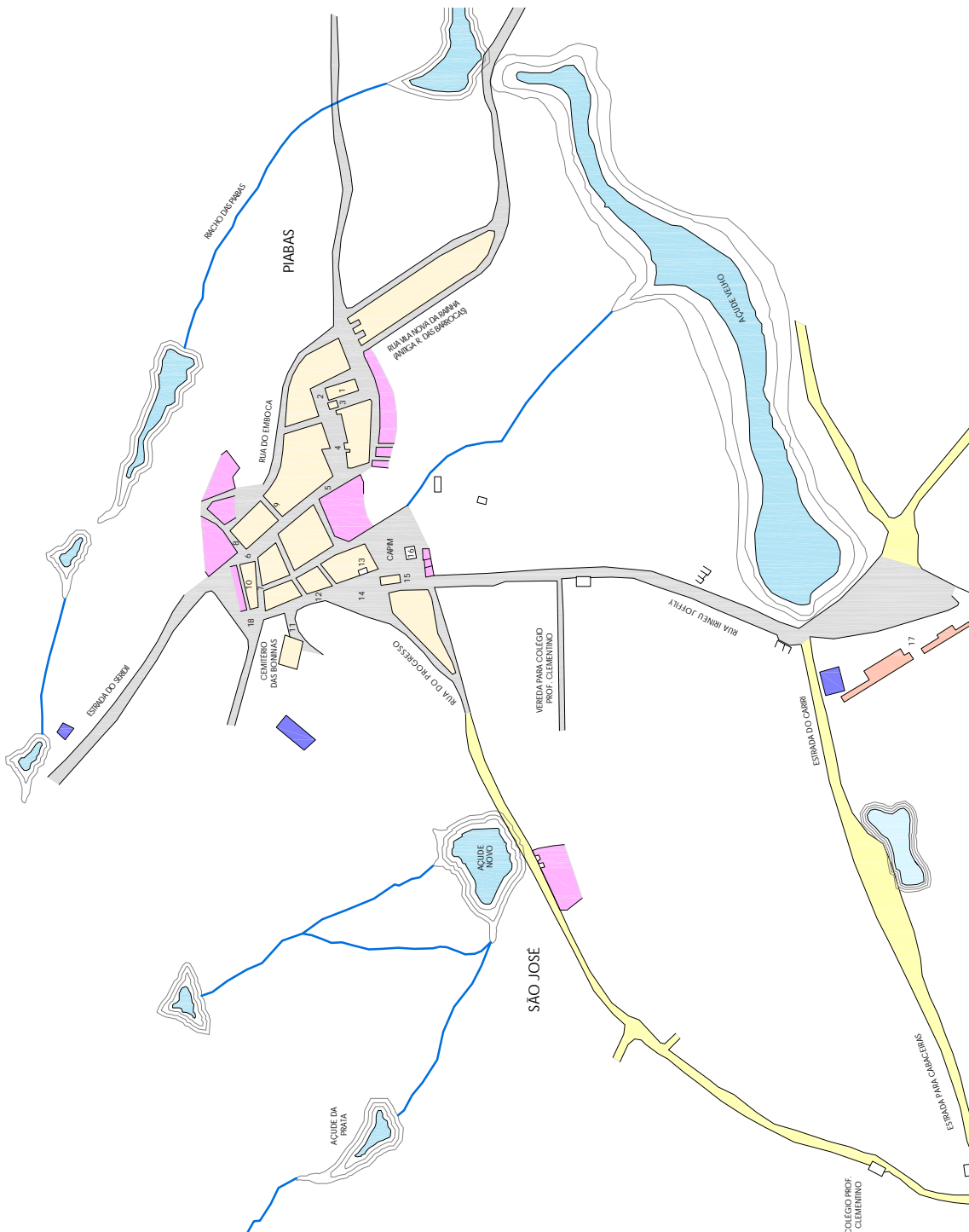
# CAMPINA GRANDE - 1907



## LEGENDA

- RANCHOS
- QUADRAS FORMADAS
- QUADRAS EM FORMAÇÃO

- 1 IGREJA MATRIZ
- 2 LARGO DA MATRIZ
- 3 PAÇO MUNICIPAL
- 4 LARGO DO COMERCIO VELHO
- 5 RUA GRANDE OU DO SERIDO
- 6 PRAÇA EPITACIO PESSOA  
(LARGO DO COMERCIO NOVO)
- 7 BECO DO AÇOUQUE
- 8 BECO DE NECO BELO
- 9 BECO DOS PEIXINHOS
- 10 BECO DO LINDOLFO
- 11 TRAVESSA DAS BONINHAS
- 12 RUA DOS ARMAZENS
- 13 CORREIO
- 14 LARGO DO ROSÁRIO
- 15 IGREJA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
- 16 CADEIA
- 17 ESTAÇÃO FERROVIARIA  
(EM CONSTRUÇÃO)
- 18 PRAÇA DO ALGODÃO



Fonte: Desenhado a partir de imagem exposta no MHCG.

drenagem natural da cidade implantada nas partes mais altas. Quando chovia, a força da água escavava valas pelos leitos descalços das ruas e pelos terrenos em declive, ainda inabitados, por onde eram carregados “lixo, fezes e lama dos chiqueiros” até o Açude Velho (CÂMARA, 1943).

A ocupação urbana só rompeu esses limites com a inauguração da estrada de ferro, no começo do século passado. A necessidade de implantação da estação ferroviária em terreno plano, sem os problemas que poderiam causar a topografia acidentada verificada no núcleo já urbanizado, levou a sua instalação para as proximidades do Açude Velho, a mais de um quilômetro do centro citadino. Desde então, a interligação entre essas duas áreas se fez com a construção de “duas estradas de rodagem, ligando a cidade à estação longínqua”. “Uma direta, curta, ladeirosa”, a atual rua Irineu Joffily. “Outra curva, longa, plana”, mais adequada à topografia, que depois se transformou nas ruas Vidal de Negreiros e Miguel Couto (ALMEIDA, 1979, p.219). A expansão urbana provocada pelos incrementos econômico e populacional desde a inauguração da ferrovia não tardou a seguir por esses caminhos, desceu em direção à estação da Great Western Brasil Railway e à bacia do Açude Velho (mapa CG 1918).

Toda essa região, o polígono trapezoidal e as expansões em direção ao cemitério das Boninas e ao Açude Velho, era o que Câmara (1947, p.91-95) chamava de parte central da cidade no ano de 1918, só parcialmente ocupada naquele momento. O interessante é observar que a sua delimitação do que era ou não o centro incluía quase todo o núcleo urbanizado até então, menos um setor: as proximidades da rua dos Currais, talvez por que ali existia a maior concentração do que se queria evitar no centro de uma cidade em franco processo de civilização, os currais utilizados para a feira de gado, lembranças de um mundo rural que se queria esquecer<sup>36</sup>. Além desses limites, já se encontravam alguns bairros em formação, com arruamentos ainda muito incipientes, como o Bairro das Areias, São José, Bairro do Açude Velho e Bairro das Piabas. Até chegar à década de 1930, os limites urbanos pouco mudaram. O crescimento se deu com o preenchimento dos espaços em direção ao Açude Velho, ao mesmo tempo em que surgiram as primeiras ruas dos bairros do Passa Tempo (nas proximidades do atual bairro do Tambor<sup>37</sup>) e do Alto do Seixo (CÂMARA, 1947).

Na ausência de mapas da cidade da década de 1930, a delimitação oficial das zonas urbana, suburbana e dos distritos do município de Campina Grande, instituída durante a

---

<sup>36</sup> Essa região depois deu origem ao bairro da Mandchúria, para onde foram transferidos o meretrício e a feira. Sobre os usos e personagens da Mandchúria, ver Sousa (2001), principalmente o capítulo *Lugares de diversão: festas, bares e prostíbulos*.

<sup>37</sup> Informação contida no mapa de Campina Grande de 1943, elaborado pelo Serviço Geográfico do Exército do Brasil.

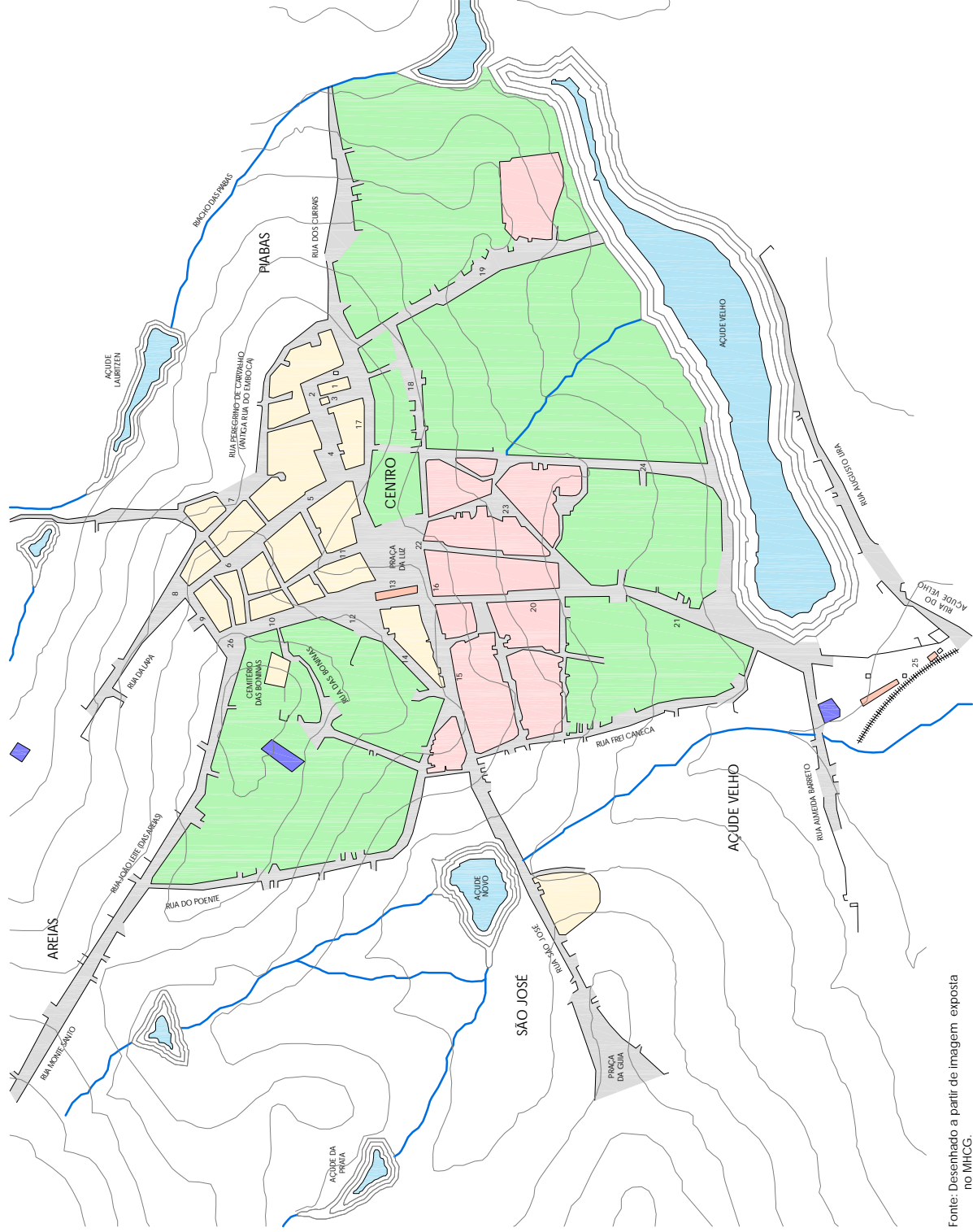
# CAMPINA GRANDE - 1918



## LEGENDA

- QUADRAS ATÉ 1907
- QUADRAS 1907-1918
- ÁREAS EM OCUPAÇÃO

- 1 IGREJA MATRIZ
- 2 LARGO DA MATRIZ
- 3 PAÇO MUNICIPAL
- 4 LARGO DO COMERCIO VELHO
- 5 RUA MACIEL PINHEIRO (ANTIGA RUA GRANDE OU DO SERIDO)
- 6 PRAÇA EPITÁCIO PESSOA
- 7 RUA BARÃO DO ABIAÍ
- 8 PRAÇA 7 DE SETEMBRO
- 9 RUA 7 DE SETEMBRO
- 10 RUA MARQUÊS DO HERVAL (ANTIGA RUA DOS ARMAZENS)
- 11 RUA VENÂNCIO NEIVA
- 12 LARGO DO ROSÁRIO
- 13 IGREJA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
- 14 RUA VISCONDE DE PELOTAS
- 15 RUA 13 DE MAIO
- 16 RUA DA CADEIA
- 17 RUA DO MEIO OU DE BAIXO
- 18 RUA DA FLORESTA
- 19 RUA DO ORIENTE (DAS BARROCAS)
- 20 RUA IRINEU JOFFELY
- 21 RUA DA REPUBLICA
- 22 RUA JOVINO DO O (ROI COURO)
- 23 RUA VIDAL DE NEGREIROS
- 24 RUA JOÃO TAVARES
- 25 ESTAÇÃO FERROVIÁRIA (GWRB)
- 26 PRAÇA DO ALGODÃO



Fonte: Desenhado a partir de imagem exposta no MHCG.

gestão do prefeito Bento Figueiredo pelo Decreto Nº. 21, em 1938, nos fornece maiores pistas para a compreensão dos seus limites urbanos<sup>38</sup>.

Como porção urbana, o decreto determinava praticamente a área que, em 1918, Câmara chamou de parte central da cidade. O resto era subúrbio, zona rural e distritos. Os subúrbios possuíam ocupação menos densa, dispersa (semi-rural), e ligavam-se diretamente a essa outra gleba que era entendida como central (correspondendo a trechos dos atuais bairros de Bodocongó, Monte Santo, Santo Antônio, Prata, Palmeira, Conceição e José Pinheiro).

As quadras inseridas na região de ocupação oitocentista possuíam formas irregulares e ruas e construções em níveis e alinhamentos diversos, como as casas desalinhadas da rua Floriano Peixoto (imagem 12). A maioria das ruas era retilínea, embora nem sempre conservassem a mesma largura do começo até o fim, como a Venâncio Neiva, por exemplo, que era “um beco imundo, uma espécie de riacho que vinha das ruas adjacentes, onde a poluição já era uma constante” (MACHADO, 1983, 1984). Outras seguiam as sinuosidades das curvas de nível, como é o caso da Peregrino de Carvalho e Afonso Campos. As ruas mais largas e com maior regularidade no alinhamento das edificações eram a Maciel Pinheiro e a Marquês do Herval, rigidez quebrada pelos alargamentos no final de cada uma delas para a formação da praça Epiácio Pessoa e Largo do Rosário. Comunicando perpendicularmente essas vias, existiam pequenos becos, como o “estreito e lamacento” beco da Paulista<sup>39</sup> (atual Cardoso Vieira), o beco de Neco Belo, o beco do Açougue (atual Monsenhor Sales)<sup>40</sup> e beco do Lindolfo.

Um pedestre que saísse da Igreja Matriz em direção à Igreja do Rosário, ou da rua Venâncio Neiva em direção à rua 7 de Setembro, não encontraria o caminho livre a sua frente, esbarraria em construções que limitavam espacialmente e visualmente cada um desses espaços. Não existiam grandes eixos viários que interligassem todas as regiões da cidade, que facilitassem o trânsito de automóveis e proporcionassem perspectivas visuais sem fim. Como nos mostra o mapa de 1918, a expansão da área urbanizada<sup>41</sup> ocorrida nas primeiras décadas dos noventa foi quase o quádruplo do que a cidade levou mais de duzentos anos para crescer, gerando uma ocupação com traçado muito mais irregular do que o anterior, com acentuado desalinhamento de ruas e construções. Alinhamento

---

<sup>38</sup> O Decreto Nº21 de 22 de junho de 1938 foi publicado no jornal A Voz da Borborema de 25 jun. 1938. Como veremos a seguir, essa delimitação em zonas urbana, suburbana, rural e distritos terá papel fundamental nas futuras ações de saneamento e embelezamento da cidade, responsáveis por um processo de segregação sócio-espacial que tem suas marcas até hoje na cidade. Como nos mostra Sousa (2001, p.29), a delimitação dos limites urbano, suburbano e rural de Campina Grande já estava presente no seu *Código de Posturas de 1927*. Porém, o autor não faz referência a quais áreas do município pertenciam a cada uma dessas delimitações. Por isso, recorremos ao decreto de 1938 para explicar a dimensão física e o zoneamento da cidade da década de 1930.

<sup>39</sup> Também conhecido como beco de João Ribeiro (PIMENTEL, 2001, p.15). O nome beco da Paulista era por que ali se encontrava instalada uma loja da Companhia Fábrica Paulista, indústria têxtil que ficava localizada na cidade de Paulista (PE) (MACHADO, 1983,1984).

<sup>40</sup> Esse beco teve outros nomes, como Beco da Onça, Beco do Jogador de Espada, Beco do Hotel de Zé Bernadinho, Beco do Atoleiro e Rua da Independência (MACHADO, 1983, 1984).

<sup>41</sup> Área urbanizada aqui entendida como regiões servidas por logradouros públicos, não necessariamente ocupados por edificações, como se encontrava, em 1918, boa parte dos terrenos em direção ao Açude Velho.



12. Construções desalinhadas nos largos da Matriz e do Comércio Velho, 1918. Futura rua Floriano Peixoto. **Fonte:** MHCG.

Ruas sem pavimentação, planos de calçada desencontrados e sulcos abertos pelas águas das chuvas. 13. Cruzamento das ruas Afonso Campos com Vila Nova da Rainha, 1932. 14. Rua Irineu Joffily, 1930. **Fonte:** MHCG, arquivo pessoal Severino Cabral Filho.





maior, só em trechos das ruas Irineu Joffily, João Tavares, João Pessoa e Treze de Maio.

Se ruas niveladas, alinhadas e pavimentadas já eram difíceis, o mesmo acontecia com as calçadas. Eram poucas, geralmente nas ruas de maior circulação de pessoas, como em logradouros que abrigavam comércio, igrejas e instituições públicas, espaços onde também estavam as residências dos poucos mais abastados<sup>42</sup>. Mesmo assim, as fotografias flagram que em muitos desses trechos elas eram estreitas, desalinhadas, fora de nível, aparentemente construídas pelos proprietários de forma independente. Na verdade, principalmente antes da proliferação dos automóveis, as calçadas existiam mais como elementos de proteção do edifício contra os buracos abertos nas suas portas pela força da chuva do que como elementos para a circulação de pessoas, para o passeio público<sup>43</sup>. Isso fica muito claro nas imagens que mostram as ruas Afonso Campos e Irineu Joffily. Nessa última, como era ladeirosa, cada um construía a calçada de acordo com a diferença de nível existente entre a rua e a sua casa, resultando em uma seqüência de planos desencontrados, tornando impossível uma caminhada por ali. Em alguns casos, as calçadas eram verdadeiras pontes para vencer os sulcos abertos no leito da via pelas águas pluviais, que continuavam funcionando como esgoto, nos quais os carregadores de lixo depositavam “toda sorte de detritos”. “Com as águas o lixo depositado entra em decomposição produzindo uma fedentina horrível. Não há santo de pedra que não leve o lenço ao nariz [...]. Demais, essas águas correm para o açude velho com toda sorte de podridões” (HYGIENE..., 1931) (imagens 13 e 14).

Por toda a precariedade ou inexistência das calçadas, as ruas eram os melhores lugares de caminhada. Ademais, a velocidade dos burros não havia despertado na população a necessidade de separar o lugar do pedestre do lugar dos veículos, de se proteger dos “chauffeurs” que trafegavam “pela rua Dr. João Leite [depois rua João Pessoa], em vertiginosa carreira levantando nuvens de pó e atentando contra a vida, especialmente de crianças” que brincavam “despreocupadas pelos passeios” (NOSSOS AUTOMOVEIS..., 1928). Acrescenta-se a isso o fato de muitas pessoas usarem as ruas como extensão das suas propriedades, como acontecia com a própria Dr. João Leite, “quasi sempre atravancada de algodões que os comerciantes, na safra, conferem mesmo ao longo dessa artéria, por deficiência de armazenagem para conter as grandes e incessantes entradas” (NOSSOS AUTOMOVEIS..., 1928). Nesse traçado com tantos obstáculos e mistura de fluxos entre pessoas, carros e mercadorias, os burros circulavam com desenvoltura, mas certamente os chiques e luxuosos “DODGE 23”, “o único ESSEX da praça” e os potentes caminhões “Chevrolet 1928” encontravam dificuldade para transitar. Aqui, a

---

<sup>42</sup> Câmara (1943, p.90) conta que, em 1864, as calçadas da cidade eram de pedra comum, de laje mal polida ou de tijolos tipo adobe, em cujas orlas abriam-se largos sulcos. Em 1880, a lei provincial nº696 aprovou posturas municipais para Campina Grande, as quais, dentre outras determinações, obrigavam que os donos de terreno para edificação na cidade fizessem fronteiras e calçadas no prazo de seis meses. Porém, estas posturas falharam (CÂMARA, 1947, p.59).

<sup>43</sup> Medidas desse tipo vinham desde a colônia, em muitos casos por obrigatoriedade das Câmaras Municipais. Sobre o assunto, ver Reis Filho (2000, p.139).

vertiginosidade dos automóveis e caminhões não poderia ser experimentada tal qual nas “boas estradas da Paraíba”<sup>44</sup>.

Contudo, as preocupações com as sinuosidades e desalinhos das ruas e construções não vieram com o automóvel e com as suas necessidades de circulação, nem tampouco com os que presenciaram o acelerado e descontrolado crescimento urbano por que passou a cidade no começo do século XX. Como nos mostra Agra (2006, p.35), o mesmo Irineu Joffily que, por ironia do destino, deu nome à ladeira não tão alinhada e nivelada que levava à estação de trem, reclamava, em 1889, nas páginas do jornal *A Gazeta do Sertão*, que “o alinhamento das novas ruas, que vão se formando é de causar pismo. O fiscal que representa o papel de engenheiro cordeador, parece que tem horror [sic] às linhas rectas; a sua cordeação é cheia de curvas, formando as vezes completos zigzags”.

Calcule-se quantos encargos no futuro para os particulares e para uma administração municipal que decida-se a cumprir os seus deveres. Os proprietarios serão obrigados, uns a fazer avançar as frentes de suas casas e outros a recual-as, alem de desapropriações forçadas.

E continuou em outra edição do jornal:

Encaremos agora a cidade a respeito do asseio e nivelamento das ruas, regularidade de sua edificação e de outros melhoramentos materiais. Neste sentido, é má a impressão de quem pela primeira vez visita Campina. Grandes espaços desocupados, ruas sem o alinhamento preciso, cheias de escavações, ocasionadas pelas águas pluviais, tal é a vista que se lhe oferece logo; com única exceção da praça da Independência [depois Praça Epitácio Pessoa], que, com sua arborização e estabelecimentos comerciais, forma um verdadeiro contraste com as demais ruas e praças (JÓFFILY, 1889 apud AGRA, 2006, p.35).

Ao contrário do que diz Agra (2006, p.36), Irineu Joffily não estava à frente do seu tempo, não profetizou o futuro da cidade quando afirmou que os “proprietarios serão obrigados, uns a fazer avançar as frentes de suas casas e outros a recual-as, alem de desapropriações forçadas”, atribuindo a essas ações uma aproximação pouco provável com as reformas de Haussmann em Paris, ou com a posterior adoção desse modelo de intervenção urbana por Pereira Passos durante a sua administração da cidade do Rio de Janeiro. Embora nem sempre cumpridas, posturas que procuravam alinhar, nivelar e regularizar ruas, praças e construções, preocupadas com a estética citadina e prevendo, inclusive, desapropriações, já estavam presentes em muitos núcleos urbanos brasileiros desde os primeiros séculos de colonização, como aponta o trabalho de Reis Filho (2000, p.117-143). No caso de Campina Grande, não temos, até o momento, documentos ou maiores informações que registrem a existência de posturas como essas antes de 1927.

---

<sup>44</sup> O jornal *A Batalha* do dia 3 de jan. de 1935 também faz críticas a velocidade e imprudência dos novatos e arrogantes motoristas. Sobre situações semelhantes quando da introdução do automóvel na cidade de São Paulo, ver Sevckenko (1992).

Porém, a reclamação de Joffily de que a administração municipal não cumpre os seus deveres quando arrua os novos logradouros com certo “desleixo”, com sinuosidades e ziguezagues<sup>45</sup>, e o simples fato de existir um funcionário dentro dos seus quadros responsável pelo cordeamento das construções nos mostra que cuidados com a ordenação do espaço urbano campinense, com o alinhar, nivelar e regularizar de ruas, praças e edificações, já faziam parte do seu cotidiano desde o século XIX, muito antes das ações reformistas dos anos 1930-1940 que desapropriaram imóveis e obrigaram que proprietários avançassem ou recuassem suas construções para os novos alinhamentos estabelecidos. A nossa suspeita é a de que esse cuidado era tomado apenas nos principais espaços da cidade, nos locais de maior concentração de pessoas, nos quais poderiam ser formadas as boas impressões “de quem pela primeira vez visita Campina”. Isso talvez explique o fato de algumas das principais ruas da cidade terem chegado alinhadas às primeiras décadas do século XX, como a Marquês do Herval e a Maciel Pinheiro, e de outras, secundárias como a Venâncio Neiva (beco da merda ou do mijo), não terem recebido nenhuma atenção nesse sentido. Talvez explique também a própria formação dos largos, como a praça da Independência, que dificilmente aconteceria se não existisse algum tipo de controle da municipalidade sobre a organização espacial da cidade<sup>46</sup>.

Essa aparente despreocupação da administração municipal com o crescimento de partes da cidade, geralmente as maiores e mais pobres, provinha, em certa medida, da própria forma como as pessoas tomavam posse dos lotes e edificavam suas casas, ainda de acordo com procedimentos coloniais, nos quais a ocupação da terra e a propriedade do lote se davam no próprio ato de construir, de maneira cotidiana. Nas cidades brasileiras da Colônia e do início do Império não existia a demarcação prévia do terreno e a sua posterior comercialização, condição que só passou a existir com a transformação do solo urbano em mercadoria, ratificada com a promulgação da Lei de Terras de 1850<sup>47</sup> (ROLNIK, 1997, p.22-25). Na Campina Grande do começo do século XX, para se adquirir um terreno e edificar na recém aberta rua Irineu Joffily, por exemplo, “bastaria que se fizesse o alicerce e se procedia a escritura na Prefeitura Municipal” (MACHADO, 1983, 1984); a construção precedia a demarcação e a posse do lote. Câmara relata (1947, p.52) que entre 1908 e 1918 a cidade cresceu com “sofreguidão pelas construções de afogadilho, como se fosse um acampamento”. Era um incentivo para a expansão dos seus limites urbanos (provavelmente sobre áreas públicas), entendidos então como zonas

---

<sup>45</sup> O pasmo e o horror de Joffily pelas curvas talvez se referisse a ruas como a Peregrino de Carvalho (antiga rua do Emboca), em formação naquele momento e que tentava se adequar à topografia do terreno, formando um “S”, ou um ziguezague.

<sup>46</sup> Desde os primeiros centros urbanos da colônia, inclusive nos menores, a formação de praças em frente aos pontos de maior interesse para as comunidades (mercados, igrejas, Casas de Câmara) exigia atenção especial para a ocupação do solo, algum tipo de controle sobre o alinhamento das construções, cuidado inexistente em outros elementos do traçado urbano (REIS FILHO, 2000, p.131).

<sup>47</sup> Segundo Rolnik (1997, p.23), a partir da promulgação da Lei de Terras, em 18 de setembro de 1850, “a única forma legal de posse da terra passou a ser a compra devidamente registrada. Foram duas as implicações imediatas dessa mudança: a absolutização da propriedade, ou seja, o reconhecimento do direito de acesso se desvincula da condição de efetiva ocupação, e sua monetarização, o que significa que a terra passou a adquirir plenamente o estatuto de mercadoria”.

edificadas, com construções dispostas uma do lado da outra, contabilizadas ano a ano. Não importava o tipo e como as construções surgiam, quanto maior o seu número, maior o progresso. A Irineu Joffily conseguiu manter algum alinhamento nas suas construções, mas todas as ruas ao seu redor, não; basta observar o mapa de 1918.

Se havia essa suposta doação de áreas públicas no princípio do acelerado incremento demográfico da cidade, em seguida a iniciativa privada tomou consciência de que o solo urbano havia se transformado em mercadoria de valor, principalmente quando próximo à região central, fator que levou ao desenvolvimento de um mercado imobiliário, com o surgimento de corretores, como é o caso de Sifronio Pedro de Azevedo, que se encarregava de “vendas, compras e alugueres de casas, propriedades e terrenos, dentro ou fora da cidade” (SIFRONIO..., 1935). Várias propriedades rurais que ficavam dentro e nas proximidades do centro foram loteadas. O bairro do Açude Velho (depois José Pinheiro), por exemplo, conformou-se com ações como a de Marinheira Agra, que resolveu “aforar” terrenos do seu sítio a terceiros, muitos ocupados por casas de taipa, e como a do mestre-de-obras Manoel Sales, que chegou ao bairro “com certo capital” e começou a elevar “diversos casebres de tijolos para alugar” (AMORIM, 1997). O sapateiro João Henriques de Araújo também se tornou construtor, comprava terrenos na rua João Lourenço Porto para levantar casas para venda (MACHADO, 1983, 1984). Já o senhor Silvestre Mendes (o Zé da Onça), vendeu o seu pequeno sítio para Jovino do Ó, que começou a construir ali casas para alugar, “cada uma por 3.000 réis”, logo ganhando como inquilinas “mulheres de vida livre” (MACHADO, 1983, 1984). A rua foi batizada 4 de Outubro, depois, em sua homenagem, de Jovino do Ó, mas ficou conhecida mesmo pelo uso que dela faziam: rua do Rói Couro.

Seja por um tipo de ocupação do solo e de construção de cidade que vinha desde os séculos anteriores, seja pelo novo elemento da transformação das terras citadinas em mercadoria pela iniciativa privada, o fato é que, ao chegar à década de 1930, praticamente toda a zona urbana de Campina Grande estava fracionada em lotes característicos do sistema de produção das cidades coloniais, estreitos e compridos. Consequentemente, a maior parte das construções seguia esses mesmos padrões de implantação, sem afastamento em relação à rua e às edificações vizinhas (detalharemos esse assunto no item seguinte). Isso era corrente desde áreas centrais mais antigas e valorizadas, de ocupação oitocentista, até às expansões das primeiras décadas do século XX, como mostram a iconografia e os processos de construção da época.

Para termos um exemplo, dos pedidos para edificação de imóveis que deram entrada na prefeitura de Campina Grande no ano de 1932, **60** declararam pelo menos uma das

dimensões do lote<sup>48</sup>, geralmente a testada, pois era a face que tinha importância para a rua. Medidas em metros e muitas vezes ainda em palmos, desses, **44** (73,5%) possuíam lotes com frente entre 3,4 e 5,5 metros, **12** (20%) com frente entre 6 e 9,7 metros e apenas **4** (6,5%) com mais de 10 metros de frente. Encontramos ainda um pedido para construção de casa em terreno com menos de dois metros de largura, mas que foi negado pelo fiscal de obra devido a sua exigüidade<sup>49</sup>. Os comprimentos, quando declarados, variavam entre 11 e 43 metros, em alguns casos atravessando a quadra de uma rua até a outra, como alguns dos quintais da rua João Lourenço Porto que iam até a rua João da Mata (MACHADO, 1983, 1984). Assim, eram mais comuns lotes com 4,4x39,9 metros, como o encontrados na rua 5 de Agosto, e raros os que mediam 13x43 metros, como o verificado na rua Visconde de Pelotas<sup>50</sup>.

Se entre 1908 e 1918 a cidade cresceu com sofrimento pelas construções feitas às pressas, Câmara afirma (1947, p.52) que entre 1919 e 1930 as iniciativas materiais foram de “pequeno vulto, visando apenas lucros rendosos”. A lógica capitalista do maior aproveitamento para o maior lucro produziu uma cidade retalhada em terrenos estreitos e compridos, espremidos ao máximo, voltados, em grande parte, para o investimento privado de construção de unidades habitacionais para locação, destinadas à média e, principalmente, à baixa renda. Diante do liberalismo do Estado na primeira república, inexistiam políticas governamentais voltadas para a construção e financiamento de moradias populares, principalmente para as camadas mais pobres que serviam de força de trabalho para as atividades produtivas urbanas. As intervenções estatais se restringiam praticamente ao controle das habitações através de medidas de higiene. Dessa forma, como vinha acontecendo no restante do país desde o século XIX, a demanda por esse tipo de moradia foi absorvida pela iniciativa privada e se transformou em atividade altamente rentável, sempre alimentada pelo descontrolado crescimento populacional de uma maioria pobre que ocorria às cidades<sup>51</sup>.

Campina Grande foi tomada pelas mais diversas modalidades de habitações voltadas para atender a essa demanda, dos casebres de taipa aos cortiços em fundos de lote. Armazéns foram subdivididos em vários cômodos e seqüências de quartos foram erguidas atrás de comércios e de residências, em construções só às vezes servidas por instalações sanitárias, mas que estavam sempre prontas para receber mais um pavimento de quartos

---

<sup>48</sup> Alguns pedidos para a construção de imóveis não eram acompanhados de nenhum projeto ou de qualquer descrição física da futura edificação.

<sup>49</sup> Solicitação de licença para construção de prédio, rua do Açude Velho, propriedade de Austerliano Clementino de Farias, 1932 (APMCG).

<sup>50</sup> Solicitação para construção de casa, rua 5 de Agosto, propriedade de Severino Tomaz de Aquino, 1932. Solicitação para construção de casa, rua Visconde de Pelotas, proprietário ilegível, 1932 (APMCG).

<sup>51</sup> Cf. Bonduki (1998). Ainda segundo o autor, essa “situação perdurou até as transformações por que passou o país na era Vargas desestimularem os investimentos no setor, deixando como opção a intervenção estatal e a ação dos próprios trabalhadores através do auto-emprego da moradia” (BONDUKI, 1998, p.44). Em Campina Grande, encontramos a reprodução de cortiços durante todo o nosso período de estudo. Sobre a reprodução desse tipo de moradia em outras cidades, ver Vaz (2002), Marins (1998), Chalhoub (1996), Freyre (1977), Correia (2004). Sobre o cotidiano dessas habitações na cidade do Rio de Janeiro, ver a obra *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo. Sobre habitações precárias para os trabalhadores europeus das cidades industriais oitocentista, ver Engel (1987), Guerrand (1991), Benévolo (2005), Bresciani (1989).

enfileirados, para, dessa forma, aumentar os rendimentos dos seus donos<sup>52</sup>. Além dos casos conhecidos de Marinheira Agra, Manoel Mendes e Jovino do Ó, registrados muitas vezes de maneira idealizada, heróica, é comum encontrar nos pedidos de construção da época várias histórias semelhantes, de anônimos, como a do “proprietário de um terreno na rua 4 de outubro, onde tem cazinhas de taipa” e “vem perante Vsa. pedir licença para edificar 3 novas casas no local, sendo estas de tijolo”; de Malachias de Sousa do Ó, que precisa “reconstruir [reformatar] os armazéns n.º. 229 e 235 á Rua da Republica desta cidade, [para transforma-los] em casas de família “; de Manoel da Silva que “pede a Vsa. que se digne conceder licença para construir nos fundos dos prédios n.º. 322 e 326, 12 (doze) quartos, seis (6) inferiores, e seis (6) superiores”; de Maria Rodrigues da Silva que “vem mui respeitosamente, pedir a V.S., que se digne conceder licença, para construir em terreno dos fundos da casa n.º.96, á Rua Índios Cariris, uma Ampliação de quartos conforme planta anexa”; de Josepha Cavalcanti Pimentel e o menor Garibaldi Augusto Pimentel de Oliveira, “senhores e possuidores do prédio de tijolo e telha, sob o n.º. 164 á rua Maciel Pinheiro, nesta cidade”, que “requerem licença para construir seis (6) quartos no muro [quintal] do alludido prédio, parte lateral da Travessa do Castelo (actual Beco da Paulista)<sup>53</sup>” (imagens 15-18).

Quando a casa era de esquina ou tinha fundos para uma rua considerada menos importante, como nesse caso da rua Maciel Pinheiro e em outro da rua Marquês do Herval, o proprietário fazia questão de frisar que o acesso aos quartos se daria pelo logradouro secundário, de maneira marginalizada, pelo beco da Paulista ou pela rua Monsenhor Sales, longe dos olhos dos transeuntes de tão dignas artérias. Assim, de áreas mais pobres e marginais ao centro urbano, como a rua Índios Cariris, passando por regiões contíguas aos pontos mais valorizados desse centro, como a rua 4 de Outubro, até as próprias áreas mais valorizadas e habitadas pelo que se entendia como elite até então, como a rua Maciel Pinheiro, serviram para a reprodução desse tipo de moradia. Em parte elas foram financiadas pelos chamados capitalistas, donos de vários conjuntos de casas em diversos pontos da cidade, em outra, por famílias que queriam apenas ganhar uma renda extra com o aproveitamento do espaço livre dos seus quintais.

A própria configuração da cidade, de maneira espontânea, quase cotidiana, com pouco ou nenhum controle da municipalidade sobre a produção do seu espaço, intensificou as misturas de usos e de classes sociais no território citadino, acentuadas agora por uma maior densidade populacional e pelo surgimento e multiplicação de

---

<sup>52</sup> Na ocasião das comemorações do centenário da emancipação política de Campina Grande, em 1964, um estudo patrocinado pelo SESC chamou a atenção para a proliferação de casas de taipa, cortiços e casas de cômodo na cidade, fruto do seu crescimento vertiginoso e desordenado, principalmente durante o intervalo 1930 -1950 (SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, 1967).

<sup>53</sup> Solicitação de licença para construção de residências, rua 4 de Outubro, sem identificação de proprietário, 1933. Solicitação de licença para reforma de armazéns, rua da República, propriedade de Malachias de Sousa do Ó, 1932. Solicitação de licença para construção de quartos, sem identificação de logradouro, propriedade de Manoel Silva, 1934. Solicitação de licença para construção de quartos, rua Índios Cariris, propriedade de Maria Rodrigues da Silva, 1942. Solicitação de licença para a construção de quartos, rua Maciel Pinheiro, propriedade de Josepha Cavalcanti Pimentel, 1934. Solicitação de licença para construção de quartos, rua Marquês do Herval, propriedade de Francisco Maria Filho, 1934 (APMCG).



novas atividades urbanas (fábricas, depósitos de couro, companhia de energia, armazéns de algodão, equipamentos de lazer etc.). Os conflitos daí resultantes iam desde questões e julgamentos estéticos, morais e higiênicos até reclamações por causa dos ruídos emanados pelas fábricas e pelas novas atividades noturnas de lazer (como os prostíbulos). Com relação à higiene, a própria precariedade na organização das repartições sanitárias da cidade no século XIX e começo do XX, como veremos com maiores detalhes no capítulo seguinte, impossibilitou que as teorias higienistas circulantes no município desde os oitocentos se convertessem em ferramentas de controle urbanístico, que, de alguma forma, arbitrassem previamente na disposição dos equipamentos que pudessem representar algum tipo de perigo para a salubridade do município. Exceção apenas para os cemitérios das Boninas (1857) e do Carmo (1899). Mas o primeiro, construído ainda em meados do século XIX em região, na época, afastada do núcleo urbano, logo foi cercado pela cidade em crescimento.

Dessa forma, as moradias, os lugares de trabalho e de lazer das mais variadas classes sociais, quando não misturados, estavam bem próximos. Em algumas situações, a habitação e o trabalho de uma mesma família estavam abrigados em um só edifício, muitas vezes com empregados morando em edículas nos fundos do lote. Em outras, essas atividades se revezavam numa sucessão de construções coladas parede a parede. As pequenas distâncias entre pontos da cidade não chegavam a definir grandes áreas, ou bairros, com características próprias. No máximo, tínhamos ruas com predominância de alguma função ou classe econômica (rua do Rói Couro, rua dos Armazéns), mas que não existiam de forma isolada, pois interferiam e interagiam com as demais partes da cidade.

Usando como exemplo a rua Maciel Pinheiro e da praça Epiácio Pessoa, o inquilino de um dos seis quartos construídos nos fundos da casa nº. 164, propriedade de Josepha Cavalcanti Pimentel e do menor Garibaldi Augusto Pimentel de Oliveira, poderia resolver quase toda a sua vida por ali mesmo. Poderia trabalhar em uma das mais diversas casas comerciais da região ou na fábrica de bebidas de João Pontes, que ficava no nº. 53. Possivelmente, não teria dinheiro para usufruir de toda a gama de produtos elegantes ofertados pelos comerciantes, mas sempre havia algo a preços módicos, pois, como anunciava a loja de tecidos A Campinense, “nosso lema é vender barato para vender muito” (CAMPINENSE, 1934). Para as suas compras cotidianas, teria a sua disposição a mercearia Cavalcanti & Irmão no Nº. 102 ou a feira, que se esparramava por ali e pelas ruas adjacentes duas vezes por semana (imagem 19). Nesses dias, carros e pessoas disputavam espaço na estreita Monsenhor Sales, era “um deus nos acuda”, senhoras rasgando

as vestes caras em caixões postos nas calçadas; outras atropeladas por ganhadores que por ali passam carregados; crianças rompendo com dificuldade a feira, arrastadas pelas mãos cuidadosas das mães, e homens apressados, tentando passar para os seus negócios, com a



raiva saindo da bôca e as mãos afastando os fereiros sem nenhuma delicadeza (PIMENTEL, 1937).

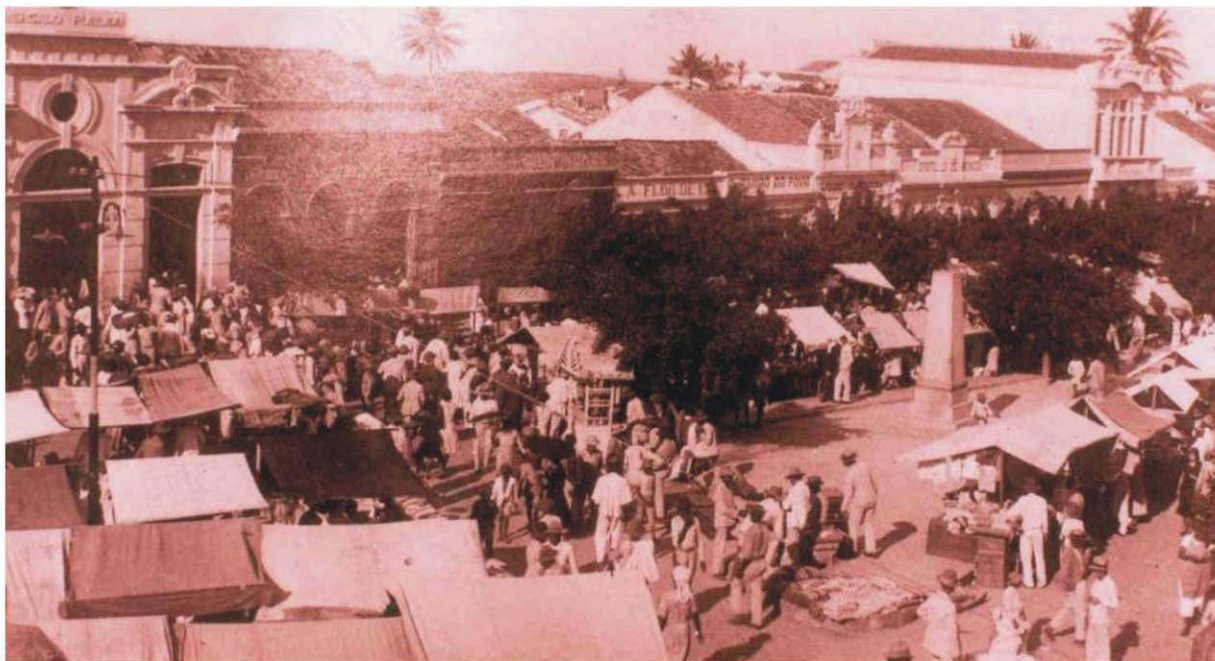
Ao seu término, algumas das calçadas estavam completamente manchadas e impregnadas de cascas de frutas (FEIRA DE..., 1931). Pela rua Maciel Pinheiro e praça Epitácio Pessoa também ficavam o Cine-Theatro Apollo, o Cine Fox e o restrito Grêmio Renascença 31<sup>54</sup>. Os vizinhos do Cine Fox ficavam incomodados com os assobios, gritarias e demais barulhos promovidos pelo "molecorio" durante a exibição dos filmes, e exigiam providências enérgicas para "coibir esse inominável abuso, essa imperdoável falta de educação social". Muitos tinham "creancinhas que precisam repousar cedo e não o podem fazer, por causa dos entusiasmos e das torcidas que freqüentam o Fox" (MAUS VESOS, 1928). Na impossibilidade do morador dos fundos da casa nº. 164 da rua Maciel Pinheiro freqüentar esses lugares, só restava ir para a rua de trás, a Peregrino de Carvalho (antiga rua do Emboca), ou para a Rói Couro, em uma das casas que Jovino do Ó alugava para as "mulheres de vida livre". Essa última era "o ponto de maior concentração das rameiras" e ficava entre "quatro artérias importantes da nossa urbe, habitadas todas por famílias da nossa melhor sociedade". Em noites de músicas e farras, as famílias das ruas Irineu Joffily e Vidal de Negreiros ficavam até alta madrugada em "desasocêgo, quando não incomodadas por gritos inconvenientes, palavrórios obscenos da bachanal" (LOCALISAÇÃO..., 1931).

Com a dinamização econômica do começo do século XX, formou-se uma outra região comercial de igual ou maior importância do que a rua Maciel Pinheiro e a praça Epitácio Pessoa: a rua João Pessoa (antiga rua Dr. João Leite). Esta, juntamente com as ruas Marquês do Herval, Irineu Joffily e da República, passando pelo Açude Velho até chegar à estação de trem, concentrava boa parte das atividades vinculadas ao algodão. A importância que tal eixo viário adquiriu na cidade pode ser medida pelo roteiro que faziam as linhas de bonde assim que instaladas, seguindo exatamente por esse caminho, ligando tudo à estação da Great Western Brasil Railway. O bonde fracassou, mas por ali continuou se concentrando boa parte das atividades relacionadas com a comercialização e beneficiamento da malvacea, desde os recebedores de algodão até as prensas hidráulicas, que se utilizavam das águas do Açude Velho<sup>55</sup>. Além dos armazéns de algodão, poderíamos encontrar na rua João Pessoa os mais variados segmentos comerciais, do atacado ao varejo: lojas de tecidos, miudezas, artigos fotográficos, acessórios gerais para automóveis, oficinas mecânicas, sucatas e os indesejáveis armazéns de couro, cujas mercadorias exalavam um "halito desagradável e

---

<sup>54</sup> Parágrafo escrito de acordo com as informações do Almanaque de Campina Grande de 1933. Para um passeio mais amplo pelas ruas campinenses desse período, conhecendo com mais detalhes seus usos e personagens, ver Machado (1983 e 1984), Pimentel (1958) e Sousa (2001).

<sup>55</sup> Prensas localizadas nas proximidades do Açude Velho: Whaton, Pedrosa & Cia (depois comprada por Anderson, Clayton & Cia), Sion & Cia (rua Almeida Barreto), José de Vasconcelos & Cia, Araújo Rique & Cia e Leitão e Cia (rua Irineu Joffily) (CÂMARA, 1947).



19. Dia de feira na rua Maciel Pinheiro e na praça Eptácio Pessoa, 1928. 20 e 21. Movimento de pessoas e mercadorias na rua Dr. João Leite, 1929 (depois rua João Pessoa). Fonte: MHCG.



característico, atraindo sobre os telhados vizinhos grande quantidade de urubús (ARMAZÉNS DE COURO..., 1931).

Pela rua João Pessoa também ficavam muitas das fábricas da cidade (de camas, carimbos, estopa, óleos etc.). Por trás ou entre todas essas atividades existiam muitas residências. Embora as fotos da época só se preocupassem em flagrar o intenso movimento das atividades comerciais da região, os projetos e licenças de obra do começo da década de 1930 nos mostram grande quantidade de moradias por ali (imagens 20-21). O mesmo se repetia na rua Marquês do Herval, que tinha como agravante dois problemas: a proximidade com o cemitério das Boninas e com a Empresa de Luz, a qual incomodava “os moradores da praça do Rosário” ao despejar por suas chaminés grande quantidade de fumaça<sup>56</sup> (REPARO INADIÁVEL, 1934). Em frente a essa empresa, na batizada travessa da luz, prostitutas depunham contra a moralidade e os sentidos estéticos e higiênicos dos que se esforçavam pelo embelezamento da urbe, pois habitavam em “uns casebres de taipa, pendidos uns sobre os outros”, cujo significado era o mesmo de “porcaria, nojo, repugnância” (CAIXAS..., 1931). Já as ruas Irineu Joffily e da República eram uma a continuidade da outra, sendo mais residenciais do que comerciais. Lá estava a beneficiadora de algodão do “conhecido industrial Britto Lyra”, máquina que retirava “do caroço do algodão até não mais poder a última fibra, mas, fazendo um escarcéu [barulho] tão danado e deitando pelo mundo uma nuvem de poeira tão espessa, e incomodativa, que não” havia quem pudesse “suportar” (BEZOURO..., 1937).

Mistura de usos, desalinhamento de ruas, praças e construções, parcelamento lucrativo e ocupação desordenada do solo urbano, reprodução de habitações precárias, convívio entre sons, odores, estéticas, moralidades e interesses discordantes. O núcleo urbano campinense deixou de ser um lugar de vidas social e econômica intermitentes, como fora, juntamente com boa parte das cidades brasileiras, ao longo da Colônia, do Império e do começo da República. Passou de unidade consumidora, de atividades produtivas realizadas em maior medida na zona rural, para unidade produtora, de desenvolvimento do capital. As formas urbanas daí resultantes estavam longe, em tamanho e em contexto, dos cenários das cidades industriais europeias oitocentistas<sup>57</sup>. Porém, eram fruto do mesmo processo: da entrada do município na rede do capitalismo internacional como fornecedor de matéria-prima para a industrialização europeia, em maior medida para o setor têxtil.

Como bem definiu Câmara (1947), o seu crescimento, até 1930, foi com sofreguidão pelas construções de afogadilho, produção do espaço urbano que visou apenas lucros

---

<sup>56</sup> A exalação de fumaça na produção de energia elétrica era proveniente do uso de óleo nos motores geradores. Sobre o assunto, ver o jornal *Voz da Borborema* do dia 4 ago. 1937.

<sup>57</sup> Cf. Bresciani (1989), Benévolo (2005).

rendosos, sem planejamento, à vontade da iniciativa privada e praticamente à revelia dos poderes constituídos. Nesse sentido, o mapa de 1918 é muito eloqüente das formas iniciais daí resultantes. As heranças coloniais de construção de cidade passaram a não mais corresponder às novas dinâmicas e funções do município dentro do contexto econômico regional. Contudo, tais formas e heranças não se faziam sentir apenas nos seus espaços públicos. Os procedimentos e hábitos para se edificar e se habitar nessa cidade, ao mesmo tempo em que eram causa, traziam consigo as conseqüências desse processo, geralmente refletidas na disposição do edifício no lote, na espacialização interna dos seus ambientes e nos usos que as pessoas faziam das suas casas, os quais, na precariedade da infra-estrutura urbana, muitas vezes encontravam lugar de realização fora da esfera privada.

### **Construções “acanhadas e sem o menor gosto arquitetônico”**

O casario de Campina Grande, com exceção de alguns edifícios tipo bungalow, é acanhado e sem o menor gosto arquitetônico. É uma das minhas cogitações estimular a construção de prédios modernos que substituam os casebres inestéticos pelo menos na principal artéria da cidade (ELEIÇÃO..., 1935).

Em 1935, o então candidato a prefeito Vergniaud Wanderley assim definiu as construções de Campina Grande: acanhadas, casebres inestéticos, sem o menor gosto arquitetônico. O diagnóstico colocava a cidade inteira no mesmo patamar de “feiúra”, só excluía algumas esparsas residências, tipo *bungalow*. De fato, quando da sua declaração, as exceções realmente eram poucas. O seu olhar se voltava contra a certa uniformidade construtiva que Campina Grande possuía naquele momento, contra a simplicidade das edificações térreas coladas umas às outras distribuídas por quase toda a cidade. Tal gregarismo era, ao mesmo tempo, causa e conseqüência da própria forma como suas estruturas de ruas, praças e lotes foram organizados desde os primórdios, como vimos antes, herdeiras dos padrões coloniais de produção do espaço citadino, cujos sinais de ruptura só começaram a se delinear no país em meados do século XIX, com o afastamento das construções residenciais de um dos limites laterais do lote<sup>58</sup>.

Como em Campina Grande, críticas assim precederam várias reformas urbanas no Brasil no começo dos noventa, voltando-se contra o mar de casas térreas e a aparência lusitana das suas cidades, principalmente das suas regiões centrais. Porém, muito mais do que as propaladas questões estéticas, de gosto arquitetônico, esse enunciado acanhamento construtivo trazia consigo, dos séculos anteriores, a espacialização interna das edificações e os usos que desses ambientes faziam as pessoas em seus cotidianos para se abastecerem d'água, para se livrarem dos esgotos, para o descanso e o gerenciamento das necessidades do corpo, enfim, uma série de atividades executadas

---

<sup>58</sup> Cf. Reis Filho (1970) e Lemos (1989).

de acordo com a infra-estrutura da cidade. Na precariedade tecnológica de equipamentos urbanos de uso coletivo (sistemas de abastecimento d'água, coleta de esgotos), muitas dessas atividades encontravam realização na esfera pública, aos olhos de todos.

O aspecto das construções de Campina Grande ao adentrar os anos 1930 refletia as próprias condições de evolução da cidade ao longo do tempo, de um núcleo que durante a Colônia e o Império teve limitada importância econômica, social e política dentro do contexto regional e que, portanto, com uma ou outra exceção, não possuía grandes exemplares de arquitetura urbana remanescentes desse período<sup>59</sup>. Almeida (1962, p.126) registra que, desde 1821, as cidades de Areia e Mamanguape (interior da Paraíba), na época mais ricas do que Campina Grande, importavam de Portugal, para revestimento e ornamentação dos seus sobrados (todos já com janelas envidraçadas e varandas de ferro com avanço para o exterior), azulejos coloridos e louças em forma de animais, entidades mitológicas e vasos floridos para colocação nas cimalthas; novos materiais cuja importação foi intensificada com a integração do país ao mercado mundial a partir da abertura dos portos (1808) e que proporcionaram avanços construtivos na arquitetura brasileira<sup>60</sup>. Câmara (1943, p.78, 87-88) mostra que, por volta de 1850, Sousa e Pombal, menores e com vida mercantil inferior a Campina Grande, eram mais bem edificadas do que esta, fator que despertou a admiração dos habitantes da capital paraibana para o bom gosto das populações dessas duas cidades e, também, de Areia e Mamanguape, devido aos seus "sobrados largos de azulejo, em beira e bica, à moda de Lisboa e Porto". Enquanto isso, na década de 1860, o núcleo urbano campinense, ainda Vila Nova da Rainha, era um "agregado de casinhas mal construídas", de "aspecto triste"

sem auxílio provincial, desprezada, ainda há pouco tempo, dos seus fazendeiros, habitada por artífices e mercadores pobres, não podia ter melhor feição arquitetônica. [...] ainda em 1864, Campina não possuía sequer um único prédio de mais dum pavimento, pois como tais não poderiam ser tomados os coros das igrejas, a sala livre, sistema água furtada, da cadeia ou o sótão do Comércio Velho, únicos edifícios de então que se destacavam da paisagem urbana [...]. As casas, na maioria, tinham tetos baixos, em tacaniça e beira e bica; portas e janelas largas cortadas horizontalmente em semicírculo; paredes de tijolo de grandes dimensões; terças e cumeeira de madeira grossa apoiadas sobre esteio embutidos nas paredes; alicerces de barro e tijolo ponta crua etc. Ainda não havia gelosias e as portas e janelas, de madeira aplaianaada, eram pintadas bizarramente. Bizarra também a pintura das fachadas (CÂMARA, 1943, p.87-88).

As edificações só ganharam maior solidez, usando a expressão de Câmara, com a elevação da vila à condição de cidade (1864) e a conseqüente intensificação da sua

---

<sup>59</sup> Dentre as exceções, a Casa de Câmara e Cadeia (1814), o sobrado de Francisco Maria de Souza Gouveia (1877), o Paço Municipal (1877) e as igrejas do Rosário e da Matriz. Mesmo sendo exemplares significativos dentro do contexto local, esses edifícios distavam em tamanho e qualidade, imponentia e requinte, da arquitetura desenvolvida em muitas capitais do país no mesmo período, inclusive em João Pessoa.

<sup>60</sup> Sobre o assunto, ver Reis Filho (1970, p.37-38).

vida urbana. Bacharéis passaram a residir na cidade e alguns fazendeiros se inclinaram para construir suas residências urbanas. A reforma dos templos religiosos (Igreja da Matriz e do Rosário), a construção de edifícios públicos (Cadeia Nova, Casa de Caridade, Grêmio de Instrução e Paço Municipal) e algumas iniciativas particulares de maior vulto, como a construção de um sobrado largo e azulejado na praça Eptácio Pessoa (em 1877, propriedade de Francisco Maria de Souza Gouveia, depois pertencente à família Lauritzen), garantiram melhor feição arquitetônica ainda no século XIX, refletindo o grau de importância que o núcleo urbano passou a ter. Contudo, a mão-de-obra continuava precária. O Paço Municipal, por exemplo, um dos edifícios de maior impacto e importância para a cidade no final do século XIX, segundo Almeida (1962, p.165), foi construído por uma frente de trabalho formada por retirantes da grande seca de 1877 que acorreram a Campina Grande (ALMEIDA, 1962, p.165-174), certamente pouco qualificados para a execução de detalhes construtivos mais elaborados (imagens 22-24).

Em maior ou menor medida, as igrejas e o paço traziam claramente em suas fachadas cuidados de composição arquitetônica, certa preocupação com os aspectos estéticos da construção, algo que não significou, necessariamente, a atuação de arquitetos ou de outros projetistas na cidade. Suas referências se filiavam às manifestações classicizantes da arquitetura brasileira, com a utilização de frontões, balaustradas, vergas em arco pleno, pilastras e predominância de simetria em plantas e fachadas<sup>61</sup>. Aqui surgiram, tardiamente, alguns elementos construtivos inexistentes no cenário local no ano de 1864<sup>62</sup>, como azulejos, a utilização de madeira serrada e vidro nas esquadrias e os balcões de ferro do sobrado de Francisco Gouveia. Mas essas foram iniciativas isoladas. Grosso modo, as edificações continuavam simples, térreas, implantadas em seus lotes estreitos e compridos, coladas umas às outras, como o conjunto arquitetônico da rua Maciel Pinheiro, habitado por pessoas que “viviam do comércio e de pequenos ofícios, quase todos forasteiros” (CÂMARA, 1947, p.63). Câmara (1947, p.50-51) chegou a dizer que, excluindo o aumento do número de casas e as construções e reformas citadas acima, “a cidade apresentava pequena diferença em 1907 comparada com 1864”, fazendo com que o campinense tivesse inveja dos conjuntos arquitetônicos das outras cidades<sup>63</sup>.

Com o aceleramento construtivo desde o começo do século XX, o número de edificações saltou de 731, em 1907, para 4.781, em 1930. Acreditamos que isso representou, majoritariamente, um incremento quantitativo e não qualitativo dos prédios da cidade e, conseqüentemente, do seu espaço urbano. No Brasil, de maneira geral, a instalação de grandes sistemas ferroviários, na segunda metade do século XIX, colocou o

---

<sup>61</sup> Lemos (1987) chama essa produção de Eclétismo Classicizante por entendê-la como o primeiro momento das idéias ecléticas que viriam a se desenvolver em seguida de forma plena. Neoclássico da Província (REIS FILHO, 1970) e Classicismo Imperial (SOUSA, 1994) são, com pequenas nuances, outras denominações da mesma produção.

<sup>62</sup> Considerando para essa análise a definição que Câmara (1943, 87-88) faz das construções da cidade para o ano de 1864.

<sup>63</sup> A ausência de maior número de fontes nos impossibilita de fazer uma análise mais acurada sobre as evoluções da arquitetura de Campina Grande entre meados e finais do século XIX, que problematize este quadro quase estático descrito por Câmara.

interior do país em maior contato com os portos das cidades litorâneas e, daí, com a sociedade industrial européia, o que representou avanços técnicos na nossa arquitetura. “Novos tipos de mercadorias, como máquinas e materiais de construção mais pesados (vigas e colunas de metal, elementos de acabamento, mobiliário, decoração), cuja condução seria impossível com o transporte em lombo de burro, passariam a chegar, com toda facilidade e pela vigésima parte do preço, a essas regiões”, como já chegavam desde o princípio do século, só que em menores proporções (REIS FILHO, 1970, p.148). No caso de Campina Grande, o trabalho de Aranha (1991, p.100) nos mostra que, dentre outros objetos, a Great Western Brasil Railway transportou até a cidade, no ano de 1911, mobília<sup>64</sup>, porcelana, espelhos, cristais e folhas-de-flandres (geralmente utilizadas para confecção de calhas, condutores e algeroz), materiais importados via portos da Paraíba e de Pernambuco.

O acervo iconográfico do começo do século XX flagra construções com maior apuro técnico quando comparadas àquela paisagem descrita por Câmara (1943, p.87-88) para o ano de 1864. Agora, os edifícios mais comuns apareciam com melhores esquadrias (com o uso de madeira serrada, e não mais aplainada, e de vidro, possibilitando a entrada de luz nos edifícios mesmo quando portas e janelas estavam fechadas) e utilizando platibandas, o que denunciava o uso de calhas no telhado para impedir o despejo das águas pluviais diretamente sobre a via pública, mudança talvez ocorrida por imposição de legislações municipais ainda no século XIX (imagem 25). Contudo, isso pouco levou a alterações na relação entre a arquitetura e o urbano. Até os primeiros anos da década de 1930, a maior parte das edificações de Campina Grande era térrea, sem recuos em relação aos limites frontal e laterais do lote e possuía cobertas simples, de duas águas paralelas ao alinhamento da rua<sup>65</sup>. O rápido crescimento da cidade entre 1907 e 1930, com “sofreguidão pelas construções de afogadilho, como se fosse um acampamento, visando apenas lucros rendosos” (CÂMARA, 1947, p.52), não abriu espaço para maiores inovações na sua arquitetura.

Poucas foram as edificações que incorporaram recuo frontal ou em um dos lados do lote, levando ao surgimento de jardins, de novos arranjos de plantas e de telhados recortados, mais complexos, transformações que já vinham acontecendo no país desde a segunda metade dos oitocentos e que no final desse mesmo século já eram correntes na arquitetura residencial das áreas de expansão da capital paraibana,

---

<sup>64</sup> Os móveis não eram apenas importados, mas passaram a ser fabricados na própria cidade. Em 1929, a Moveleira Ideal anunciava que era a única a confeccionar móveis “com toda perfeição e bom acabamento”, pelos “catálogos do Rio e de S. Paulo”, capaz de deixar seus clientes “admirados” (MOVELEIRA..., 1929).

<sup>65</sup> Em estudo anterior, tivemos a oportunidade de quantificar, mesmo que de maneira ainda precária, tais características das construções campinenses: 89% dos edifícios eram térreos, 85% sem recuos em relação aos limites frontal e laterais do lote e 75% possuíam cobertas simples, com cumeeira paralela ao alinhamento da rua (CARVALHO, QUEIROZ E TINEM, 2006).



22. Igreja Matriz (Catedral de Nossa Senhora da Conceição). 23. Igreja do Rosário. 24. Paço Municipal (1877). Fotos do começo do século XX. Fonte: MHCG.





A implantação colonial continuou predominando até a década de 1930. **25.** Rua Maciel Pinheiro, 1931. **26.** Rua Vidal de Negreiros, 1930. **27.** Rua Irineu Joffily, com as maiores rupturas quanto à implantação, 193?. **Fonte:** MHCg.



geralmente associadas às classes média e rica<sup>66</sup>. Os edifícios comerciais e as pequenas fábricas dispostas dentro do perímetro urbano seguiam o mesmo caminho, estendiam-se por quase todo o terreno. Só limitado número de edificações reformadas ou reconstruídas das áreas de ocupação mais antiga, como a rua Floriano Peixoto, e alguns novos prédios erguidos nas regiões de expansão pós-ferrovia, como a rua Irineu Joffily, afastaram-se de um dos limites do lote. Completamente soltas no meio do terreno, apenas algumas residências mais abastadas das ruas 7 de Setembro, Vidal de Negreiros e João da Mata (imagens 25-30).

Essas últimas eram os palacetes ecléticos, os *bungalows*, citados pelo então candidato a prefeito Vergniaud Wanderley como exemplo de bom gosto arquitetônico. Até o momento, acreditamos que o surgimento desse tipo de moradia em Campina Grande se deu na década de 1920<sup>67</sup>, aos primeiros sinais urbanos da bonança vinda com o incremento econômico local (eletricidade, bondes, primeira tentativa de se criar um sistema de abastecimento d'água e demais melhoramentos da infra-estrutura citadina) e em consonância com o seu aparecimento na capital<sup>68</sup>. A construção de residências urbanas isoladas no terreno já era ensaiada no país desde finais dos oitocentos, com a República e com as exigências dos códigos higienistas em busca de ar e luz para as alcovas, mas só ganhou intensidade com os novecentos. Era a casa da família nuclear, sinônimo de moradia civilizada, burguesa, à francesa. Ao se afastarem dos limites laterais, essas casas romperam com o tipo de implantação colonial, ganharam maior liberdade para o arranjo, a iluminação e a ventilação dos ambientes e estabeleceram nova relação com a esfera pública, longe dos olhares da rua e do contato imediato com os vizinhos (REIS FILHO, 1970; HOMEM, 1996). Eram novas noções de privacidade e conforto, imbuídas dos valores da burguesia emergente, surgidas com o melhoramento da infra-estrutura urbana (em alguns casos, geralmente nas maiores cidades) e com os avanços técnicos e construtivos advindos com a Revolução Industrial<sup>69</sup> (REIS FILHO, 1970, p.154; HOMEM, 1996, p.247).

As inovações na disposição do edifício no lote, no arranjo das plantas, nas técnicas e materiais construtivos utilizados e dos mais recentes sistemas de abastecimento de água e coleta de esgoto representaram momento de modernização da arquitetura brasileira. Contudo, não estava vinculado a um estilo próprio. As referências formais poderiam ser várias, de épocas diversas, quase sempre remetendo à arquitetura europeia do mesmo

---

<sup>66</sup> Cf. Carvalho e Tinem (2006, p.51-52).

<sup>67</sup> De acordo com o Prof. Dr. Fábio Gutemberg Sousa (Departamento de História da UFCG), o *Anuário de Campina Grande de 1925* trouxe a imagem de uma residência com essas características construída na rua João da Mata, citada pela publicação como exemplo de moradia elegante campinense. Em debate promovido durante o simpósio temático *A cidade em diferentes olhares* - XII Encontro Estadual de História da ANPUH, Cajazeiras, 28 jul. 2006. Ainda não tivemos acesso ao *Anuário de Campina Grande de 1925*.

<sup>68</sup> Cf. Carvalho e Tinem (2006, p.52-53).

<sup>69</sup> Em muitas cidades brasileiras, principalmente nas grandes capitais, esse tipo de moradia surgiu em consonância com a instalação dos sistemas de abastecimento de água e coleta de esgoto, iluminação a gás ou elétrica e transporte coletivo. Dentre as muitas inovações técnicas e construtivas trazidas com a Revolução Industrial, podemos citar a utilização de telha francesa, papéis de parede, ornamentos pré-fabricados, calhas, condutores, ferro, vidro, lambrequins, madeira serrada para portas, janelas e complexas estruturas de telhado (REIS FILHO, 1970; HOMEM, 1996; CARVALHO e TINEM, 2006; FABRIS, 1987).



28. Incipientes rupturas com o sistema de implantação colonial na rua Floriano Peixoto, 1932. Fonte: MHCG.

Exceções de palacetes ecléticos e bangalôs. 29. Rua 7 de Setembro, 193?. 30. Rua Vidal de Negreiros, 193?. Fonte: MHCG.



período, configurando o que se convencionou chamar de Ecletismo arquitetônico (FABRIS, 1987). Até os anos 1920, o Ecletismo relacionava-se com a idéia de modernidade, configurando o cenário da *Belle Époque* brasileira. Tais manifestações contribuíram para a elaboração da imagem pública desse conjunto de modernizações ocorridas na esfera privada.

Todas essas transformações eram pouco sentidas na Campina Grande do começo da década de 1930. Os palacetes Ecléticos e as residências com alguma inovação técnica ou recuo em relação aos limites do lote eram exceção em um conjunto urbano uniforme, simples, ainda marcado pelas heranças coloniais. Talvez as maiores novidades trazidas pelo século XX tenham acontecido no campo formal, da ornamentação, ou dos enfeites, como chamavam na época. Com as construções, reconstruções e reformas, muitos desses prédios simples ganharam ornamentos nas suas fachadas, típicos da profusão decorativa Eclética (imagem 31). O Ecletismo campinense difundiu para poucos os avanços técnicos e construtivos da Revolução Industrial e veio desvinculado das exigências higienistas que pediam recuos para a desinfecção dos ambientes ditos insalubres. Não se manifestou com a mesma intensidade que em outras cidades do país, como no Rio de Janeiro, Recife, Fortaleza, Belém, Manaus, São Paulo e João Pessoa<sup>70</sup>.

A simplicidade do conjunto arquitetônico com que Campina Grande adentrou a década de 1930 era resultado da sua própria condição econômica e social, formada por uma pequena elite urbana que, desde os anos 1920, aos primeiros indícios de prosperidade econômica, já começava a se instalar fora das áreas tradicionais da cidade, nos palacetes Ecléticos inviáveis de serem construídos na estrutura de lotes estreitos das regiões de ocupação mais antiga; e por uma maioria pobre, que habitava as casas de taipa e os cortiços, e intermediária (formada por comerciantes e profissionais liberais), moradora da maior parte das construções que se espalhavam por ruas como a Maciel Pinheiro, Floriano Peixoto, Irineu Joffily, Marquês do Herval, João Pessoa e Afonso Campos. A propalada elite que morava em algumas dessas ruas era, de fato, restrita; basta observar as fotos da época que flagram tais regiões da cidade. Isso contraria visões predominantes da história local de que a rua Maciel Pinheiro era ocupada eminentemente por uma elite, vinculada a oligarquias agrárias, formada por famílias tradicionais que habitavam “casas belíssimas”, “construções maravilhosas”, “antigos casarões seculares” (VERAS, 1988)<sup>71</sup> que, “com sua altura, tamanho e fachadas, deveriam encantar os olhos do homem e da mulher comum” (SOUSA, 2001, p.34)<sup>72</sup>.

---

<sup>70</sup> Sobre o Ecletismo nessas cidades, ver Fabris (1987). Para o ecletismo em João Pessoa, ver Tinem (2006).

<sup>71</sup> As expressões “casas belíssimas” e “construções maravilhosas” foram usados por Esmeraldina Agra, antiga moradora da rua Maciel Pinheiro, em entrevista a Veras (1988) no dia 22 de setembro de 1988. Sobre outras memórias sobre a Maciel Pinheiro, ver também Machado (1983, 1984).

<sup>72</sup> Com as reconstruções e reformas que os prédios mais antigos sofriam ao longo do tempo e considerando que a cidade só teve significativo incremento construtivo a partir de 1864 e, depois, com a instalação da ferrovia, Campina Grande chegou ao nosso período de estudo com uma maioria de edificações do final do século XIX e começo do XX. Assim, mesmo tendo conservado até os anos 1930 praticamente inalteradas as relações arquitetura/lote urbano e as espacializações coloniais, não

A Maciel Pinheiro chegou ao século XX como a principal rua do comércio campinense, disputando a preferência das moradias dos poucos abastados com a rua Floriano Peixoto. Porém, até o incremento econômico do início dos novecentos, Campina Grande não possuía uma elite urbana de fato, consistente, em número significativo. A própria conformação da rua Maciel Pinheiro se deu com a ocupação dos que viviam do comércio e de pequenos ofícios, quase todos forasteiros, como já comentamos (CÂMARA, 1947, p.63). Foi esse tipo de ocupação que chegou ao século passado, predominantemente de comerciantes e profissionais liberais, uma “classe média”, intermediária. Mesmo com as muitas reconstruções e reformas, a maioria dos edifícios da Maciel Pinheiro era muito simples. Os mais imponentes e provavelmente ligados a uma elite eram exceções, como os sobrados da família Lauritzen, da família Agra, da Casa Guerra e do Grêmio Renascença 31 (1924), clube recreativo dos mais abastados. Não existia uma correspondência, por exemplo, entre os simples edifícios das lojas A Simpatia, A Campinense e da Farmácia Osvaldo Cruz, que ficavam na Praça Epitácio Pessoa, e os seus elegantes anúncios de jornal, que diziam vender os melhores produtos dos mais afamados fabricantes nacionais e estrangeiros (VILLAR, 1934; CAMPINENSE, 1934) (imagem 32). As memórias saudosistas dos antigos moradores da área, como as de Dona Esmeraldina Agra, contam a história dessas exceções, das poucas famílias abastadas como a dela. Os seis quartos construídos nos fundos no prédio N.º. 164, por exemplo, não aparecem em nenhuma das suas memórias. Se lá só existisse elite, certamente ninguém precisaria construir cômodos de aluguel nos fundos das suas casas para incrementar seus rendimentos. Analisemos as construções mais de perto.

Como na maior parte da cidade, a rua Maciel Pinheiro formava com a praça Epitácio Pessoa um conjunto urbano uniforme, com usos comerciais, residências e de serviços. Os prédios estavam assentados em seus lotes estreitos, compridos e esconsos, sobre o alinhamento regular da rua e colados uns aos outros pelas laterais, configurando compactas massas edificadas e planos contínuos de fachadas. Estas delimitavam a própria rua e a praça, funcionando como únicos elementos de separação entre o que era público e o que era privado. A compactação só era aliviada pelas áreas livres dos quintais de algumas residências, já que outras preferiram suprimi-las para a construção de quartos de aluguel. Alguns edifícios, como o Grêmio Renascença 31, ocupavam todo o terreno. A escala horizontal, de construções térreas, só era quebrada pelo conjunto de sobrados da Praça Epitácio Pessoa e por pontuais edifícios desse tipo que se distribuíam ao longo da rua (como a Casa Guerra e o sobrado da família Agra). Predominavam os telhados simples de duas águas com cumeeira paralela à rua, sem os arranjos mais complexos que exigiriam materiais e mão-de-obra mais qualificados. As platibandas

---

podemos nos referir a essas construções como coloniais, como fazem alguns cronistas da época e estudos mais recentes. Talvez a única exceção seja a Casa de Câmara e Cadeia, construída em 1814, que mesmo com a descaracterização sofrida para a incorporação de ornamentação eclética conservou, aparentemente, sua estrutura original.

31. Casa de Câmara e Cadeia (1814), reformada no começo do século XX. Fonte: MHCG.



32. Do lado esquerdo, Farmácia Osvaldo Cruz, Loja A Simpatia e Loja A Campinense. Do lado direito, Grêmio Renascença 31 e Sobrado de Cristiano Lauritzen. Praça Epitácio Pessoa (a data da foto do ano de 1925 é incerta). Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega - Unipê (Acervo pessoal Francisco Sales Trajano Filho).



33. Rua Maciel Pinheiro, 1935. Fonte: MHCG.



estavam presentes em praticamente todas as fachadas frontais e em algumas de fundos, indicando o uso de calhas para a coleta das águas pluviais. As águas da chuva só escoavam dos telhados para vias públicas e quintais nos casos em que não existiam esses elementos, geralmente abrindo valas no chão de terra batida onde as calçadas eram inexistentes (imagem 33).

Certo número de edificações possuía comércio na frente e residência nos fundos, outras se distribuíam em comércio na frente, residência no meio e quartos para aluguel nos fundos. Conviviam trabalho e habitação, família, inquilino e, às vezes, empregados na mesma construção<sup>73</sup> (os dois últimos em edículas de fundo de lote). Eram formas de organização dos grupos familiares e de relacionamento entre casa, trabalho e cidade distantes da privacidade burguesa dos palacetes Ecléticos, que remetiam a modos de vida do Brasil colonial e da Europa medieval<sup>74</sup>, remanescentes até bem pouco tempo nas duas situações. Nos sobrados, com exceção do Grêmio Renascença 31, era comércio embaixo e residência em cima. Estes e as edificações térreas de comércio e parte das de moradia estavam no mesmo nível da rua. As residências restantes elevavam-se em relação à via, mas não com o uso de assoalhos de madeira e de seus respectivos porões ventilados denunciados pelas aberturas nas fachadas, como flagram as fotografias. As casas se elevavam da rua por meio de aterros e o mais provável é que resolvessem os problemas de impermeabilização do solo com o uso de ladrilhos hidráulicos no revestimento dos pisos, técnica já comum no meio construtivo brasileiro<sup>75</sup>. O fato de existirem prédios em níveis diferentes em relação à rua, e outros no mesmo nível, mas com pés-direitos distintos, causava entre construções vizinhas o desencontro de telhados, aberturas (portas e janelas) e platibandas. Preocupações estéticas, como o alinhamentos de aberturas, e construtivas, como o alinhamento das cumeeiras para evitar infiltrações pelas empenas laterais, comuns em algumas cidades brasileiras desde a colônia<sup>76</sup>, eram inexistentes (imagens 25 e 33).

A descoberta das plantas de alguns desses edifícios, enviadas à prefeitura para o pedido de ligação dos serviços de água e esgoto logo após a sua inauguração, em 1939, nos permitiu adentrar e conhecer os usos e a espacialização dessas construções, muitas com origem no século XIX. Os desenhos são poucos, não chegam a flagrar nem dez prédios. Porém, com esse material em mãos e tendo a consciência de que Campina Grande

---

<sup>73</sup> Além dos vários anúncios de jornal que diziam vender pontos comerciais com residências nos fundos e dos projetos desse tipo que localizamos, encontramos no material pesquisado no Arquivo Público Municipal de Campina Grande uma infinidade de pedidos de licença para a abertura das portas dos estabelecimentos comerciais durante os domingos e feriados. Com a finalidade de evitar a exploração dos empregados pelos patrões, a prefeitura limitava o funcionamento do comércio em determinados dias e horários da semana. O comerciante tentava transpor essa regulamentação dizendo que morava atrás do seu estabelecimento de trabalho (às vezes com inquilinos e empregados em edículas nos fundos) e que o único acesso da rua até a sua moradia se dava por dentro da loja. Daí a necessidade da licença para abertura de pelo menos uma porta do comércio nos domingos e feriados. Em muitos casos, esse artifício foi utilizado para o funcionamento das casas de comércio em horários e dias proibidos. Ver denúncia do jornal *O Século* de 28 nov. 1928.

<sup>74</sup> Para esse tipo de moradia na Europa, ver Hall (1991) e Rybczynski (2001), principalmente o capítulo *Intimidade e Privacidade*.

<sup>75</sup> Também é provável que algumas edificações utilizassem pisos revestidos com tijolos de barro, algo presente em antigas construções rurais da região até pouco tempo.

<sup>76</sup> Sobre o assunto, ver Lemos (1999, p.13) e Reis Filho (1970, p.24).

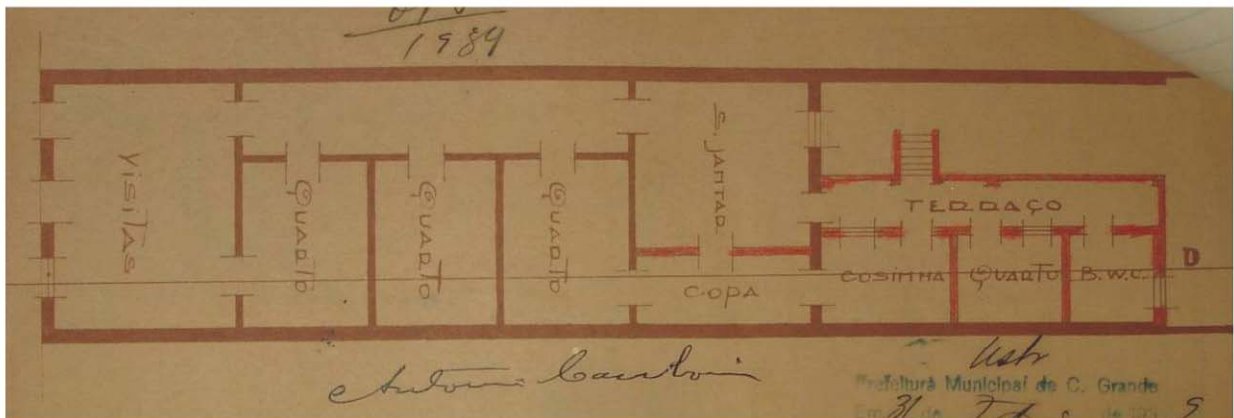
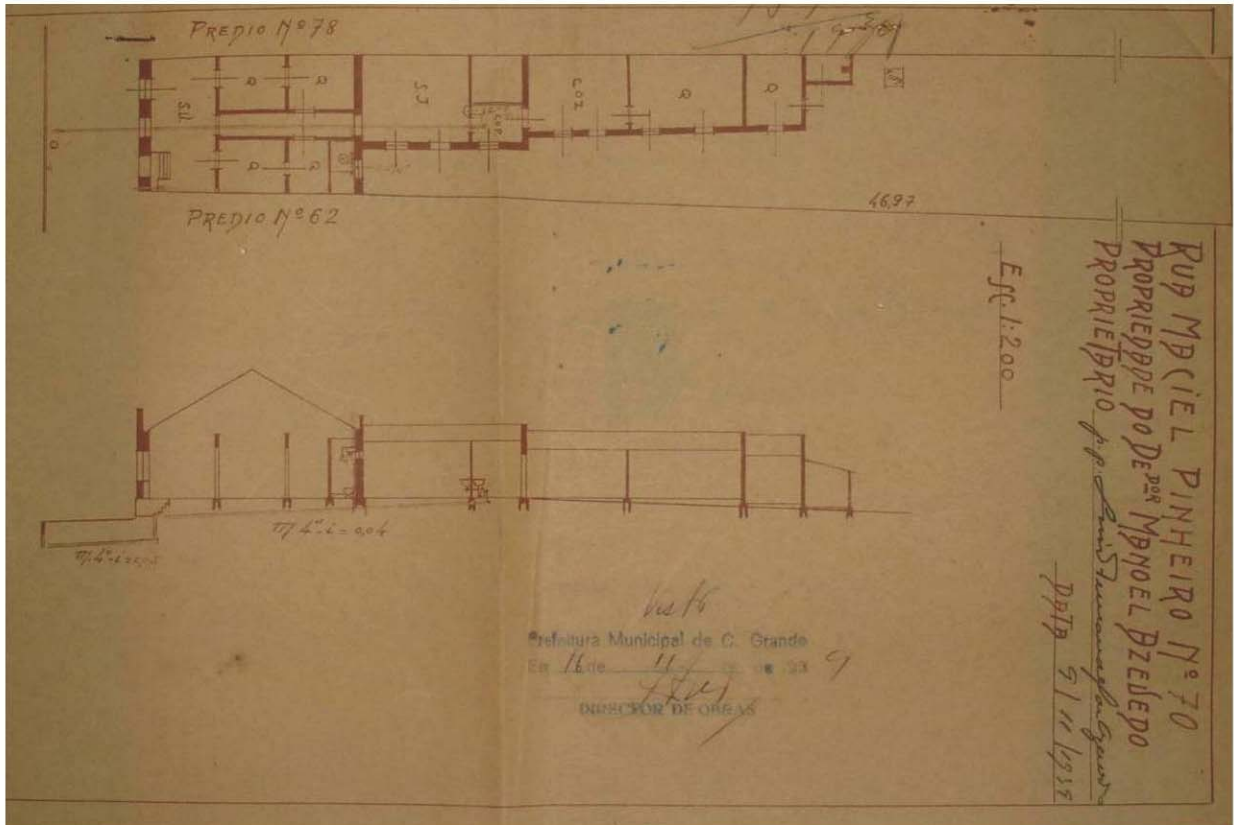
chegou à década de 1930 com certa homogeneidade nas relações estabelecidas entre cidade, lote e construção, e que isso geralmente levava a um tipo pouco variável de planta, podemos estender, com alguma certeza, esses modelos encontrados a outros endereços da rua Maciel Pinheiro e a boa parte da cidade.

A distribuição espacial mantinha majoritariamente os modelos coloniais, praticamente repetindo os padrões descritos pela história da arquitetura brasileira para outras regiões do país, reproduzidos com poucas alterações durante grande parte do século XIX (REIS FILHO, 1970, p.136; LEMOS, 1989). As construções eram alongadas, determinadas pelo próprio formato estreito e comprido dos lotes. Internamente, pouco mudava entre as residências, no máximo com o aumento do número de cômodos. Quando não existia comércio na frente, a sala de estar dava para a rua e ocupava toda a testada do terreno, o que a tornava extremamente devassada pelos passantes, principalmente nos dias de feira, já que a rua se enchia de gente de todos os lugares. Privacidade um pouco maior só nas casas elevadas e nos poucos sobrados. A sala de jantar abria-se para o quintal e frequentemente se estendia em toda largura do lote. Um corredor, às vezes lateral e às vezes central, dependendo da quantidade de cômodos, levava do estar ao jantar, praticamente conduzindo a pessoa do começo até o fim da casa. Ao longo dessa caminhada ficavam os quartos principais, as chamadas alcovas, sem possibilidade de aberturas para o exterior. A ventilação era indireta e iluminação natural só era possível em ambientes limítrofes com a frente ou com os fundos da construção (imagens 34 e 35).

A cozinha ficava após a sala de jantar, em um compartimento menor, ocupando geralmente meia largura do lote. Esse arranjo, ao mesmo tempo em que possibilitava que a cozinha se abrisse para o quintal, permitia que o contato da área externa com a sala de jantar fosse mantido. Pela própria natureza dos seus usos, a relação entre cozinhas e quintais sempre foi uma constante. Além das fumaças e dos odores bem e malcheirosos que careciam ser eliminados para fora da casa, sem que se espalhassem pelos seus demais cômodos, entre esses dois espaços se realizava uma série de atividades rotineiras, intensas, que precisavam ficar próximas, como a busca de lenha, de água na cisterna e de alimentos que eram plantados ou criados no quintal, como porcos e galinhas. Um exemplo de como era o cotidiano nessas cozinhas, e que nos mostra como as sensibilidades higiênicas da época eram outras, poderia ser visto no hotel de Zé Bernadino, que ficava bem perto da Maciel Pinheiro, na rua Monsenhor Sales, onde “os gatos e cachorros davam vida popular” e “lá para trás os animais e galinhas misturavam-se com as cozinheiras” (MACHADO, 1983, 1984). Os “porcos comiam por debaixo da meza [sic] onde serviam-se os hospedes mais ilustres e os cavallos de seu Zé pastavam na cocheira erguida no quintal, que não tinham diferença de algumas de nossas ruas de hoje, em tempo de inverno” (PIMENTEL, 1937).



34. Espacialização com heranças coloniais. Pedido para a ligação dos serviços de água e esgoto da casa nº. 70 da rua Maciel Pinheiro, 1939. Fonte: APMCG.



35. Espacialização com heranças coloniais. Pedido para a ligação dos serviços de água e esgoto da casa nº. 125 da rua Maciel Pinheiro, 1939. Fonte: APMCG.

Como não havia redes domiciliares de abastecimento de água e coleta de esgoto, praticamente inexisteriam instalações hidráulicas em cozinhas e banheiros. Estes, até 1924, “eram primitivas sentinas no fundo dos quintais” (CÂMARA, 1947, p.100), edículas dotadas de escavação no solo para dejeções. Câmara (1943, p.65) relata que em meados do século XIX as fezes das latrinas transbordavam para os córregos, que em dias de chuva eram arrastadas para os açudes que abasteciam a cidade. E isso continuou até os novecentos. As memórias de infância de Cristino Pimentel (1897-1971) contam que pela Rua Treze de Maio (antiga Rua do Açude Novo) “passavam os comboieiros do sertão, e os presos acorrentados, com as ‘cubas’ de merda para despejarem bem perto das águas que a gente bebia” (PIMENTEL, 2001, p.85), adaptando para o contexto campinense um hábito de se livrar dos dejetos que foi comum em cidades litorâneas dos tempos do Brasil colonial e imperial, quando os escravos lançavam no mar os esgotos das casas armazenados em barris de madeira, os chamados tigres, para que a maré os levassem<sup>77</sup>. No mesmo Açude Novo, os encarregados da limpeza pública despejavam “todo o lixo apanhado nas ruas e nas casas particulares” (HIGIENE..., 1931), isso quando não era jogado nas valetas profundas abertas pela chuva nos leitos descalços da cidade. Na ausência de banheiros nas residências, os demais logradouros públicos também viravam lugares para dejeção. O cemitério das Boninas servia de mictório e latrina, era um “fóco de imundices” (CEMITÉRIO, 1909). A rua Venâncio Neiva possuía nomes que diziam muito dos seus antigos usos: beco da merda ou beco do mijo.

As primeiras intervenções físicas nas moradias com o intuito de dar outro destino aos dejetos, de que temos notícia, aconteceram em 1924, quando “os médicos de higiene deram início às intimações para a construção de gabinetes com fossas”, mas ainda sem o uso de bacias sanitárias com descarga, que só apareceram a partir de 1930 e se generalizaram depois dos sistemas de água e esgoto (CÂMARA, 1947, p.100). Com as fossas, muitos banheiros saíram dos fundos dos lotes e foram anexados às construções, porém ainda fora de casa, depois da cozinha. O funcionamento era precário, não mecanizado, dependendo em tudo da relação com o quintal: desde a proximidade com a fossa até os baldes d’água que serviam de descarga. Os odores fortes e os demais problemas de higiene provenientes dessa precariedade técnica em resolver o destino dos dejetos humanos inviabilizavam a multiplicação e a instalação de banheiros nas proximidades das áreas sociais e íntimas, como temos hoje. Os urinóis continuavam como peças indispensáveis nas alcovas.

Assim como o livrar-se dos dejetos, o precário abastecimento de água exercia sua presença sobre a rotina e os espaços das casas e da cidade, impregnando a paisagem urbana de cenas e personagens outrora comuns em locais que já possuíam seus modernos sistemas de condução de água tratada até as residências. Os pobres

---

<sup>77</sup> Cf. Agra (2006, p.36).

utilizavam as águas do Açude Velho e do Açude Novo, que eram as “únicas fontes em que se abastecem as classes menos favorecidas da cidade” (OBRAS..., 1929). Outros compravam água nos açudes privados do município ou eram abastecidos diretamente pelos aguadeiros, carregadores e vendedores de água em domicílio (imagens 36 e 37). Os que podiam, construíam cisternas nos seus quintais, onde armazenavam as águas das chuvas que caíam sobre os telhados. Muitos possuíam “possantes cisternas completamente cheias, só abertas pelos proprietários para a venda ao público quando lhes” era “possível reputar mais alto preço”, só depois que “os carregadores do precioso líquido” anunciavam “a sua escassez nos reservatórios da cidade” (COMEÇA A HAVER..., 1937). Daí o porquê da grande quantidade de pedidos para a construção desses reservatórios e de fossas por toda a cidade antes dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto<sup>78</sup>.

Tomar banho era um hábito nem sempre realizado no banheiro. Muitas casas não o possuíam e algumas que o possuíam só reservavam espaço para a latrina. Assim como a lavagem de roupas, a higiene do corpo era uma atividade costumeiramente desenvolvida fora da privacidade das casas, principalmente para os mais pobres que moraram nos cortiços e nas casas de taipa, muitas preventivamente dispostas às margens do Açude Velho. É provável que a maior parte das mulheres e os mais pudicos e elitizados tomassem banhos de bacia na intimidade dos seus lares. Já Pimentel (2001, p.86) nos conta que, quando criança, o seu avô o levava todos os dias para tomar banho no Açude Velho “na hora dos pássaros alvorearem”. Almeida (1962, p.113-114) relata que, entre outros benefícios, o Açude Velho servia de banheiro público, principalmente para homens e crianças. Alguns dispositivos municipais tentaram regularizar o uso das suas águas ainda no século XIX, determinado, dentre outras coisas, “que nenhuma pessoa maior de sete anos poderá banhar-se de dia no Açude Velho desta cidade, incorrendo o infrator na multa de 20 cruzeiros [sic] e no duplo na reincidência”.

Apesar da proibição e da pesada multa, continuaram os banhos, só diminuindo no inverno, pois outro local mais conveniente não havia para as abluções matinais. No verão, desciam em fileiras os banhistas, continuamente, de chinelas e toalha no ombro, conversando alto, para a ilusória limpeza do corpo na água impura e contaminada do açude público. O espetáculo não passou despercebido a Celso Mariz. Relembrando as suas impressões de criança, nas estadas em Campina Grande, na primeira década do século, contou numa conferência que “o grande banho popular, o mais fresco, o mais alegre, o mais gostoso na comunhão do ar e do testemunho das lavadeiras era o Açude Velho”. Crescia a cidade, residências eram construídas nas proximidades do reservatório, e o velho hábito não sofria restrições (ALMEIDA, 1962, p.114).

O mesmo acontecia no Açude de Bodocongó (imagem 38), no qual as

---

<sup>78</sup> Todas essas formas de uso da casa e da cidade e seus respectivos personagens eram comuns até o século XIX em muitas cidades brasileiras e européias. Para a Europa, ver Guerrand (1991), Rybczynski (2002) e Béguin (1991). Para o Brasil, ver Reis Filho (1970), Homem (1996), Lemos (1989), Freyre (1977), Pinheiro (2002) e Simões Junior (2004).



**36 e 37.** Até a década de 1930, os aguadeiros realizavam boa parte do abastecimento de água da cidade. **Fonte:** Sylvestre (1993, p.259).

[...] pessoas residentes nas [suas] proximidades [...] trouxeram-nos uma justa reclamação a respeito dos banhos publicos no açude daquelle adiantado suburbio. Há muitas casas nas immediações do açude, alem da Fabrica e da estrada que passa por sobre a sua barragem, muitissimo transitada, como sabem, por pedestres e automoveis. Pois, grande numero de despudorados senhores, banham-se nas margens mais próximas, á vista de quem quer que passe pela estrada, em roupas de Adão, e com uma semcerimonia de metter raiva aos moradores daquellas circunvisinhanças, conforme nos assegurou um dos reclamantes, aliás pessoa idonea. Com vista á policia para prohibir terminantemente o abuso e ao Estado, para mandar construir banheiros apropriados (QUEIXAS..., 1928).

A estrutura de lotes estreitos que se conservou nas áreas de ocupação mais antiga e que foi reproduzida à exaustão nas regiões de expansão pós-ferrovia pelo crescimento desordenado, aliada aos rendimentos imobiliários da iniciativa privada; a ausência de técnicos especializados em projetos de edificação com escritório estabelecido na cidade até 1932 (arquitetos, engenheiros, desenhistas), que, de alguma forma, impulsionassem a adoção de novos padrões construtivos<sup>79</sup>; a não intervenção do poder público de maneira incisiva na espacialização interna das construções até o mesmo ano de 1932, no sentido de exigir recuos para iluminação e ventilação das alcovas<sup>80</sup>; o baixo poder de renda de grande parte da população e a precária infra-estrutura da cidade levaram à continuação majoritária dos modelos coloniais de produção e uso da rua e da casa até a década de 1930, algo não exclusivo só a Campina Grande. O gregarismo entre os prédios advindos desses procedimentos de construção levava ao máximo de aproveitamento de cada terreno e predispunha um arranjo de planta que secularmente fazia parte do repertório das pessoas comuns, dos mestres-de-obra e dos pedreiros. Além do mais, não existiam empecilhos para a reprodução desses padrões até então.

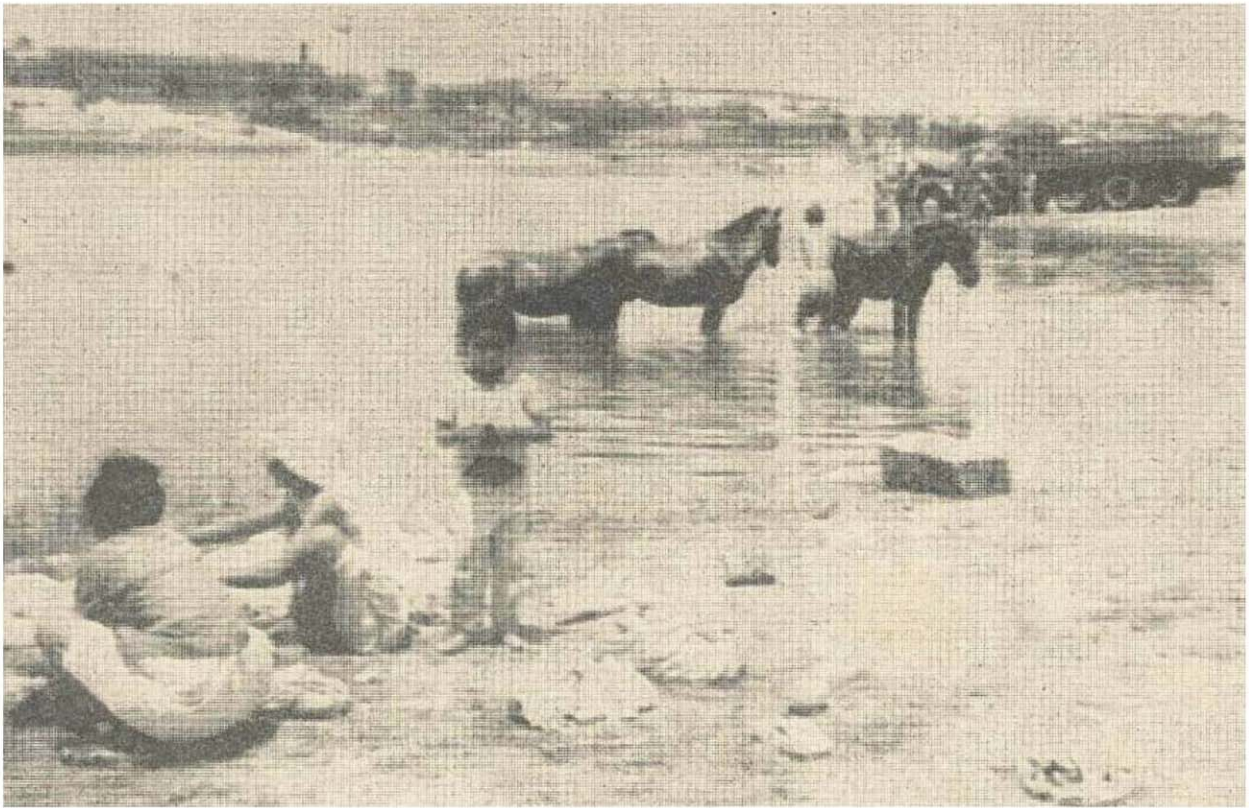
Toda essa maneira de se edificar na cidade aparece de forma muito evidente nos pedidos para construção e remodelação de imóveis do começo dos anos 1930. Das 99 solicitações de licença desse tipo que deram entrada na prefeitura de Campina Grande em 1932, só 7 apresentaram projeto. No caso dos novos edifícios, todos pediram para que o agrimensor municipal determinasse o seu alinhamento em relação à via. Contudo, o controle da municipalidade sobre as construções não passava daí, já que os poucos projetos encontrados nos mostram que não existia a obrigatoriedade do planejamento interno e externo dos prédios a serem construídos ou reformados, exigência decisiva para a prática das ações higienistas e embelezadoras subseqüentes. O mais interessante é perceber que os pedidos para construção e reforma passavam por uma fiscalização do serviço municipal de higiene<sup>81</sup>, mas isso, até 1932,

---

<sup>79</sup> Até o momento, acreditamos que o primeiro escritório de projeto de edificações instalado na cidade foi o do arquiteto licenciado Isaac Soares, em 1933, localizado na Praça Epiácio Pessoa. Antes, porém, sabemos que profissionais estabelecidos em outras cidades atuaram em Campina Grande, como o arquiteto italiano Hermenegildo Di Lascio, radicado em João Pessoa, que projetou o Grupo Escolar Solon de Lucena (hoje reitoria da UEPB), inaugurado em 1924 (MELLO, 2006, p.111).

<sup>80</sup> Sobre legislações em outras regiões do país que passaram a exigir recuos para a iluminação e aeração das habitações desde finais do século XIX, ver Lemos (1999) e Bonduki (1998).

<sup>81</sup> Os pedidos eram endereçados ao Inspetor Municipal de Higiene.



**38.** Banho de pessoas e animais e lavagem de automóvel no açude de Bodocongó. Mesmas cenas em plena década de 1960. **Fonte:** Serviço Social do Comércio, 1967.

representou poucas interferências sobre as construções, geralmente restritas à exigência para a instalação de fossas. De todas as solicitações de licença, apenas duas fizeram menção a alguma recomendação de cunho higienista, das quais em uma a municipalidade recomendava ao requerente que se submetesse “aos dispositivos municipais, sobre altura e hygiene”<sup>82</sup> das edificações. Porém, como veremos adiante, tais dispositivos só foram colocados em prática de maneira incisiva a partir de 1933. Surtilam pouco efeito até 1932, quando as alcovas e a ausência de recuos e jardins continuaram predominando.

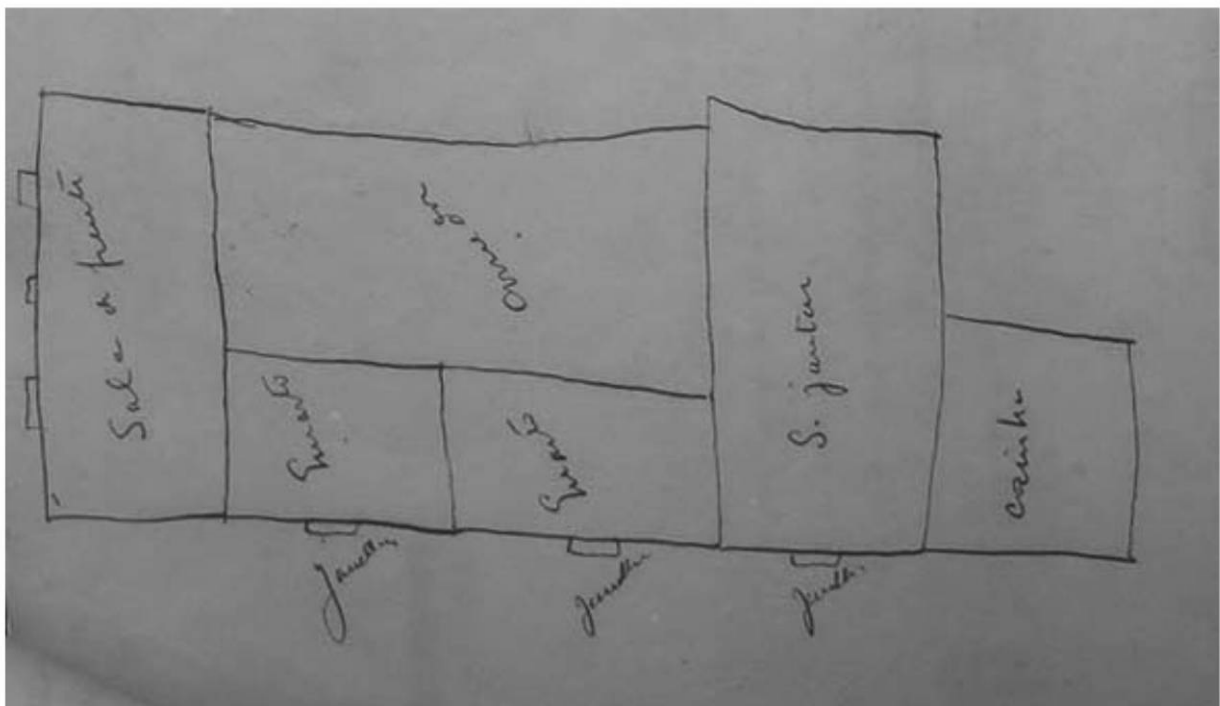
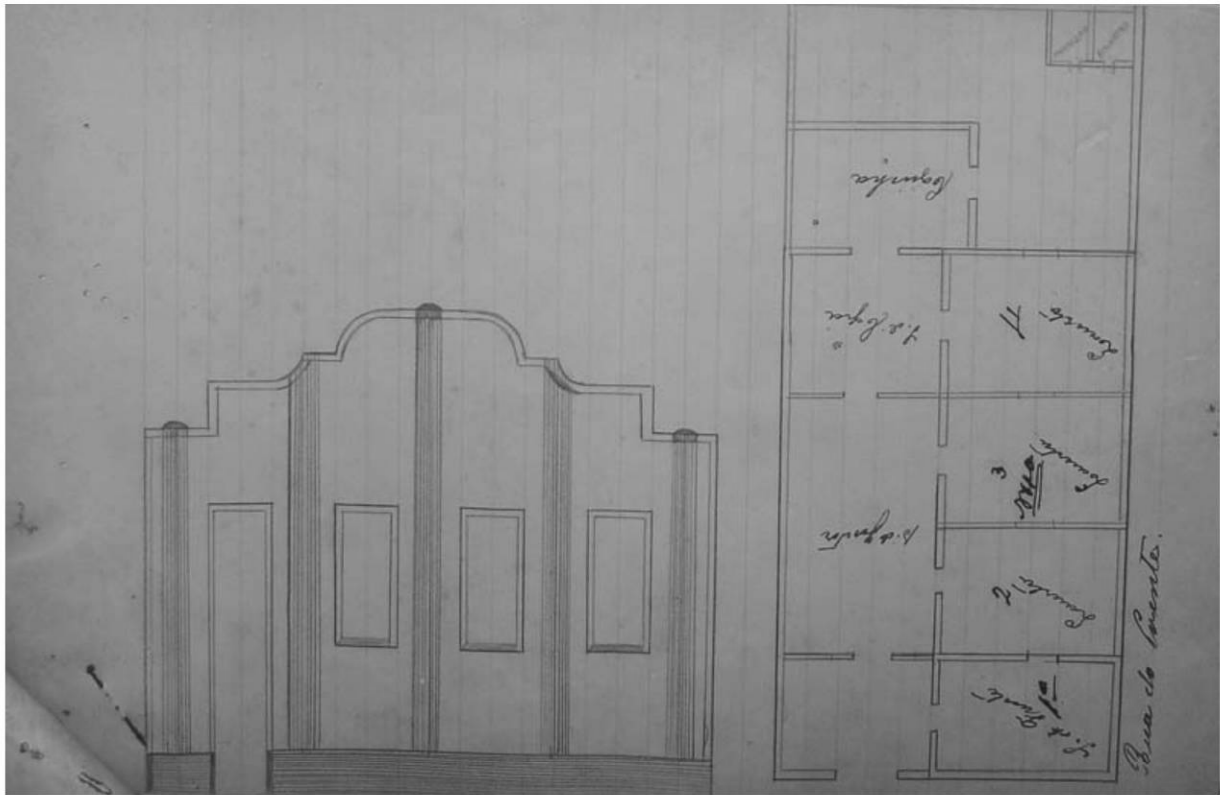
Outro aspecto que nos diz muito sobre as construções da cidade é a precariedade desses sete projetos apresentados. Nenhum foi elaborado por profissional técnico especializado (arquitetos, engenheiros ou desenhistas). O mais provável é que fossem feitos pelos pedreiros, mestres-de-obra ou pelo próprio dono da construção. Os desenhos não passavam de esquemas de plantas rabiscados em pequenos pedaços de papel, quase todas repetindo os modelos coloniais de espacialização já descritos, o que é mais um indicativo da predominância desses padrões construtivos por toda cidade até os anos 1930. Quando apareciam, os desenhos de fachadas, sempre as frontais, não fugiam de toda essa precariedade. Possuíam limitações de cunho técnicos e estéticos. Vendo esses projetos, ficam muito claras as bases técnicas, construtivas e até sociais sobre as quais foi erguida a cidade até então (imagens 39 e 40).

Determinadas vozes de Campina Grande, que diziam ser a cidade “á São Paulada”, já “dotada de todos os recursos proporcionados pela civilização e pelo progresso da humanidade”, passaram a reclamar uma imagem compatível com o seu propalado progresso e que solucionasse os problemas daí surgidos, longe das cenas urbanas acima descritas, ditas arcaicas, incivilizadas. Era mister modernizar, transformar, reformar toda a sua paisagem, assim como se queria fazer com os “vesos de sua gente” que precisavam “ser consertados senão reprimidos, a bem do bom nome da civilidade”. Foi dentro desse espírito e impulsionada por ações pautadas nos ideais de higiene, circulação e embelezamento que a cidade assistiu, nos anos subseqüentes, à separação de usos no tecido urbano, às ações para a criação de uma malha viária moderna e fluída para a velocidade do automóvel e para o trânsito das mercadorias, à higienização de ruas e construções e à substituição de grande número dos antigos edifícios da região central por prédios ditos modernos, arejados, estéticos, com vários pavimentos, afastando para periferia e aí reproduzindo os problemas resolvidos nos seus espaços centrais. Tudo de acordo com o saberes médicos, técnicos e estéticos de profissionais da saúde, de engenheiros e de arquitetos, apropriados e praticados pelos políticos e demais letrados locais.

---

<sup>82</sup> Solicitação para construção de prédio, rua Francisco Ferreira de Souza, propriedade de João Coutinho de Oliveira, 1932 (APMCG).

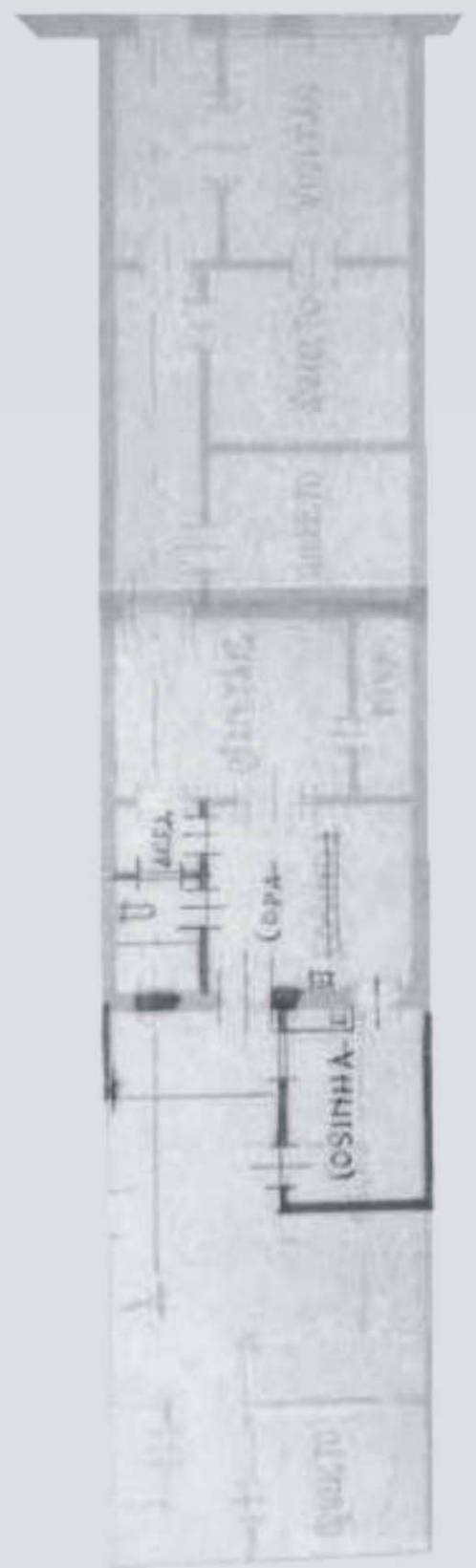
39. Pedido para a reconstrução da residência de Maria Inez de Freitas Ramos, rua do Poente, 1932. Fonte: APMCG.



40. Pedido para a construção da residência de Manoel Borges de Lima, rua Santo Antônio, 1932. Fonte: APMCG.







2

**Do ar e da água, da rua à  
alcova: a higiene  
(des)construindo a cidade**



## Tudo se tolera em subúrbio, não no centro de uma cidade como a nossa

No proximo numero: Localização do meretrício, criação de pombos, remoção de [depósitos de] couros do centro da cidade, saneamento de umas tantas artérias da nossa urbe, demolição dos casebres conhecidos por CAIXA DE PHOSPHOFO etc., etc. (PROXIMO..., 1931).

Foi assim que o jornal *Brasil Novo*<sup>83</sup> terminou a sua edição do dia 7 de janeiro de 1931, anunciando para os próximos números uma série de críticas sobre o estado de insalubridade e feiúra de Campina Grande. As matérias seguintes denunciavam o lixo e a fedentina de algumas ruas e casas do centro da cidade e proclamavam que, daí, fossem expulsos os depósitos de couro, as prostitutas e as casas de taipa habitados por “mulheres sórdidas”, “dadeiras”. A região central, ou o que era conhecido como perímetro urbano, tinha que ser saneada e embelezada em todas as suas esferas públicas, privadas e sociais, em todos os seus aspectos físicos e simbólicos, atingindo desde a condição material de ruas, praças e edificações até os hábitos, costumes, corpos e estéticas de seus respectivos usuários e moradores. Exigiam-se ações enérgicas, pois, como afirmou uma das matérias subseqüentes, feiúras, insalubridades, imoralidades e pobreza eram toleradas “em subúrbio, não no centro de uma cidade como a nossa” (CAIXAS..., 1931).

As críticas ao estado sanitário de Campina Grande não eram novidade, vinham desde o século XIX, época em que ainda era a Vila Nova da Rainha<sup>84</sup>. Câmara (1943, p.65) aponta que, na década de 1850, o estado de higiene da vila “era dos piores que se podia imaginar. Depositava-se lixo nos fundos dos quintais, as fezes das latrinas transbordavam para os córregos, os porcos viviam soltos nas ruas”. Quando chovia, toda a sujeira era carregada para o Açude Velho. O estado de insalubridade tornou-se insustentável diante dos surtos de cólera-morbus (que vitimou dez por cento da população em 1856), varíola e febre amarela (1852), o que levou as autoridades a tomarem medidas de higiene com o intuito de erradicar as epidemias que assolavam a vila. Em 1857, a Assembléia Provincial aprovou lei que, dentre outras regulamentações, controlava o uso das águas do Açude Velho para evitar sua contaminação por meio da lavagem de roupas, pessoas e animais; obrigava os moradores a deixarem suas casas, testadas e quintais sempre limpos de lixo e “mundices que possam prejudicar a salubridade pública”; proibia a criação de animais soltos nas ruas e impedia o enterro em igrejas.

O saber médico vigente atribuía a causa das doenças aos miasmas liberados pelas águas estagnadas e poluídas, pelo lixo acumulado ou pelos corpos em putrefação. Por

---

<sup>83</sup> O jornal *Brasil Novo* circulou pela primeira vez em 10 de janeiro de 1931. Como indica o nome escolhido para seu batismo, fazia apologia ao governo revolucionário de 1930.

<sup>84</sup> O trabalho de Agra (2006) nos mostra a emergência dos discursos higienistas em Campina Grande durante o último quartel do século XIX e começo do XX. Sobre os problemas de higiene vividos pelo Estado da Paraíba ao longo dos oitocentos e início dos novecentos, ver Almeida (1994), principalmente o capítulo *O Saneamento*.

isso, os açudes, as ruas e as residências deveriam ser mantidos limpos e os cadáveres teriam que ser sepultados em “Cemitério, ou campo para esse fim destinado, que seja fora dos povoados, e em sepulturas bastantes fundas” (CÂMARA, 1943, p.65-66)<sup>85</sup>. Para evitar a irrupção das epidemias, intervinha-se sobre o cotidiano da cidade, contra hábitos e práticas arraigados em seus moradores desde os tempos da colônia. Tal situação não era exclusiva a Campina Grande, mas vivida por várias cidades brasileiras durante o Império<sup>86</sup>. Mesmo com a determinação de multas para cada infração cometida, poucas proibições foram levadas a sério, “a imundice continuou” (CÂMARA, 1943, p.66).

Em 1909, o jornal *O Campina Grande* voltava a reclamar da “completa immundice” da cidade, apontando os maus costumes do povo e a inoperância do governo como causas das epidemias, problema que dizimava a população e que colocava o município “enfim fôra do contacto progressivo e evolucional das cidades cultas”. As ruas causavam “nauseas a qualquer transeunte”, em muitas o lixo se acumulava nas valas abertas pelas chuvas. A limpeza só era feita quando alguém fazia “correr o boato de uma visita do governador do Estado”. O cemitério servia de mictório e latrina, era um “fóco de immundices” que causava a “vergonha de nossa terra visitada todos os dias por uma população adventícia de costumes adiantados”. O Açude Velho aparecia como a origem das “diferentes molestias que actualmente vae disimando uma bôa parte dos nossos patricios”, pois “revolvendo materias putridas” fazia “exalar máo cheiro e consequentes miasmas para a insalubridade desta terra”.

Mesmo localizada “em um dos melhores pontos para conservar-se optima saude; no planalto da serra da Borburema, respirando-se todos os dias oxygenio purissimo das arvores”, a cidade é sempre atacada por “casos de molestias epidemicas motivadas pela grande immundice com que nos cercam os poderes públicos”. Para atuar de maneira incisiva contra esse quadro, era requisitada a criação de um serviço de higiene dentro da administração municipal, algo já existente nas “grandes cidades europeias e nas mais adiantadas capitais do país, como [a dos Estados de] Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul”. Legitimando o que dizia, o jornalista acrescentava que a higiene já estava “propagada por todos os Paizes civilisados”, que “era uma parte da medicina relativa ao meio de conservar a saude que nos pode garantir uma cidade sanitaria”. Enquanto que em outros lugares esse serviço já era executado por “médicos

---

<sup>85</sup> Foi nesse período que começaram a construir cemitérios em toda a Paraíba, então entendidos como equipamentos de necessidade pública. O primeiro de Campina Grande, o cemitério das Boninas, foi construído em 1857, em local alto e, na época, afastado do perímetro urbano. Em 1899, diante do crescimento do município, já se encontrava superlotado, sem lugar para uma cova sequer. Nesse mesmo ano, foi construído o cemitério de Nossa Senhora do Carmo, cuja implantação deveria ser, a fim de não prejudicar a saúde pública, em ponto também elevado, afastado da cidade e contrário a posição dos ventos predominantes (leste/sudeste). A escolha do sítio, na região das Areias (onde hoje é o bairro do Monte Santo), foi questionada, pois se temia a contaminação das águas do Açude Novo, reservatório próximo ao local do novo cemitério, através do ar (gases pútridos liberados pelos cadáveres) ou do lençol freático (matéria orgânica em decomposição no subsolo) (ALMEIDA, 1978, p.292-295). Para maiores detalhes sobre a proibição de enterros em igrejas como medida de higiene e o surgimento dos cemitérios, ver o trabalho de Lapa (1996) sobre a cidade de Campinas (SP), principalmente o capítulo A Mudança dos Mortos.

<sup>86</sup> Para situações semelhantes em outras regiões do país, ver Chalhoub (1996) e Freyre (1977).

ilustrados, ou pessoas competentíssimas”, em Campina Grande era feito “pelos próprios porcos” que passavam “o dia a limpar as ruas e a fossar as calçadas”<sup>87</sup>.

Como vimos no capítulo 1, com a dinamização econômica, urbana e populacional desde o início do século XX, a multiplicação das atividades comerciais, de pequenas fábricas e indústrias, dos serviços e do lazer aconteceu em meio aos domicílios, às vezes no mesmo edifício, conformando um espaço citadino, embora reduzido, densamente construído e misturado, com usos não muito raro conflitantes. Por isso, nas primeiras décadas dos noventa, as causas da insalubridade da área urbana campinense ganharam novos elementos e discursos. A sujeira não era mais consequência apenas do lixo jogado nas ruas e quintais ou das chamadas emanações pútridas exaladas pelos cemitérios e açudes, da mesma forma que a justificativa para a higienização da cidade não era mais a preocupação única com a saúde pública, com as epidemias.

Havia, agora, “a necessidade do deslocamento dos depósitos e tanques de curar couro do centro da cidade”, pois, como desprendiam um “halito desagradável e característico”, atraíam urubus, os quais inutilizavam os telhados dos vizinhos com suas fezes e detritos de carniça. Quando chovia, tudo isso era arrastado até as cisternas, e “dahi o enorme perigo á saúde da população” em uma cidade como a “nossa onde as cisternas de agua para beber constituem genero de primeira necessidade” (DEPÓSITOS..., 1931; ARMAZÉNS..., 1931). “Alem deste ponto de vista hygienico existe o lado estheticico. Quem nos visita e vê as nossas casas cobertas de urubús, tem uma impressão tetrica, desoladora e repugnante. Domina a impressão de que tudo è sujo, pôdre, indesejável” (POMBOS..., 1931).

Outra coisa que deveria ser proibida era a lavagem de automóveis e caminhões no Açude Velho, algo “desagradável e prejudicial á população, por que os detritos que se dispndem desses vehiculos, ali depositados e accumulados, não tardam a se putrefazerem, produzindo constantemente exalações doentias” (LAVAM-SE..., 1937). Providências também precisavam ser tomadas para a situação anti-higiênica e incômoda causada aos moradores da Praça do Rosário pelas nuvens de fumaça liberadas pelas chaminés da Empresa de Luz, localizada em pleno centro da cidade (REPARO INADIÁVEL, 1934), e para o “escarcéo tão danado” e a “nuvem de poeira tão espessa” liberados pela máquina de beneficiamento de algodão do “conhecido industrial Britto Lyra”, que ficava na rua Irineu Joffily. Por causa disso, os

[...] pobres operarios, lavadeiras e engommadeiras, residentes em casebres localizados na rua que fica por trás do bezouro [máquina de beneficiamento de algodão], estão impossibilitadas de ganhar o pão quotidiano, porque não podem trabalhar no seu mister, com a poeira intensa que se desprende do boeiro da fabrica, sujando de maneira

---

<sup>87</sup> Parágrafos escritos de acordo com o jornal *O Campina Grande* dos dias 30/05/1909, 06/06/1909, 15/08/1909, 22/08/1909 e 29/08/1909.

impiedosa o seu mortificante serviço. Os habitantes da rua 13 de Maio, Tiradentes, Irineu Joffily, Solon de Lucena e Otacílio de Albuquerque vivem atacados de uma gripe permanente, a tossir de rebentar, com o algodão desfeito em pó a se infiltrar por toda parte, danificando ainda moveis e utensilios das residencias (BEZOURO..., 1937).

O incômodo que essa máquina de beneficiamento de algodão causou foi de tal tamanho que, em 1938, os moradores da região encaminharam à prefeitura um abaixo-assinado solicitando o fim das suas atividades. Além de reforçar todos os pontos já expostos na matéria acima, o texto alertou sobre a nocividade da poeira liberada pela máquina “para a saúde humana e muito particularmente para a higiene do aparelho respiratório”, podendo causar “doenças perigosas e graves como bronquites, asma, pneumonia, tuberculose e tantas outras”. E continuou:

Considerando-se que o nosso, como todos os países civilizados do mundo, gasta uma fortuna na profilaxia e tratamento desta ultima moléstia [tuberculose] – é lógico concluir-se que só a contribuição do referido beneficiador, creando nos organismos humanos que vivem nas suas vizinhanças, condições favoráveis ao aparecimento dela – bastaria para condenar seu funcionamento no perímetro urbano. Isto posto, Snr. Prefeito [Bento Figueiredo], e levando em consideração que a retirada deste maquinismo no centro da cidade não constitui onus para o governo de V. S. antes é uma medida de providencia e economia para o Estado e o Paiz; que é uma medida de justiça, porque salvaguarda os bens dos habitantes que empregam sua energia e haveres, embora modestos, no engrandecimento da Cidade e que enfim é um ato de humanidade porque se enquadra nos de luta contra as causas produtoras e favorecedoras das doenças, confiantes nos elevados propositos de V.S., pedem providencia, no sentido de ser retirado do centro da cidade o referido maquinismo de beneficiar algodoes baixos de propriedade da firma A. C. de Brito Lira & Cia. Nestes termos, p. deferimento<sup>88</sup>.

Pela desenvoltura do texto (escrito à máquina) e argumentos utilizados, podemos suspeitar que tal queixa não foi redigida pelos operários, lavadeiras e engomadeiras residentes nas casas localizados na rua por trás do besouro. Muitos deviam ser analfabetos, e é de se imaginar que nem os que sabiam ler e escrever tivessem condições de articular tais idéias, ainda mais escritas à máquina, algo que supomos de acesso restrito na época. Portanto, o mais provável é que o abaixo-assinado foi escrito por um letrado local, intelectual bem informado e conectado com os pensamentos circulantes no país e no mundo. Por essa perspectiva, para o redator a retirada da beneficiadora de algodão do perímetro urbano do município estava atrelada a interesses muito além da garantia única e exclusiva de saúde para os mais pobres. A preocupação para que essa parte da população se mantivesse saudável estava alicerçada em um argumento maior, que atingia todo o conjunto da sociedade: o custo econômico e social causado pela doença, ou, se seguirmos o texto de Beguin (1991) para o caso da Inglaterra, o custo econômico e social do desconforto.

---

<sup>88</sup> Abaixo-assinado dos moradores da rua Treze de Maio solicitando a retirada da máquina de beneficiamento de algodão pertencente a empresa A. C. de Brito Lira & Cia., localizada na rua Irineu Joffily, 1938 (APMCG). O então prefeito Bento Figueiredo encaminhou a queixa para a análise do Diretor da Higiene Municipal. Porém, o seu parecer não aparece anexo à solicitação.

Para o autor, o custo econômico seria traduzido pelo cálculo das jornadas de trabalho perdidas por causa da doença, assim como pela despesa do Estado em ter que tratá-la e amparar os órfãos e viúvas das vítimas fatais. Já o custo social seria atribuído à degradação da família, à dissolução da humanidade e ao desenvolvimento de hábitos e tendências anti-sociais, pois o ambiente sujo expulsaria as pessoas de casa, que tenderiam a gastar seu dinheiro em prazeres mundanos, egoístas (bebidas, jogos). Portanto, seria melhor prevenir do que curar ou reprimir, tendo a certeza de que os investimentos realizados para melhorar a salubridade e desenvolver a higiene seriam fartamente recuperados sob a forma de um ganho em saúde e uma melhor aptidão ao trabalho (BEGUIN, 1991, p.40).

No nosso caso, mesmo em contexto distinto, algumas dessas questões e justificativas aparecem e perpassam, de uma forma ou de outra, muitos dos pontos discutidos nesse capítulo. A intervenção do poder público na organização das atividades distribuídas pelo tecido urbano, principalmente das consideradas insalubres, seria, antes de tudo, “uma medida de previdência e economia para o Estado e o Paiz”, pois salvaguardaria “os bens dos habitantes que empregam sua energia e haveres, embora modestos, no engrandecimento da Cidade”. Dessa forma, seria mais vantajoso para a prefeitura de Campina Grande abrir mão dos impostos pagos pela firma A. C. de Brito Lira & Cia. e por todas as outras atividades consideradas insalubres, ou removê-las para o subúrbio, do que arcar com os custos provenientes dos seus funcionamentos em pleno centro da cidade, perto das habitações.

A construção de um mercado de frutas era outra questão que aparecia nos jornais locais como inadiável, premente, pois

basta observar o que seja nossa feira de fructas nos dias invernosos. Localizada na rua principal da urbe deixa a seu término, as calçadas completamente manchadas e impregnadas de cascas, de tal sorte que as simples varriduras dos encarregados da Limpeza Publica, não conseguem remover a sujeira deixada. Com as chuvas as cascas ligadas ao sólo entram em decomposição e juntam tal quantidade de mosquitos, e fazem tal lama, desprendendo as vezes um cheiro desagradável, que nos dá a impressão de uma pocilga. A impressão não é tão dolorosa para os da terra, mais ou menos acostumados com o quadro, mas, especialmente para os visitantes, os quaes tem sempre Campina em um conceito muito elevado. E os campinenses ficam humilhados quando vêm os seus hospedes agarrados ás parêdes para que não escorreguem nas cascas de fructas disseminadas nos passeios. Nós campinenses já estamos quasi acrobatas, pelos continuos treinos com que evitamos os escorregos (FEIRA DE..., 1931).

Era urgente a transferência das prostitutas “para local mais afastado do centro urbano”, pois “Campina já necessita mesmo circumscrever á uma zona mais própria a certos desregramentos comuns aos centros que são adiantados, ‘o movimento’ de suas mulheres de via airada” (PARAÍSO..., 1929). Em noites de músicas e farras, as famílias ficavam até alta madrugada em “desasocêgo, quando não incommodadas por gritos inconvenientes, palavrórios obscenos da bachanal” promovida pelas prostitutas da rua



Jovino do Ó. Era um atentado contra a moral e a ordem pública, criando uma "situação vexatória" e tirando o sossego das "melhores famílias da nossa sociedade" que por ali habitavam (LOCALISAÇÃO..., 1931). Existiam ainda as prostitutas da travessa da Luz, "quase todas meretrizes de baixo calão", habitantes de casas de taipa cujo significado era o mesmo de "porcaria, nojo, repugnância"; desafiadoras do "senso estético dos responsáveis pelo embelezamento da nossa urbe" (CAIXAS..., 1931).

Assim como essas, são inúmeras as descrições e críticas sobre o dito estado de insalubridade, feiúra, promiscuidade e incompatibilidade de usos próximos na Campina Grande do começo do XX em jornais, livros, memórias e em um ou outro relatório técnico<sup>89</sup>, além das fotografias, que flagram, mesmo sem querer, muitas dessas análises. Diante dos surtos epidêmicos irrompidos na cidade, seus espaços e os elementos que os constituíam (suas formas, usos, misturas, ruas, praças, construções e moradores, com seus hábitos, vestes e maneiras de circular e utilizar os espaços públicos) viraram objeto de esquadrinha. Orientado pelo saber médico vigente, buscavam-se, no corpo urbano, as causas das suas enfermidades. À precariedade das condições higiênicas e da saúde coletiva, vincularam-se questões estéticas, sociais, morais, econômicas e de ordem pública.

Os territórios da pobreza e tudo o que os compunham foram associados a doenças, amontoamentos, promiscuidade e imoralidade; eram considerados berços das epidemias, ameaçadoras das atividades econômicas e promotoras do atraso do município na marcha rumo à civilização, colocando-o "fôra do contacto progressivo e evolucionar das cidades cultas". O corpo urbano precisava ser curado, seus usos separados, suas ruas pavimentadas e drenadas, seus lixos e esgotos devidamente coletados, sua água tratada, seus charcos aterrados, suas habitações ditas insalubres reformadas ou demolidas. Contudo, mais do que um saneamento físico, de intervenção sobre o meio, almejava-se para os principais espaços da cidade, como proclamou o jornal *O Século* do dia 2 de março de 1929, um "magnífico plano de saneamento social", edificador de uma paisagem impregnada dos valores burgueses, pronta para visitante ver. Esperava-se, assim, garantir a tal cidade sanitária bradada pelo jornal *O Campina Grande*, em 1909, mesmo que isso levasse à reprodução da cidade insalubre a sua volta e em seus espaços marginais.

Para Bresciani (1992, p.14), foi na busca por essa cidade salubre, longe das epidemias que dizimavam seus moradores e que ameaçavam as atividades produtivas, as relações

---

<sup>89</sup> Na pesquisa que realizamos na coleção de periódicos do Museu Histórico de Campina Grande, encontramos mais de 50 matérias, datadas do começo do século XX até a década de 1930, sobre os problemas de insalubridade e conseqüentes epidemias irrompidas na cidade. A descrição técnica mais incisiva nesse sentido, localizada ao longo do nosso levantamento documental, foi a palestra proferida pelo engenheiro sanitário José Fernal, quando da instalação dos serviços de água e esgoto da cidade (FERNAL, 1938). Analisaremos o conteúdo da palestra ainda nesse capítulo.

sociais e a ordem política<sup>90</sup>, que a cidade moderna passou a ser vista em sua singularidade como um microcosmo representativo da sociedade, ao mesmo tempo objeto de observação e laboratório para o exercício de medidas que interferiram e modificaram sua estrutura enquanto meio ambiente. Ainda segundo a autora, a intervenção técnica na cidade participou de um movimento do conhecimento que partiu da circunscrição da doença e da observação dos corpos doentes para a modificação do meio físico em que a doença aparecia. Nascia, assim, a questão urbana vinculada com a idéia sanitária e, simultaneamente, as preocupações com o meio ambiente formador do corpo físico e moral do pobre, com as suas condições de vida e de emprego, já que, pela proximidade espacial, a epidemia aí irrompida poderia contaminar a população rica e reverter as expectativas dos benefícios do trabalho (BRESCIANI, 1992, p.14).

A partir de então, tanto no Brasil como na Europa, a literatura e a iconografia (através de jornais, livros, relatórios técnicos, gravuras) se preocuparam em flagrar, expor, propor e exigir soluções para a precária realidade física, social e moral vislumbrada com o adensamento das suas cidades (de Engels, Chandwink e Gustave Doré na Inglaterra, passando por Victor Hugo e Balzac na França, pelos reformadores sociais europeus oitocentistas, pelas falas de Antônio Januzzi no Congresso Médico Latino-Americano de 1909, no Rio de Janeiro<sup>91</sup>, até os jornalistas e cronistas campinenses das primeiras décadas dos noventa<sup>92</sup>). Como nos mostram alguns desses textos<sup>92</sup>, as causas da problemática situação sanitária de algumas das principais cidades européias do século XIX apareciam relacionadas ao espaço construído, ao seu amontoamento, e as suas recentes transformações de ordem econômica com o surto demográfico produzido pela atividade industrial. No nosso país, dentro de contextos econômicos, políticos e sociais distintos, o agravamento dos problemas urbanos esteve relacionado ao acelerado crescimento das suas cidades entre finais dos oitocentos e começo dos noventa, decorrente, em princípio e em alguns casos, das atividades agrário-exportadoras, que ganharam espaço de negociação e beneficiamento nos centros urbanos, como foi o caso do café em São Paulo ou do algodão em Campina Grande.

Dessa forma, em seus espaços públicos e privados, a precariedade do meio foi alçada à causa maior das epidemias e da considerada promiscuidade em que viviam as pessoas ali residentes. Em um primeiro momento, as preocupações com o meio se voltaram para a contaminação do ar pelos gases pútridos emanados dos cemitérios, lixo acumulado

---

<sup>90</sup> Como nota Andrade (1992a, p.12), a peste levava à desurbanização, à fuga da cidade doente, que, com as altas taxas de cadáveres, rompiam radicalmente com a vida cotidiana, "instaurando o medo e o pânico na cidade, subvertendo a ordem estabelecida e comprometendo as relações sociais, produzindo uma desestabilização do conjunto da sociedade", além dos enormes prejuízos econômicos trazidos pelos cordões sanitários, principalmente para as transações comerciais.

<sup>91</sup> O jornal *O Campina Grande*, de 22/08/1909, ao criticar a precária situação de higiene da cidade, fez rápidas referências às discussões apresentadas nesse congresso, o que nos mostra como os debates em torno da salubridade pública e do papel do médico dentro desse processo foram atentamente acompanhados não somente nas grandes cidades brasileiras.

<sup>92</sup> A partir da recuperação de Benévolo (1987 e 2005), Bresciani (1989), Correia (2004) e Beguin (1991).

nas ruas e quintais, águas sujas e estagnadas, amontoamentos de pessoas habitando pequenos quartos, depósitos de couro, fábricas e demais veículos poluidores. O ar surgia como elemento patogênico, apoiado na teoria miasmática do século XVIII, na qual as doenças seriam transmitidas através de miasmas, humores que surgiam de matéria orgânica em decomposição, vegetal ou animal, resultantes de condições ambientais específicas, e não através de micróbios, como depois comprovaria Pasteur (HOCHMAN, 1998, p.54). Por isso, a crença de que as epidemias eram causadas pela estagnação do ar e da água, contaminados pela ação de genes mórbidos e das exalações pútridas vindas dos pântanos, águas paradas, cemitérios, matadouros etc. (ANDRADE, 1992, p.25-26).

A enfermidade vinha do ambiente no qual se vivia, por isso a necessidade de torná-lo salubre. Para Foucault (1989, p.93), salubridade não seria o mesmo que saúde, e sim “o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitiriam a melhor saúde possível”.

Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde. Salubridade e insalubridade são o estado das coisas e do meio enquanto afetam a saúde (FOUCAULT, 1989, p.93).

Constituiu-se, assim, uma medicina urbana que se voltou para as condições de vida e para o meio de existência, e não para os indivíduos, para os corpos humanos. Sua maior preocupação era fazer circular os fluidos da cidade, livrá-la dos agentes contaminadores, dos lugares de acúmulo e amontoamento e de tudo que, no espaço urbano, poderia provocar doença, que poderia ser a origem de formação e difusão de fenômenos epidêmicos e endêmicos (FOUCAULT, 1989, p.89-92). Daí a necessidade de não só destruir morros e matas que impedissem “a ventilação e sanear os pântanos produtores de miasmas, como também expulsar do centro da cidade matadouros, fábricas e hospitais, e impedir o sepultamento no interior das igrejas” (BRITO apud ANDRADE, 1992, p.26). A necessidade, também, de acabar com as ruas estreitas e tortuosas e com as suas construções agregadas umas às outras, formas de ocupação do espaço urbano que dificultavam a circulação do ar pela cidade. Essas construções agregadas umas às outras seriam responsáveis pelo confinamento do ar e pela impossibilidade de incidência de irradiação solar dentro do ambiente doméstico, por isso a crença de que deveriam ser reformadas ou demolidas para o bem da saúde coletiva.

Como nos mostra Correia (2004, p.20), o desenvolvimento de teorias médicas e biológicas durante a segunda metade do século XIX (como a teoria microbiana de Pasteur) “conferiram novos respaldos teóricos às técnicas de intervenção no meio, concebidas com base na teoria dos fluidos. Através das mesmas técnicas, buscava-se

não mais fazer circular os miasmas, mas combater os micróbios geradores de doenças infecciosas". Foi assim, com o desenvolvimento de práticas de observação e interferência para tornar a cidade salubre, que surgiram as primeiras legislações urbanísticas modernas, ações que contribuíram para a própria emergência do urbanismo como ciência e disciplina (ANDRADE, 1991, p.16; BENÉVOLO, 1987, p.94). Definindo teorias e planos urbanísticos, presentes nas falas de médicos, engenheiros, políticos e jornalistas, os discursos da higiene perpassaram e impulsionaram intervenções urbanas a partir de então, desde as mais estudadas e comentadas reformas de Haussmann, em Paris, passando pelas obras empreendidas pelo prefeito Pereira Passos no Rio de Janeiro, até os trabalhos do engenheiro sanitarista Saturnino de Brito em várias cidades brasileiras ao longo da primeira República<sup>93</sup>.

Na Paraíba, apesar da emergência dos discursos higienistas desde a primeira metade do século XIX, da aprovação de posturas e de demais ações que agiam no sentido de garantir a salubridade pública, a institucionalização desses serviços só aconteceu em 1911, com a criação, pelo decreto nº. 494, da Repartição de Higiene Pública. Como nos mostra Almeida (1994, p.449-459), as limitações orçamentárias impossibilitaram sua melhor estruturação naquele momento, o que acabou dificultando a prática de algumas das suas atribuições, como vacinação, vigilância médica, desinfecção e polícia sanitária<sup>94</sup>. A Delegacia de Higiene de Campina Grande, regulamentada pelo mesmo decreto nº. 494, foi suprimida em 1915 (ALMEIDA, 1994, p.449). A partir dessa data, não temos informações mais precisas sobre a institucionalização dos serviços sanitários na cidade.

Sabemos, pelo relato de Câmara (1947, 100-104), que o governo estadual instalou, em 1923, o Dispensário Leitão da Cunha e o Posto de Profilaxia Rural Lafaiete de Freitas, sob a responsabilidade dos médicos João Arlindo Correia, Elpídio de Almeida e Severino Cruz<sup>95</sup>. Em 1926, o primeiro foi desativado e o segundo foi transformado em Posto de Higiene. Já em 1929, o jornal campinense *O Século* fazia referência a uma repartição de higiene de âmbito municipal. O periódico dizia acompanhar "com o melhor interesse a obra de remodelação sanitária que o medico Severino Cruz, empreendeu com a gestão inaugurada com o advento administrativo do sr. Lafayette Cavalcanti, nesta salutaríssima Campina Grande". (HYGIENE..., 1929). Apesar de reconhecer que esse governo estava empenhado "no louvavel intuito de remodelar o aparelhamento de defeza sanitaria de nossa terra", criticava os poucos resultados conseguidos até então, a ineficiência dos seus

---

<sup>93</sup> Sobre os trabalhos do engenheiro Saturnino de Brito, ver Andrade (1992).

<sup>94</sup> Sobre a institucionalização dos serviços de higiene no Brasil durante a primeira república, ver o trabalho de HOCHMAN (1998). Sobre a institucionalização dos serviços de higiene na Paraíba, ver Sá (1999).

<sup>95</sup> Segundo Sousa (2003, p.88), se considerarmos o universo de bacharéis, médicos e políticos campinenses ou que atuaram na cidade no nosso período de estudo, temos: "Argemiro de Figueredo, Plínio Lemos, Ascendino Moura, Antônio Pereira Diniz, Vergniaud Wanderley, Carlos Alencar Agra, Severino Bezerra Leite e Octávio Amorim, bacharéis formados pela Faculdade de Direito do Recife, e Hortênsio de Sousa Ribeiro, bacharel em direito formado pela Faculdade do Rio de Janeiro; Chateaubriand Bandeira de Melo, Elpídio de Almeida, Apulchro Viera da Rocha, Severino Cruz e João Arlindo Correia, médicos formados nas faculdades de Medicina de Salvador e Rio de Janeiro".

funcionários e a falta de aparelhagem e de recursos disponíveis (HYGIENE..., 1929; HYGIENE & MONTUROS, 1929).

Dúvidas sobre a regulamentação desses serviços em Campina Grande à parte, o fato é que a precariedade na organização das repartições sanitárias da cidade impossibilitou que as teorias higienistas, circulantes no município desde os oitocentos, se convertessem em ferramentas de controle urbanístico que, de alguma forma, agissem previamente na disposição dos novos equipamentos urbanos (depósitos de couro, de combustíveis, fábricas etc.) e na exigência de recuos para a entrada de ar e luz nas novas construções, como já vinha acontecendo em outras partes do país. A localização dos cemitérios foi a exceção. A falta de recursos e a pequena proporção do município no século XIX e começo do XX não havia criado um insustentável quadro de insalubridade e de epidemias que tornasse premente medidas desse tipo, que colocasse em prática o lema da engenharia sanitária, discutido por Kropf (1994), do saber prever a fim de prover. Já nos finais dos anos 1920 e começo dos 1930<sup>96</sup>, é visível um maior esforço das administrações municipal e estadual no sentido de organizar seus serviços sanitários, objetivando agir e exercer um maior controle sobre as condições de salubridade do município. Foram criados e/ou fortalecidos órgãos com essa finalidade, como a Inspetoria Municipal de Higiene<sup>97</sup>, Dispensário, Posto de Profilaxia Rural, Posto Médico, Centro de Saúde, Hospital de Isolamento. Em alguns momentos, estas instituições públicas atuaram em parceria com organizações não-governamentais, como a Fundação Rockefeller<sup>98</sup>.

A partir desse saber médico e técnico instituído e legitimado, o poder público, principalmente o municipal, intensificou, através de leis, decretos e intimações, o controle sobre a disposição das funções no espaço urbano, arbitrando sobre a localização de equipamentos considerados perigosos para a saúde pública, para a moral e para o senso estético dos que se esforçavam pelo "embelezamento da nossa urbe". Exigiu ar e luz para as construções, principalmente para as habitações. Fiscalizou o comércio de alimentos, como o de leite (que agora tinha que ser pasteurizado) e o de carne, construindo e mantendo, para tanto, mercado e matadouro públicos devidamente organizados segundo os preceitos da higiene. Guardas de higiene (mais conhecidos como mata-mosquitos) invadiram as casas procurando aniquilar as larvas do mosquito causador da febre amarela e os ditos hábitos arcaicos dos seus moradores, considerados inadequados do ponto de vista higiênico. O lixo passou a ser coletado com maior regularidade e o seu acondicionamento nas residências foi normalizado. Os túmulos,

---

<sup>96</sup> O período coincidiu com a ascensão do grupo revolucionário de 1930 ao poder central e com os prestígios políticos que a Paraíba passou a gozar a partir de então.

<sup>97</sup> Em outros momentos aparece como Departamento de Higiene Municipal.

<sup>98</sup> Segundo Agra (2006, p.100), a "International Health Commission da Fundação Rockefeller chegou ao Brasil em 1917, "criando postos de saúde na capital federal e em cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, reunindo esforços federais e estaduais para combater doenças como a ancilostomíase e a malária". Em alguns Estados mais pobres, como a Paraíba, os trabalhos da fundação só começaram nos anos 1920, durante o governo do paraibano Epiácio Pessa à frente da presidência da república. Sobre mais detalhes para a atuação da Fundação Rockefeller na Paraíba e em Campina Grande, ver Agra (2006, p.100-104). Para a sua atuação no Brasil, ver Hochman (1998).

agora, tinham que ser limpos e conservados por seus proprietários. A população foi vacinada e os portadores de doenças contagiosas foram concentrados e isolados em hospitais fora do perímetro urbano. Para que todos soubessem quem estava infectado por doenças contagiosas, representando, assim, perigo para os demais, o prefeito mandou publicar o nome dos "contaminados pelo mal" nos jornais da cidade<sup>99</sup>. Eram medidas que impunham um novo cotidiano, ditado pela disciplina da higiene, cadenciada por médicos, engenheiros, técnicos, políticos e arquitetos e vigiada constantemente pela imprensa e por demais letrados locais.

Motivadas pelos surtos epidêmicos irrompidos, legislações que procuravam resolver os problemas sanitários da cidade vinham desde o século XIX, como vimos. Porém, as determinações do Código de Postura de 1857 se voltavam quase que exclusivamente contra os hábitos das pessoas, contra os usos que estas faziam da cidade e das suas casas<sup>100</sup>. Não havia a preocupação em intervir sobre atividades consideradas insalubres dispostas na área urbana. Estas eram poucas na Campina Grande dos oitocentos e começo dos novecentos. Enquanto isso, ainda no século XIX, em movimento semelhante ao que já vinha acontecendo nas cidades industriais européias<sup>101</sup>, cidades brasileiras adensadas e com atividades produtivas diversificadas já se preocupavam com a poeira e com os gases emanados das fábricas e curtumes, bem como alertavam para o perigo representado pelos depósitos de combustíveis nas proximidades de regiões residenciais. Com a finalidade de salvaguardar a segurança e a saúde dos seus habitantes, e garantir a própria viabilidade das atividades produtivas, seus códigos de postura determinavam que a exploração de tais atividades só seria possível fora dos aglomerados urbanos, longe das habitações<sup>102</sup> (LAPA, 1996, p.192-193).

Em 1928, o Código de Posturas da capital paraibana já concentrava uma série de regras com preocupações semelhantes. Dentre os seus artigos, alguns regulamentavam o funcionamento das chamadas indústrias insalubres (curtumes, salgadeiras de couros, fábricas de velas, de sabão, de óleo etc.) dos depósitos de explosivos, inflamáveis e corrosivos, dos matadouros e dos cemitérios (PARAYBA, 1928). Tudo isso tinha que se instalar fora do perímetro urbano e dos povoados do município. Em Campina Grande, embora não tenhamos localizado os códigos de postura e de obra da primeira metade do século XX, é provável que estes tenham se referenciado nas legislações da capital ou de outra cidade da região. Uma publicação do Sesc do início dos anos 1960 (*Campina*

---

<sup>99</sup> Parágrafo escrito de acordo com os jornais: *O Século* (02/03/1929 e 20/04/1929), *Brasil Novo* (07/01/1931, 28/03/1930, 11/04/1931, 18/04/1931, 16/05/1931 e 03/01/1935), *A Batalha* (03/01/1935, 06/02/1935 e 14/03/1935), *A Voz da Borborema* (16/07/1937, 11/09/1937, 25/09/1937, 06/10/1937 e 06/11/1937).

<sup>100</sup> De acordo com a recuperação desse código por Câmara (1943, p.65-66).

<sup>101</sup> Como exemplo, podemos citar as legislações para as cidades da França e da Inglaterra. Ver Benévolo (1987), principalmente o capítulo *Os primórdios da legislação urbanística moderna em Inglaterra e França*.

<sup>102</sup> Ver trechos e análise do *Código de Posturas da Câmara Municipal da Cidade de Campina*, de 1880, em Lapa (1996, p.192-193). Freyre (1977, p.40) nos mostra que, desde os primeiros anos do Império, cidades como Recife e Salvador possuíam posturas higienistas que limitavam a instalação de fábricas de curtir couro dentro do perímetro urbano.

*Grande: um centro comercial do Nordeste*) afirma que o Código de Obras<sup>103</sup> elaborado em 1927, durante a administração do prefeito Ernani Lauritzen, “foi copiado sem grandes preocupações de adaptação”, permanecendo praticamente inalterado até os 1960<sup>104</sup>. Não diz de onde foi copiado, mas comenta que o artigo 270 da lei 457 rezava que “nenhuma praia ou local de natação e banho poderá ser usada quando suas áreas foram julgadas pelas autoridades sanitárias tão poluídas que constituam uma ameaça à saúde” (SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, 196?). Ainda comenta, em tom irônico: “Será a praia no [açude de] Bodocongó?”. Assim, acreditamos que as ações da Inspetoria Municipal de Higiene tenham se legitimado pelas determinações desse código de 1927.

Diante das questões sanitárias, os códigos de postura se transformaram em ferramentas de controle urbanístico, prevendo usos na tentativa de organizar as formas de crescimento da cidade moderna, sempre de acordo com o bom funcionamento das suas atividades produtivas. No caso de Campina Grande, o jornal *Brasil Novo*, em 1931, após discorrer sobre os malefícios do hálito desagradável desprendido pelos tanques de curar couro, noticiou que “a Higiene Municipal estava tomando providências no sentido de remover do centro urbano os armazéns e depósitos de couros verdes, já tendo feito, inclusive, intimações a todas as firmas que negociavam com aquele gênero de comércio”. A matéria elogiou a iniciativa e disse aguardar a execução da medida que visava acautelar a saúde do povo (DEPOSITOS..., 1931; ARMAZENS..., 1931). Contudo, nem sempre essas ações foram imediatas. No levantamento realizado no acervo do Arquivo Público Municipal de Campina Grande, encontramos alguns documentos que registraram as insatisfações e os embates travados entre a municipalidade (na figura de prefeitos e de diretores de higiene) e os proprietários das chamadas indústrias insalubres:

Rossabach Brazil Co., estabelecidos nessa cidade com armazem comprador de couros e peles, tendo sido intimada a retirar do local em que se acha presentemente o dito deposito, vem muito respeitosamente, pela impossibilidade material em que se acha de cumprir a intimação dentro do prazo prescrito, pedir a V. Excia. se digne deixar dita intimação em suspenso até o fim do corrente anno, uma vez que são perfeitamente aquilantaveis as dificuldades em que se acha para dentro do exiguo prazo da intimação, cumpri-la convenientemente. Nestes termos, pede deferimento<sup>105</sup>.

O Abaixo assignado, comprador de peles na Rua Largo do Rosário nº - 4 vem perante Vsa. requerer trinta dias de licença ou prazo para mudar seu estabelecimento do perimetro da Cidade para o Suburbio, na Rua

---

<sup>103</sup> Muito provavelmente, a publicação do Sesc estava se referindo ao Código de Postura de 1927, a chamada Lei Nº.32, de dezembro de 1927.

<sup>104</sup> A Lei Nº. 362, de 24 de março de 1953, publicada durante a gestão do prefeito Plínio Lemos (11/1951-11/1955), dizia que: [SEÇÃO III – DE OUTRAS MEDIDAS DE HIGIENE] ART. 57 – É expressamente proibido, no centro da cidade, armazem de peles, couros e artigos diversos que exalem mau cheiro, ou, de qualquer forma possam prejudicar a higiene e a saúde pública. ART. 59 – É expressamente proibido [...] fabricar no perímetro urbano qualquer coisa cujo mau cheiro incomode a população. ART. 60 – Não serão permitidos, no centro urbano, nem nos pontos mais populosos, tanto na cidade como nas vilas, estabelecimentos ou fábricas de óleos, de inflamáveis ou corrosivos, ou de qualquer outro produto que cause perigo à população. [SEÇÃO III – DE OFENSA À MORAL E AOS BONS COSTUMES] ART. 66 – Cabe à Prefeitura designar uma ou mais ruas para a localização de cabarés, procedendo a desapropriação (CAMPINA GRANDE, 1953, p.16-20).

<sup>105</sup> Solicitação de licença para funcionamento de depósito de couro, rua Venâncio Neiva, propriedade de Rossabach Brazil Company, 1933 (APMCG).

do Curtume sem Nº - lugar já localizado por essa Prefeitura. P. deferimento<sup>106</sup>.

Os abaixo assignados comerciantes estabelecidos á rua Pres. [João] Pessôa, 322, não tendo encontrado um armazem em local mais afastado para o seu deposito de Pelles e não podendo ficarem prejudicados no seu commercio a falta do mesmo, vem mui respeitosamente pedir a V. Sa., que digne-se conceder-lhes permissão no predio 749, á rua Pres. João Pessôa. Nestes termos, pede deferimento<sup>107</sup>.

Oliveira Ferreira & Cia., domiciliados nesta cidade, foram intimados pelo fiscal dessa Prefeitura para fazerem retirar um deposito de gazolina e kerosene que mantem á Travessa da Lapa, entretanto, tomando em consideração que: - a) para os peticionarios é inteiramente impossivel arranjar imediatamente um deposito fora da cidade afim de transferir o stock daquellas mercadorias b) – no momento, não existe disponivel, mesmo para arrendar, nenhum predio fora do perimetro da cidade que possa servir para deposito de gazolina e kerosene [...] d) – que os peticionarios estão dispostos a mandar construir um deposito fora da cidade especialmente para este fim, o que não poderá ser feito imediatamente precisando, pelo menos de um mez para a referida construcção; vem pelo presente, solicitar de Vsa. se digne conceder-lhes o praso de 30 dias, a contar desta data, afim de resolverem o assunto, de accordo com as exigencias regulamentares. Nestes termos, p. deferimento<sup>108</sup>.

Alguns pedidos foram indeferidos, outros, não. Independente do cumprimento imediato das intimações, esses casos nos mostram o esforço do poder público no sentido de estabelecer uma nova ordem para o espaço urbano. O objetivo era criar uma região central limpa, arejada, saudável, segura, bela, fluida e valorizada para o capital, sem os odores emanados pelos curtumes, sem o perigo representado pelos depósitos de combustíveis, sem a fumaça liberada pela chaminé da empresa de luz, sem a poeira emanada pelas máquinas de beneficiar algodão, sem o aspecto “tétrico” dos urubus, sem o incômodo das casas de taipa, sem as prostitutas. Desejava-se construir uma paisagem civilizada, que espelhasse o seu crescimento econômico e que fosse capaz de atrair mais investimentos, que não causasse a “vergonha de nossa terra visitada todos os dias por uma população adventícia de costumes adiantados”. Com esse intuito, ao longo das duas décadas por nós estudadas, várias ações se empenharam em expulsar do perímetro urbano campinense as atividades consideradas insalubres, perigosas e imorais, redefinindo muitos dos usos e das imagens das regiões mais tradicionais da cidade.

Em 1931, durante a administração do prefeito Lafaiete Cavalcanti (1929-1932), o meretrício, com suas casas adjetivadas de inestéticas, nojentas e repugnantes, foi deslocado para a região dos currais, no bairro das Piabas. No mesmo ano, o cemitério das Boninas foi colocado em hasta pública<sup>109</sup>, ato pautado mais por preocupações

---

<sup>106</sup> Solicitação de licença para funcionamento de depósito de couro, largo do Rosário, identificação de proprietário ilegível, 1935 (APMCG). Administração Antônio Pereira Diniz.

<sup>107</sup> Solicitação de licença para funcionamento de depósito de couro, rua João Pessoa, propriedade de José Araújo e Cia., 1935 (APMCG). Administração Antônio Pereira Diniz. Quem assina o parecer é o secretário Bento Figueiredo, responsável pelo prefeito.

<sup>108</sup> Solicitação de licença para funcionamento de depósito de gasolina e querosene, travessa da Lapa, propriedade de Oliveira Ferreira & Cia., 1935 (APMCG). Administração Bento Figueiredo.

<sup>109</sup> No ano anterior, em 1930, o decreto estadual nº29 passou a administração dos cemitérios do Estado para os municípios (CÂMARA, 1947, p.109, 116). Sobre a retirada do cemitério das boninas, ver também Almeida (1962, p.289-300).



imobiliárias do que higiênicas, pois “o velho cemiterio é uma bôa area de terreno que se acha, pode-se dizer, perdida, abandonada, sem nenhuma utilidade publica ou particular, nas condições em que se acha. Vendido, será mais um espaço que se abre ás novas construções que se desenvolvem” (ACTO LOUVAVEL..., 1931). Não houve tempo e nem a intenção para a retirada das ossadas. Os novos prédios invadiram um espaço antes sagrado, de propriedade da igreja, e brotaram sobre os mortos. “Profanação de tal porte” foi cometida para a construção das garagens e oficinas de automóvel da firma Oliveira Ferreira & Cia. (CÂMARA, 1947, p.116).

Em palestra proferida no Congresso de Prefeitos da Paraíba, realizado em João Pessoa no ano de 1939, o prefeito de Campina Grande, Bento Figueiredo<sup>110</sup>, listou uma série de questões consideradas importantes para o desenvolvimento do município. Dentre várias prioridades, ele apontou como premente a construção do mercado público, “sob o ponto de vista da higiene alimentícia e mesmo da limpeza pública, havendo ainda a notar o aumento das rendas municipais pelas facilidades de fiscalização”. O mesmo aconteceria com a construção do matadouro público, “tendo-se em vista, não só as condições do gado a ser abatido, como também a higiene, fiscalização da carne e aumento da renda municipal”. E continuou: “o Estado Novo criou, com a sistematização da assistência social, uma necessidade imperiosa para o município: o combate ás endemias que assolam as populações, a construção de hospital de isolamento, tratamento e transporte de doentes indigentes, etc” (FIGUEIREDO, 1939, p.14-15). Todos esses equipamentos, para a vigilância e controle da higiene e da doença, que atingiam do alimento ao indigente, surgiram fora dos espaços centrais da cidade.

A feira, o comércio, que foi a própria causa de formação do povoado, que desde sempre ocupou os espaços principais da cidade, espalhada por ruas, becos e travessas ou abrigada em casas de mercado, em meio a residências e a estabelecimentos comerciais e de serviços, foi transferida, em 1941, para o Mercado Público construído pela Prefeitura no lugar dos antigos currais do bairro das Piabas, bem perto da nova região do meretrício, local onde se mantém funcionando até hoje. Os currais foram transferidos para o bairro de José Pinheiro, para as proximidades do Açude Velho (CÂMARA, 1947, p.130). A construção do mercado foi iniciada pelo prefeito Bento Figueiredo, em 1939, e concluída por Vergniaud Wanderley nos anos seguintes. A retirada da feira da rua Maciel Pinheiro e arredores tinha como objetivo higienizar a região central, livrá-la do lixo, dos odores e dos tipos populares que estavam longe de ostentar a imagem de civilidade ansiada pelo poder público e por parte dos letrados locais. Almejava-se desfazer o convívio de pobres e ricos nos mesmos espaços, descongestionar a mistura de pedestres, usos, mercadorias e automóveis em espaços públicos que agora deveriam ser de circulação, e não mais de permanência, evitando que os visitantes e

---

<sup>110</sup> Bento Figueiredo já havia sido prefeito de Campina Grande no ano de 1935.

campinenses fizessem acrobacias ou ficassem agarrados às paredes para que não escorregassem nas cascas de frutas jogadas nos passeios<sup>111</sup> (FEIRA DE..., 1931). A medida, também, tinha como intuito oferecer melhor estrutura e exercer maior controle sobre as condições de higiene dos alimentos comercializados.

Os mendigos e os atingidos pelas moléstias contagiosas foram expulsos da cidade, concentrados e isolados em asilos e hospitais construídos fora do perímetro urbano, longe das vistas dos “espaços sadios”, em áreas cujos ventos pudessem “soprar” suas doenças para longe, nas mesmas correntes de ar que dispersariam os gases e poeiras indesejados dentro da cidade. “Com o fim de abrigar com maior conforto os variolosos e vítimas do alastrim”, iniciou-se, em 1938, a construção do Hospital de Isolamento “com a capacidade para 60 leitos em area situada abaixo do bairro da Guia” (atual bairro do São José) (CAMPINA GRANDE..., 1938a). Antes, em 1932, foi inaugurado na mesma região do bairro São José o Hospital Pedro I, onde também passaram a funcionar o Centro de Saúde do Estado e o Posto Médico do Município (CÂMARA, 1947, p.118). Fora do perímetro urbano também ficaram as instituições que amparavam os indigentes, como o Asilo de Mendicância Deus e Caridade, inaugurado em 1931, localizado no bairro de São Vicente (região do Açude Velho) (CÂMARA, 1947, p.117) (imagem 41).

Em 1935, a prefeitura iniciou a construção do matadouro público, na gestão do prefeito Antônio Pereira Diniz (1934-1935). O local escolhido foi uma região alta do bairro das Areias, nas proximidades do também elevado cemitério do Carmo (atual bairro do Monte Santo). Acreditava-se que, ali, o perímetro urbano estaria protegido dos odores liberados pela matança do gado, assim como estaria protegido dos supostos gases maléficos emanados pelo cemitério. Em 1938, após várias administrações e com as obras ainda em andamento, o jornal *Voz da Borborema* entrou numa polêmica sobre o local escolhido para a instalação do equipamento, considerando-o inadequado sob o ponto de vista da higiene. Para validar cientificamente o que dizia, o periódico resolveu ouvir a opinião de um técnico especializado no assunto: o arquiteto e urbanista Nestor Egydio de Figueiredo. Em 1933, Nestor já havia visitado Campina Grande com o intuito de levantar dados para a elaboração do Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento da cidade, mas seus serviços não foram adiante. Em 1938, o prefeito Bento Figueiredo decidiu prosseguir com trabalhos do urbanista, convidando-o para a finalização dos levantamentos que serviriam de subsídios para a elaboração do dito plano. Na visita que fez a cidade, confessou ao jornal que lhe chamou a atenção a

[...] colocação do novo Matadouro Público em vias de conclusão. Achei-o em condições de prejudicar francamente o problema higienico da cidade, tanto pelos odores emanados dos seus produtos, como de suas impurezas, que descerão fatalmente para uma parte da zona

---

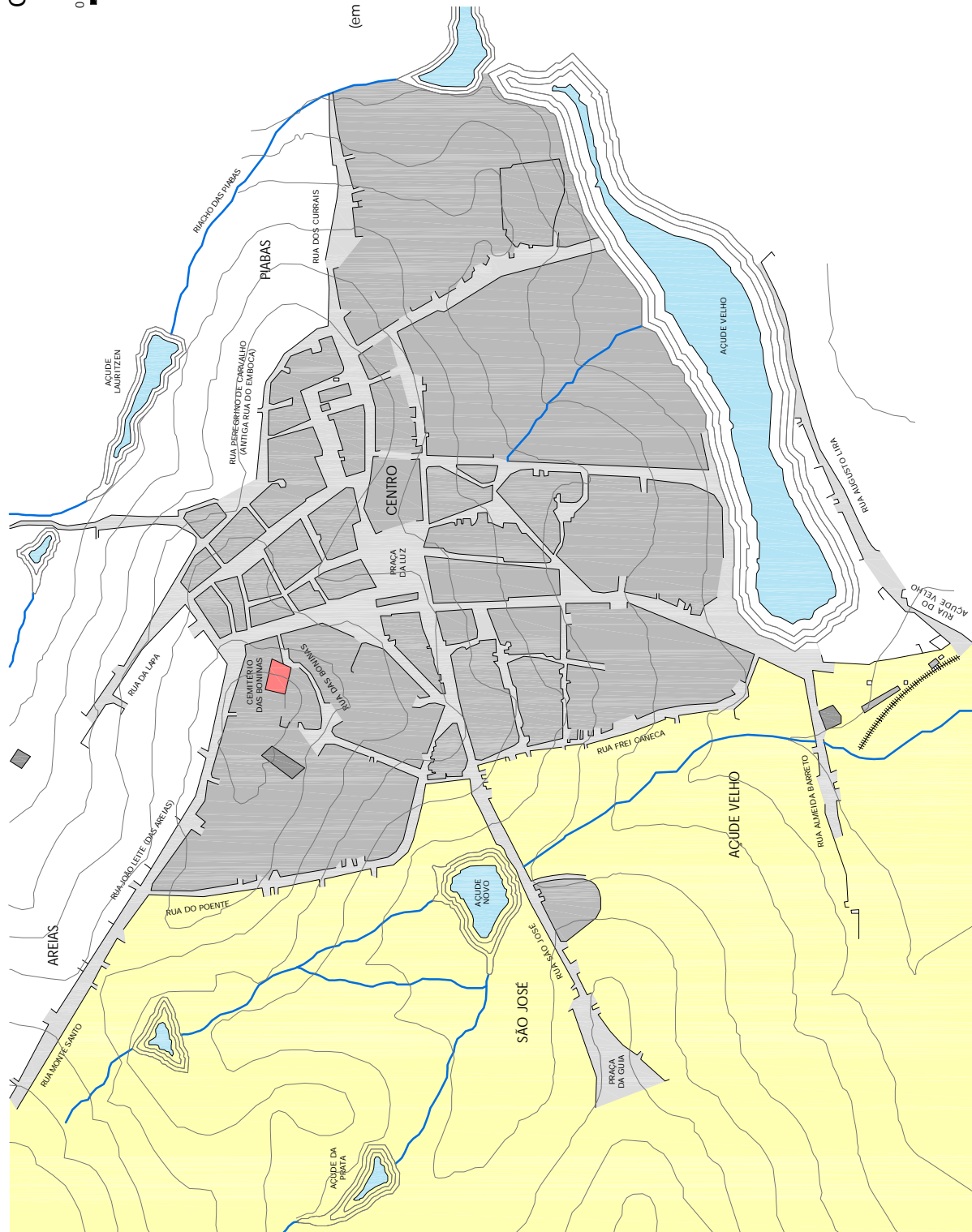
<sup>111</sup> Sobre a retirada da feira da região central de Campina Grande, ver também o trabalho de Sousa (2001), principalmente o capítulo 4, item *Negócios promíscuos: a feira*.

## CAMPINA GRANDE - 1918



41. As preocupações com a salubridade do ar urbano levaram a municipalidade a expulsar da região central as atividades consideradas perigosas sob o ponto de vista da higiene. A direção dos ventos passou a ser considerada no momento de implantação de cemitérios, matadouros e de boa parte das fábricas e curtiúmes instalados desde então. Os ares poluídos deveriam ser afastados da cidade. Por isso, a porção oeste do território campinense (em amarelo) se firmou como concentradora de muitas dessas atividades (baixos das Areias, do São José, do Açude Velho e, posteriormente, de Bodocongó).

**Fonte:** Desenhado a partir de imagem exposta no MHCCG.



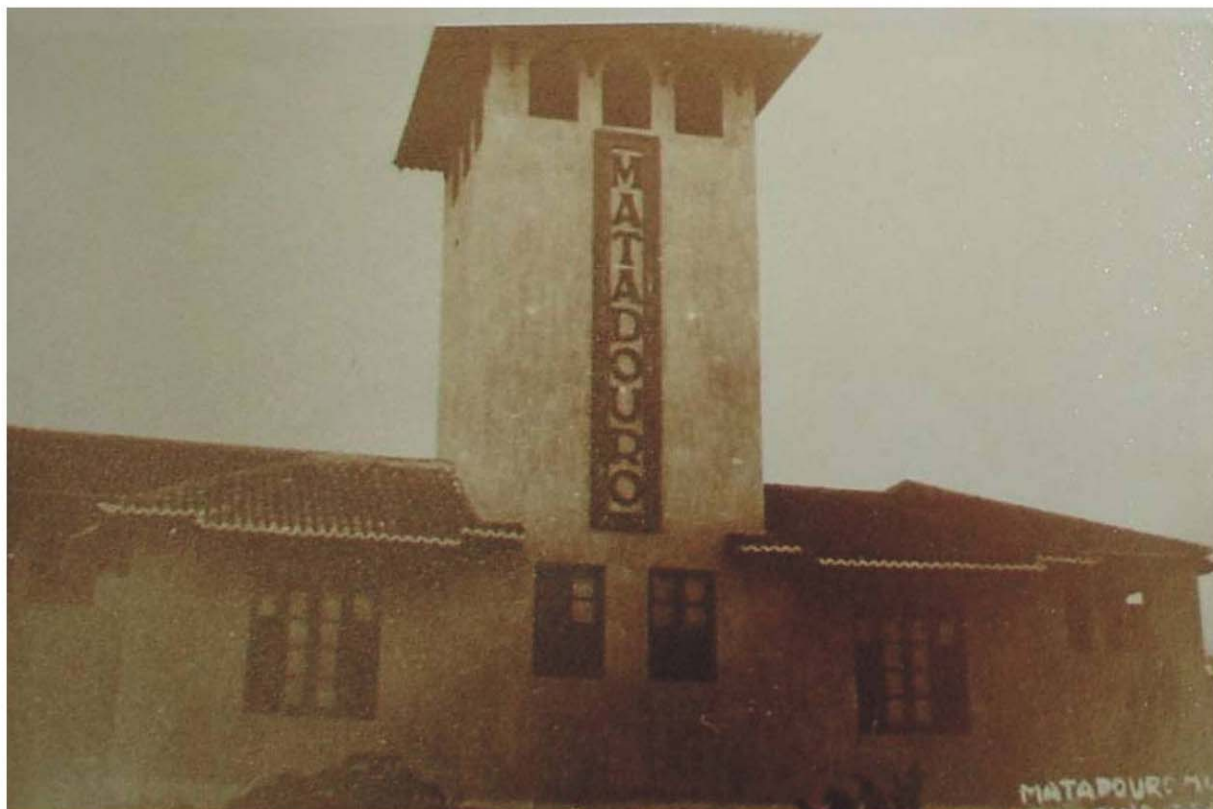
VENTOS PREDOMINANTES NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE (SUDESTE)

condensada da cidade. De modo que eu aconselharia mesmo ao sr. Prefeito a não o fazer funcionar por enquanto. Quando estive anteriormente aqui antes de ser o matadouro construído, aconselhamos a sua localização para além das colinas que envolvem a cidade. Chegámos mesmo a examinar um terreno que se apresentava em boas condições quanto ao regime dos ventos e escoamento de impurezas para ponto distante do centro urbano. [...] O edifício [já construído] poderá ser transformado numa escola profissional [...], num quartel ou numa cadeia pública, de que esta cidade está a carecer. As instalações mecânicas privativas do matadouro seriam facilmente removíveis para outro edifício, o qual deveria, então, ser construído em ponto distante da cidade, em local de fácil acesso ao gado, sem que as boiadas, destinadas ao facão do magarefe, transitem pelo centro urbano, e deixando em respeitosa tranqüillidade o campo sagrado do cemitério [do Carmo]. O vale do rio Bodocongó, que visitámos há tempos, seria excelente para a localização de serviço semelhante (MATADOURO PUBLICO..., 1938).

Suas preocupações eram com a contaminação do ar e do solo urbano e com o trânsito de animais pelo centro da cidade, em meio a pedestres e automóveis, algo que, certamente, causaria transtorno à circulação e testemunharia contra a imagem de progresso que se tentava criar do município, longe dos seus símbolos rurais. Acompanhando a recapitulação cronológica que Câmara (1947) faz da história de Campina Grande, vemos que, no mesmo ano de 1938, o Matadouro Público foi vendido ao Estado “por se encontrar em local inadequado”. Não por coincidência, suas instalações passaram a abrigar a penitenciária da cidade (atual presídio do Monte Santo). Em 1940, foi iniciada a construção de um novo matadouro público, agora no bairro de Bodocongó. Mesmo sem existir um aparente vínculo da nova localização do matadouro com o plano que estava elaborando para a cidade, tudo foi feito de acordo com as recomendações técnico-científicas do arquiteto e urbanista Nestor de Figueiredo (imagem 42).

As fábricas e as demais atividades produtivas consideradas insalubres foram deslocadas para as regiões dos açudes Velho e de Bodocongó, subúrbios que se firmaram como áreas fabris, com a predominância de prensas de algodão e curtumes no Açude Velho e de fábricas têxteis no Bodocongó. A disponibilidade de água, imprescindível para o desenvolvimento de tais atividades, foi um dos grandes atrativos dessas regiões, que não demoraram muito para se transformarem em bairros de habitações operários, inclusive com a construção de vilas pelas próprias fábricas (imagem 43). A Empresa de Luz também foi transferida do centro para o Açude Velho, para a nova Central Elétrica construída ao longo do segundo governo de Vergniaud Wanderley (1940-1945). Sua antiga sede foi demolida nos anos seguintes, na gestão do prefeito Elpídio de Almeida (1947-1951), ampliando o espaço da praça Clementino Procópio. A transferência aconteceu não só pelos inconvenientes causados pelas nuvens de fumaça liberadas por suas chaminés, mas principalmente para aumentar a sua capacidade de produção e

42. Matadouro Público construído no bairro de Bodocongó, com obras iniciadas em 1940. Fonte: MHCG.



43. Fábricas e prensas de algodão às margens do Açude Velho. Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega - Unipê (Acervo pessoal Francisco Sales Trajano Filho).



**44.** Acima, Empresa de Luz em pleno centro da cidade, nas proximidades da praça Clementino Procópio. A geração de energia elétrica através de motores movidos a óleo exalava grande quantidade de fumaça na área, em meio a habitações e casas comerciais, causando incômodo à população. Foto por volta de 1942, após o prolongamento da avenida Floriano Peixoto. Abaixo, demolição do prédio da Empresa de Luz, cuja sede foi transferida para as proximidades do Açude Velho. **Fonte:** MHCG.

resolver o precário fornecimento de energia elétrica da cidade, algo fundamental para a instalação, o funcionamento e expansão das atividades produtivas (imagem 44).

Com ações sistemáticas, e ao longo de várias administrações, o poder público se munuiu dos conhecimentos médicos e técnico-científicos na tentativa de dar uma outra ordem ao espaço urbano de Campina Grande. Separando usos, funções e pessoas, determinando um lugar para cada coisa, discriminando e excluindo moradores de áreas atingidas, valorizando regiões e, aí, incluindo novos usos, personagens e interesses, objetivava-se funcionalizar o organismo urbano, torná-lo compatível com necessidades e demandas inéditas trazidas com a expansão do capital. Apesar das discussões acerca da elaboração de um plano para a cidade ao longo da década de 1930, isso aconteceu desvinculado de um planejamento que tivesse em mente a reestruturação de todo o conjunto urbano. As urgentes preocupações com a salubridade pública, as legislações urbanísticas e a atuação das repartições municipais de obras e higiene guiaram, em um primeiro momento, os esforços para o estabelecimento de novas dinâmicas para o uso e a produção da cidade.

Paralelamente a esse esforço, e atrelado ao mesmo espírito higienizador, o poder público se engajou na melhoria da infra-estrutura urbana, com maiores investimentos na região central e nos subúrbios mais abastados. Ruas foram arborizadas, drenadas, pavimentadas e ganharam calçadas, charcos foram aterrados, praças e ruas abertas, cursos d'água foram canalizados e redirecionados, os açudes Velho e Novo viraram alvos de várias propostas urbanísticas ao longo dos anos subseqüentes, passaram por diversas intervenções e transformaram-se em espaços de encontro e de contemplação de uma natureza artificialmente criada, redes de abastecimento de água e de coleta de esgoto domiciliares foram instaladas.

### **Os serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos**

A necessidade desses serviços [de água e esgoto] ressalta de fatos tão chocantes que se verificam em Campina Grande sobre a provisão de água e o destino dos despejos domiciliares, que não podemos passar sem lembrar alguns. É quase impossível ter-se água de cisterna pura, porque a sua passagem pelos telhados empoeirados, onde os passaros, urubus e ratos fazem os seus dejetos, contamina-a perigosamente. Provindo da chuva, esta água é muito rica em oxigênio, o que facilita o desenvolvimento das algas inferiores, que em pouco tempo lhe emprestam cheiro de hidrogênio sulfurado e cor esverdeada. Além disso, há a infiltração contaminante da humidade do sub-solo que por suas paredes deixam passar, as cisternas, que são frequentemente construídas nas proximidades das fossas de esgotos das casas, num mesmo quintal. Peiores ainda são as descobertas e as cobertas com telhados velhos, abrigos de ratos. Por outro lado, existem os barreiros ou depósitos de água potável em escavações abertas no terreno, onde é recolhida a chuva: esta água é perigosíssima, pois está exposta à atmosfera com todos os fatores de contaminação, oferecendo logo o aspecto de água estagnada ou charco: quando vêm as enxurradas das primeiras chuvas, muitos desses poços recebem o sujo da superfície, onde muita gente lança seus vasos; nota-se então o aumento dos casos de tifo. Isto, quanto à água. Quanto aos esgotos,

vemos que parte da população espalha os dejetos pelos quintais, outra parte lança-os em fossas perdidas, que chamam fossas "sêcas", infiltrando-se pelo terreno e contaminando-o mais do que no primeiro caso; outros lançam-no em fossas biológicas, que quasi sempre constroem erradas. Por dhi, vimos que parcela pequena de população de Campina Grande não contaminam seus quintais, suas aguas e de seus visinhos (FERNAL, 1938, p.5-6).

Além da reordenação do meio urbano para purificar e fazer circular seus ares, a disponibilidade e a distribuição domiciliar de água potável, a coleta e o tratamento dos dejetos residenciais foram alçados a fatores decisivos para a saúde e a modernização da Campina Grande dos anos 1930. Ratificando diagnósticos amplamente divulgados pela imprensa paraibana em anos anteriores, o texto acima foi proferido pelo engenheiro sanitaria José Fernal, do Escritório Saturnino de Brito, em palestra para o Rotary Clube do município no ano de 1938. No seu relato, a descrição de um quadro chocante, de contaminação generalizada do solo e das águas campinenses, causado tanto pelos procedimentos de captação e armazenamento do líquido quanto pela precariedade no destino dado aos dejetos produzidos. Inexistia a devida separação entre as já comprometidas águas para o consumo cotidiano e os esgotos. Para os que só tinham como opção a utilização gratuita dos açudes públicos que cercavam o perímetro urbano, a situação era agravada pelos mais diversos e incompatíveis usos que das suas águas faziam as pessoas. A esse quadro, eram atribuídas as epidemias.

Na seqüência, Fernal apontou os bons resultados do tratamento da água para as populações urbanas, citando índices de queda da mortalidade por tifo em municípios de várias partes do mundo atendidos por estes serviços, como São Paulo, Recife, Londres, Paris, Berlin, Hamburgo, Zurich e cidades dos Estados Unidos. Disse que era "difícil encontrar-se agua que não se torne em potavel pelos recursos da ciência", pois "graças á técnica moderna, temos visto águas impuras se tornarem inteiramente potáveis" (FERNAL, 1938, p.7-9). Reunindo números, exemplos e explicações técnicas, muitas vezes difíceis para a compreensão de leigos, o objetivo era demonstrar como a engenharia, em particular a sanitária, estava munida de métodos eficientes capazes de intervir sobre as condições do meio, subvertendo propriedades naturais outrora inóspitas para o usufruto do homem. O discurso estava impregnado por uma crença positiva na cientificidade, a qual estava associada ao progresso, à civilização e à harmonia social<sup>112</sup>. Com tais palavras alvissareiras para o contexto local, proferidas para uma platéia provavelmente ansiosa por cada explicação enunciada, Fernal queria demonstrar que tudo aquilo, em pouco tempo, estaria ao alcance de Campina Grande, com o término dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto ora em execução.

Porém, no início dos anos 1930, o problema de Campina Grande não era apenas o de gerenciamento das águas, mas o da sua escassez. Fora as sucessivas estiagens que

---

<sup>112</sup> Para as relações estabelecidas entre o pensamento positivista e a engenharia no processo de modernização do Brasil do final dos oitocentos e começo dos novecentos, ver Kropf (1994).



baixavam o nível dos reservatórios existentes, estes, mesmo cheios, eram incapazes de atender à população em acelerado crescimento, cerca de 30 mil habitantes na área urbana em meados da década. A falta de planejamento e os recursos limitados disponibilizados pela Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (IFOCs) para a construção do açude de Bodocongó<sup>113</sup> (1917) e do sistema de abastecimento Puxinanã/Grota Funda (1927) produziram resultados aquém frente a real dimensão do problema. O sistema Puxinanã/Grota Funda, projetado pelo engenheiro sanitarista Lourenço Baeta Neves, por vários motivos: a capacidade de represamento dos mananciais já era insuficiente para abastecer à cidade da época, estes tinham dificuldade de acumular água por não serem providos de canais perenes de alimentação, a água não recebia nenhum tipo de tratamento e não houve a intenção de implantar redes de abastecimento domiciliar de água e de esgotamento sanitário. Era apenas uma tubulação que captava a água de Puxinanã/Grota Funda e a conduzia para um reservatório implantado nas proximidades do cemitério do Carmo, no Monte Santo. Bodocongó pelo alto teor de salinidade das suas águas, imprestável para o consumo humano. Serviram, em grande parte, para o abastecimento de algumas indústrias que ali se instalaram (ALMEIDA, 1962). Salinidade que, aliás, atingia todo o solo de Campina Grande, o que inviabilizava a construção de reservatórios dentro das suas fronteiras.

Com a ascensão do grupo revolucionário de 1930 ao poder, Campina Grande passou a gozar de maior prestígio político nos âmbitos estadual e federal. Se em 1927, como afirma Almeida (1962, p.396), a cidade era “desacostumada aos favores dos governos, desassistida em todas as suas precisões, abandonada à sua própria sorte”, com pouca representatividade política, com o advento do período Vargas emergiu uma das figuras mais engajadas na modernização vivida pela Paraíba nos anos 1930: o campinense Argemiro de Figueiredo. Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife (1924), filho do coronel Salvino Figueiredo, chefe político local, Argemiro rompeu politicamente com o pai para aderir à Aliança Liberal, posicionamento que o levou às esferas administrativas estaduais com o advento da Revolução. Entre 1932 e 1934, foi Secretário do Interior e Justiça na interventoria de Gratuliano Brito. Na ausência deste, por várias vezes assumiu interinamente o comando administrativo da Paraíba. Em 1934, foi eleito pela Assembléia Constituinte do Estado (TRAJANO FILHO, 2003, p.30)<sup>114</sup>. Em 1935, assumiu o governo da Paraíba, permanecendo até 1940, quando intensificou ações para a modernização da agricultura, do comércio, da educação, da saúde e dos demais elementos das bases produtivas do Estado, além de investimentos na infra-estrutura urbana das principais

---

<sup>113</sup> Assim como alguns edifícios públicos da cidade, como o Grupo Escolar Solon de Lucena, o açude de Bodocongó foi construído com a mão-de-obra dos refugiados da seca que acorreram a Campina Grande. Para maiores detalhes sobre o assunto, ver Almeida (1962, p.355).

<sup>114</sup> Para maiores informações e detalhes acerca do contexto político paraibano nos anos 1930 e sobre o projeto de modernização do Estado nessa mesma década, ver o trabalho de Trajano Filho, principalmente o capítulo *Estado e Modernização*.

idades paraibanas, notadamente João Pessoa e Campina Grande. Para Sylvestre (1993, p.16), Argemiro foi a “grande mola propulsora do crescimento do prestígio político de Campina”<sup>115</sup>.

Assim, com o trânsito de políticos campinenses na estrutura administrativa do Estado, questões do interesse da cidade ganharam maior espaço de discussão na imprensa oficial paraibana. No começo dos anos 1930, o jornal *A União* publicou uma série de matérias denunciando o grave problema da falta de água de Campina Grande<sup>116</sup>, nas quais o governo aparecia como agente preocupado e mobilizado em sanar a deficiência, sempre nas figuras do então Ministro da Viação e Obras Públicas José Américo de Almeida, do interventor Gratuliano Brito, do prefeito e médico Antônio Almeida e, principalmente, do Secretário do Interior e Justiça Argemiro de Figueiredo. Os textos apelavam para uma população sedenta, sofrida pelos castigos da escassez de água, doentia; diziam haver em Campina Grande um verdadeiro quadro de calamidade pública. A água para a cidade “importava no mais patriótico e humanitário benefício: saciar a sede e dar saúde aos desprotegidos da sorte que se vêm a braços com os tremores da seza oriunda da mais intragável e desgraçada água de charcos” (LUSTOSA, 1933b).

Contudo, mais do que matar a sede do povo e resolver uma situação dita de insalubridade generalizada do meio urbano, a solução do abastecimento de água de Campina Grande emergiu na virada para os 1930 como condição para o próprio desenvolvimento econômico do município. Como clamou Vasconcellos (1933), a água para os campinenses “não se attende somente ás necessidades hygienicas e exigencias urbanisticas do meio”. “Corresponde-se, sobretudo, a indiscutíveis imperativos de ordem economica do Estado, que tem em Campina um ponto de apoio na defesa do intercambio commercial com os pontos mais longinquos do nosso vasto ‘hinterland’”. A água faria Campina crescer e cresceriam “rapidamente a sua cidade, a sua civilização, o seu comercio, as suas industrias e a sua fortuna particular e publica para a honra e gloria do seu povo e do seu Estado” (LUSTOSA, 1933a). A falta do líquido em “um centro desse de tamanha relevancia, porto terrestre de vastas zonas dos sertões nordestinos” ameaçaria o “avanço do seu comercio, das suas industrias e do seu soerguimento material” (LUSTOSA, 1933d).

Com a afirmação de que a água para Campina Grande não constituía “tão sómente um imenso beneficio aos seus habitantes”, de que seria, sobretudo, “um largo beneficio aos interesses gerais do nosso Estado”, principalmente para suas finanças, Francisco Lustosa (1933a) dava continuidade a discussões anteriores, debatidas na Primeira República, que

---

<sup>115</sup> Esta frase, como afirma o próprio Sylvestre, reproduz a opinião do historiador campinense Epaminondas Câmara.

<sup>116</sup> Os textos foram assinados por João de Vasconcellos e Francisco Lustosa. José de Vasconcelos era campinense e foi deputado da Assembléia Constituinte do Estado da Paraíba nos anos 1930 (Sylvestre, 1993, p.188).

colocavam como pauta caminhos possíveis para a modernização e a reestruturação econômica da Paraíba, que funcionassem como vias para a superação da histórica dependência com o vizinho Estado de Pernambuco e com uma economia quase que totalmente subordinada à cultura algodoeira, vulnerável diante dos fenômenos da natureza.

Escritas por quem viria a ser um dos principais líderes nordestinos do movimento revolucionário, os diagnósticos e propostas apresentados por José Américo de Almeida em seu livro de 1923, *A Paraíba e Seus Problemas*, falavam do abandono e do esquecimento do governo central em relação ao Estado, desde a colonização até a ascensão do paraibano Epitácio Pessoa à Presidência da República<sup>117</sup> (1919), e de como a falta de investimentos na sua estrutura produtiva afetava o crescimento econômico e o conseqüente incremento das finanças públicas estaduais. A precariedade dos portos paraibanos, as condições geográficas do seu território (alongado para o oeste e cindido pelo Planalto da Borborema) e a ausência de estradas ligando o litoral ao sertão foram apontadas como fatores para o isolamento da capital em relação ao interior, fazendo com que as transações comerciais e o escoamento da maior parte da sua produção algodoeira se desse pelos Estados vizinhos, principalmente por Pernambuco, levando à evasão de divisas da Paraíba (TRAJANO FILHO, 2003). O texto tratava, ainda, dos castigos econômicos sofridos com as estiagens e das condições sanitárias do Estado. Para José Américo, a proteção sanitária seria, antes de tudo, uma medida de defesa econômica, pois, “para a criação da riqueza e, principalmente, para a atividade agrícola, que demanda maior vigor muscular, a saúde, como condição de força e resistência, é o elemento mais eficiente” (ALMEIDA, 1994, p.421).

Quando da rápida passagem de José Américo pela interventoria estadual, entre outubro e novembro de 1931<sup>118</sup>, a essência do estudo de 1923 foi retomada pela comissão multidisciplinar que elaborou o relatório *Problemas e Necessidades da Paraíba*, organizada com o intuito de estudar a situação do Estado naquele momento e de propor medidas para o soerguimento da sua economia. Ancorada em conhecimentos científicos, pensava-se numa modernização que atingisse as bases produtivas do Estado, com investimentos em agricultura, comércio, indústria, assistência social, instrução pública, saúde e na integração entre litoral e sertão, com a construção de estradas de rodagem ligando os centros de produção do interior com a capital e de um porto moderno e aparelhado capaz de atrair as transações comerciais que as cidades paraibanas mantinham com outras praças (TRAJANO FILHO, 2003, p.20, 25).

---

<sup>117</sup> A idéia da escrita do livro *A Paraíba e seus Problemas* partiu do então presidente do Estado, Solon de Lucena, e seria, nas palavras de seu autor, “um movimento de gratidão, em sua forma simples e rara: a confissão pública dos benefícios recebidos” pelo Estado durante o governo do paraibano Epitácio Pessoa à frente da presidência da República, sobremaneira favorecido pelos investimentos federais do programa de obras contra as secas conduzido pela Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (TRAJANO FILHO, 2003, p.18).

<sup>118</sup> José Américo deixou o governo da Paraíba para ocupar o cargo de Ministro de Viação e Obras Públicas do governo Vargas. No seu lugar, ficou Anthenor Navarro, que deu continuidade aos trabalhos do relatório *Problemas e Necessidades da Paraíba*.

Dentre os membros que compuseram a comissão do relatório *Problemas e Necessidades da Paraíba*, estava o campinense Argemiro de Figueiredo. Apadrinhado por José Américo, Argemiro assumiu o governo da Paraíba em 25 de janeiro de 1935. No seu discurso de posse<sup>119</sup>, vários temas do livro de 1923 e do relatório de 1931 foram retomados, reaparecendo como plataforma do governo que ora se iniciava. Como eixo da sua fala, o prosseguimento das ações de modernização da estrutura produtiva do Estado e de tudo o que a ela se relacionava, como o transporte, a educação e a saúde pública. Argemiro desejava “vencer promovendo o melhoramento das condições económicas, físicas, intelectuais e moraes do povo” (FIGUEIREDO apud SYLVESTRE, 1993, p.174), adotando postura paternalista e políticas em consonância com as do Estado varguista.

Combinado à infra-estrutura de exportação instalada, com a extensão da rede de estradas vicinais desde o início dos anos trinta e a conclusão dos melhoramentos [do porto] em Cabedelo, o êxito da campanha de fomento à produção legaria ao estado uma situação nas finanças públicas em muito distinta da que adentrara essa década [...]. Seriam os resultados dessa campanha que permitiriam Argemiro governar num quadro de estabilidade financeira, em todo distinto do que se iniciara a década de 1930, e promover a partir disso um conjunto de ações nos setores da educação, saúde pública, assistência social, segurança e infra-estrutura urbana, sobretudo nas cidades de Campina Grande, sua terra natal, e João Pessoa<sup>120</sup> (TRAJANO FILHO, 2003, P.36)

Foi esse o contexto da instalação dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos de Campina Grande, o de melhoria da infra-estrutura urbana da principal praça do comércio paraibano como via para o desenvolvimento econômico da cidade e, conseqüentemente, do Estado; como medida profilática, caminho para a promoção de um povo sadio e disposto ao trabalho. As águas e os esgotos para o município interiorano estavam atrelados aos interesses que impulsionaram a modernização das bases produtivas do país e da Paraíba dos 1930 e ao grupo que ascendeu ao poder a partir de então.

Assim, o começo da década foi perpassado por discussões acerca da viabilização dos serviços. O primeiro problema a ser resolvido era: de onde viria a água? Como dito, o solo campinense apresentava alto teor de salinidade, impossibilitando a construção de mananciais dentro dos seus limites. Nesse sentido, vários estudos de prospecção vinham sendo realizados desde o começo do século. Em 1909, o Chefe da Comissão de Estudos Contra a Seca do Ministério da Indústria e Viação, o engenheiro Salles Guimarães, “desenganou” a população campinense ao afirmar que ao longo do seu território não havia “água potável, pois que as camadas de terra salitrosas que aqui cobrem em geral a rocha, só nos oferece [sic] água salobra” (GOMES, 1909b). Em princípios dos 1930, as prospecções continuaram. A prefeitura, na gestão de Antônio Almeida (1932-1934),

---

<sup>119</sup> O discurso de posse do interventor Argemiro de Figueiredo está transcrito, na íntegra, em Sylvestre (1993).

<sup>120</sup> Sobre os melhoramentos urbanos compreendidos na capital paraibana, ver os trabalhos desenvolvidos por Trajano Filho (2000, 2003) Almeida (2006) e Tinem (2006).

procedeu estudos no Vale do Araticun, a 7 km do núcleo urbano, mas concluiu que a região não possuiria capacidade para armazenar volume satisfatório de água (LUSTOSA, 1933c).

Com a continuação das sondagens, chegou-se a conclusão de que a solução teria que vir de mais longe, da cidade de Areia, terra de José Américo, a 39 km de Campina Grande. Os motivos eram dois: a riqueza de mananciais perenes ali existentes, o que garantiria volume de água e segurança no abastecimento, e a boa qualidade do líquido. Sobre o segundo motivo, o engenheiro José Fernal (1938, p.7) confirmou, na mesma palestra que abre esse texto, diagnósticos anteriores, de que o Nordeste brasileiro possuía um fenômeno sério com relação ao solo: a propriedade de salgar suas águas em determinada região. A linha divisória dessa área passava exatamente entre Campina Grande e Areia; “assim, aqui quasi todas as aguas superficiais são pesadas e improprias aos usos domésticos; além daquela separação, nas visinhanças de Areia, é que começamos a encontrar aguas boas para o uso potável”. Como anunciou Lustosa (1933c), a cidade de Areia teria “o momento de glórias de levar ao seu grande irmão que pede agua, num abraço fraterno, o precioso liquido jorrando das veias do seu solo privilegiado”.

Resolvido de onde a água viria, o problema colocado era outro: quem financiaria a obra? Os investimentos eram altos para serem bancados apenas pelas receitas da Prefeitura. Ademais, o fato de a água ter que vir de outra cidade limitava seu alcance administrativo, impondo uma ação de âmbito estadual. Com a dinamização da economia paraibana nos anos 1930, o conseqüente aumento da arrecadação de impostos, as metas traçadas para o desenvolvimento do Estado e os vínculos políticos estabelecidos entre administração estadual e Campina Grande, as interventorias que se sucederam no poder ao longo dessa década assumiram a linha de frente para a realização dos serviços, em parceria com a Inspeção Federal de Obras Contra a Seca. A IFOCS estava subordinada ao Ministério da Viação e Obras Públicas, sob o comando, nesse momento, de José Américo de Almeida, principal articulador dos pleitos paraibanos nas esferas federais. Mesmo com a sua saída do cargo, em meados dos 1930, a parceria entre IFOCS e Governo do Estado foi mantida. Como podemos perceber, o contexto político nacional estava favorável às questões da Paraíba.

Dessa forma, em fevereiro de 1934, em uma ação conjunta entre governos estadual e federal, a Interventoria de Gratuliano Brito, tendo à frente o interventor interino Argemiro de Figueiredo, assinou contrato com o engenheiro José Oscar, estabelecido no Rio de Janeiro, para a execução do projeto de saneamento de Campina Grande (SERVIÇOS..., 1934). Não sabemos quais foram os limites e os frutos da passagem de José Oscar pela cidade, pois não localizamos maiores referências sobre o assunto. Seus trabalhos não foram adiante e, pouco mais de dois anos depois, em junho de 1936, o Governo do

Estado assinou contrato com o Escritório Saturnino de Brito para a elaboração de um segundo projeto e para a execução das obras do abastecimento de água e da coleta dos esgotos de Campina Grande. No momento, a Interventoria já estava sob o governo de Argemiro de Figueiredo, o qual “consagrou [estes serviços] como ponto de honra do seu programa administrativo”, [...] “como necessidade premente por ser a garantia da estabilidade do maior centro econômico do Estado” (ASSIGNADO..., 1936) (imagem 45).

“Confiados á competencia technica de um profissional já experimentado em outros commetimentos identicos no pais” (ASSIGNADO..., 1936), os serviços de Campina Grande eram a continuação dos trabalhos do Escritório Saturnino de Brito na Paraíba, iniciado nas décadas anteriores com a execução do saneamento da capital<sup>121</sup>. Elaborando projetos e realizando obras para várias cidades brasileiras ao longo da Primeira República, Saturnino de Brito, “além de sanear as cidades tomadas ou ameaçadas por epidemias, elaborava seus planos de extensão e, ao mesmo tempo [...], aformoseava a paisagem citadina, criando uma imagem urbana moderna, à maneira das mais desenvolvidas capitais européias” (ANDRADE, 1992, p.4). Ainda de acordo com Andrade (1992, p.4), com um trabalho pautado pela rigorosa racionalidade técnica e econômica, “Brito foi, talvez, o principal responsável pela introdução e difusão da urbanística, enquanto uma disciplina autônoma, no Brasil”, implantando o planejamento urbano na administração de inúmeras cidades do país.

Segundo os seus princípios, o saneamento de uma cidade deveria ser pensado de maneira global, “conciliando os projetos das redes de água e de esgotos a outras dimensões da cidade, como o sistema viário, os edifícios públicos, as habitações, sem descuidar dos aspectos estéticos, sociais, econômicos, culturais e, principalmente, técnicos das propostas” (FERREIRA et al, 2006, p.221). Dessa forma, com a contratação do Escritório Saturnino de Brito para os trabalhos do município interiorano, o Governo da Paraíba garantiria a experiência e a excelência técnica já experimentada nos principais centros urbanos brasileiros; asseguraria o cumprimento das competências exigidas pelo decreto que criou a Comissão de Saneamento de Campina Grande, que determinava que “por taes obras dizerem respeito com a saude publica, a sua execução exige profissional de idoneidade e technica especializada em saneamento de cidades” (PARAÍBA, 1936). Com a morte do pai, em 1929, o escritório ficou sob a direção do engenheiro Saturnino de Brito Filho, seguidor dos seus ensinamentos.

---

<sup>121</sup> Sobre o plano de saneamento de Saturnino de Brito para João Pessoa, ver os trabalhos de Trajano Filho (2003) e Almeida (2006).



**45.** Assinatura do contrato entre o Escritório Saturnino de Brito e o Governo do Estado da Paraíba para a instalação dos serviços mecanizados de abastecimento de água e coleta de esgotos de Campina Grande. Sentado, o engenheiro sanitaria Saturnino de Brito Filho. Em pé, o terceiro da direita para a esquerda, o interventor Argemiro de Figueiredo. **Fonte:** Jornal *A União* 26 jun. 1936.

Diferente das propostas para Natal<sup>122</sup>, em execução na mesma época, e para diversas cidades brasileiras, incluindo João Pessoa, não estava previsto para Campina Grande a elaboração de um plano urbanístico que intervisse significativamente na cidade presente e que previsse a cidade futura a partir das redes de saneamento. Seguindo o que as fontes nos dizem até o momento, só aconteceram intervenções pontuais sobre a malha urbana existente, como medidas para viabilizar a própria instalação e o funcionamento das redes de água e esgoto. Ademais, desde 1933, o Governo do Estado estava em negociação com o arquiteto e urbanista Nestor Egydio de Figueiredo para a elaboração, de acordo com as correntes urbanísticas mais atuais da época, do Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento de Campina Grande, sobre o qual discutiremos no capítulo seguinte.

Com as obras da barragem de Vaca Brava em grande parte financiadas e tocadas pelas IFOCS, os serviços encomendados ao Escritório Saturnino de Brito para Campina Grande compreendiam a “acumulação com proteção e captação do Rio Vaca-Brava [em Areia], tratamento preliminar, elevação, adução, tratamento completo da água e distribuição a domicilio, e em seguida esgotamento das casas, condução e tratamento completo dos despejos urbanos” (FERNAL, 1938, p.5). Incluía, ainda, a construção de todos os edifícios necessários para o funcionamento dessa estrutura (escritórios administrativos, residências para funcionários).

Para gerenciar e executar os trabalhos, foi criada, pelo Decreto Nº. 715, de 23 de junho de 1936, a Comissão de Saneamento de Campina Grande<sup>123</sup>. Além de “rever e refazer os projectos existentes para os referidos serviços organizando os projectos definitivos e os relativos á adducção do correjo Vacca Brava”, a comissão tinha como atribuição “organizar, administrar tecnicamente e dirigir todos os serviços que digam respeito á construção das obras de abastecimento de água, aos esgotos sanitarios e outras que forem complementares dos mesmos serviços” (PARAÍBA, 1936). A repartição era composta por administradores, contabilistas, pessoal de expediente e por um quadro de técnicos especializados, formado por desenhistas e engenheiros, com certa autonomia em relação ao governo. Como chefe da comissão, o engenheiro José Fernal, que havia participado, juntamente com Saturnino Filho, das obras de saneamento da capital. No

---

<sup>122</sup> Para a capital do vizinho Estado do Rio Grande do Norte, o Escritório Saturnino de Brito elaborou e executou entre 1935 e 1939 (mesmo período dos trabalhos de Campina Grande), ainda que parcialmente, o Plano Geral de Obras. Além das propostas para as redes de água e esgoto, os estudos para Natal contavam com um plano de melhoramentos e expansão para a cidade. “No que se refere às propostas arquitetônicas, tal plano englobaria os projetos de um edifício que sediasse a Repartição de Saneamento de Natal, de um aeroporto, de uma estação conjunta para as estradas de ferro, de um hotel e de um centro administrativo, além da proposta de um bairro residencial e da indicação de três novas avenidas [...] que abrigariam os coletores gerais dos esgotos” (FERREIRA et al., 2006, p.221). Em vários momentos, localizamos matérias de jornal que registraram a visita de Saturnino de Brito Filho às obras de Campina Grande após este ter passado por Natal, ou vice-versa (ver, como exemplo, o jornal *Voz da Borborema* de 30 out. 1937). As obras de saneamento de Campina Grande também foram visitadas pelo interventor do Rio Grande do Norte, por uma comitiva do Sindicato dos Engenheiros do Estado de Pernambuco (ver jornal *A União* de 29 abr. 1938) e pelo escritor Gilberto Freyre (ver jornal *A União* de 15 maio 1938).

<sup>123</sup> O decreto foi publicado no jornal *A União* de 26 jun. 1936.



decorrer da obra, Fernal foi nomeado Secretário de Viação e Obras Públicas do governo Argemiro de Figueiredo<sup>124</sup>.

Desde então, o projeto e as obras foram descritos e ilustrados exaustivamente na imprensa oficial do Estado, principalmente no jornal *A União*, e no periódico local situacionista *Voz da Borborema*, dirigido pelo irmão de Argemiro, Acácio Figueiredo<sup>125</sup>. Em tons heróicos e de culto à imagem do interventor, tal como fazia a política propagandista de Getúlio Vargas, as matérias sempre frisavam a grandiosidade dos serviços e dos esforços do Estado para a concretização de uma obra que seria a redenção para Campina Grande, clamada como “a maior realização de uma administração estadual no interior nordestino” (PROBLÊMA..., 1938). As falas assumiam ares ufanistas, nas quais a Paraíba deveria se orgulhar dos serviços desenvolvidos em Campina Grande, “pelo cunho altamente nacionalista da realização. Empreendimento brasileiro, com capital, engenheiros e operários brasileiros. É isso que quer o Estado Novo do Brasil” (CAMPINA GRANDE, 1938c). Os discursos eram, também, de admiração à capacidade da engenharia de “transformar a Natureza mecanicamente, para fazer brótar do seu seio, árido às vezes, a fartura que salva e enriquece as gentes, como fazem os discipulos de Paulo de Frontim, e Saturnino de Britto e outros que engrandeceram o patrimonio da Engenharia Brasileira” (PIMENTEL, 1937).

Para a análise do projeto, recorreremos ao relatório que José Fernal apresentou na palestra para o Rotary Clube, em 1938. Inicialmente, as obras foram pensadas e elaboradas para fornecer 4.000 m<sup>3</sup> diários de água, o suficiente, segundo o engenheiro, para abastecer 40.000 dos 48.000 habitantes das zonas urbana e suburbana da cidade, ou 6.700 dos 8.000 prédios dessas áreas localizados em ruas desde o princípio servidas pela rede. Porém, “com o aumento de poucas obras”, a capacidade de fornecimento poderia chegar, no futuro, a 7.000 m<sup>3</sup>, o que daria para atender a uma Campina Grande com 80.000 habitantes. No princípio, a média diária seria de 100 litros por pessoa, confortável para uma população que, “devido á grande dificuldade de agua para os diversos usos domesticos, tem o habito de economia do liquido, não o desperdiçando, pois êle custa aqui muito dinheiro”.

É pois muito reduzido o consumo privado: não ha grandes hotéis, quartéis ou hospitais. Lavagem de ruas, irrigação de jardins públicos, fontes ornamentais, gabinetes sanitarios públicos e serviço de incêndio dão a segunda parcela do consumo, menor ainda, pela quase inexistencia dêsses serviços: para os tanques de lavagem automatica dos esgôtos, póde-se usar agua do Puxinanã. O consumo industrial, finalmente, é também muito reduzido, porque a escassa indústria existente quase toda se supre nos açudes locais; não há fábricas de bebidas, de papel, de tecidos e outras indústrias de grande consumo

---

<sup>124</sup> Sobre os trabalhos de José Fernal à frente da Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado, ver o jornal *A União* de 19 jan. 1939.

<sup>125</sup> Nas nossas pesquisas, coletamos mais de 110 matérias dos jornais *A União* e *Voz da Borborema* sobre os serviços de saneamento de Campina Grande, praticamente todas celebrando tal feito governamental.

de água<sup>126</sup>. A última cota, afinal, a computar-se no cálculo do abastecimento da água é a representada pelas perdas da própria canalização; como o serviço é todo novo, espera-se que não seja grande. Como vemos, todas as quotas-partes do consumo da água aqui em Campina Grande são pequenas (FERNAL, 1938, p.9-10).

Percebemos, pelas palavras acima, que, ao contrário do discurso oficial da água para a redenção e o desenvolvimento econômico do município, causa que virou o lema principal das campanhas pró-saneamento, o projeto e as obras não foram pensados tendo em vista a expansão do comércio, dos serviços e da indústria local. O foco era o abastecimento domiciliar, para um consumo cotidiano econômico, que não previa sobressaltos ou novas dinâmicas nas suas atividades. Observamos, também, a inserção dos reservatórios existentes ao novo sistema implantado, com a manutenção de muitos dos seus antigos usos: Puxinanã para a limpeza da rede de esgoto e os demais, como o Açude Velho e o de Bodocongó, para o abastecimento das indústrias. Com os incrementos demográfico e econômico dos anos seguintes, essa falta de previsão<sup>127</sup> pode ser entendida, talvez, como uma das explicações para o rápido colapso da rede, já em meados da década de 1940, fazendo ressurgir muitos dos argumentos aqui apresentados para a execução de um novo sistema de abastecimento de água para Campina Grande, concretizado com a construção do açude de Boqueirão, inaugurado durante o governo do Presidente Juscelino Kubitschek.

A rede de saneamento pensada pelo Escritório Saturnino de Brito para Campina Grande trazia muitas das soluções já experimentadas em outras cidades brasileiras, de comprovadas economia e eficiência, desenvolvidas pelo “criador da engenharia sanitária brasileira, Francisco Saturnino Rodrigues de Brito [...], continuando os seus discípulos o seu trabalho” (FERNAL, 1938, p.12, 17). O sistema era dividido em dois: o de adução, tratamento e distribuição das águas e o de coleta, depuração e destino dos esgotos. O primeiro captaria a água do açude de Vaca Brava e a conduziria, por gravidade na maior parte do percurso, para a estação de tratamento localizada no bairro do Alto Branco. No caminho, o líquido passaria por aquedutos, filtros, estações elevatórias (com a utilização de motores movidos a diesel). A adutora abriria caminhos, atravessaria pontes, cortaria rochas, venceria os obstáculos naturais (imagem 46). Na estação de tratamento, a água passaria por processos físicos e químicos de purificação. Só depois, entraria nas redes de distribuição.

A distribuição se daria por gravidade, com a exploração das condições topográficas do núcleo urbano. Um reservatório principal ficaria no Alto Branco, com capacidade para garantir o abastecimento em caso de acidente na adutora (3.100m<sup>3</sup>). Deste, sairia tubulação com destino a uma caixa d'água localizada no Alto das Boninas, no centro,

---

<sup>126</sup> Segundo anúncios de jornais e dos almanaques de Campina Grande de 1933 e de 1934, existiam fábricas de tecido, de bebidas e de outros produtos na cidade, embora fossem em pequeno número.

<sup>127</sup> Falta de planejamento aliada à falta de investimento e de manutenção da rede pelos governos subsequentes, como denunciou o jornal *A Voz do Dia*, de 29 de maio de 1945.



**46.** A engenharia desafiando e subvertendo a natureza na busca pela transformação do meio. Instalação dos serviços de saneamento de Campina Grande. Foto de 1938. **Fonte:** Arquivo Humberto Nóbrega - Unipê (Acervo pessoal Francisco Sales Trajano Filho).

com a função de fornecer água para as partes baixas da cidade<sup>128</sup>. Do reservatório das Boninas, sairia tubulação em direção à antiga caixa d'água construída para o sistema Puxinanã/Grota Funda, no final da rua João Suassuna, no atual bairro do Monte Santo (na região do bairro das Areias), com a finalidade de abastecer as partes altas da cidade. Todo o sistema seria interligado. No princípio, a rede de distribuição teria 35 km de extensão, com previsão de prolongamento para as novas ruas surgidas. A maior parte dos moradores da região central e de alguns subúrbios, geralmente os mais abastados, teria água canalizada até suas residências. "A classe mais pobre, os que compram hoje uma carga de água do açude ou de chafariz para todas as suas necessidades, terão água em chafarizes, que serão distribuídos convenientemente nos bairros" (FERNAL, 1938, p.10)<sup>129</sup>. Seriam 12 chafarizes, mais 30 hidrantes contra incêndio, distribuídos por toda a cidade.

Na explicação do sistema de esgoto, Fernal (1938, p.21) disse que o seu tratamento já era "uma prática largamente adotada e quasi corrente nos meios adiantados". Mostrou conhecimento detalhado sobre casos de países da América do Norte e da Europa, dos quais muitos ele visitara *in loco*. No projeto para Campina Grande, princípios ali utilizados seriam adotados. A rede de coleta dos esgotos funcionaria por gravidade, aproveitando as condições topográficas do sítio, tal como faria a rede de distribuição de água. Todos os dejetos seriam recolhidos das partes mais altas da cidade e lançados para coletores receptores que margeariam todo o vale do Açude Velho (região do riacho das Piabas e o do próprio açude), parte mais baixa do núcleo urbano (para o entendimento da topografia do sítio campinense, ver mapa do ano de 1918 no capítulo anterior). Daí, um emissário conduziria as águas servidas até a estação depuradora, em construção a 1 km após a estação de trem, no atual bairro do Tambor.

O fato de Campina Grande não estar localizada no litoral, e de não passar por seu território grandes cursos perenes de água, impossibilitava que o livrar-se dos esgotos se desse por seu despejo direto no mar ou na correnteza de rios, tal como o era em outras cidades (como em Santos ou Recife). A depuração dos dejetos, além de ser um procedimento mais avançado, seria uma solução mais eficiente para a manutenção da salubridade do meio urbano campinense. Assim, na estação depuradora, os esgotos passariam por complexos processos físicos e químicos de purificação, com o emprego de sofisticadas máquinas elétricas, do qual resultariam um composto orgânico e água. Parte dela seria lançada no riacho das Piabas e a outra parcela, juntamente com o composto, que serviria de adubo, seria destinada para a agricultura<sup>130</sup>. Os gases

---

<sup>128</sup> Pela natureza da topografia do núcleo urbano de Campina Grande, a caixa d'água das Boninas abasteceria toda a região central e as áreas em declive em direção ao bairro de São José, ao vale do Açude Velho e ao atual bairro da Conceição. A caixa d'água da rua João Suassuna abasteceria as regiões dos atuais bairros do Monte Santo e da Prata.

<sup>129</sup> A distribuição de chafarizes para a população mais pobre foi medida corrente na instalação das redes urbanas de saneamento no Brasil, devido ao alto custo do sistema e das instalações domiciliares.

<sup>130</sup> Junto à estação depuradora, foi instalado um campo agrícola para o cultivo de hortaliças, frutas e flores (FERNAL, 1938, p.27), irrigadas e adubadas com o resultado da depuração dos esgotos da cidade.

produzidos ao longo da depuração seriam armazenados e aproveitados para a geração de energia elétrica, utilizados como força motriz para os motores e para a iluminação da própria estação. Fechar-se-ia, então, o ciclo iniciado na barragem de Vaca Brava (imagem 47). Com afirmações que precisam de relativização, o jornal *A União*, do dia 29 de abril de 1938, publicou que o engenheiro José Fernal, conhecedor dos serviços de saneamento de Berlin, Paris, Londres e Suíça, assegurou que “a instalação de Campina será do que há de mais moderno no assunto”. “Quanto aos esgotos, não há nenhum serviço no Brasil que se lhe possa igualar. Mesmo em São Paulo, a depuração dos dejectos ainda não se faz completamente”<sup>131</sup> (CAMPINA GRANDE..., 1938c) (imagem 48).

Como foi comum em parte das propostas do Escritório Saturnino de Brito para outras cidades, não há referência de que este tenha elaborado algum projeto de drenagem para o núcleo urbano campinense, para a implantação de redes independentes de coleta dos esgotos e das águas pluviais e para adaptações do arruamento presente e previsões do arruamento futuro para facilitar, de acordo com os acidentes topográficos, o escoamento das águas das chuvas pela superfície das ruas, aproveitando a drenagem natural do sítio. Medidas nesse sentido já estavam sendo concretizadas pela Prefeitura desde os anos 1920, com a introdução de galerias pluviais em trechos propícios ao acúmulo de água e com a pavimentação e a construção de calçadas, calhas e meio-fio nas principais vias de circulação da cidade. Com a terraplanagem e a pavimentação da íngreme rua Irineu Joffily, por exemplo, as águas das chuvas passaram a escoar por ali, em direção ao Açude Velho, pelas calhas construídas nos seus limites com as calçadas, evitando a abertura das criticadas valas que outrora acumulavam lixo (imagem 49).

Dessa forma, como dito, as intervenções dos serviços de saneamento na estrutura urbana campinense foram pontuais, não chegando a alterar significativamente o seu traçado. Estiveram limitadas a um programa moderado de alinhamentos, regularizações e desobstruções de caminhos para a instalação e o funcionamento da própria rede, com desapropriações de áreas privadas urbanas e rurais respaldadas pelo decreto que criou a Comissão de Saneamento<sup>132</sup>. Tais intervenções na malha citadina não se iniciaram com os serviços de saneamento. Eram a continuidade de ações anteriores, tocadas por várias administrações, principalmente a partir do início dos 1930, visando à melhoria das condições de circulação e de higiene da cidade. Com a instabilidade política dos anos

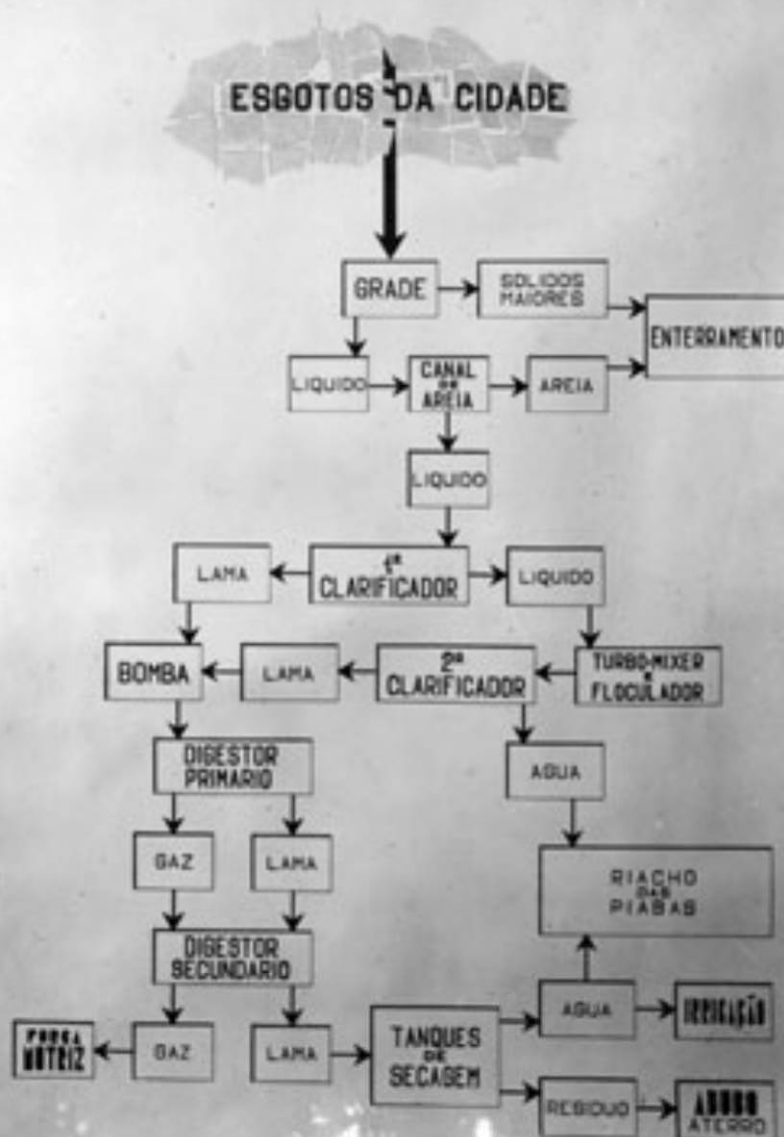
---

<sup>131</sup> A estação depuradora de Campina Grande foi citada como modelo pelo livro de SAMPAIO (1952), *Saneamento de uma cidade: apontamentos para projetar de acordo com os ensinamentos de Saturnino de Brito*.

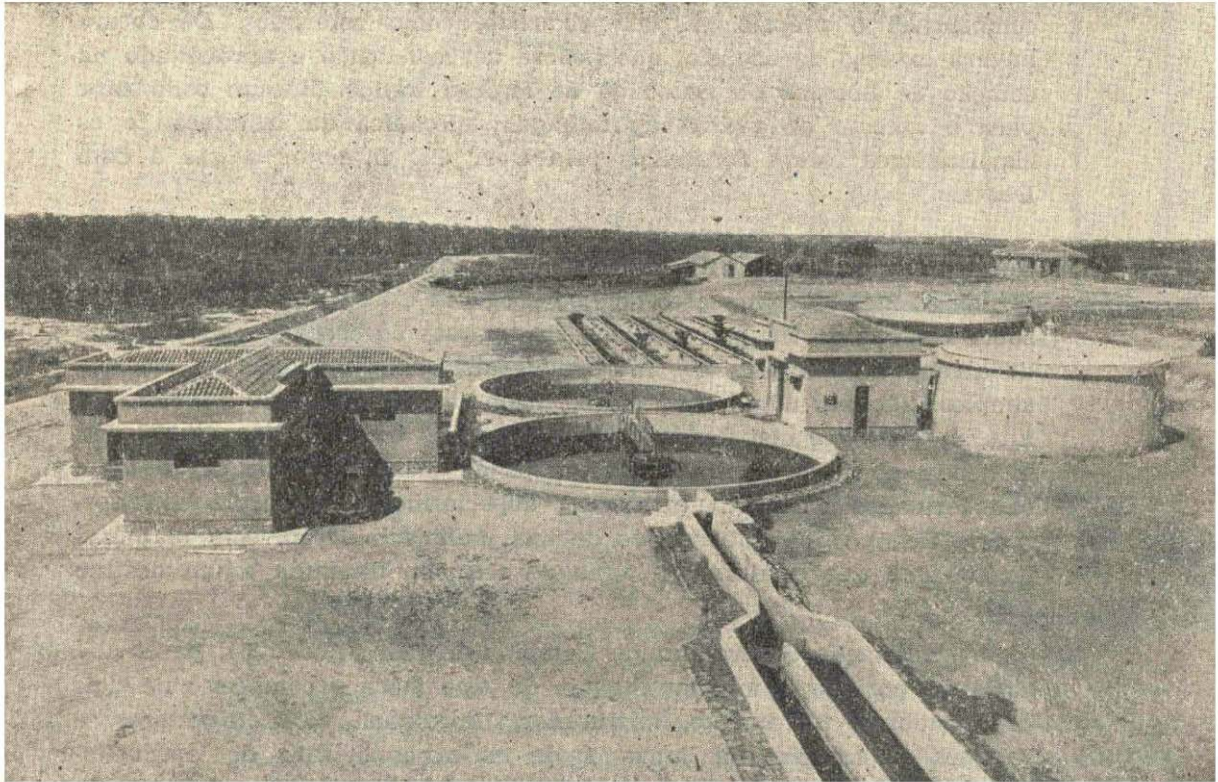
<sup>132</sup> O decreto que criou a Comissão de Saneamento (Nº.715, de 23 de junho de 1936) determinou que “para a execução das obras do Saneamento, o Governo do Estado fará as necessárias desapropriações, amigáveis ou judiciais” (PARAÍBA, 1936). Muitas dessas desapropriações causaram embates entre o Governo do Estado e os proprietários, como nos mostra o jornal *Voz da Borborema* de 10 nov. 1937: os “desentendimentos apareceram em consequência de uma desarrazoada intransigência de alguns proprietários que, abusando do interesse público, pedem preços tão exorbitantes que atingem às raias da exploração. Dentro da zona urbana, a Repartição de Saneamento de Campina Grande desapropriou imóveis para a instalação e a manutenção das redes, como registra o pedido que essa repartição enviou à Diretoria de Obras da cidade, em 4 de julho de 1940 (já depois das redes inauguradas) solicitando a demolição de casas na rua Cardoso Viera, pertencentes aos herdeiros de Cazuzza Barreto, Paulo Barreto e outros.

# TRATAMENTO DE ESGOTOS DE CAMPINA GRANDE

## ESQUEMA DO FUNCIONAMENTO



47. Esquema de funcionamento do tratamento dos esgotos de Campina Grande elaborado pelo Escritório Saturnino de Brito. Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega - Unipê (Acervo pessoal Francisco Sales Trajano Filho).



48. Estação Depuradora de Campina Grande. Fonte: Sampaio, 1947, p.320. Arquivo Humberto Nóbrega - Unipê (Acervo pessoal Francisco Sales Trajano Filho).

1930, vários prefeitos se revezaram ao longo das obras de implantação das redes de água e esgoto, desde a assinatura do contrato de 1934 até a sua conclusão, em 1939: Antônio Almeida (1932-1934), Antônio Diniz (1934-1935), Vergniaud Wanderley (1935-1937) e Bento Figueiredo (1935/ 1938-1940), além dos interinos, que por várias vezes assumiram o cargo. Bento, irmão de Argemiro, ocupou o poder durante a fase mais intensa das obras, até o seu término, período no qual implantou, em paralelo com os serviços de saneamento, uma série de melhoramentos urbanos, sobre os quais discorreremos no capítulo seguinte.

Como as propostas do Escritório Saturnino de Brito primavam pela exequibilidade, estes adquiriam formas diversas de acordo com as circunstâncias. Diante dos orçamentos sempre limitados, os engenheiros desenvolviam soluções técnicas pautadas na economia, que pudessem dialogar com os condicionantes locais e dispensar, sempre que possível, “a importação de materiais estrangeiros, quasi sempre difícil a pequenas municipalidades”, como era o caso do município do interior paraibano (FERNAL, 1938, p.18). O projeto para Campina Grande seguia por esse caminho. Tirava partido dos condicionantes locais, dialogando com a topografia e com as estruturas existentes, visando maior economia, eficiência e facilidade de manutenção, sem grandes rupturas na paisagem e nas formas urbanas. Como atendia a uma demanda específica e limitada, a de resolver apenas as deficiências de abastecimento de água e o destino dos esgotos, não houve os desdobramentos, os esforços financeiros e os impactos na paisagem que outros planos de saneamento tiveram país afora, como o emblemático caso de Santos, ou mesmo o de Natal.

O projeto foi executado de acordo com as descrições do engenheiro José Fernal e, em janeiro de 1939, foram abertos os cinco primeiros chafarizes. Foi uma medida antecipada, de emergência, “por ser de interesse mais próximo da população não abastada, a que, sem o recurso de cisternas e filtros, mais sofre com a penúria da bôa agua” (SANEAMENTO..., 1939). Aclamada como a maior realização do governo de Argemiro de Figueiredo e amplamente divulgada na imprensa situacionista paraibana, a inauguração oficial e completa do sistema só aconteceu em 9 de março de 1939, data de aniversário do interventor. O dia, estrategicamente escolhido, deveria ser lembrado por todos os campinenses como o início de um novo tempo, de redenção, progresso e desenvolvimento para a cidade, ao qual, para sempre, estaria vinculada a imagem de Argemiro.

Arroubos ufanistas à parte, era a inauguração de um sistema moderno de saneamento, de um aparato tecnológico que contrastou com a precária infra-estrutura anterior, não totalmente superada em partes da cidade. Se antes a água vinha das cisternas (captada através dos telhados das residências), dos açudes poluídos ou era trazida pelos comboios de aguadeiros em latas amarradas nos lombos dos muares, com poucas condições de





49. Com a terraplanagem, a construção de calçadas e a pavimentação da rua Irineu Joffily (foto abaixo - início dos 1930), as águas das chuvas passaram a escoar, em direção ao Açude Velho, pelas calhas executadas nos cantos da via, sem a abertura de sulcos que outrora acumulavam lixo (foto acima - 1930). **Fonte:** Arquivo pessoal Severino Cabral Filho.

asseio, como bem nos mostram algumas imagens e passagens do capítulo anterior, agora a água vinha de aqueduto, era fisicamente e quimicamente tratada e distribuída em chafarizes ou em domicílio. Se antes os esgotos iam para as fossas precárias e contaminadoras do subsolo, eram transportados em cubas pelos presos acorrentados ou desciam até os açudes pelas valas abertas pela força das chuvas, agora estes eram captados diretamente nas construções, conduzidos por tubulações subterrâneas até a estação depuradora, e, lá, tratados. Era outra realidade, pelo menos para alguns. A rede domiciliar construída atendia basicamente ao perímetro urbano e às vias principais de alguns subúrbios. Em janeiro de 1939, contava com 30 ligações<sup>133</sup> (CÂMARA, 1947, p.130). Os demais continuavam construindo suas fossas e se abastecendo nos chafarizes.

Porém, mesmo de alcance limitado, o que nos parece banal para os dias hoje, era a introdução de um maquinário urbano promotor de novas sensibilidades higiênicas e de conforto, de novas percepções do que era limpo ou sujo, bem ou malcheiroso, conquistadas a partir de relações inéditas estabelecidas entre a água, a cidade, as construções e as pessoas. A água para o consumo e os esgotos circulavam, agora, fora da vista dos transeuntes, em uma rede que corria por baixo dos espaços públicos, com seus odores e demais inconvenientes neutralizados. Da cena urbana arrefeceram-se, não na sua totalidade, já que os problemas de abastecimento não foram totalmente resolvidos, os comboios de aguadeiros, os carregadores de esgotos, os pedidos para a construção de fossas e cisternas e parte do domínio privado sobre a água potável.

Sobre esse último assunto, o jornal *Voz da Borborema* publicou que todos os campinenses ficariam felizes com os serviços de saneamento, com exceção de "alguns descontentes que de certo ficarão privados, brevemente, da renda de suas cisternas, com a venda de água, nas quais não faltaram as impurezas dos telhados, onde os gatos á noite fazem avenida, e os ububús a sua sésta diaria" (TERÁS AGUA..., 1938). O domínio da água e dos esgotos foi transferido para o Estado, passou a ser encarado como questão de saúde coletiva e como instrumento estratégico para o desenvolvimento econômico, sendo, portanto, de interesse público. Porém, muitas vezes o interesse público caminha junto com o privado, como foi o caso da valorização dos terrenos atendidos pelas redes de saneamento<sup>134</sup>. Para o controle dos serviços, surgiu um novo agente administrativo com poderes de intervenção e de elaboração de políticas para gerenciar o espaço urbano: a Repartição de Saneamento de Campina Grande.

---

<sup>133</sup> Com o passar dos meses, esse número foi aumentando. Nas nossas pesquisas no Arquivo Público Municipal de Campina Grande, localizamos, entre 1939 e 1942, pedidos de licença para a instalação das redes domiciliares de água e esgoto nos seguintes logradouros: ruas Antenor Navarro, Alexandrino Cavalcanti, Afonso Campos, Bento Viana, Benjamim Constant, Desembargador Trindade, Floriano Peixoto, Cardoso Vieira, João Pessoa, Cel. João Lourenço Porto, João da Mata, Cel. João da Silva Pimentel, Marquês do Herval, Monsenhor Sales (rua do Comércio), Maciel Pinheiro, 4 de Outubro, Pedro I, Peregrino de Carvalho, Ruy Barbosa, Simeão Leal, Solon de Lucena, São José, Vidal de Negreiros, Visconde de Pelotas, XV de Novembro, José Tavares, José Bonifácio, Frei Caneca, Barão do Abiahy, da Concórdia, 13 de Maio, Irineu Joffily, Venâncio Neiva, Nilo Peçanha, Otacilio de Albuquerque, Dr. Antônio Sá, Manoel Pereira de Araújo, Santa Margarida, Monte Santo, Praças Epitácio Pessoa, João Pessoa, da Bandeira (largo do Rosário), Clementino Procópio, Cel. Antônio Pessoa. Largo da Luz. Avenida Getúlio Vargas.

<sup>134</sup> Discorreremos sobre esse assunto no capítulo seguinte.

Mesmo com suas limitações, a instalação dos serviços de saneamento de Campina Grande foi um dos principais marcos do processo de modernização da cidade. Juntamente com as demais medidas de higienização urbana, muitas delas discriminadoras e segregadoras de camadas da população, como vimos, a infraestrutura implantada nos anos 1930 agiu como elemento preparatório para as ações governamentais e privadas subsequentes, as quais, ao intensificar as investidas na circulação e na estética urbana, transformaram consideravelmente a paisagem campinense. Contudo, acreditamos que o saneamento gerou maior impacto sobre o cotidiano das pessoas do que as propaladas investidas que demoliram edificações para a regularização e a abertura de vias e para o surgimento de outros padrões estético-arquitetônicos. As preocupações com a higiene da casa, com a circulação do ar e com o gerenciamento das águas em seu interior, promoveram alterações significativas no processo de inserção do edifício no espaço urbano e na própria definição dos ambientes domésticos. Isso levou ao desenvolvimento de novos hábitos e formas de interação entre a cidade, a casa e seus habitantes, como veremos a seguir<sup>135</sup>.

### **Construções com ar, luz, água e esgoto**

HOTEL DOS VIAJANTES: "está localizado [...] em higienico e confortavel sobrado. O serviço culinário e cuidadosamente confeccionado" (HOTEL DOS VIAJANTES, 1909).

BARBEARIA POPULAR: [...] "segundo capricho do seu proprietario, os nossos assignantes podem encontrar sempre asseio e hygiene" (BARBEARIA..., 1909).

HOTEL PERNAMBUCANO: "commodos de primeira ordem. Agrado, asseio e boa cozinha" (HOTEL PERNAMBUCANO, 1922).

PALACE HOTEL: "o único que tem banheiro e aparelho higienico" (PALACE HOTEL, 1922).

VALET AUTO STROP: "navalhas, laminas, afiadores, canivetes, pinceis, creme de barbear, pasta para afiadores. O barbear moderno, rapido, higienico e confortável" (VALET..., 1928).

HOTEL CENTENÁRIO: [...] "aposentos confortáveis e magnificamente arejados. Aparelhos sanitários e banheiros higienicos" (HOTEL CENTENÁRIO, 1928).

SABÃO HYGIENICO PROTECTOR: "produto da 'saboaria parahybana'. Antiseptico e germicida. Preservativo contra todas as molestias contagiozas. À venda em toda parte" (SABÃO..., 1928).

HOTEL CENTRAL: "hygiene, conforto e cozinha de primeira ordem" (HOTEL CENTRAL, 1935).

"Conforto e hygiene são os requisitos da CONFEITARIA PETROPOLIS: completo serviço electrico de refrigeração e esterilização de louça. [...] Mantem sempre novo e selecionado sortimento de Frutas, doces, Bebidas nacionaes e estrangeiras" (CONFEITARIA..., 1937).

---

<sup>135</sup> Sobre a implantação do serviço de saneamento de Campina Grande, ver também os trabalhos de Advíncula (2006) e de Cabral Filho (2006).

Um breve olhar nos anúncios dos jornais campinenses das primeiras décadas do século passado nos mostra como os conhecimentos e as novas sensibilidades acerca da higiene e as recentes noções de conforto permeavam o cotidiano da cidade de então. O Sabão Hygienico Protector, a Barbearia Popular e a Valet Auto Strop cuidavam do corpo; a Confeitaria Petrópolis esterilizava suas louças (com aparelhos movidos à eletricidade) e matinha sempre renovado seu sortimento de frutas; os hotéis ofereciam alimentação cuidadosamente confeccionada, banheiros higiênicos, aparelhos sanitários<sup>136</sup> e aposentos magnificamente arejados. Embora já correntes em cidades brasileiras desde os oitocentos, o arejamento constante e a iluminação natural dos ambientes domésticos e de trabalho e a mecanização das construções eram novidades para aquela Campina Grande recém apresentada à modernidade. Como comentamos no capítulo 1, as heranças dos séculos anteriores não trouxeram o hábito de abrir janelas para a iluminação e ventilação dos dormitórios, o abastecimento de água e coleta dos esgotos eram, em grande parte, manuais e equipamentos como bacias sanitárias eram pouco acessíveis no começo dos 1930. O simples aparecimento de questões como aeração de ambientes e utilização de bacias sanitárias na publicidade da época como sinônimos de qualidade e distinção para estabelecimentos comerciais, principalmente para hotéis<sup>137</sup>, nos dá a medida do quanto eram exceção naquele contexto (imagem 50).

Para Hochman (1998, p.80), o movimento sanitaria agiu no sentido de “convencer e educar o homem comum para comportamentos individuais e coletivos fundados no conhecimento da medicina existente”. Isto significava “modificar práticas e hábitos sociais arraigados, como o consumo de álcool, a prostituição, a não-utilização de calçados e latrinas, o despejo de lixo em rios e vias públicas, a manutenção de focos de moscas, ratos e mosquitos, a fraude no leite e nos alimentos” (HOCHMAN, 1998, p.80). A busca pela higiene foi um movimento de reforma da vida cotidiana, formador do homem moderno do século XX e promotor de sensações burguesas de conforto e intimidade, como as do *sweet home* inglês<sup>138</sup> (ANDRADE, 1992, P.17). Assim, do mesmo jeito que a busca por uma cidade sanitária alterou as formas de organização, a infra-estrutura e usos urbanos, como vimos, as construções passaram por significativas transformações para se adequarem a um ideal de salubridade e conforto, promotoras de um cotidiano higiênico para seus usuários e moradores. Era a extensão, para a esfera privada, de uma série de intervenções ocorridas nos espaços públicos. Arejar e iluminar os ambientes, deixá-los

---

<sup>136</sup> Aparelho higiênico ou aparelho sanitário era o mesmo que bacia sanitária, como conhecemos hoje.

<sup>137</sup> Os hotéis, como espaços de grande rotatividade de pessoas estranhas à cidade, estavam mais sujeitos a se tornarem focos de recepção e disseminação das supostas doenças vindas de fora, transmitidas pela chamada teoria do contágio. Por isso, deveriam dedicar maior atenção aos aspectos higiênicos dos seus serviços e instalações. Aqui, certamente os porcos não comiam embaixo da mesa da cozinha, em meio a cozinheiras e aos hóspedes mais ilustres, tal como faziam no hotel de Zé Bernadino. Sobre o hotel de Zé Bernadino, ver item Construções “acanhadas e sem o menor gosto arquitetônico” do capítulo 1. Sobre a teoria do contágio, ver Andrade (1992). Ainda sobre a teoria do contágio, o jornal campinense O Século noticiou, em 2 de março de 1929, que “a febre amarela está ali pertinho, em Recife. [...] De Recife para cá ella pode vir a trem, ou mesmo de automovel, que chega mais depressa”.

<sup>138</sup> Sobre o *sweet home* inglês, ver Hall (1991).

**Palace Hotel**  
DE  
**José Temotheo Moraes**  
*O unico que tem banheiro  
e aparelho hygienico.*  
**SALAS DE REFEIÇÕES AO AR LIVRE**  
CAMPINA GRANDE  
PARAHYBA

**HOTEL CENTRAL**  
NOZINHO SOARES CAVALCANTI  
Hygiene, conforto e cosinha de primeira  
ordem.  
Estabelecimento instalado no melhor ponto da cidade.  
**Rua Maciel Pinheiro, 145**  
Campina Grande — Paraiba

**HOTEL CENTENARIO**  
DE  
José Floriano Peixoto  
— Rua Dr. João Leite n. 161 —  
CAMPINA GRANDE—PARAHYBA  
Aposentos confortaveis e magnificamente  
arejados. Aparelhos sanitarios e banhei-  
ros hygienicos.  
Cosinha de 1. ordem e tratamento super-  
substancial.  
Optima convivencia e maxima  
gentileza.

**HOTEL PERNAMBUCANO**  
DE  
**Nosinho Soares**  
COMMOBOS DE PRIMEIRA ORDEM  
Agrado, asseio e bôa cozinha.  
Campina Grande—PARAHYBA

50. Banheiro, aparelho higiênico, cozinha de primeira ordem, aposentos magnificamente arejados, asseio: a propaganda da higiene como sinônimo de qualidade e distinção em Campina Grande. **Fontes:** revista *Era Nova* Nº.29 de 1 jul. 1922, jornal *A Batalha* 4 abr. 1935, jornal *O Século* 14 jul. 1928, revista *Era Nova* Nº.25 de 1 maio 1922.

longe dos esgotos e abastecê-los com água potável tornaram-se questões de saúde pública.

As próprias campanhas sanitaristas da época prescreviam diversos cuidados que as pessoas deveriam ter com os seus corpos e dejetos que induziam a novos procedimentos de produção e utilização do edifício: “beber água fervida ou filtrada e leite sómente fervido”; “não usar gelo directamente n’água ou no que quizer gelar, por que os microbios da febre typhoide e paratyphoide podem existir no gelo, desde que a água com que foi fabricado este não tenha sido filtrada”; “manter as latrinas sempre bem limpas e só usar papel hygienico”; “si apparecer um doente dessas molestias em casa, deve ser ele isolado, escolhendo-se para isto, na falta de isolamento publico, um dos melhores commodos na propria residência, que tenha janellas para fora, a fim de receber ar e luz directos”; “não esquecer de lavar as mãos, com água e sabão, antes das refeições”, “as fézes e urinas devem ser misturadas com qualquer desinfectante ou cal commum, postas nas latrinas ou enterradas” (PRECAUÇÕES..., 1935; DIRECTORIA..., 1935).

Como, para Bresciani (1992, p.14), a problemática urbana moderna nasceu vinculada ao esforço para a conquista de um meio ambiente salubre, não é sem razão que a busca pela habitação dita sadia e moralizada foi um dos principais eixos do debate, e de efetiva ação, acerca da reestruturação da cidade da era industrial. A preocupação com a casa salubre, principalmente para as massas pobres, esteve presente desde os discursos médicos e técnico-científicos dos engenheiros, passando pelas propostas utópicas do século XIX<sup>39</sup>, pelo ideal das cidades-jardins de Ebenezer Howard, até a fala dos arquitetos nos Congressos Pan-americanos de Arquitetos e nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMs). Publicada no início dos anos 1940, a versão de Le Corbusier da Carta de Atenas, referente às discussões do IV CIAM (1933), dizia que

A ciência, estudando as radiações solares, detectou aquelas que são indispensáveis à saúde humana e também aquelas que, em certos casos, poderiam ser-lhes nocivas. O sol é o senhor da vida. A medicina demonstrou que a tuberculose se instala onde o sol não penetra; ele exige que o indivíduo seja recolocado, tanto quanto possível, nas “condições naturais”. O sol deve penetrar em toda a moradia algumas horas por dia, mesmo durante a estação menos favorecida. A sociedade não tolerará mais que famílias inteiras sejam privadas de sol e, assim, condenadas ao definhamento. Todo projeto de casa no qual um único alojamento seja orientado exclusivamente para o norte, ou privado de sol devido às sombras projetadas, será rigorosamente condenado. É preciso exigir dos construtores uma planta demonstrando que no solstício de inverno o sol penetrará em cada moradia no mínimo 2 horas por dia. Na falta disso será negada a autorização para construir. Introduzir o sol é o novo e o mais imperioso dever do arquiteto (LE CORBUSIER, 1993).

---

<sup>39</sup> Choay (2003) faz uma antologia de algumas dessas propostas, passando pelas idéias de Owen, Fourier, Considérant e outros.

Antes disso, os Congressos Pan-americanos de Arquitetos, realizados entre 1920 e 1940<sup>140</sup>, discutiam questões semelhantes. Os de 1920 e 1923, realizados, respectivamente, em Montevideu e Santiago do Chile, concluíram que os governos e as instituições particulares deveriam incentivar a construção de habitações higiênicas e baratas, cujos terrenos destinados para esse fim teriam que ser “dotados de serviço sanitário, luz e pavimentação”. Solicitaram das municipalidades e das repartições de obras sanitárias das nações e dos estados a modificação dos regulamentos de construções vigentes “adaptando-os às necessidades economicas requeridas pelos trabalhos sanitarios, alturas de habitação e exigencias menos dispendiosas, afim de obter economia em sua execução, sem infligir as regras de higiene, segurança e estética dos edifícios”. Chamaram a atenção dos municípios para que fomentassem “a edificação estimulando em contrario dos interesses privados, a manutenção de jardins e grandes pateos que assegurem a bôa aeração e insolamento das construções”. Para as habitações insalubres já presentes nas cidades, ordenaram suas reparações ou, para os casos mais graves, suas demolições. Dentre outras coisas, também declararam que

[...] para obter um criterio definido nas condições de nossas vivendas que tanta influencia têm na saude fisica e moral do povo, para assegurar a beleza, segurança e higiene de toda a especie de edificios, é indispensavel regulamentar a profissão de Arquitecto baseada nesse titulo outorgado e reconhecido pelo Estado, determinando as atribuições proprias e privativas dessa profissão que é a unica capaz de dar solução exata a esses problemas [...] da vida moderna (CONGRESSO..., 1940, p.13-18).

A Comissão do Aspecto Higiênico do 1º Congresso Pan-americano de Vivenda Popular, realizado em Buenos Aires no ano de 1939, cuja comitiva brasileira era formada majoritariamente por engenheiros<sup>141</sup>, recomendou que

[...] os governos incorporem na sua legislação disposições que no menor tempo possível, facilitem a eliminação total dos casebres insalubres existentes nos perímetros urbanos e que por meio de uma politica sanitaria proceda a demolição desses “arremedos de casas”, impondo tributos e limitando as taxas de alugueis, não permitindo a construção de vivendas, nem a venda ou subdivisão de lótes, em zonas não urbanizadas ou não urbanizaveis (CONGRESSO..., 1939, P.67).

Os discursos dos arquitetos e dos engenheiros reproduziam uma série de diagnósticos e recomendações largamente conhecidos e praticados desde o século anterior, com todas as suas descrições médico-científicas e visões preconceituosas acerca da moradia do pobre. As críticas eram para as conseqüências materiais e não as causas sociais do problema. As falas voltavam-se, em boa parte, contra o mercado de habitações precárias para locação produzidas pela iniciativa privada para atender à demanda das camadas pobres que acorriam às cidades, cuja oferta era de moradias de baixa

---

<sup>140</sup> Os Congressos Pan-Americanos foram realizados nas cidades de Montevideu (1920), Santiago do Chile (1923), Buenos Aires (1927), Rio de Janeiro (1930) e Montevideu (1940).

<sup>141</sup> A comitiva brasileira que participou do 1º Congresso Pan-americano de Vivenda Popular contou com a presença dos engenheiros Paulo Acioli de Sá, Plínio Reis de Cantanhede e F. Batista de Oliveira e do arquiteto Rubens Porto (CONGRESSO..., 1939, P.66).

qualidade construtiva implantadas no menor espaço possível, visando, de acordo com os interesses capitalistas, o máximo aproveitamento dos lotes para o maior lucro do empreendedor. Considerava-se tal implantação, somada a outros aspectos, como a ausência de aberturas e os baixos pés-direitos, responsável pela condição anti-higiênica das construções, pois dificultava ou impedia que, aí, circulasse ar e incidisse luz solar. Para os congressistas, só o Estado, com seu amplo poder de alcance, com a sua teórica função de prezar pelo interesse público e com sua capacidade de estabelecer e de fazer cumprir as leis, seria capaz de atuar incisivamente na solução do problema da habitação insalubre, seja através da elaboração de legislações que arbitrassem sobre a qualidade e a localização das construções, do incentivo fiscal à moradia higiênica ou de medidas radicais e autoritárias, como a demolição dos "arremedos de casa".

Assim como garantir a aeração, a conquista da luz solar no interior das construções foi apontada como a nova preocupação dos arquitetos. Dessa forma, prever recuos em relação às edificações vizinhas, inserir pátios, poços, jardins e aberturas em todos os cômodos, regular a cubagem dos ambientes de acordo com suas áreas e altura dos pés-direitos e calcular cientificamente a quantidade de luz solar recebida diariamente pelas edificações passaram a ser rotinas obrigatórias para arquitetos e demais projetistas, devidamente previstas nos códigos de obra e controladas, com maior ou menor rigor, pelas repartições de obra e de higiene das municipalidades. A conformação do ambiente doméstico salubre também pressupunha que a casa deveria surgir em via pavimentada, drenada e atendida pelas redes de saneamento, para as quais o edifício teria que estar tecnicamente adaptado. Eram preocupações inéditas, pelo menos na obrigatoriedade e na escala de suas repercussões, introdutoras de outras variáveis no exercício da concepção projetual e de rupturas com os padrões construtivos e urbanísticos de herança colonial, dominantes no Brasil até boa parte dos oitocentos<sup>142</sup>.

Para garantir as eficiências técnica e estética de todas essas transformações nas moradias, e, conseqüentemente, na cidade, promovendo, assim, "a saúde física e moral do povo", os arquitetos se colocavam como os únicos profissionais capazes de dar a solução exata aos problemas da vida moderna. Para tanto, mobilizavam-se numa campanha pró-regulamentação do exercício profissional pelo Estado, o qual deveria determinar as "atribuições próprias e privadas dessa profissão". Os arquitetos faziam coro com os discursos e as reivindicações dos engenheiros do final do século XIX e começo do XX, os quais, "assumindo os ideais de uma ciência pragmaticamente comprometida com o progresso material e moral do país, orientada para sua integração na humanidade desenvolvida, 'positiva'", mobilizavam-se pelo reconhecimento social da profissão (KROPF, 1994, p.210). Os engenheiros, assim como os arquitetos, reivindicavam

---

<sup>142</sup> Sobre as mudanças nas formas de construir a partir das determinações dos códigos de higiene, principalmente para o Estado de São Paulo, ver os trabalhos de Lemos (1999), Bortolucci (1991) e Bonduki (1998).



“perante as elites dirigentes maiores espaços para a atuação profissional e o acesso a cargos diretivos da vida pública”, denunciando “a concorrência dos chamados práticos ou charlatães, ou seja, dos mestres-de-obra que desenvolviam atividades que segundo eles deveriam caber exclusivamente aos profissionais ‘cientificamente preparados’” (KROPF, 1994, p.219). No Brasil, as campanhas culminaram com a publicação do Decreto Nº. 23.569 de 11 de dezembro de 1933, durante o governo Vargas, que regulamentou as profissões de engenheiro, arquiteto e agrimensor. Era a legalização de profissões de um país que se desejava urbano.

Com maior ou menor intensidade, todas essas questões afloraram e tiveram repercussões simultâneas em Campina Grande. As intenções para higienizar a moradia, dotando-a de ar, luz e de todo um aparato técnico para sua ligação às recentes redes de saneamento, a reforma ou a demolição das habitações precárias distribuídas no perímetro urbano do município, a elaboração de legislações para o arbítrio e o controle das formas de se construir e a exigência de projetistas devidamente legalizados junto aos Conselhos de Engenharia e Arquitetura para a concepção das edificações urbanas foram responsáveis por alterações significativas no espaço citadino campinense. Contudo, a preocupação com a salubridade das moradias não era uma novidade da Campina Grande dos 1930, vinha desde o século XIX. Em 1890, um artigo publicado no jornal *A Gazeta do Sertão*, assinado por França Júnior, dizia que a alcova deveria receber

ar vivificante em sufficiente abundancia e se desembarace daquelle que, por já ter servido, se viciou. A parte da casa que deve occupar mais attenção dos que se interessam pela saude de seu semelhante é o quarto de dormir. Já pelos progressos que tem feito nestes últimos tempos, não na nossa architectura, que infelizmente ainda não temos, mas o nosso systema de construir, progressos devidos em grande parte á influencia do elemento italiano que tão bons fructos vai introduzindo no Brasil, já por noções exactas da hygiene, a alcova, isto é, o quarto sem janellas, e por conseguinte sem ar e sem luz, que figura ao lado da sala de visitas ou de jantar das antigas construcções, tende a desaparecer. Felizmente. A alcova, com a lamparina de fetido azeite em cima da velha commoda de jacarandá, atravancada de uma quantidade innumera de objectos cobertos de espessas camadas de pó; com dois, três leitos, sem contar as esteiras que se estendiam a noite sobre o assoalho a apodrecer em contacto immediato com o solo, e onde dormiam o pai, a mãe [sic] e os filhos, respirando, de envolta com as exhalacões de roupas sujas e dos residuos da pelle de cada um, o ar viciado pelas excreções gazosas de todos aquelles pulmões juntos, a alcova foi o antró escaro onde a nossa raça se abastou. Dentre os casos de tuberculose pulmonar que figuram nos obtuarios fluminenses, póde-se dizer que trinta por cento têm por origem a alcova (apud AGRA, 2006, p.67-68).

Eram ressonâncias, em solo campinense, de discussões de maior amplitude, que problematizavam a cidade a partir de questões de segurança e hygiene e que viam a moradia insalubre das camadas populares como local “impróprio à saúde e à virtude; como lugar sujo e desconfortável, propício à geração de doenças e à transmissão de epidemias ao restante da população da cidade; como ambiente imoral e promíscuo, que corrompia seus moradores” (CORREIA, 2004, p.1-4). Longe do contexto campinense

do século XIX, e até do XX, o texto de França Júnior era, muito provavelmente, como sinaliza, a reprodução de algum artigo publicado na então Capital Federal. De qualquer forma, mostra-nos como os discursos da higiene e os seus vínculos com questões morais circularam e foram apropriados país afora. O quarto sem janelas, escuro e com ar viciado, também aparecia, como nas descrições posteriores de Le Corbusier, como uma das causas da tuberculose. Às formas arquitetônicas, do meio, era imputado o processo do adoecimento. Para o autor do artigo, a arquitetura deveria progredir em prol da conquista de um ambiente saudável para seus moradores, promovendo a evolução das qualidades construtivas e a inserção de aberturas para a entrada do ar vivificante e de luz solar nas edificações. Citava, para tanto, as influências dos imigrantes italianos na arquitetura brasileira, que tão “bons fructos vai introduzindo [...] já por noção exactas da hygiene”<sup>143</sup>.

Na década de 1930, versões do mesmo discurso ganharam contornos mais adaptados ao contexto local. Com o acelerado crescimento demográfico desde o início do século, as falas se voltavam contra o adensamento das partes centrais da cidade por habitações precárias, denunciavam a falta de higiene, de moral e de estética de tais construções, condenavam seus aspectos construtivos e chamavam a atenção para as poucas condições de higiene das moradias produzidas pela iniciativa privada para locação. Pobreza, promiscuidade, feiúra e sujeira foram características comumente associadas às deficientes condições de moradia das prostitutas da cidade, numa reprodução de falas e discursos de circulação nacional. Em 1931, por exemplo, o jornal *Brasil Novo* publicou crítica contra as que moravam na região central, mais precisamente no largo da luz, em

[...] uns casebres que a gíria denominou de “caixas de fósforos”. O apelido não traduz o que eles são. Era necessário um cognome que significasse porcaria, nojo, repugnância, e tudo o quanto o dicionário possui com essa significação. De fato, são uns casebres de taipa, pendidos uns sobre os outros, inclinados para o solo, como pedindo um empurrão que lhes joguem por terra. E desafiavam o senso estético dos responsáveis pelo embelezamento da nossa urbe. Há dois anos que se anunciam a demolição almejada, mas os dias passam e os casebres ficam. [...] Elas, porém, gargalham pelas suas portas imundas, contra “poussé”, que lhes mingua o terreno. Mulheres sórdidas continuam morando lá, e por ser uma artéria movimentada, exibem aos transeuntes, a sua miséria e a sua porcaria. Quase todas meretrizes de baixo calão, de vestes porcas e imundas, repugnam, pelo exibicionismo de suas mazelas. Sabemos dos intuitos do sr. Prefeito [Lafayette Cavalcanti], de embelezar a Travessa da Luz, demolindo tal “cortiço”. Aplaudimo-lo e lembramo-lhe que a medida é de emergência. Aquilo se tolera em subúrbio, não no centro de uma cidade como a nossa (CAIXAS..., 1931).

Ainda em 1931, o mesmo jornal se engajou no movimento que a “imprensa livre” vinha fazendo em todo Brasil, desde que tomou posse o presidente Getúlio Vargas, “contra alugueres excessivos, arrancados do povo pelos desabusados proprietários de casas”. Em

---

<sup>143</sup> Sobre o papel dos imigrantes na arquitetura brasileira da segunda metade do século XIX, ver REIS FILHO (1970).

Campina Grande, “os pobres inquilinos que, além de pagarem um aluguel exorbitante”, eram “obrigados a limparem as casas ou do contrário velas-ão [sic] transformadas em verdadeiras pocilgas. Nem ao menos uma vez por ano se dignam a limpar e retelha-as”.

E quando chove enchem-se de agua causando vexames e enfermidades aos que tem a desventura de habital-as. Nessa situação se encontra grande quantidade de casas de aluguer [sic] nessa cidade. Existem alguns proprietários que, por amor a hygiene, mandam limpar as suas casas de aluguel de anno em anno, mas em cada limpeza que efectuam augmentam os alugueres (ALUGUERES..., 1931).

Como podemos perceber, a tensão entre o mercado de locação e setores da sociedade não foi algo exclusivo aos grandes centros. Em outra escala e em outro contexto, a problemática vivida por Campina Grande era a mesma do que a literatura especializada descreve para as maiores cidades brasileiras, o que não é de se estranhar, visto que a política habitacional do país era a mesma. Com o reduzido capital das classes média e baixa e com a inexistência de financiamentos governamentais para a aquisição da casa própria, fruto da política liberal que predominou ao longo da Primeira República, a demanda por habitação era atendida pelas construções de aluguel produzidas pela iniciativa privada, denominadas por Bonduki (1998) de produção rentista. Para termos noção do tamanho do mercado de locação, o mesmo autor (1998, p.44) afirma que, na cidade de São Paulo, no ano de 1940, só 25% dos domicílios eram próprios, os demais eram alugados. Tal situação permaneceu praticamente inalterada até 1942, quando a promulgação da Lei do Inquilinato, pelo governo Vargas, congelou o preço dos aluguéis e arrefeceu a produção rentista, aliada ao novo elemento da promoção estatal de habitação para as classes trabalhadoras<sup>144</sup> e ao estímulo ao auto-emprego da casa própria para a baixa renda.

As questões que envolvem o mercado locatário e o financiamento estatal de moradia são mais abrangentes e complexas do que o leque de discussões propostas para este trabalho. O que nos interessa saber é que a maioria da população, principalmente a classe pobre e a nascente classe média, era formada por inquilinos à mercê de um mercado privado de locação, que agia livremente, sem qualquer controle ou regulamentação governamental. A produção dessas moradias primava pela economia de materiais e de espaço, levando à utilização de componentes construtivos de baixa qualidade e ao máximo aproveitamento dos lotes, características que quase sempre comprometiam as condições de higiene das habitações. Casas geminadas, sem janelas, com paredes e pisos úmidos, baixos pés-direitos e precárias instalações sanitárias (latrinas, chafarizes, tanques para lavar roupa) se espalharam pelas cidades brasileiras em crescimento. Na grande quantidade de habitações coletivas (cortiços, casas de

---

<sup>144</sup> Em 10 de dezembro de 1947, a Câmara Municipal de Campina Grande aprovou o Projeto de Lei Nº.12 para “a construção de casas populares nesta cidade”, [...] “contemplada pela Fundação da Casa Popular”. A FCP foi o “primeiro órgão federal destinado especificamente à produção habitacional no Brasil, instituída em 1946 e extinta com a criação do BNH (Banco Nacional de Habitação) em 1964” (MANOEL, 2004).

cômodo), a situação era agravada pela superlotação e pelo limitado número de instalações sanitárias compartilhadas por vários domicílios. O preço dos aluguéis era ditado pelas regras de mercado, sem qualquer proteção para o inquilino e sempre a favor dos proprietários, beneficiados por uma procura maior do que a oferta, alimentada pelo rápido crescimento demográfico urbano. O quadro só começou a ser alterado com a aprovação dos códigos de higiene (que passaram a exigir instalações sanitárias compatíveis com o número de moradores e recuos para a iluminação e ventilação dos ambientes - em alguns lugares do Brasil, isso aconteceu ainda no final dos oitocentos), com os incentivos fiscais concedidos pelos governos para a promoção da dita habitação higiênica barata e com a atuação incisiva das repartições de higiene.

Em Campina Grande, a situação não foi diferente. Até o início dos 1930, a habitação de aluguel para a classe média era a construção de alvenaria, sem recuos laterais e frontal, quartos sem janelas e latrina no fundo do prédio ou do quintal, implantadas em seus lotes estreitos e compridos, tal como descrevemos no capítulo 1. Nas plantas apresentadas à Prefeitura, vez ou outra aparecia a inscrição de que a casa seria para a renda de seu proprietário. Para os mais pobres, embora tenhamos localizado diversos pedidos para a construção de fileiras de quartos e referências sobre a existência de casas de cômodo, a modalidade predominante nas solicitações de licença para construção na cidade foi a casa de taipa, precária e sem qualquer instalação sanitária, construídas, muitas vezes, ao longo de ruas inteiras para a renda de seus proprietários. Distribuídas por todos os recantos do perímetro urbano, na década de 1930 elas desafiaram “o senso estético dos responsáveis pelo embelezamento da nossa urbe” (CAIXAS..., 1931). Em 1929, o jornal *O Século*, discorrendo acerca da remoção das prostitutas que habitavam casas de taipa erguidas na região central, falou da impossibilidade da ação em virtude de uma crise habitacional vivida pela cidade<sup>145</sup>:

Mas, aonde o Snr. Prefeito, iria accommodar tanta gente, noutra ponto da cidade, caso desejasse levar a effeito esse magnifico plano de saneamento social, dada a crise de habitação de que a cidade vive sempre a lamentar? Não é fácil a tarefa dessa mudança por que tanto anseiam, naturalmente, os moradores que se avizinham do bulicio nocturno do Roi Couro, e de outras artérias menos roedeiras... U'a mudança em massa de uma parte de nossa população, que figura nos computos habitativos da cidade, em cifras respeitaveis, de uma zona em que já radicaram os seus habitos e costumes e onde todos já estão localizados, para outra incerta e que não reuna quantidade sufficiente de conforto domestico, sera também um desastre (PARAÍSO..., 1929).

A opinião do jornal era controversa. Ao mesmo tempo em que tratava a expulsão das prostitutas da região central, com a demolição das suas respectivas casas de taipa,

---

<sup>145</sup> A publicação do SESC do começo dos anos 1960 (*Campina Grande: um centro comercial do Nordeste*), voltou a falar da crise habitacional da cidade. Disse que “embora seja intenso o ritmo de construções, há deficit em casas de aluguel”. Comentou que tais habitações eram geralmente construídas por pessoas egressas da atividade comercial ou industrial, “que nisto empregam algum capital e disto vivem”. As casas, de maneira geral, eram de padrão médio ou inferior, e se espalhavam por toda a cidade. Os inquilinos eram “de preferência operários, comerciários e industriários” (SERVIÇO..., 196?, p.37). Alexandrino Cavalcante, por exemplo, “na proporção que ganhava no comércio, ia comprando terras e construindo casas” (PIMENTEL, 2001, p.116).

como uma questão de saneamento social, preocupava-se com o desastre que seria remover as habitantes, de considerável número, segundo o jornal, de uma área onde já possuíam seus hábitos e costumes radicados para regiões inóspitas, sem “quantidade suficiente de conforto doméstico”, fora do centro e sem infra-estrutura urbana. A preocupação foi em vão. Em 1931, durante a administração do prefeito Lafaiete Cavalcanti, o meretrício, com suas casas ditas inestéticas, nojentas e repugnantes, foi deslocado para as proximidades dos currais, no bairro das Piabas (atual região da feira central), longe dos olhares de moradores e transeuntes do centro. Pelo próprio uso que faziam da área, currais para a comercialização de gado, é de se imaginar que tal local não era dotado de condições mínimas do tal conforto doméstico reclamado. Habitadas por prostitutas ou não, a imposição de reformas ou a demolição autoritária foram os tons utilizados pela administração municipal para a eliminação das casas de taipa do perímetro urbano, medidas quase sempre respaldadas pelos diagnósticos emitidos pelas repartições municipais de higiene e legalizadas pelas novas imposições das legislações locais.

Com alguns órgãos fortalecidos e outros organizados no final dos anos 1920, o aparato sanitário montado em Campina Grande agiu em várias frentes em prol da conquista de um meio urbano salubre, como vimos (vacinação, inspeção de alimentos, eliminação de mosquitos causadores da febre amarela, limpeza urbana etc.). Dentre as competências para o maior controle e a reestruturação dos aspectos físicos desse meio (incluindo, aí, a remoção dos usos considerados insalubres para a região central), coube à Inspetoria Municipal de Higiene (IMH) a fiscalização sobre as condições de salubridade das habitações. Agindo em conjunto com a Diretoria Municipal de Obras Públicas, a IMH passou a deferir ou a indeferir os projetos arquitetônicos apresentados de acordo com suas qualidades higiênicas, numa ação que se tornou mais rigorosa e numericamente maior a partir de 1933. Tais qualidades higiênicas estavam previstas nos códigos municipais de obras e/ou de posturas.

Como comentamos no primeiro texto desse capítulo, é muito provável que os códigos de obra e de postura campinenses tenham se referenciado nas legislações de João Pessoa ou de outra capital da região. Além da afirmação da publicação do SESC de que o Código de Obras elaborado em 1927 (a provável Lei 32) “foi copiado sem grandes preocupações de adaptação”, permanecendo praticamente inalterado até os 1960 (SERVIÇO..., 196?, p.37), localizamos diversos trechos dessa Lei 32 citados pelos fiscais de obras e de higiene nas petições para se construir na cidade<sup>46</sup>. Muitos desses trechos apresentam grandes semelhanças com as determinações do Código de Postura da capital de 1928 e do Regulamento de Construção do Município de João Pessoa de 1938.

---

<sup>146</sup> A Lei 32 era geralmente citada nos pedidos indeferidos de licença para construção na cidade. Os fiscais faziam recomendações acerca dos padrões corretos de altura de pé-direito, recuos, tamanho de pátios e fossos internos, superfície das aberturas.

Embora posterior à Lei 32 de Campina Grande, o código de 1928 da capital paraibana trazia uma série de leis já conhecidas anteriormente naquela cidade.

O código de 1928 dividia a então cidade da Parahyba em zonas urbana, suburbana e rural. No perímetro urbano, era proibida a construção de casas de taipa e de palha. No suburbano, as de taipa eram permitidas, desde que oferecessem “agradável aspecto e optimas condições de segurança e hygiene, tendo coberturas de telhas e paredes revestidas e caiadas interna e externamente” (PARAHYBA, 1928, p.4). Na zona rural, as formas de se edificar eram livres. Na seqüência, o código estabelecia condições mínimas para se construir e reconstruir nos perímetros urbanos e suburbanos da cidade. Dentre dezenas de outras exigências, estipulava o pé-direito mínimo para cada tipo de prédio e determinava que as construções deveriam impermeabilizar as superfícies de contato com o solo através de uma espessa camada de concreto, cimento, asfalto “ou qualquer outro material impermeável e resistente”. Os edifícios de moradia com mais de um pavimento teriam que prever, entre si, “uma área livre para iluminação e arejamento”. Qualquer moradia deveria possuir, no mínimo, “um aposento, uma cozinha e um compartimento para latrina e banheiro” (PARAHYBA, 1928, p.12).

22 - Os aposentos de habitação devem ter no mínimo nove (9) metros quadrados de área de piso;

23 – Os commodos para dormitorio terão no minimo um volume de trinta e dois (32) metros cúbicos, devendo ter piso de assoalho e nas folhas das janelas, ou qualquer outro ponto, meios adequados á renovação do ar interior;

24 – A superfície de arejo e iluminação, limitada pelos aros da face interna das janelas de cada compartimento não deverá ser inferior a uma fração da área do piso [...] (PARAHYBA, 1928, P.13).

Os banheiros, latrinas, cozinhas, copas e adegas deveriam ter “as paredes internas revestidas de azulejos, mosaicos, ou material equivalente, até a altura de metro e meio (1<sup>m</sup>50) no mínimo, e o pavimento revestido de material resistente liso e impermeável”. As latrinas e os mictórios não poderiam ter “comunicação com as cozinhas, dispensas, salas de refeição, dormitórios, etc., nem ser installadas em logares que não recebam ar e luz directamente do exterior”. O arejamento e a iluminação das latrinas e dos mictórios teriam que ser fornecidos por aberturas de 1/3 da área do piso (PARAHYBA, 1928, p.14). As habitações coletivas deveriam ser “amplamente ventiladas e illuminadas, devendo a superfície de arejamento e iluminação representar no mínimo um quinto (1/5) da área do piso”, e possuir, pelo menos, uma latrina e um banheiro para cada grupo de dez pessoas (PARAHYBA, 1928, p.20). Além da preocupação com as habitações, o Código de Postura de 1928 da capital paraibana seguia estipulando condições construtivas mínimas para a hygiene de açougues, quitandas, mercearias, tavernas, carvoarias, mercados, restaurantes, leiterias, padarias, casas de diversões, hotéis etc.

Com relação aos recuos, a mesma legislação rezava que todas as edificações construídas nos bairros novos “serão recuadas, no máximo, quatro (4m) do alinhamento e separadas, entre si, por áreas [?] de quatro metros, pelo menos”. Nenhuma edificação poderia ser feita “em lote retalhado, desde que fique ou deixe as edificações existentes sem as precisas condições de insolação” (PARAHYBA, 1928, p.10). Para garantir o cumprimento de todas essas exigências, o código determinava que a construção ou a reconstrução total ou parcial de qualquer prédio e a demolição dos que se achavam no alinhamento das vias públicas “só poderão ser dirigidos por profissionais diplomados por escolas ou institutos nacionais, ou por [...] [profissionais] estrangeiros oficialmente reconhecidos no Brasil, [ou] por mestres de obras titulados pela Prefeitura” (PARAHYBA, 1928, p.9). No que coube à imposição de condições construtivas mínimas para a higiene das edificações, o Regulamento de Construção de 1938, com algumas alterações e avanços, seguia por esse mesmo caminho. Contudo, agora deliberava que só seriam considerados “profissionais legalmente habilitados para projetar, calcular e construir os que, diplomados ou não satisfaçam as exigências do decreto federal nº. 23.569 de 11 de dezembro de 1933” (JOÃO PESSOA, 1958)<sup>147</sup>.

Embora existam algumas referências de ações anteriores, como a obrigatoriedade do uso de fossa (1924), a expulsão de casas de taipa do centro (1931) e o aparecimento do inspetor de higiene aprovando ou não os pedidos para construção encaminhados à Prefeitura (1932), só foi nas solicitações de licença para se edificar em Campina Grande apresentadas a partir de 1933 que o poder público municipal surgiu arbitrando com maior rigor sobre os aspectos físicos das construções, visando controlar suas condições sanitárias. Na época, o prefeito era o médico Antônio Almeida<sup>148</sup>, engajado na campanha pró-saneamento da cidade. No mesmo ano de 1933, surgiu um novo elemento em relação ao ano anterior: o projeto arquitetônico, confeccionado segundo preceitos técnicos, elaborado não só por arquitetos, mas também por engenheiros e desenhistas devidamente licenciados pela prefeitura e registrados nos conselhos regionais de regulamentação profissional. Não por acaso, foi em 1933 que se instalou, até onde temos notícia, o primeiro escritório de arquitetura da cidade, do arquiteto Isaac Soares<sup>149</sup>. Suplantando gradativamente os esquemas de plantas desenhados por mestres-de-obra ou pelos próprios proprietários, a apresentação de projeto arquitetônico se transformou em uma ferramenta fundamental para a fiscalização das imposições construtivas,

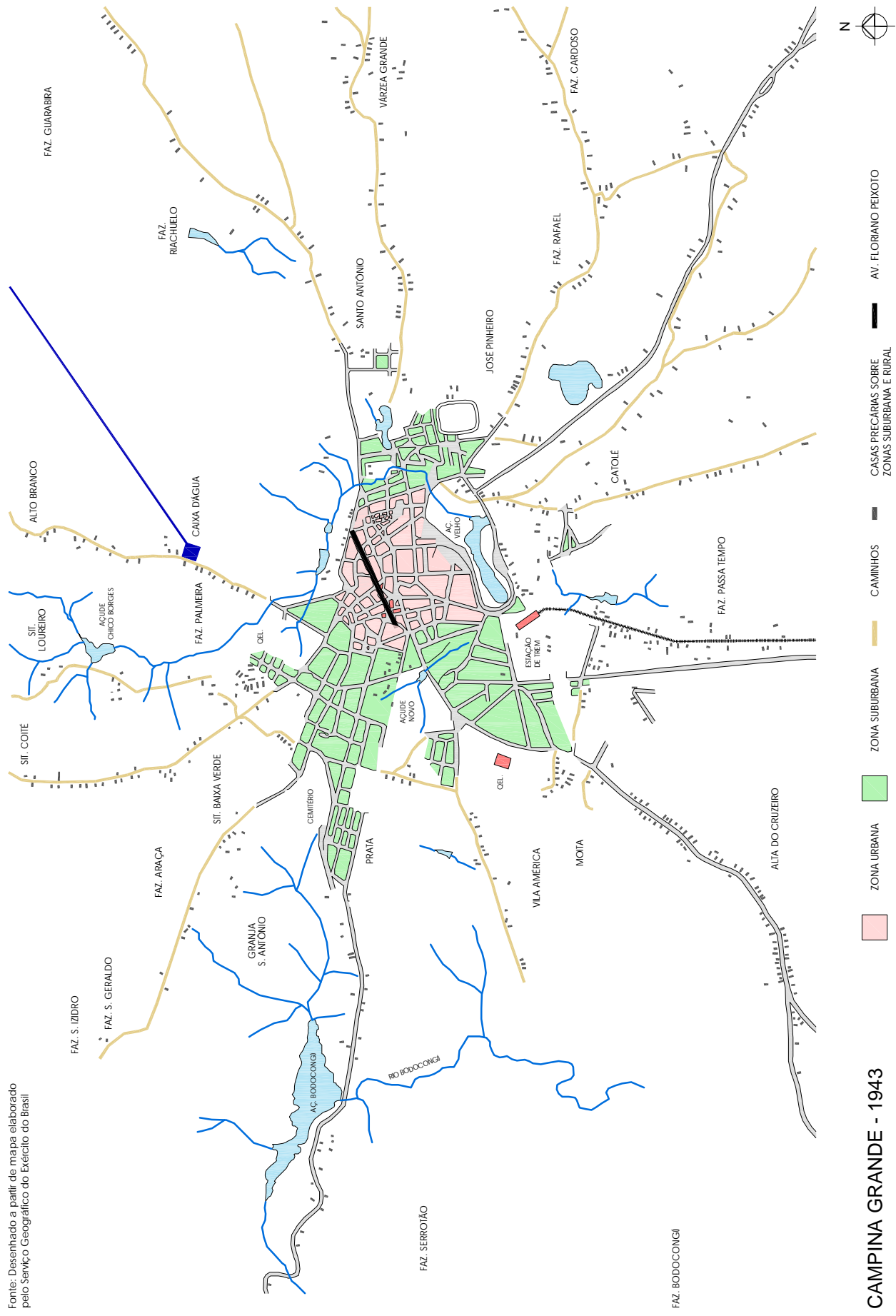
---

<sup>147</sup> As legislações paraibanas de 1928 e 1938 seguiam a mesma linha de pensamento de diversos códigos de higiene aprovados pelo Brasil, alguns ainda no século XIX. Como afirma Bonduki (1998, p.28), a promulgação de legislações sanitárias em meados dos oitocentos em países de tradição liberal (como Inglaterra, França e Alemanha) abriu caminho para que este tipo de instrumento de controle da produção do espaço urbano fosse adotado no Brasil sem grandes polêmicas. “Com a exceção da vacinação obrigatória no Rio de Janeiro, em 1904, prevaleceu a imitação das posturas estabelecidas além-mar em meados do século XIX”. Sobre os códigos de higiene ingleses, ver Benévolo (1987).

<sup>148</sup> O médico Antônio Pereira de Almeida (1901-1980), formado em 1929, deixou a prefeitura de Campina Grande, em 1934, para assumir a titularidade do Serviço de Profilaxia Rural do Município. Informação disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/An%C3%B4nio\\_Pereira\\_de\\_Almeida](http://pt.wikipedia.org/wiki/An%C3%B4nio_Pereira_de_Almeida) (12 out. 2007).

<sup>149</sup> O escritório do arquiteto licenciado Isaac Soares localizava-se na praça Epiácio Pessoa, no 1º andar do Edifício Confiança. Segundo papel timbrado encontrado nos arquivos da prefeitura de Campina Grande, Soares trabalhava com “Arquitetura, Construções Cíveis, Decorações e Desenhos”. Teve grande produção ao longo do nosso período de estudo, atuando praticamente sem concorrentes estabelecidos na cidade durante os anos 1930.

Fonte: Desenhado a partir de mapa elaborado pelo Serviço Geográfico do Exército do Brasil



# CAMPINA GRANDE - 1943



estéticas (como veremos no capítulo seguinte) e higiênicas previstas nas legislações municipais.

Assim, tal como aconteceu em João Pessoa, Campina Grande foi dividida, ainda pela Lei 32 de 1927<sup>150</sup>, em zonas urbana (1ª zona), suburbana (2ª zona) e rural (3ª zona) (mapa CG 1943). Do total das petições pesquisadas para se construir na cidade, em bom número delas aparece, escrita pelos inspetores de obras ou de higiene, a classificação do local onde o prédio seria levantado em 1ª, 2ª ou 3ª zona de construção. Na 1ª zona, era obrigatório apresentar projeto de arquitetura de acordo com as normas municipais. Em 1936, Manoel Ferreira de Barros pediu licença para reconstruir a casa Nº. 634 da rua João Pessoa. A Prefeitura respondeu que a licença seria concedida desde que Manoel apresentasse projeto regular, pois a área estava dentro do perímetro urbano do município. Já em 1937, José Honorato tentou construir um alicerce na rua Idelfonso Souto Maior, mas seu pedido foi indeferido, como tantos outros, porque sua obra estava na 1ª zona, e “esta zona obriga a apresentação de projecto, mesmo no caso de construção de alicerce”<sup>151</sup>.

Na 2ª zona, as exigências eram parecidas, porém cumpridas com rigor relativo. Um pobre que já possuísse um pequeno terreno nas áreas de subúrbio agora enriquecidas (com infra-estrutura de água esgoto e pavimentação) e valorizadas não podia mais, ali, construir sua casa simples. O pedido era indeferido. Nessas áreas, só havia espaço para as novas residências surgidas recuadas dos limites dos seus vastos lotes, erguidas de acordo com todos os requisitos para a boa higiene das construções. Nos subúrbios mais pobres, a casa até podia ser de taipa e alinhada com a rua, mas a frente e o primeiro cômodo tinham que ser de tijolos, com projeto de fachada e, em alguns casos, obedecendo a condições mínimas para a aeração e a iluminação de ambientes. Foram muitos os projetos desse tipo apresentados à Prefeitura (imagens 51 e 52).

Na zona rural, as construções eram livres de normas, e, portanto, não havia a necessidade de apresentação de projeto. A não ser em alguns casos, como o da rua da Matança, nos quais a Prefeitura exigia obediência ao “alinhamento geral”<sup>152</sup>. Foram inúmeros os casos de pedidos de licença para a construção de casas de taipa na zona rural do município, nos quais a Prefeitura a concedia por estar a futura edificação em área “fora de zoneamento”<sup>153</sup>.

Quando requisitado, o projeto deveria seguir os artigos 45 e 46 da Lei 32, os quais determinavam que seu responsável técnico teria que ser licenciado pela Prefeitura para

---

<sup>150</sup> Informação contida no trabalho de Sousa (2001, p.29).

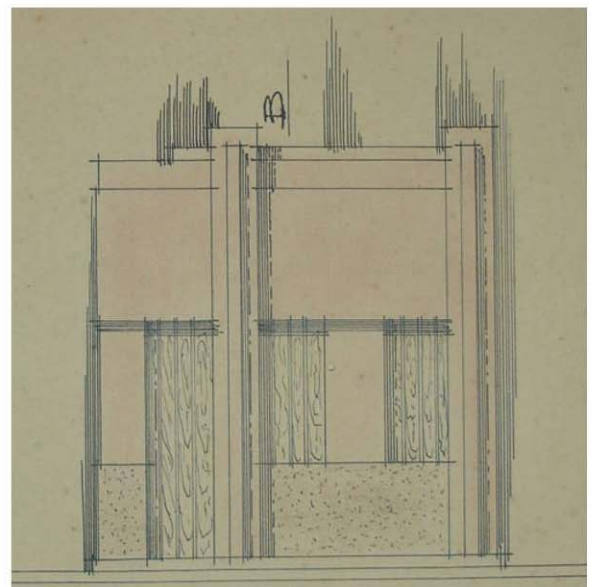
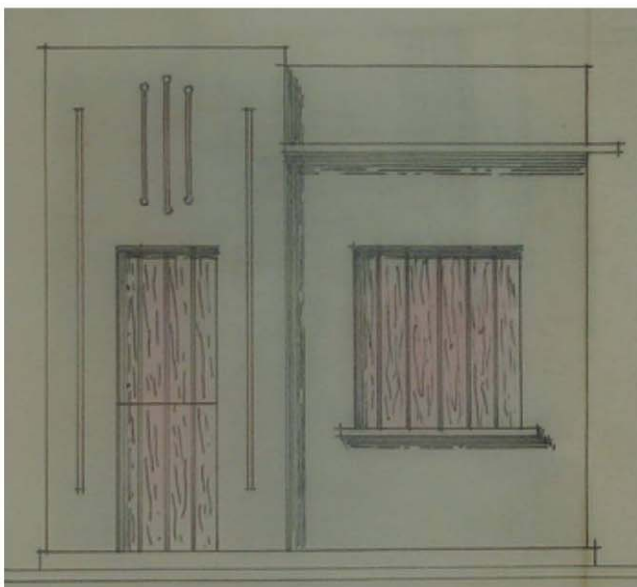
<sup>151</sup> Solicitação de licença para reconstrução de casa. Rua João Pessoa. Proprietário Manoel Ferreira de Barros. 1936 (APMCG). Solicitação de licença para construção de alicerce. Rua Idelfonso Souto Maior. Proprietário José Honorato. 1937 (APMCG).

<sup>152</sup> Solicitação de licença para construção de casa de taipa. Rua da Matança. Proprietário ilegível. 1936 (APMCG).

<sup>153</sup> Solicitação de licença para construção de casa de taipa. Rua Bella Vista (bairro da Estação). Proprietário ilegível. 1936 (APMCG).



**51 e 52.** Casas típicas dos subúrbios mais pobres (2ª Zona), erguidas nos limites do lote. Alinhamento com a rua, primeiro cômodo de tijolos, projeto de fachada e condições mínimas de higiene eram as exigências para esse tipo de construção. Quando existentes, os pequenos recuos entre as edificações (becos) tinham como função oferecer alguma possibilidade para a iluminação e a aeração dos ambientes. **Fontes:** Rossi, 1994. Casa para a avenida Progressista, projeto do desenhista Antônio Henriques, 1936 (APMCG). Casa para o bairro da Prata, 1936 (APMCG).



a exploração do exercício profissional na cidade. A partir de 1935, começa a aparecer nas solicitações de licença de obra a exigência por profissional habilitado pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, tal como rezava o Decreto Federal Nº. 23.569, de 11 de dezembro de 1933<sup>154</sup>. Com toda essa lista de imposições, o poder público municipal criou as ferramentas para o controle da produção do espaço urbano campinense, seguidas com certo rigor. O projeto arquitetônico, como projeção futura do espaço a ser construído, agiu como documento probatório das intenções dos construtores, que, uma vez aprovados e rigorosamente cumpridos, garantiriam as condições sanitárias mínimas exigidas. Quanto a esse rigor no cumprimento do projeto, a municipalidade não deixou de lembrar: em 1936, quando o Sr. João do Matto pediu licença para construir sua residência na rua Almeida Barreto, na 2ª zona, o diretor de obras a concedeu desde que o alinhamento fosse cumprido e o projeto "rigorosamente respeitado"<sup>155</sup>. O mesmo aconteceu com Silva de Mello, também em 1936, que deveria construir sua casa, na rua Otacílio de Albuquerque, "no novo alinhamento dado pela prefeitura", respeitando "cegamente o projeto aprovado"<sup>156</sup>.

Dessa forma, os códigos de postura e de obra, aliados à fiscalização exercida pelas Inspetoria de Higiene e Diretoria de Obras municipais, trouxeram uma série de imposições que transcenderam o controle apenas dos elementos construtivos que possuíam alguma relação direta com o espaço público (alinhamento com a rua, altura das fachadas, proporção de aberturas e sacadas, continuidade dos telhados), como fora anteriormente em muitas cidades brasileiras. Atuando sobre a disposição dos cômodos, mensurando suas áreas, alturas e aberturas, definindo seus acabamentos e recuos em relação às construções vizinhas, a busca pela higiene criou legislações urbanas que foram de encontro ao direito à inviolabilidade da propriedade particular e que intervieram significativamente sobre as formas de se morar nas cidades, alterando não só os seus espaços privados, mas também as relações entre o edifício e o urbano.

Em Campina Grande, assim como aconteceu em outros lugares Brasil afora, além da invasão dos guardas de higiene (os mata-mosquitos) para a eliminação dos mosquitos causadores da febre amarela, a privacidade e o direito de propriedade das habitações tiveram que se adequar às normas de salubridade, principalmente quando destinadas à locação. Para as construções já existentes, a Inspetoria de Higiene condenou as consideradas insalubres, expulsando-as dos espaços centrais da cidade ou exigindo que seus proprietários fizessem os devidos reparos para se adequarem aos padrões de higiene exigidos. Percorrendo as solicitações de licença para edificação na cidade ao longo do nosso período de estudo, é muito comum encontrar pedidos como o do proprietário

---

<sup>154</sup> Solicitação de licença para construção de casa. Rua Antenor Navarro. Proprietário Josimar Albuquerque [?]. 1935 (APMCG).

<sup>155</sup> Solicitação de licença para construção casa. Rua Almeida Barreto. Proprietário João do Matto. 1936 (APMCG).

<sup>156</sup> Solicitação de licença para construção casa. Rua Otacílio de Albuquerque. Proprietário Silva Mello. 1936 (APMCG).

[...] de um terremno [sic] na Rua 4 de Outubro numeros 198, 202 e 206, onde tem umas cazinhas de taipa vem perante Vsa. pedir licença para edificar novas cazas no local, sendo estas de tijollo e obedecendo as exigencias de higiene da Prefeitura, fazendo-as com area de luz para a sala de jantar e um quarto central como mostra a planta junta<sup>157</sup>.

O abaixo assignado, querendo reconstruir os predios que foram condemnados pela Hygiene Municipal, à Travessa Lindolpho Montenegro, de propriedade de Chryatino [?] Montenegro, vem pelo presente pedir a V.S. se digne conceder para tal fim a devida licença<sup>158</sup>.

Diz o Des. Manoel Idelfonso de Oliveira Azevedo [...] que tendo desaparecido os motivos que deram logar á interdicção de seis casinhas de sua propriedade sitas na Travessa da Luz, desta cidade, visto ter feito os reparos, caiação e pintura das mesmas, e destinando á habitação apenas a que tem gabinete sanitário, vem requerer á V.S. que se digne providenciar no sentido de ser levantada a aludida interdicção, ouvido o Delegado da Hygiene Municipal<sup>159</sup>.

Nos projetos para novas construções, sempre apareciam recomendações do tipo: "Apresente o desenho de fachada a tinta e o croquis a lapis da planta para se examinar as condições de ar e luz"; "Não alterar o projecto. Fazer clarabóia"; "Apresente projecto de fachada, e dê luz directa e ar no predio"; o uso de "veneziana é obrigatorio porque a zona é urbana"<sup>160</sup>. Alguns proprietários, além de apresentar projeto dentro das normas, enfatizavam no requerimento de licença que a nova edificação receberia ar e luz, como foi o caso de Manoel da Silva, que solicitou "licença para construir nos fundos dos prédios nºs 322 e 326, 12 {doze} quartos, sendo seis (6) inferiores, e seis superiores com área descoberta, para efeito de luz direta e ar, de acordo com a planta que junta [...]"<sup>161</sup>. Assim, foi essa busca pela incidência direta de ar e luz no interior das edificações, para iluminar e ventilar principalmente os quartos de dormir, a maior responsável pela ruptura nos padrões construtivos campinenses na década de 1930, majoritariamente herdeiros, até então, dos padrões coloniais.

Das áreas de expansão até os espaços de ocupação mais antiga da cidade, grande parte das construções novas e reformadas incorporou recuos, jardins, terraços, varandas, janelas em todos os ambientes, pátios e poços de iluminação. Por conseqüência, as plantas ganharam arranjos mais recortados e os telhados tiveram que se adequar a desenhos mais complexos. Com as possibilidades abertas por todos esses elementos, a volumetria e o aspecto geral das fachadas passaram a ser mais explorados, com a utilização de telhados desencontrados, platibandas em níveis diferentes, beirais, marquises, jardineiras, gradis em aberturas, muros e portões. Os avanços técnicos e

---

<sup>157</sup> Solicitação de licença para construção de residências. Rua 4 de Outubro. Proprietário ilegível. 1933 (APMCG).

<sup>158</sup> Solicitação de licença para reconstrução de prédios. Travessa Lindolpho Montenegro. Propriedade de Chryatino [?] Montenegro. 1932 (APMCG).

<sup>159</sup> Solicitação de licença para liberação de habitações interditadas por inadequações higiênicas. Travessa da Luz. Propriedade de Manoel Idelfonso de Oliveira Azevedo. 1933 (APMCG).

<sup>160</sup> Solicitação de licença para construção casa. Rua José Carlos. Proprietário Antônio Barboza de Mello. 1936 (APMCG). Solicitação de licença para construção casa. Rua Solon de Lucena. Proprietário Francisco Castro [?]. 1936 (APMCG). Solicitação de licença para reforma casa. Rua Vigário Calixto. 1936 (APMCG). Solicitação de licença para construção casa. Logradouro ilegível. Proprietário João Aragão. 1936 (APMCG).

<sup>161</sup> Solicitação de licença para construção de quartos. Sem identificação de logradouro. Proprietário Manoel da Silva. 1934 (APMCG).

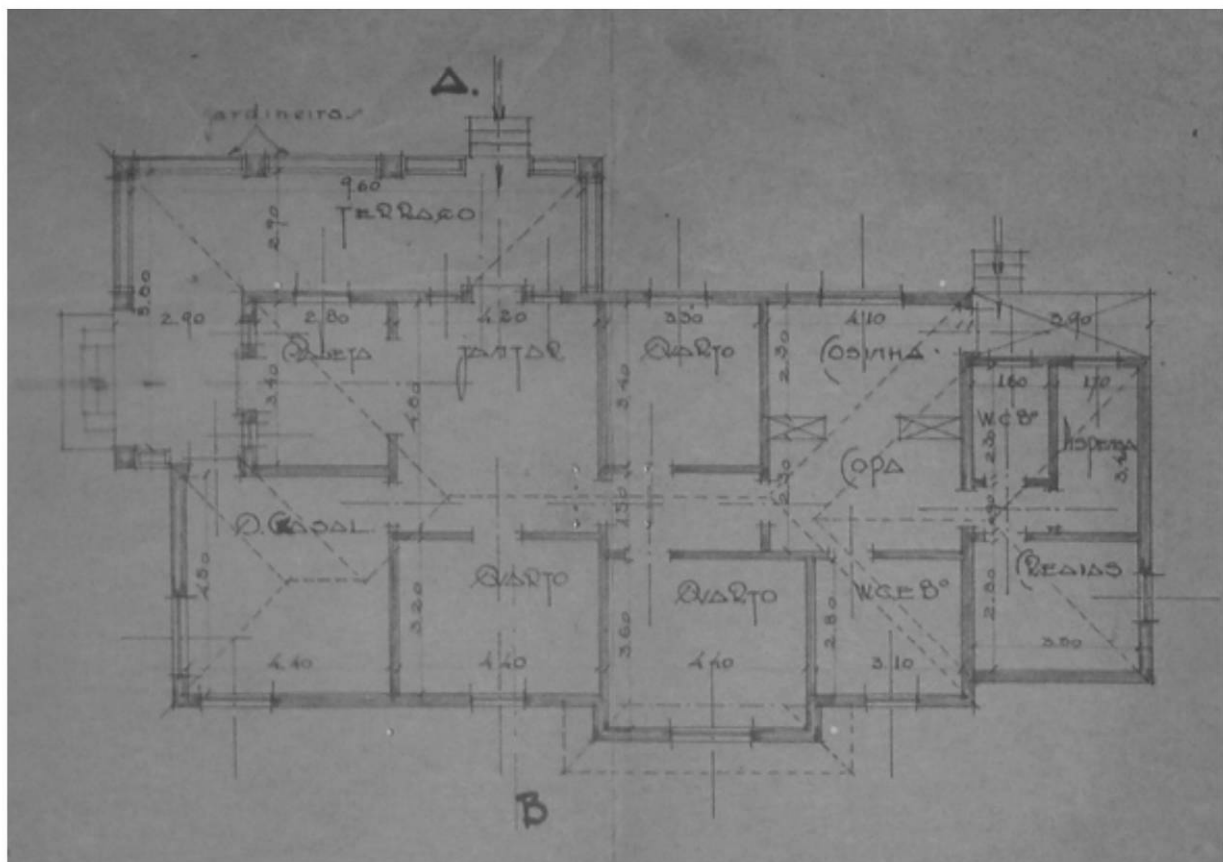
construtivos advindos com a revolução industrial ganharam maior espaço de recepção. As mudanças foram mais sentidas nas casas abastadas, em multiplicação nos lotes de maiores dimensões de ruas como Desembargador Trindade, João da Mata, parte da Brandão Cavalvanti (depois Miguel Couto e Getúlio Vargas)<sup>162</sup> e nas principais ruas do novo bairro da Prata, dispostas, talvez intencionalmente, no sentido dos ventos locais predominantes (sudeste) (imagem 53). Com ruas em perímetro urbano e outras em suburbano, todos esses logradouros ficavam imediatamente após as áreas tradicionais da cidade. É provável que a única exceção dentro dessa área mais antiga e densamente construída tenha sido a rua Floriano Peixoto (antigo largo da Matriz), que depois das demolições para alinhá-la (em 1936) e prolongá-la (em 1941) passou a concentrar muitas dessas edificações residenciais abastadas em seus lotes redimensionados e valorizados, inacessíveis para seus antigos moradores pobres e ocupantes de lotes estreitos.

Com algumas construções surgidas em meados dos 1920, mas em multiplicação acelerada só a partir de meados dos 1930, as casas erguidas nessas regiões se caracterizavam pela presença de recuos frontais e laterais, nem sempre dos dois lados. Isso possibilitou a circulação de ar entre as edificações, configurando o que Saturnino de Brito (1944, p.123) chamou de quarteirão salubre. Foi uma ruptura com a continuidade do quarteirão de herança colonial dominante no município. Como afirmou Andrade (1991, p.61) para o urbanismo sanitário praticado por Brito, "rompendo o tecido conectivo da cidade tradicional, o lote planejado e higiênico" introduziu "a descontinuidade da forma urbana, característica marcante da cidade moderna".

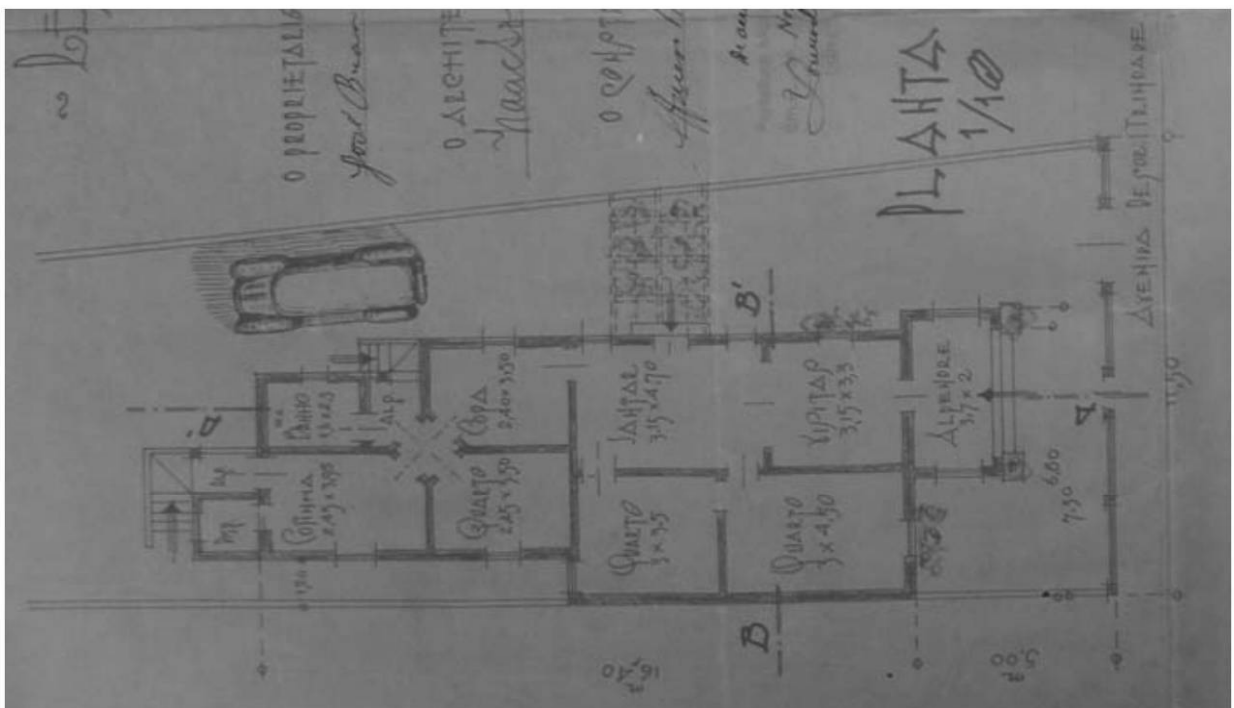
Refletindo a riqueza dessa camada da população, os programas se tornaram mais complexos, burgueses, com a criação de espaços distintos para cada função: salas de costura, de música, de almoço e de jantar, gabinete, copa, despensa, quarto de empregada, hall, biblioteca, vestiário e mais de um banheiro, alguns já com acesso pelo interior das residências. Mesmo com esse avanço, os banheiros ainda se localizavam nos fundos das construções, colados às cozinhas ou aos quartos dos empregados. Em alguns poucos casos, os banheiros já ficavam no pavimento superior das residências. Com a criação da Comissão de Saneamento, em 1936, as novas construções já deveriam ser pensadas de acordo com as possibilidades abertas por essas redes. A garagem era o mais novo item das vivendas ricas, construída nos fundos do lote, utilizando, como acesso, largo recuo lateral (imagem 54). A casa, afastada da via, dos vizinhos e das misturas de ruas como a Maciel Pinheiro, cercada por jardins e com uma diversidade de espaços para o descanso, o trabalho e o lazer de seus moradores, estava imbuída de outra noção de privacidade, fechada em si, para o sossego das boas famílias da sociedade campinense, nucleares e burguesas.

---

<sup>162</sup> Cf. Câmara, 1947, p.107.



53. Construção solta no terreno, jardim, programas mais complexos, avanços técnico-construtivos, diversificação espacial: residência erguida no novo tipo de lote surgido nos recentes subúrbios abertos. Casa para a avenida João da Mata, projeto do arquiteto licenciado Isaac Soares, 1937. Fonte: APMCG.



54. A garagem implantada nos fundos do lote era o mais novo item das vivendas abastadas. Como acesso, era utilizado o recuo lateral. Residência para José Branco Ribeiro, rua Desembargador Trindade, projeto do arquiteto licenciado Isaac Soares, 1935. Fonte: APMCG.

Os maiores esforços do poder público em modernizar/higienizar as partes novas e abastadas de Campina Grande ficam muito evidentes no relatório de governo que o prefeito Vergniaud Wanderley apresentou à Câmara Municipal, referente a sua gestão do ano de 1936:

Cumprido observado que, com o zelo que temos desenvolvido em torno das construções, os edifícios moldados nas plantas previamente exigidas, tomam aspectos modernos, destacando-se principalmente nos bairros, e as novas avenidas, tais como João da Mata, Desembargador Trindade, ruas do Prata, Miguel Couto, onde as residências particulares revelam gosto estético, contrastando com a maior parte dos casarões pesados, sem luz direta, nem condições higienicas, existentes na parte central e primitiva da cidade<sup>63</sup>.

Em considerável número, as classes médias e baixas permaneceram como reféns do mercado de locação. As fileiras de casas construídas pela iniciativa privada para a renda de seus proprietários continuaram surgindo em várias áreas da cidade. Contudo, destinadas ao mercado de locação ou erguidas para a moradia de seu dono, as mudanças nessas habitações não foram tão grandes quanto às trazidas pelas residências mais ricas. Se antes existia um padrão de distribuição espacial considerado perigoso para a saúde dos seus moradores (com a presença das condenadas alcovas e a ausência de latrina), as exigências por ar e luz não tardaram a criar novos modelos de planta para essas habitações, higienicamente corretos (de acordo com os códigos) e exaustivamente repetidos pelos projetistas.

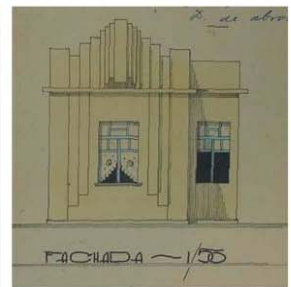
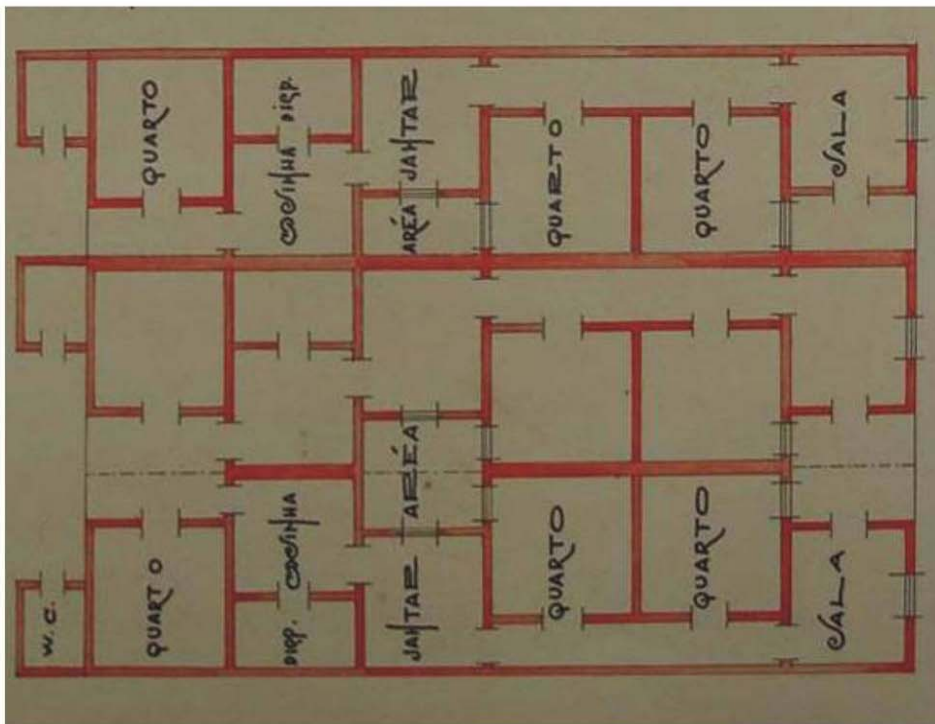
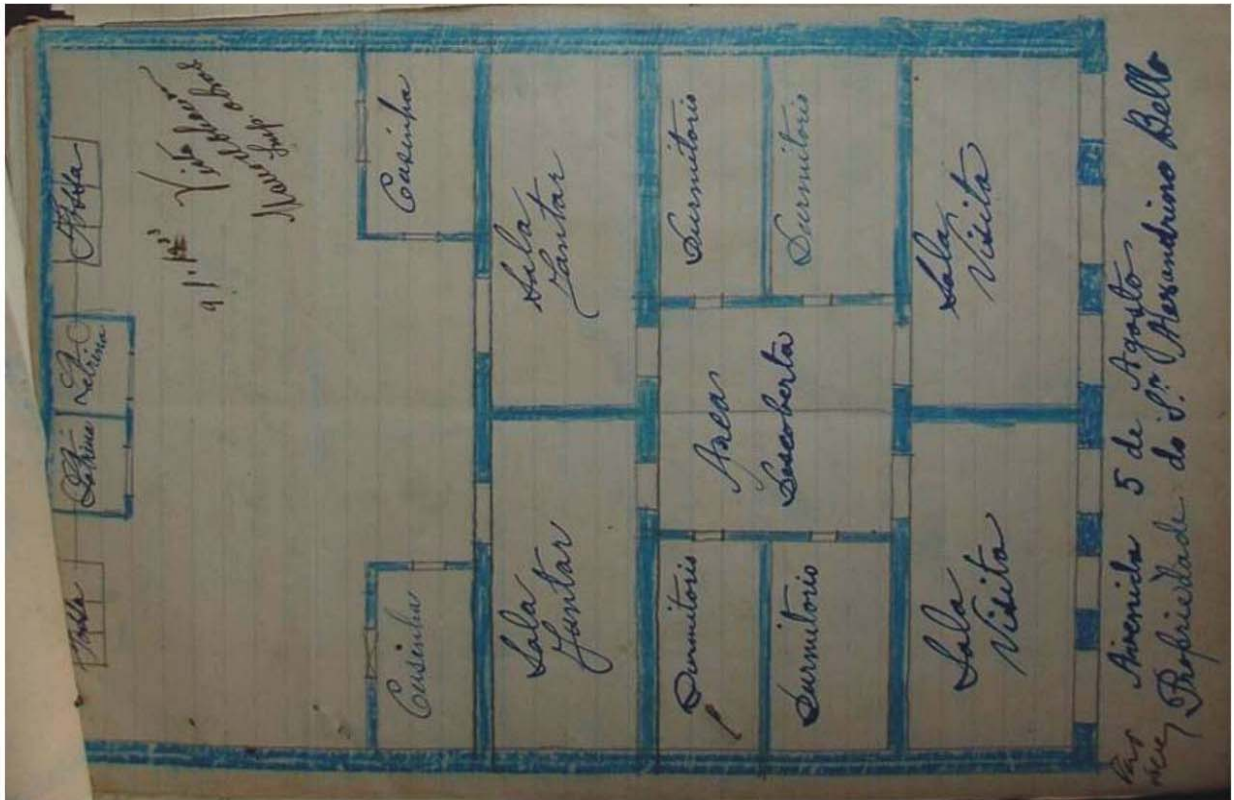
Tais modelos estiveram vinculados, quase sempre, ao lote estreito e comprido. A permanência do lote estreito, ocupado por edificações sem recuos laterais e às vezes frontal (possibilitando, assim, a redução do custo de materiais com o compartilhamento de paredes, instalações hidráulicas e telhados entre várias edificações), era a solução mais econômica para o mercado de locação e a mais rentável para os loteadores. Os problemas de iluminação e ventilação foram resolvidos com poucas mudanças em relação às plantas anteriormente dominantes: as salas frontais perderam um pouco de largura para a inserção de um pequeno acesso lateral, uma espécie de terraço, que permitiu a abertura de janelas para o quarto da frente. Dentro, foram inseridos pequenos poços, às vezes compartilhados por duas casas, para a iluminação da sala de jantar e dos quartos dispostos no miolo da casa, algo não muito distante das soluções de casas econômicas higiênicas construídas em outras cidades do país (imagem 55).

Antes dos serviços de saneamento, os banheiros, agora obrigatórios, continuaram predominando nos fundos dos lotes ou das construções, atrás das cozinhas, com restrita comunicação com o interior da residência. Em alguns casos, o cômodo que abrigava a latrina passou a ser construído separado do cômodo destinado ao banho. A latrina era

---

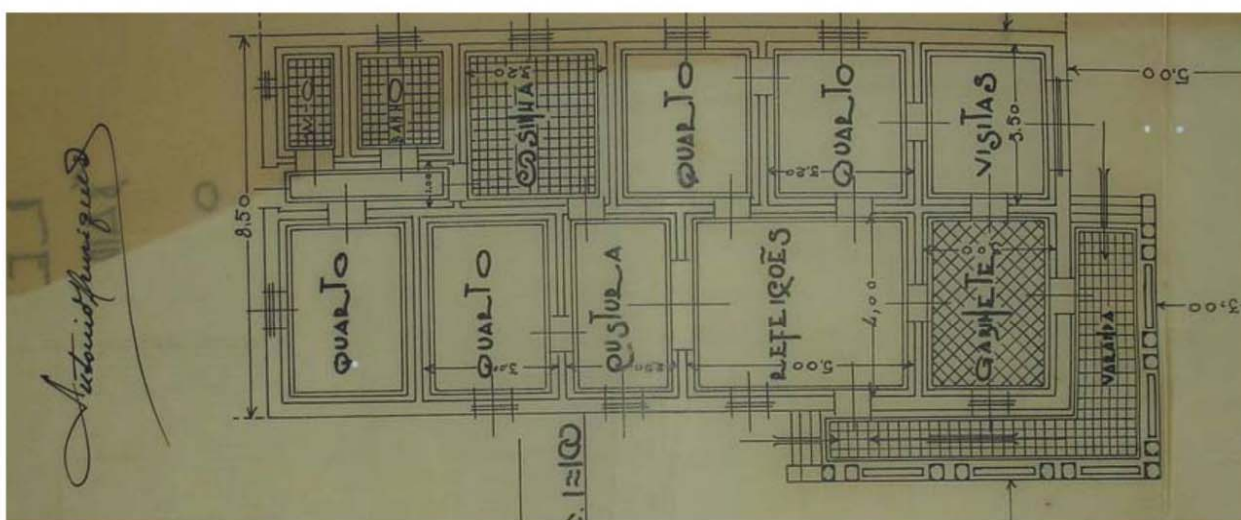
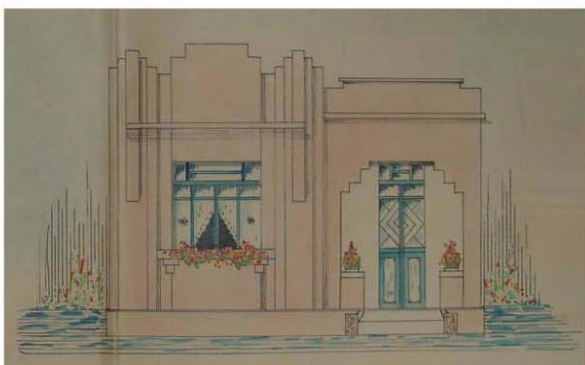
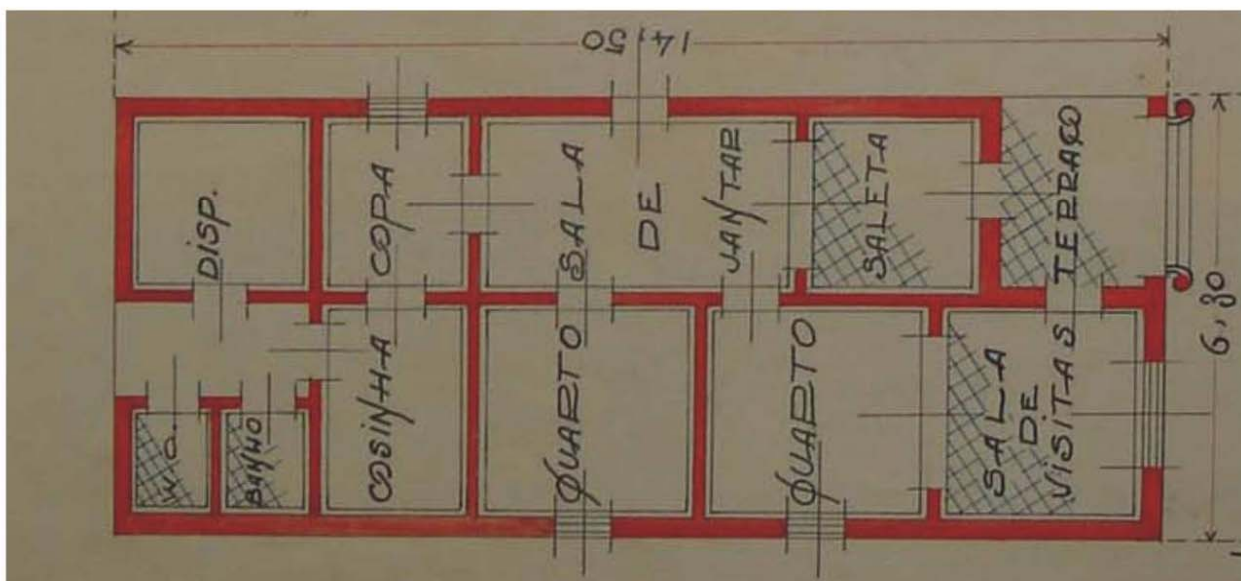
<sup>63</sup> Relatório da administração Vergniaud Wanderley apresentado à Câmara Municipal de Campina Grande. Referente ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1936. Disponível no Arquivo Público Municipal de Campina Grande.





55. Poços, jardins e recuos. Novos arranjos de planta para atender às exigências por ar e luz. Acima, residências para a rua 5 de Agosto, 1933. No meio, residências para a rua Afonso Campos, 1934. Abaixo, residência para José Augusto Junior. Rua Vidal de Negreiros, 1935. **Fonte:** APMCG.





56. Antes dos serviços de saneamento, em muitos casos o cômodo para a latrina foi construído separado do cômodo para o banho, ainda atrás da edificação, nos fundos do lote ou próximo à cozinha, com restrita comunicação com o resto da casa. Acima, residência para Horte Lambert, avenida Pascoal, projeto do desenhista Antônio Henriques, 1934. Abaixo, residência para Luiz Marcelino, bairro da Prata, projeto do desenhista Antônio Henriques, 1935. **Fonte:** APMCG.

algo sujo, sem a assepsia proporcionada pelas instalações mecanizadas de água e esgoto, e, portanto, deveria ser separada do ambiente de banho, um espaço para a limpeza do corpo (imagem 56). Nos casos mais elaborados, essas casas ganharam pequenos recuos laterais, geralmente um, e frontal, que passou a abrigar reduzidos jardins. Um caso desse tipo a ser lembrado é o da rua Afonso Campos. Com seu nivelamento, alinhamento e pavimentação na década de 1930, as casas, antes com portas abrindo sobre a calçada, ganharam alguns metros de terreno frontal para se afastarem da rua e cultivarem um pequeno jardim (imagem 57).

Não sabemos em qual escala, mas o mercado privado de locação de Campina Grande também se beneficiou, assim como em outros lugares do país, de incentivos fiscais para a promoção da dita habitação higiênica barata. Em 1935, Sebastião Raymundo requereu licença para a construção de dez “pequenas casas na 3ª zona (rural) da avenida da Prata”, solicitando da municipalidade “a isenção de tributos, visto ser habitações para operários, e por ser de justiça”<sup>164</sup>. Em 1936, a Indústria Têxtil de Campina Grande (Fábrica Bodocongó) pediu licença para a construção de sua vila operária no bairro de mesmo nome, inicialmente com 40 casas. Justificando que se tratava de “um melhoramento urbano e de uma obra de realce para esta cidade, ao mesmo tempo que vem melhorar as condições de vida do operariado de sua fábrica”, reclamou a dispensa da taxa de licença para sua construção<sup>165</sup>.

Os mais pobres foram expulsos para a zona rural, onde poderiam construir ou alugar casas de baixo custo, erguidas em terrenos baratos e sem infra-estrutura urbana, livres das normas higiênicas e da exigência por dispendiosos projetos de arquitetura. Com algumas exceções, continuaram reproduzindo, aí, as casas de taipa com poucas condições de salubridade proibidas nas demais regiões da cidade. No decorrer dos anos, o grande número de casas desse tipo começou a formar longos caminhos em direção a reservatórios de água e fazendas do município, dando origem a muitas das principais vias de atuais bairros da cidade, como as ruas XV de Novembro, Santo Antônio, Campos Sales, Vigário Calixto. O mapa de 1943 (e a infinidade de pedidos de licença que constatamos para construir casas de taipa nessas áreas) mostra bem isso. Observando-o, percebemos que a estrutura urbana campinense da década de 1940 era formada por um núcleo mais denso, correspondente às zonas urbana e suburbana, do qual saíam várias estradas em direção à zona rural, formando diversos braços de construções esparsas. Analisando o mapa do começo dos anos 1960, vemos que os espaços entre esses braços foram completamente preenchidos por iniciativas individuais ou por loteamentos particulares,

---

<sup>164</sup> Solicitação de licença para construção de 10 casas. Zona rural da Av. da Prata. Proprietário Sebastião Raymundo. 1935 (APMCG).

<sup>165</sup> Solicitação de licença para construção de vila operária. Proprietário Indústria Têxtil de Campina Grande. Bairro de Bodocongó. 1936 (APMCG).

Rua Afonso Campos, tirada da frente do antigo prédio do Campinense Club, vendo-se os fundos da Matriz, etc.

1930



Rua Afonso Campos, tirada por traz do Grupo Escolar Solon de Lucena.

1938



57. Com o nivelamento, o alinhamento e a pavimentação da rua Afonso Campos, as construções ganharam alguns metros de terreno frontal para cultivarem um jardim e se afastarem da rua. Acima, 1930. Abaixo, 1938. Fonte: Arquivo pessoal Francisco Sales Trajano Filho.

abertos irregularmente<sup>166</sup> (mapa CG 1963). Assim, na ausência da efetivação de um plano urbanístico que pensasse o conjunto da cidade, como veremos no capítulo seguinte, acreditamos que esse processo de exclusão e de crescimento desordenado para a zona rural foi um dos mais fortes definidores da forma radiocêntrica atual da trama urbana de Campina Grande. Caminhando, hoje, por qualquer uma dessas ruas ou bairros, observando suas casas, lotes e implantações, as heranças desse processo de expansão urbana nos parecem muito evidentes.

Além da necessidade de ar, luz e latrina, a instalação dos serviços de saneamento, pelo Escritório Saturnino de Brito, também promoveu alterações importantes nas construções campinenses atendidas pela rede, redefinindo os espaços domésticos e as interações estabelecidas entre as pessoas, suas casas e a cidade. A precária infra-estrutura urbana anterior impossibilitava a multiplicação e a correta utilização de instalações hidráulicas mecanizadas em cozinhas, banheiros e demais espaços dependentes de água e produtores de esgoto, como notou o engenheiro José Fernal na sua palestra de 1938 no Rotary Clube da cidade:

Notais o máu cheiro desprendido nos gabinetes sanitários proveniente das fossas mal feitas, como referi a pouco. Por isso, elas são quasi sempre no extremo das casas ou nos quintais. Os defeitos da construção do proprio gabinete sanitário e a deficiência de agua para a lavagem dos W.C., ou sejam aparelhos improprios, canalisações de barro de feira com junta vazando, falta quasi absoluta de tubos ventiladores e muitas vezes insuficiencia de área de luz diréta, até com ausencia de janela, são ainda outros perigos á saúde (FERNAL, 1938, p.6).

Limitação de água, aparelhos (bacias sanitárias) impróprios, canalização de barro de feira com junta vazando, falta de tubos ventiladores e ausência de ar e luz criavam banheiros que eram um “perigo para à saúde”, colocados, com todos os seus odores, “no extremo das casas ou dos quintais”. Contra esse quadro, os serviços de saneamento, além de resolverem o problema da escassez de água do município, deveriam agir no sentido de prover a cidade de instalações técnicas capazes de proporcionar a difusão não só de gabinetes higiênicos individualizados para cada habitação, com a utilização de bacia sanitária com descarga, mas também a disseminação de pontos de esgoto em cozinhas e áreas de serviço e de torneiras com água corrente para a execução das atividades cotidianas, como lavar a louça, as mãos, preparar os alimentos ou tomar um banho. Ficaria mais fácil, assim, ser higiênico, seguir as recomendações das campanhas sanitaristas para a higiene do corpo e da moradia. Como publicou o jornal *A União* de 19 de janeiro de 1939, a população “imediatamente beneficiada com a prodigiosa transformação [do saneamento], sabe, porém, em que proporções ela lhe vem derimir dificuldades, sinão verdadeiros sofrimentos, modificar hábitos” (SANEAMENTO..., 1939).

---

<sup>166</sup> Cf. publicação do Serviço Social do Comércio, 1967.



**Mapa CG 1963.** Crescimento sobre a zona rural do município. Em azul escuro, área urbanizada até 1937. Em marrom, área urbanizada até 1943-45. Em azul claro, área urbanizada até 1960. Em cinza, área urbanizada até 1962. Fonte: Serviço Social do Comércio, 1967.

Como aponta Beguin (1991, p.50) para o caso da Inglaterra, a água e a coleta de esgoto em domicílio deram uma função prática à arquitetura, pois facilitaram a realização dos gestos domésticos, principalmente os da limpeza da casa. Ainda segundo o autor, a água corrente domiciliar permitiu ganhar tempo, economizar forças, evitar o caminho que seria preciso percorrer para buscar água fora. Seriam essas economias de tempo<sup>167</sup>, de energia e de tensões que desenhariam a rampa onde se poderia fazer escorregar o pobre em direção a outros comportamentos; não proibindo nada, mas substituindo o que servia de suporte aos maus hábitos por um ambiente que consolidasse os bons hábitos. Mais água, um interior fácil de limpar, aerar e aquecer; isto abriria caminhos para novas práticas (BEGUIN, 1991, p.48). "A Idéia Sanitária, eixo do que se poderia considerar um começo de política habitacional", procurou "atingir o íntimo das pessoas por meio da redefinição do espaço da casa, organizado de maneira a que seus ocupantes desenvolvessem hábitos civilizados" (BRESCIANI, 1992, p.16-17).

No caso de Campina Grande, pelo menos para as construções ligadas ao maquinário urbano de saneamento, minoritariamente pobres, não seria mais necessário armazenar a água em cisternas, comprá-la dos aguadeiros ou transportá-la em baldes de quintais para cozinhas e banheiros, nem jogar os esgotos em fossas ou armazená-los em barris, para depois serem despejados nos logradouros públicos do município. Os serviços de saneamento tornariam os hábitos higiênicos mais confortáveis, promoveriam novas sensações de bem-estar, que, uma vez vivenciados, tornar-se-iam irrecusáveis. Depois de experimentado, quem abriria mão de um banho de chuveiro? Como noticiou o jornal *Voz da Borborema*, o saneamento traria "o conforto e a hygiene para assegurarem um novo padrão de vida aos abastados, e, muito mais aos nossos habitantes pobres" (ABASTECIMENTO..., 1937). Para a maioria destes, o conforto e a hygiene não seriam "muito mais", pois as redes de água e esgoto não chegariam a seus domicílios. Algum conforto, é verdade, seria proporcionado pelos vários chafarizes de água potável distribuídos pelos bairros da cidade, mas nunca comparado com as comodidades trazidas pelas instalações domiciliares. Nas casas mais pobres e marginais, provavelmente nada mudou<sup>168</sup>. De qualquer forma, em cada caso na sua medida, estabelecer-se-ia uma relação de dependência entre as pessoas e os novos agentes urbanos da hygiene.

Em janeiro de 1939, "várias residências e casas de trabalho, sobretudo das construções recentes", estavam "aparelhadas para o sistema da água e esgoto a estabelecer-se" (SANEAMENTO..., 1939). Câmara (1947, p.130) fala que 30 construções possuíam ligação domiciliar nesse momento. Com o passar dos meses, esse número foi aumentando, atingindo todo o perímetro atendido inicialmente pela rede. Para a instalação dos

---

<sup>167</sup> Sobre a reforma do ambiente doméstico e suas relações com o gerenciamento do tempo na cidade moderna, ver também o trabalho de Correia (2000).

<sup>168</sup> O Regulamento de Construção de 1938 da capital paraibana chegou mesmo a dizer que "na zona urbana, contudo, será permitida a construção de telha em ruas em que não possuam rede de saneamento" (JOÃO PESSOA, 1958). Ao pobre, morador da casa de taipa, o acesso ao saneamento era negado.

serviços em suas edificações, os proprietários deveriam apresentar projeto hidrossanitário para a apreciação e aprovação da Repartição de Saneamento da cidade. Era uma forma de orientar e controlar o aparelhamento das edificações para as redes mecanizadas de água e esgoto, garantindo a eficácia do funcionamento de todo o sistema. O projeto teria que ser elaborado pelo setor técnico da própria repartição ou por profissional licenciado por esse órgão e habilitado pelos conselhos regionais de engenharia e arquitetura, conforme determinava o decreto Nº. 1.372, de 30 de março de 1939<sup>169</sup>.

Antes, porém, já havia exigências para que as novas edificações fossem erguidas com instalações compatíveis com os serviços a serem inaugurados. Em 1937, o dono de um terreno na rua Floriano Peixoto e outro na rua João da Mata pediram licença para construir suas respectivas casas. A Diretoria de Obras do município os indeferiu, dizendo que a licença só seria possível obedecendo “as normas dessa Prefeitura, do Conselho Regional de Engenharia e Architectura e [dos] dispositivos da Comissão de Saneamento”<sup>170</sup>. A partir de então, além do monitoramento estabelecido pela municipalidade e pelos conselhos de regulamentação profissional, as construções deveriam se submeter às regras e determinações do órgão de saneamento, vinculado administrativamente ao governo estadual. Estava criado, assim, um sistema burocrático estatal para o controle da produção do espaço urbano privado de Campina Grande. Controle exercido sobre alguns, é bom lembrar; sobre os ocupantes dos espaços da cidade que se desejava modernizar.

Com a conexão dos domicílios e dos demais estabelecimentos às redes de água e esgotos, foi introduzido e difundido para maior número de construções todo um aparato técnico que permitiu o pleno funcionamento desse maquinário urbano de saneamento: canalização, lavatórios, torneiras, chuveiros, bacias sanitárias, sifões, hidrômetros<sup>171</sup>. Além de banheiros, a mecanização na adução de água e na eliminação dos esgotos atingiu cozinhas, áreas de serviço, jardins. Em conseqüência, as espacializações foram alteradas. O avanço das instalações hidrossanitárias, com a possibilidade de uso de bacias sanitárias com descarga e a conseqüente eliminação imediata dos dejetos de dentro do edifício, viabilizou a multiplicação dos banheiros e o seu acesso ao interior do espaço doméstico. Pias com torneira foram colocadas em cozinhas<sup>172</sup> e áreas de serviço, copas e salas de jantar ganharam lavatórios. Ao apresentar o projeto hidrossanitário, muitos proprietários já o faziam com diversas alterações na espacialização de suas residências,

---

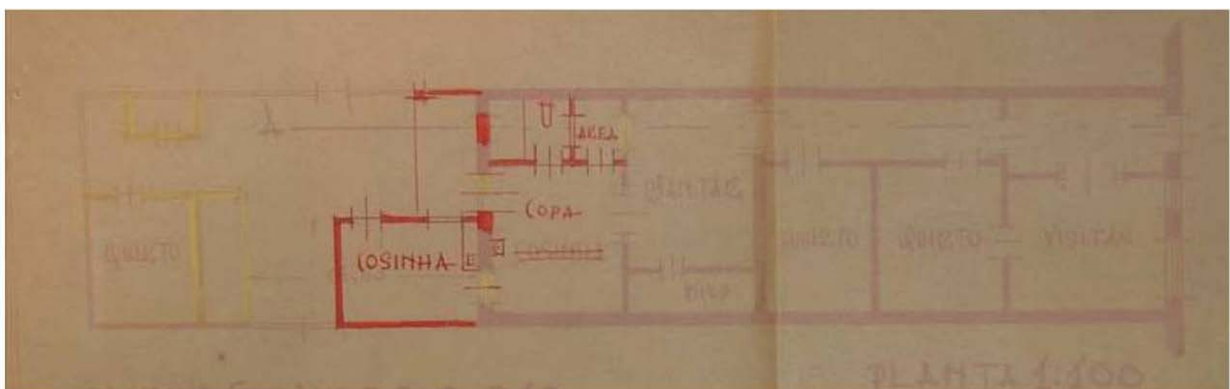
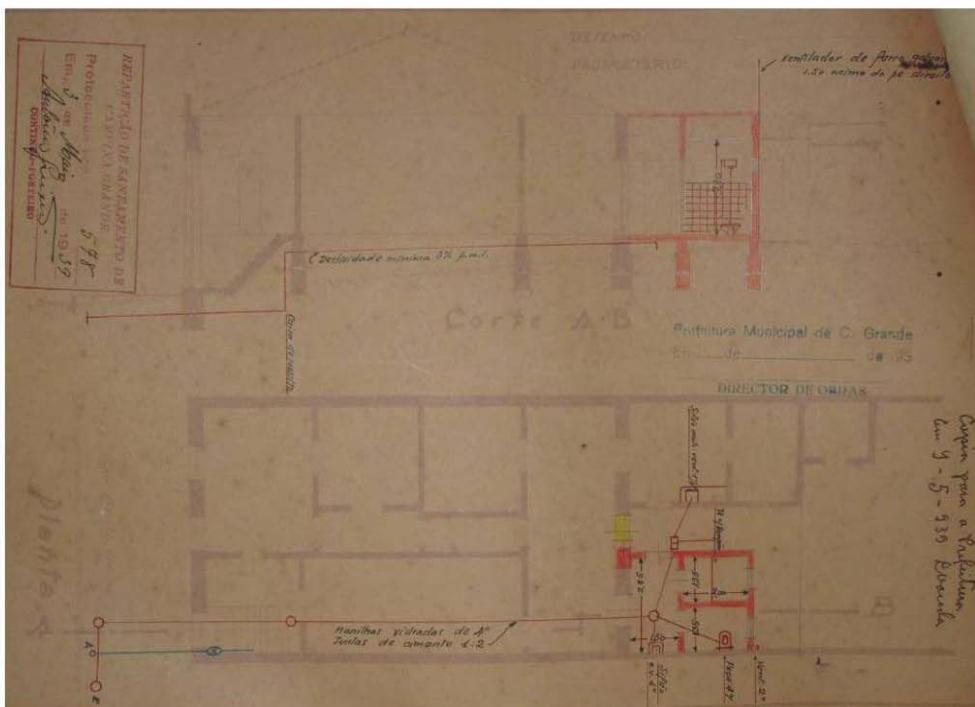
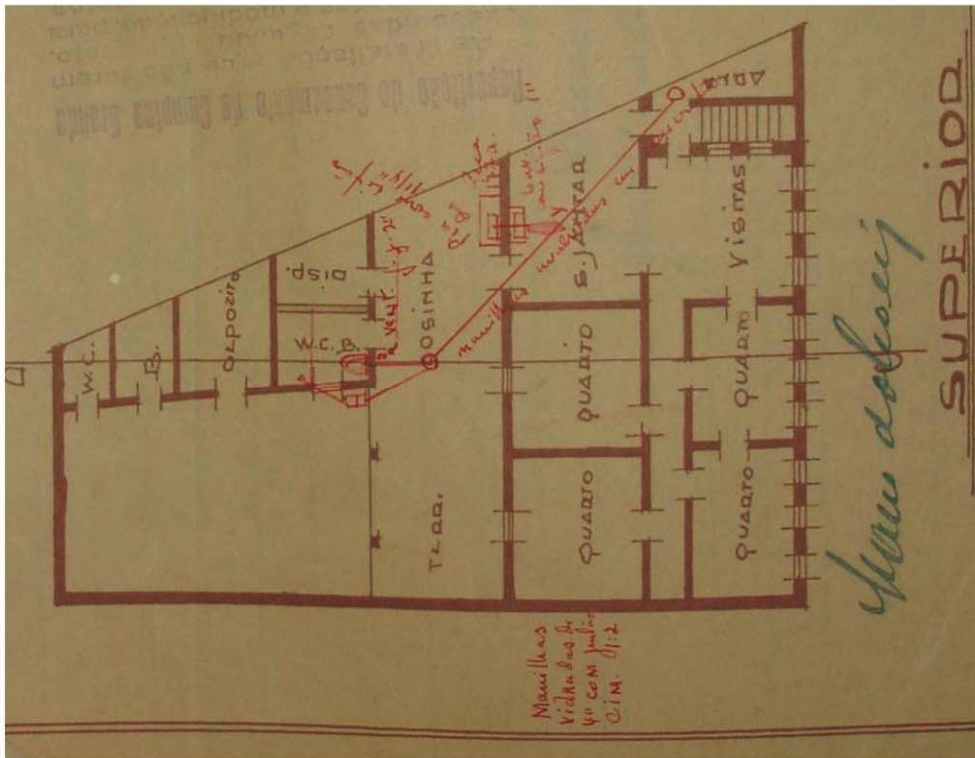
<sup>169</sup> Ver Decreto Nº. 1.372 no jornal *A União* de 11 ago. 1939.

<sup>170</sup> Solicitação de licença para construção casa. Rua João da Matta. Proprietário José Barbosa de Farias. 1937. Um dos profissionais com maior atuação na cidade na elaboração de projetos hidrossanitários foi o engenheiro Otacilio de Sousa.

<sup>171</sup> Sobre a instalação dos hidrômetros nas construções, o engenheiro José Fernal (1938,p.10) disse que ele seria um elemento “importantíssimo nos serviços de agua, porque sómente eles evitam os desperdícios não pagos nos domicílios, e ninguém paga cousa alguma para jogar fóra”.

<sup>172</sup> A mecanização das instalações hidrossanitárias das cozinhas foi um processo que ocorreu paralelamente a uma série de outros avanços na preparação das refeições, como o surgimento do fogão a gás e a evolução da indústria alimentícia e de eletrodomésticos. Tudo isso tinha como intuito reduzir o tempo com os afazeres domésticos, liberando a mão de obra feminina para o trabalho externo (CORREIA, 2000, p.26). Para a mecanização do espaço doméstico, ver também Giedion (1978).





58. Aparato técnico introduzido nas construções para possibilitar o perfeito funcionamento das redes mecanizadas de abastecimento de água e coleta de esgoto. Observar as reformas sofridas diante da instalação desses serviços: demolição de edículas nos fundos dos lotes, banheiros mais próximos do corpo principal das construções, colocação de pias em diversos pontos da casa (amarelo: demolição, vermelho: construção). Acima, solicitação para saneamento da casa de Francisco Maria, Rua Alexandrino Cavalcanti, 1939. No meio, solicitação para saneamento de casa na rua Bento Viana, 1939. Abaixo, solicitação para saneamento da casa de João Rodrigues, Praça Antônio Pessoa, 1940. **Fonte:** APMCG.

modificando a localização de cozinhas e banheiros, para deixá-los mais integrados com os demais ambientes da casa (imagem 58).

As buscas pela circulação de ar, pela incidência de luz solar, por água corrente e potável e por esgotos tratados e distantes dos espaços de convívio e de circulação das pessoas promoveram alterações significativas nas formas de produção das construções e do espaço urbano das cidades engajadas no processo de modernização de suas estruturas<sup>173</sup>. A edificação afastada do(s) limite(s) do lote, o rearranjo das plantas para a inserção de aberturas para o exterior, a introdução de jardins e todas as transformações sofridas pelas construções diante das redes de saneamento foram importantes definidores na ruptura dos padrões urbanísticos de herança colonial dominantes em Campina Grande até o início dos 1930. Isso aconteceu em meio aos interesses privados e aos esforços políticos para a melhoria da infra-estrutura urbana de um dos principais centros econômicos da Paraíba e do Nordeste brasileiro, à imposição de legislações sanitárias para o controle e fiscalização do espaço construído, ao fortalecimento das repartições municipais e estaduais de higiene e em consonância com a fixação e a consolidação, na cidade, de um quadro de técnicos especializados na construção civil: desenhistas, engenheiros, arquitetos, construtores.

Com ações mais incisivas ao longo dos anos 1930, as realizações justificadas pela conquista de uma Campina Grande salubre agiram em compasso com medidas que visavam à reestruturação da sua malha viária e à redefinição dos padrões arquitetônicos e estéticos dos seus edifícios. Porém, pelo menos quando falamos da região central da cidade, tais reestruturações e redefinições só viraram alvos de maiores investimentos, só ganharam vulto e encontraram maior espaço de recepção depois de superados os problemas básicos do saneamento urbano, como veremos no capítulo a seguir.

---

<sup>173</sup> Para a reforma das moradias em cidades brasileiras e européias, guiada pela disciplina da higiene, ver Simões Junior (2004), Homem (1996), Lapa (1996), Reis Filho (1970), Bonduki (1998), Vaz (1992, 2002), Correia (2004), Bortolucci (1991), Guerrand (1991), Rybczynski (2002) e Perrot (1991).



# 3



**Redefinindo fluxos e  
estéticas: a paisagem  
renovada**



## Debates e ações para a reestruturação do traçado urbano

HEBE CAMARGO vinha realizar seu ensaio para os programas do dia na Rádio Borborema... A rua estava ensolarada e eu me distraía em ver a estrela distribuindo autógrafos e travando conhecimentos com seus fans da cidade... Chegámos à porta da Borborema e os colegas associados daqui nos esperavam junto a um automóvel... Aproximei-me e tive a oportunidade de travar conhecimentos com Luiz Soares [...]. Não podemos resistir ao [seu] convite para um passeio por Campina Grande... Luiz Soares tem o orgulho justificado de quem viu crescer Campina Grande e assistiu á urbanização de dez anos na cidade que se tornou o baluarte do nordeste [...]. O carro prossegue engulindo as avenidas largas e iluminadas pelo progresso... E as ruas não teem fim porque seu horizonte vai além, perto das montanhas rasgando a Campina abençoada por Deus e querida pelo homem (SILVA, 1950).

Rádio, automóvel, Hebe Camargo, avenidas largas, iluminadas pelo progresso e sem fim, rasgando o tecido urbano de uma ponta a outra: são elementos nascidos com a modernidade. As impressões do visitante Homero Silva, paulista, sobre a Campina Grande de 1950 são muito distintas daquelas pronunciadas, em 1928, por um “illustre e amavel coronel”, que associou a aparência do coração da cidade aos tempos medievais, ao atraso, ou aos oitocentos<sup>174</sup> (OBRAS..., 1928). Mais de vinte anos depois, a paisagem urbana campinense surgiu, nas palavras de Silva, embebida em tons de progresso e civilidade, de ares modernos. As impressões, sempre tomadas de dentro do automóvel, privilegiavam as vistas a partir das vias de circulação. Desse enquadramento, as falas descreviam um traçado distante daquela estrutura anterior formada por largos, praças, becos, ruas estreitas, tortuosas, desalinhas e sem pavimentação; logradouros limitados visualmente e fisicamente pela disposição dos edifícios nos espaços públicos, com horizontes reduzidos. As transformações foram significativas, principalmente ao longo dos últimos dez anos testemunhados por Luiz Soares.

As preocupações com a circulação urbana estiveram no cerne de todos os debates e intervenções acerca da reestruturação da cidade moderna. Os novos fluxos e velocidades advindos com o adensamento citadino, com a diversificação das atividades produtivas e com o surgimento do automóvel reclamaram adaptações na estrutura viária das aglomerações urbanas, para facilitar o deslocamento dos transportes, das mercadorias e das pessoas entre as várias partes dos seus territórios. Demais interesses à parte, rasgar avenidas em áreas densamente edificadas, alinhar, retificar, pavimentar e alargar ruas, redefinir os antigos traçados, prever o crescimento ordenado da cidade futura a partir das demandas de circulação eram ações que almejavam descongestionar e fazer fluir o trânsito, com o objetivo de aumentar as velocidades e, assim, diminuir o tempo gasto com os deslocamentos intra-urbanos. Segundo Correia (2000, p.24-25), “agilizar os diferentes fluxos no interior da cidade buscando reduzir o tempo de circulação

---

<sup>174</sup> Pronunciada por um coronel da cidade no ano de 1928, essa associação da aparência de Campina Grande aos tempos medievais foi apresentada na abertura do segundo texto do capítulo 1.

revelou-se uma questão central do urbanismo”. Nos planos de zoneamento, aplicados desde finais do século XIX em cidades da Europa e dos Estados Unidos,

o empenho em dirigir a expansão da cidade, dividindo-a em zonas definidas segundo usos e densidades permitidas, tinha em mente não apenas favorecer a separação das classes sociais, como estabelecer uma nova articulação funcional da cidade compatível com a redução do tempo gasto no trajeto ao trabalho ou no intercâmbio entre empresas (CORREIA, 2000, p.25).

Na Carta de Atenas, documento que concentrou os pressupostos do urbanismo modernista, referente às discussões do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (1933), Le Corbusier afirmou que a circulação tornou-se uma função primordial da vida urbana. Pregando um modelo de cidade condizente com as velocidades do maquinismo do século XX, e com as próprias exigências de circulação do capital, ele considerava que as tramas viárias filhas do passado, de características medievais, foram previstas para outros tempos, não podendo se adaptar às novas necessidades dos veículos mecânicos (LE CORBUSIER, 1993). “O problema é criado pela impossibilidade de conciliar as velocidades naturais, do pedestre e do cavalo, com as velocidades mecânicas dos automóveis, bondes, caminhões ou ônibus. Sua mistura é fonte de mil conflitos” (LE CORBUSIER, 1993). Para tanto, pregava a objetividade da rua reta. No seu livro *Urbanismo*, com primeira edição de 1925, ele chamou os antigos desenhos sinuosos das vias de “o caminho das mulas”. Admitiu que a rua reta era maçante para se percorrer a pé. “Mas quando se tratava de uma rua de trabalho, metrô, bondes, ônibus, carros permitem percorrê-la depressa, e depressa precisamente por ser reta” (LE CORBUSIER, 1992, p.196).

No Congresso Pan-americano de Arquitetos, realizado em 1923 em Santiago do Chile, as tramas urbanas herdadas do passado pelas cidades americanas, com seus desalinhos e sinuosidades, foram consideradas antiestéticas e associadas a uma condição de atraso. Urgia “de forma inegável a necessidade de terminar enérgica e definitivamente com o atual sistema, em uso na generalidade das cidades americanas”, responsável pela transformação das ruas “em verdadeiros denticulados que repugnam não só à estética, mas também à cultura dos próprios habitantes, com todas as suas desvantagens e inconvenientes para o progresso das cidades” (CONGRESSO, 1940, p.17). Seguindo essa concepção de privilegiar as vias de circulação em detrimento das outras dimensões urbanas, derivada de uma organização funcional de cidade que fosse conveniente para o seu dito progresso, com o predomínio da rua de forma reta, arquitetos, urbanistas e demais técnicos elaboraram e executaram planos de intervenção para núcleos urbanos consolidados e de previsão para o desenvolvimento futuro de cidades em diversas partes do mundo<sup>175</sup>, em muitos casos desarticulando traçados seculares.

---

<sup>175</sup> Para alguns dos casos brasileiros mais emblemáticos, ver a recapitulação e a sistematização proposta por Leme (1999).

Na contramão desse pensamento, o arquiteto austríaco Camillo Sitte “enaltecia as formas livres da organização antiga e medieval do espaço urbano: ruas e praças irregulares, que não surgiam na prancheta, mas *in natura*” (SCHORSKE, 1988, p.80). O seu livro *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*, de 1889, era uma obra “de inspiração essencialmente estetizante”, e “estava destinada a polemizar contra as transformações de Viena e o planejamento da Ring segundo os princípios haussmanianos” (CHOAY, 2003, p.205). Sitte criticava a uniformização adotada no planejamento das cidades modernas, o rigor das linhas retas, a supremacia da circulação e a perda das dimensões artísticas e humanas dos espaços públicos, das relações antes estabelecidas entre estes, os edifícios e os monumentos. Com as formas urbanas subordinadas aos deslocamentos citadinos, ele chamava atenção para o esvaziamento de ruas e praças como locais de vida pública, transformados em espaços de passagem e não de permanência, como o eram no passado. Já no século XIX, alertava para a transferência de atividades antes realizadas nos espaços públicos das cidades para locais fechados (como a mudança das feiras, que aconteciam nas praças, ao ar livre, para casas de mercado fechadas), preconizando o extremo dos tempos atuais de sociabilidades que se desenvolvem na artificialidade dos shoppings e dos condomínios fechados.

Sitte considerava importante o estudo do passado, “que permitirá que encontremos para o problema atual da construção das cidades uma solução que deverá satisfazer três condições principais”: “livrar-nos do sistema moderno dos conjuntos de casas regularmente alinhadas; salvar, na medida do possível, o que resta das cidades antigas; e aproximar sempre mais nossas criações atuais do ideal dos sistemas antigos” (SITTE, 1992). O arquiteto austríaco defendia que o plano para uma cidade deveria produzir um efeito artístico, pois também era uma obra de arte e não um simples conjunto de construções e vias (CHOAY, 2003, p.216). “Contra as exigências poderosas do especulador e do engenheiro, [Sitte] passou a realizar pelo planejamento artístico deliberado aquilo que antes era realizado pelo lento crescimento espontâneo” (SCHORSKE, 1988, P.80). Para Choay (2003, p.205), Camillo Sitte, frequentemente citado por teóricos como Lewis Mumford<sup>176</sup> pelo caráter humano das soluções que preconizou, representou pelo contrário, para Le Corbusier e demais urbanistas progressistas, a encarnação de uma vocação retrógrada para o passado. Embora o urbanismo funcionalista pregado pelos progressistas tenha prevalecido nos planos reformistas para a modernização das cidades, os pensamentos de Sitte serviram de referência para a realização das cidades-jardins inglesas, para seus desdobramentos mundo afora e, no Brasil, além de outros profissionais,

---

<sup>176</sup> Ver Mumford (1998).



embasaram muitas das propostas elaboradas por Saturnino de Brito em seus estudos de intervenção urbana<sup>177</sup>.

Comparando o pensamento de Le Corbusier com o de Camillo Sitte, Bonfato (2003, p.90) afirma que o desenho sinuoso, denominado de “caminho das mulas” pelo primeiro, mas apregoadado à exaustão pelo segundo, “parece não se adaptar à lógica do caminho reto do cidadão capitalista, a forma mais racional condizente com a rapidez e efemeridade, característica de um modelo econômico e social onde o capital tece suas regras”.

No entanto, nesse caminho racional, as individualidades, inerentes a cada ser humano, acabam por se perder, numa monotonia de atitudes previsíveis. Pode-se afirmar que, ao transpormos tal idéia para o desenho urbano, com a linha reta utilizada de forma constante e única, num quadriculado de arruamentos, o tecido se transforma num monótono suceder de ruas e esquinas onde a homogeneização do espaço se sobrepõe às peculiaridades e a própria identidade do lugar (BONFATO, 2003, p90).

Todas essas reflexões que se posicionavam a favor de uma ou de outra forma de intervenção sobre as cidades modernas, visando adaptá-las para suas novas dimensões e demandas, encontraram suas ressonâncias não apenas nos grandes centros brasileiros. Dentro de suas escalas e contextos, em Campina Grande, no interior nordestino, temas como a retificação de vias, a geometrização da malha urbana e a abertura de grandes eixos de circulação visando descongestionar o trânsito e agilizar o deslocamento dos transportes mecânicos, a preservação da cidade antiga, a aplicação do zoneamento como método para a organização e a harmonização das funções citadinas, o arrefecimento de usos antes comuns nos espaços públicos e suas transferências para espaços fechados, a supremacia dos fluxos em detrimento das demais esferas da vida urbana perpassaram todo o seu processo de modernização dos anos 1930 e 1940. Até depois, no começo da década de 1960, logo após a construção de Brasília, realização máxima do urbanismo modernista no Brasil, uma publicação do SESC nacional sobre a cidade, em análise sobre os aspectos do seu crescimento urbano, aconselhava que os pressupostos urbanísticos de Le Corbusier deveriam ser adotados na ordenação e no planejamento do seu espaço construído (SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, 196?, p.38).

Embora as preocupações com o alinhamento, o nivelamento e a retificação de ruas já existissem desde o século XIX na cidade, como vimos, a efetivação de medidas nesse sentido só ganhou corpo a partir do segundo lustro dos 1920. Foi nesse período, na gestão de Ernani Lauritzen, que a prefeitura começou a executar obras de pavimentação, meio-fio, calçada de cimento (em substituição a de pedra) e drenagem nos principais logradouros da cidade (CÂMARA, 1947, p.102-103). O Artigo Nº. 36 da Lei

---

<sup>177</sup> Para as cidades-jardins pensadas por Ebenezer Howard, ver o seu livro *Cidades-jardins de amanhã* (HOWARD, 1996). Dentre alguns teóricos que se preocuparam em analisá-las, ver Munford (1998), Choay (2003) e Hall (1998). Para as realizações do engenheiro sanitário Saturnino de Brito e a sua proximidade com os pensamentos de Camillo Sitte, ver Andrade (1992a, 1992b e 1992c).

32, de 14 de dezembro de 1927 (o Código de Postura de 1927), estabeleceu que as construções deveriam seguir o alinhamento determinado pela municipalidade<sup>178</sup>. Desde então, a prefeitura exerceu certo rigor no cumprimento da lei, exigindo alinhamento para ruas novas e existentes dos perímetros urbano e suburbano do município, e até para algumas ruas surgidas na sua zona rural. Nos pedidos de licença para construção na cidade apresentados à Diretoria de Obras no decorrer dos anos 1930 e 1940, os fiscais subordinavam a expedição da licença e o início da obra à definição do alinhamento pelo agrimensur da repartição. Era uma medida que conformava o próprio traçado da rua. Contudo, ruas alinhadas não significavam, necessariamente, ruas rigidamente retilíneas. Estas até poderiam ter suas sinuosidades e inflexões, mas as construções deveriam seguir por esse mesmo caminho: dispendo-se ao longo de uma linha paralela ao eixo da rua, recuada ou não em relação ao limite frontal do lote, sobre a qual as testadas das construções teriam que ser levantadas.

O nivelamento, a drenagem, a pavimentação e a colocação de meio-fio nas ruas, a construção de calçadas e o alinhamento das edificações vinculavam-se não apenas a questões de circulação, mas também a aspectos higiênicos e estéticos. A rua pavimentada, nivelada e drenada evitaria o acúmulo de água e a abertura de buracos na via e proporcionaria maior conforto e velocidade para o tráfego dos automóveis. Nesse contexto, as calçadas se tornaram necessárias não só para proteger as frentes das casas dos buracos abertos pelas águas das chuvas, mas para separar carros e pedestres, agilizando e garantindo a segurança do trânsito<sup>179</sup>, colaborando para evitar os acidentes causados pela mistura de carros e pessoas circulando pelo leito da via, pelos veículos que transitavam em “excesso de velocidade, ameaçando seriamente a vida dos transeuntes”, como acontecia na rua João Pessoa (INSPETORIA DE VEICULO, 1935). Assim, discursos da época em circulação pela cidade julgavam que tanto ruas como calçadas deveriam ser contínuas, sem os obstáculos e denticulados criados pelas construções desconstruídas e em níveis diversos. Ademais, a via desalinhada foi associada ao atraso e a uma provável falta de planejamento do passado, considerada incompatível com os transportes mecânicos do século XX<sup>180</sup>.

Por essas razões, de meados dos anos 1920 até o início dos anos 1930, durante as administrações dos prefeitos Ernani Lauritzen (1924-1928) e Lafaiete Cavalcanti (1929-1932) e em consonância com a instalação das linhas de bonde (1926), os pensamentos e as ações mais significativas do poder público municipal campinense sobre a sua trama

---

<sup>178</sup> Como comentamos no capítulo 1, encontramos referências ao Artigo Nº 36 da Lei 32 de 14 de dezembro de 1927 em vários pedidos de licença para se construir na cidade, artigo este que seria responsável pela regulamentação do alinhamento das edificações de Campina Grande.

<sup>179</sup> Segundo Le Corbusier (1993), “a rua única, legada pelos séculos, recebia outrora pedestres e cavalos misturados, e só no final do século XVIII o emprego generalizado de coches provocou a criação das calçadas”.

<sup>180</sup> Segundo Simões Junior (2004, p.110), “a tendência de valorização da linha reta é um fato que remonta ao período da Renascença, quando o estudo das leis da perspectiva levou os arquitetos a utilizarem a axialidade com o fim de criar uma idéia de monumentalidade, visando a uma finalidade estética superior”.

urbana tomaram como prioridade as obras de melhoramento (ou de aformoseamento, como chamavam na época) dos logradouros existentes, com a pavimentação, a drenagem, o nivelamento, a instalação de meio-fio, o alinhamento, o ajardinamento e a colocação de calçada nas principais ruas e praças da região central<sup>181</sup>. Ruas como a Irineu Joffily ganharam novas dinâmicas para circulação de automóveis e pessoas (imagem 49). Todavia, apesar de terem promovido mudanças na paisagem, nas condições de salubridade e de circulação citadinas, as iniciativas não chegaram a alterar significativamente as formas do tecido urbano campinense.

Com exceção de ruas que já se conformaram com certa largura, como a Maciel Pinheiro e a Marquês do Herval, o núcleo central continuava formado por becos, largos, ruas estreitas e com horizontes limitados. A rua Floriano Peixoto (antigos largos da Matriz e do Comércio Velho) prosseguia com seus prédios desencontrados (imagens 12 e 28). As construções, sobre as testadas dos lotes e coladas umas às outras, permaneciam conformando os principais espaços públicos do município, limitando as perspectivas e conservando a escala humana de lugares fechados em si, como os largos. Por essa característica, os edifícios, principalmente os religiosos, persistiam como marcos urbanos soberanos quando vistos pelos pedestres de qualquer ponto da cidade ou dos seus respectivos logradouros. Em outra escala, com propostas ainda incipientes e de alcance limitado, as empreitadas desse momento fizeram coro com o que Leme (1999, p.22-23) chama de primeiro período da formação do pensamento urbanístico no Brasil, compreendido entre 1895 e 1930, no qual a palavra melhoramentos, utilizada nos textos na época, designava questões diversas, “tanto aquelas relativas ao projeto e à construção de obras de infra-estrutura (como os sistemas de saneamento), projetos e ajardinamento de parques e praças, como também a elaboração de uma legislação urbanística”<sup>182</sup>.

Já nos primeiros anos dos 1930, os debates que almejavam intervir sobre o espaço urbano de Campina Grande, desejando modernizá-lo e adaptá-lo às novas demandas advindas com os acelerados crescimentos econômico e populacional, ganharam outra dinâmica, foram regados pelos métodos, conhecimentos e argumentos de uma nova e ascendente ciência: o urbanismo. Em 1933, o interventor Gratuliano de Brito e o então secretário do Interior e Segurança Pública, o campinense Argemiro de Figueiredo, convidaram o arquiteto e urbanista Nestor Egydio de Figueiredo para elaborar o Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento da cidade de Campina Grande, nos moldes dos trabalhos que estava desenvolvendo para outros municípios do Estado e da região,

---

<sup>181</sup> Para a listagem das obras realizadas pelos prefeitos no período, ver Câmara (1947, p.160). Consultar também o jornal *Brasil Novo* de 7 mar. 1931.

<sup>182</sup> Também nesse contexto, foi publicado o Código de Postura da cidade (1927) e instalado o primeiro sistema de abastecimento de água de Campina Grande, ainda primitivo, elaborado pelo engenheiro sanitarista Lourenço Baeta Neves e inaugurado em 1927.

como Recife, Fortaleza, João Pessoa, Cabedelo (PB) e a estância balneária de Brejo das Freiras (PB)<sup>183</sup>. Como disse o próprio Nestor para o jornal carioca *A Noite*, “o govêrno da Parahyba cogitou de preparar para o futuro a ‘disciplinação’ de suas cidades principaes” (URBANIZAÇÃO..., 1933). Na época, o prefeito campinense era o médico Antônio Almeida. Não por coincidência, os personagens eram os mesmos que estavam engajados na viabilização e execução das obras de saneamento da cidade, e as intenções por trás dessas iniciativas também.

Como discutimos no segundo texto do capítulo 2, na virada para os 1930, o investimento do governo da Paraíba na infra-estrutura dos seus principais centros urbanos, notadamente João Pessoa (e sua ligação com o porto de Cabedelo) e Campina Grande, fazia parte dos esforços para a modernização das bases produtivas do Estado e para o conseqüente aumento das suas receitas. Assim como se esperava dos sistemas mecanizados de água e esgotos, desejava-se que o plano formulado por Nestor de Figueiredo transformasse Campina Grande “numa cidade moderna, confortável”, que pudesse “atrair turistas e aumentar as possibilidades do grande ritmo de todas as suas surpreendentes atividades”<sup>184</sup>. Ordenando e disciplinando o espaço urbano para as recentes demandas do capital, embelezando-o, facilitando os fluxos para os transportes mecânicos, separando usos, definindo previamente o lugar das coisas e das pessoas, valorizando áreas, o plano funcionaria como ferramenta indispensável para potencializar o crescimento econômico da cidade, criando a imagem de modernidade burguesa ansiada por parte da população.

Dentro de um contexto nacional, o período compreendido entre o final dos anos 1920 e o início dos 1930 foi marcado pela formação de uma militância intelectual com o objetivo de divulgar o urbanismo enquanto ciência capaz de resolver os problemas citadinos e o próprio destino de um país em acelerado processo de urbanização. A propagação das idéias acontecia via promoção de palestras em rádio, em associações profissionais e civis ou através da publicação de artigos em jornais de grande circulação (RIBEIRO, 1996, p.16). O objetivo era legitimar e aumentar a receptividade entre os profissionais e a sociedade do urbanismo enquanto método de intervenção sobre as cidades. Nesse momento, as ideologias urbanísticas correntes no Brasil se referenciavam nas experiências européias e norte-americanas, chegando aqui principalmente através dos debates em congressos e revistas internacionais, da própria atuação de profissionais estrangeiros ou de brasileiros que foram estudar no exterior. Nestor de Figueiredo, pernambucano radicado na então Capital Federal, participou ativamente de vários desses debates e trânsitos de idéias, já que trabalhara com o urbanista francês Alfred Donat Agache, no plano

---

<sup>183</sup> Para os planos desenvolvidos por Nestor de Figueiredo para as cidades de João Pessoa e Cabedelo, ver as pesquisas desenvolvidas por Trajano Filho (2003) e Almeida (2006). Para o plano de Brejo das Freiras, ver o jornal *A União* de 7 set. 1933. Para Recife e Fortaleza, ver respectivamente Moreira (1999) e Borges (2006).

<sup>184</sup> CAMPINA GRANDE vai entrar no Plano de Urbanização das grandes cidades brasileiras. *Jornal de Campina*, Campina Grande, 5 fev. 1933. Apud Sousa (2001, p.245).

elaborado para o Rio de Janeiro, e envolveu-se com os órgãos de classe ao longo dos anos 1930 e 1940<sup>185</sup>.

Seja pelo trânsito de profissionais engajados e comprometidos em divulgar e pôr em prática os novos conhecimentos, pela recepção e difusão desses conhecimentos via letrados locais ou pelo campo de atuação aberto no Estado, o fato é que a Paraíba não estava à margem do calor das discussões nacionais sobre urbanismo. Além dos trabalhos desenvolvidos por Nestor de Figueiredo para várias cidades paraibanas, os artigos assinados por Josa Magalhães e Álvaro Correia<sup>186</sup>, publicados no jornal *A União* no começo dos anos 1930 (na época da elaboração do plano de Figueiredo para a capital paraibana), debateram conceitos e definições do que seria essa mistura de arte e ciência<sup>187</sup>.

[O urbanismo] como ciência trata da construção das cidades, discutindo os fenômenos de ordem espiritual, econômica, social e política. Como arte se interessa pelos traçados das ruas, a disposição das praças e as fisionomias das edificações. Os planos de urbanização entendem muito de perto com os interesses gerais da coletividade, pois a sua finalidade é a higiene, o conforto e o bem estar (apud SOUSA, 2001, p.249).

O urbanismo moderno tem uma acentuada tendência para a sistematização das cidades, cujo aspecto mais interessante é o zoneamento, que consiste na divisão racional destas aglomerações sociais em zonas apropriadas à vida e aos mistérios da população. Toda a cidade fica dividida em áreas, como sejam: centros residenciais, centros comerciais, centros industriais, centros operários, centros administrativos. Cada zona, toma, destarte, uma feição personalíssima, assim na vida e nos costumes como na sua própria feição arquitetônica (apud SOUSA, 2001, p.249).

Discutindo a sistematização global das cidades, colocando-a como fenômeno de ordem espiritual, econômica, social e política, propondo a funcionalização do território citadino por meio do zoneamento, Magalhães e Correia estavam conectados com o que de mais recente existia na área do planejamento urbano, com uma nova forma de se intervir nas cidades presentes e de se pensar e prever as expansões futuras. Com exceção das experiências do engenheiro sanitarista Saturnino de Brito desde o final do século XIX e começo do XX<sup>188</sup>, a década de 1930 marcou o início de um período no qual os planos urbanísticos passaram a pensar o conjunto da área urbana das cidades brasileiras, no lugar dos anteriores melhoramentos pontuais, consolidando o urbanismo enquanto disciplina e campo de atuação profissional no Brasil. Com uma visão de totalidade, tais estudos propuseram a articulação entre os bairros, o centro e a extensão das cidades através de sistemas de vias e de transportes. Foram formuladas as primeiras propostas de

---

<sup>185</sup> Formado na Escola Nacional de Belas Artes, onde lecionou a disciplina de Evolução dos Planos das Cidades, Nestor de Figueiredo teve seu nome comumente associado à atuação junto aos órgãos de classe, como o Instituto Central de Arquitetos e a Associação dos Artistas Brasileiros, através dos quais participou de vários congressos de arquitetura e urbanismo nas décadas de 1930 e 1940, ao mesmo tempo em que colaborou em periódicos como *Arquitetura e Urbanismo*, *Urbanismo e Viação* e *Architectura e Construções* (TRAJANO FILHO, 2003, p.61).

<sup>186</sup> Segundo Sousa (2001, p.249), Álvaro Correia de Oliveira era Diretor de Obras de João Pessoa.

<sup>187</sup> Sobre essa oposição e distinção do urbanismo enquanto ciência e arte, ver a definição de Argan (2005, p.211).

<sup>188</sup> Cf. Andrade (1991).

zoneamento, organizaram-se as repartições para o planejamento urbano como parte da estrutura administrativa das prefeituras, foram propostas legislações urbanísticas controlando o uso e a ocupação do solo (LEME, 1999, p.25-26). São dessa época o Plano Agache para o Rio de Janeiro, o Plano de Avenidas para São Paulo e demais planos para várias cidades de norte a sul do país. Os esforços para o planejamento e o controle do espaço urbano vinculavam-se, também, ao espírito de modernização administrativa empreendido pelo governo Vargas, que encontrou seus seguidores país afora, como foi o caso dos governos que se sucederam na Paraíba ao longo dos 1930<sup>189</sup>.

Dessa forma, "Campina Grande entraria no "Plano de Urbanização das grandes cidades brasileiras"<sup>190</sup>, em nenhum momento anacrônico em relação às demais. É claro que o contexto, a escala e as problemáticas vividas pelo município do interior nordestino eram distintos dos encontrados nas grandes cidades e capitais do país, mas os métodos, as ferramentas e os pressupostos urbanísticos para intervir, ordenar e planejar o seu espaço urbano, não. Eram os mesmos adotados nos planos produzidos na época para outras cidades brasileiras, inclusive nos desenvolvidos por Nestor de Figueiredo para os demais municípios nordestinos. Assim, na visita que fez a Campina Grande para conhecer o seu mais novo objeto de estudo, em 1933, Figueiredo relatou ao *Jornal de Campina* que seus trabalhos ali se constituiriam da elaboração de plano diretor, plano de saneamento, plano de espaços verdes, detalhes dos principais centros de urbanização, perspectiva dos principais centros de edificação da cidade, projeto de uma legislação de construções, estudo de três tipos de residências econômicas e, por fim, a localização da zona proletária<sup>191</sup>.

Essa foi uma das poucas descrições encontradas do urbanista acerca do projeto que pretendia desenvolver para Campina Grande, já que seus estudos para a cidade não foram localizados nas pesquisas realizadas até o momento sobre o tema. Ainda que preliminares e superficiais, tais palavras nos permitem algumas especulações iniciais. De acordo com o pensamento urbanístico da época, visível em seus trabalhos para outros lugares do país, o estudo a ser elaborado para Campina Grande deveria intervir no núcleo urbano existente e estruturar o seu crescimento futuro, a ser previsto, regulamentado e cumprido por meio de ferramentas como o plano diretor e as legislações construtivas. O plano diretor definiria as áreas de expansão da cidade, anteveria a ocupação do solo, traçaria o sistema viário, zonearia o território citadino de acordo com as suas funções e com os interesses sociais, públicos e privados de uso da terra urbana. Determinando dimensões, recuos, aberturas, acabamentos, quesitos

---

<sup>189</sup> Sobre a modernização administrativa empreendida no aparelho estatal da Paraíba dos 1930, ver o trabalho de Trajano Filho (2003), principalmente o capítulo 1.

<sup>190</sup> CAMPINA GRANDE vai entrar no Plano de Urbanização das grandes cidades brasileiras. *Jornal de Campina*, Campina Grande, 5 fev. 1933. Apud Sousa (2001, p.245).

<sup>191</sup> CAMPINA GRANDE vai entrar no Plano de Urbanização das grandes cidades brasileiras. *Jornal de Campina*, Campina Grande, 5 fev. 1933. Apud Sousa (2001, p.246).

estéticos, gabaritos de altura, tamanho dos lotes e demais aspectos construtivos, provavelmente diferentes para cada zona pré-estabelecida, as legislações de construção agiriam em conjunto com o plano diretor, compatibilizando as edificações com o espaço urbano imaginado. A criação da zona proletária era um indicativo nesse sentido, certamente com parcelamento e ocupação do solo e exigências construtivas distintas das regiões destinadas às camadas mais abastadas ou às atividades comerciais e industriais.

Tal como o plano Agache para o Rio de Janeiro e seus estudos para João Pessoa e Recife, Nestor de Figueiredo pensaria os principais espaços de Campina Grande a partir dos efeitos de perspectiva proporcionados pelos seus conjuntos edificados, privilegiando suas dimensões estéticas. Segundo Moreira (1999, p.150), em discussão sobre o plano elaborado para a capital pernambucana, essa era uma temática do urbanismo formal francês, com clara referência ao trabalho de Agache. Uma das características do plano para Recife era exatamente o “seu aspecto maciço, cênico, com muitas perspectivas e visuais, avenidas em Y, praças e conjuntos monumentais e, sobretudo, a idéia de que o edifício forma a cidade” (MOREIRA, 1999, p.150). No escopo dos trabalhos do urbanista para Campina Grande, também estavam previstas soluções para problemas ainda sem a ação incisiva do poder público no começo dos anos 1930, como as deficientes condições de saneamento do município, a carência de áreas verdes e a precariedade das habitações populares.

Com relação à trama viária e às peculiaridades do sítio campinense, Nestor de Figueiredo declarou, em entrevista para o jornal carioca *A Noite*, que a sua topografia acidentada “presta-se ao traçado regional da physionomia própria e os açudes que envolvem o centro urbano são motivos de embelezamento” (URBANISMO..., 1933). Mesmo sem acesso ao plano, podemos dizer que aí estava presente um pensamento sittiano de concepção de cidade, com o respeito aos condicionantes impostos pela topografia no traçado de novas ruas e com a inserção de elementos locais existentes na nova paisagem concebida, potencializando suas propriedades estéticas e seus efeitos visuais. Reformados, os açudes que cercavam o perímetro urbano se transformariam em pontos de atração para novas práticas sociais e para a contemplação de uma natureza domesticada e artificialmente criada. Enfim, nada mais ocorreria ao acaso, como dito que fora anteriormente. De maneira utópica, quase tudo estava previsto.

Porém, os estudos de Nestor de Figueiredo para Campina Grande não foram adiante nesse momento. A instabilidade política dos anos 1930, com a troca sucessiva de prefeitos<sup>192</sup>, e os investimentos estaduais em maior parte canalizados para as obras de

---

<sup>192</sup> Entre 1929 e 1940, sete governos se sucederam no cargo: Lafayette Cavalcanti (02/1929 – 12/1932), Antônio Pereira de Almeida (12/1932 – 06/1934), Antônio Pereira Diniz (06/1934 – 09/1935), Bento Figueiredo (09/1935 – 12/1935), Vergniaud

modernização da capital paraibana e do porto de Cabedelo, inclusive com a execução do plano de Nestor, colocaram a cidade interiorana no segundo plano das ações da administração estadual. Até o ano de 1938, não encontramos nenhuma referência ou imagem do suposto plano que seria elaborado para a urbe campinense. Entre 1933 e 1938, o governo estadual se empenhou em planejar e viabilizar obras infra-estruturais mais modestas (do que o Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento) e urgentes para a realidade do município, com a finalidade de resolver ou de minimizar os problemas emergenciais de falta de água e de insalubridade do meio urbano, cujos maiores investimentos se voltaram para a construção da barragem de Vaca Brava, em Areia, e para a instalação dos serviços de saneamento, projetados e executados pelo Escritório Saturnino de Brito, como vimos.

Em 1938, já na reta final das obras dos serviços de água e esgoto, com Bento Figueiredo ocupando a prefeitura de Campina Grande e o seu irmão, o interventor Argemiro de Figueiredo, à frente do governo estadual, as discussões sobre a elaboração do Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento de Campina Grande voltaram à tona. Nestor de Figueiredo foi chamado para a conclusão dos estudos iniciados em 1933. Em entrevista ao jornal *Voz da Borborema*, o arquiteto e urbanista disse que voltou à cidade “em missão de estudo referente ao plano de remodelação e extensão da grande cidade nortista, afim de colher informações definitivas relacionadas com o serviço de água e esgoto em via de conclusão” (MATADOURO PUBLICO..., 1938). Comentou que encontrou “Campina Grande com o seu ritmo de progresso ainda mais acelerado do que das vezes anteriores”, evidenciando-se, dessa forma, “a necessidade urgente de completarmos quanto antes os estudos de urbanização da cidade”. Semelhante a vez anterior, falou sobre a importância do plano de urbanização para o município,

[...] que deverá guiar o desenvolvimento do seu progresso, constituirá um modelo ou canon para as suas realizações futuras, determinando desde já uma ordem de coisas tendentes a melhorar as condições atuais originadas da desordem em que a cidade vem se desenvolvendo e preparando uma expansão para a cidade futura dentro dos preceitos modernos do urbanismo e de acordo com as condições mesológicas da região (MATADOURO PUBLICO..., 1938).

Os objetivos eram ordenar a dita desordem existente e prever o crescimento racional e controlado da cidade futura, racionalizando seu espaço de acordo com os pressupostos técnico-científicos do urbanismo moderno e sempre tendo em mente os condicionantes locais. O prefeito Bento Figueiredo, aliás, era um gestor público totalmente a par das discussões mais recentes sobre planejamento urbano e de como esse controle e previsão do espaço citadino fazia parte das políticas de modernização administrativa empreendidas pelo Estado Novo. No Congresso de Prefeitos paraibanos de 1939,

---

Wanderley (12/1935 – 11/1937), Manoel de Almeida Barreto (11/1937 – 01/1938) e Bento Figueiredo outra vez (01/1938 – 08/1940). Cf. Câmara (1947).



realizado em João Pessoa, ele apresentou em sua palestra uma série de prioridades que julgava essenciais para o ordenamento e o progresso das cidades:

São inúmeras as necessidades relativas á existência e ao progresso do município. Entre estas cremos que, á primeira vista, se destacam as que entendem com o plano de urbanização da cidade. A nova divisão territorial que vem de ser estabelecida, graças á visão patriótica do Presidente Getúlio Vargas, implicitamente criou para os administradores, no Regime do Estado Novo, como que a obrigação de, na gestão da coisa pública, nunca perderem de vista o plano geral da cidade, sédes dos municípios e vilas, séde dos distritos, que superintendem. Dêsde que se obedeça a um plano estabelecido em tempo, evitar-se-ão êrros peculiares ao desalinhamento das ruas e á má localização dos edifícios públicos. Sem o plano geral não póde haver um zoneamento da cidade que se harmonize com a urbanização técnica adotada. [...] Outra necessidade inadiável póde ser enquadrada no problêma do tráfego público. O descongestionamento das ruas, por onde circulam diariamente veículos e pedestres, e a bôa localização dos edifícios públicos, tudo isso concorre, além de outras vantagens de ordem pública e econômica, para o desenvolvimento constante do perímetro urbano das cidades. [...] Nova necessidade do município são os logradouros públicos, como sejam, a construção de praças, jardins, arborização e Parques Infantis destinados á educação física e recreio (FIGUEIREDO, 1939, p.12-15).

Plano de urbanização, e o seu vínculo com as políticas de modernização do Estado Vargasista, zoneamento, localização dos edifícios públicos, preocupação com o alinhamento das ruas e com o tráfego de automóveis e pedestres, inserção de praças, jardins e árvores no meio urbano para estimular a prática de atividades físicas e garantir a saúde das pessoas e do espaço construído: tudo estava presente nas palavras de Bento Figueiredo. Apesar de todas essas discussões, o plano de Nestor de Figueiredo para Campina Grande não foi colocado em prática e existem dúvidas quanto a sua real elaboração<sup>193</sup>. Com a saída de Argemiro de Figueiredo do comando do Estado e do seu irmão, Bento Figueiredo, da Prefeitura de Campina Grande, no mesmo ano de 1940, as intervenções sobre estrutura urbana campinense tomaram outros rumos, de caráter mais imediatista e de acordo com as condições orçamentárias do município.

Letrados da época julgavam que nem a Prefeitura e nem o Estado tinham como executar o plano em curto prazo. Já o cronista Cristino Pimentel, entusiasta das propostas de Nestor de Figueiredo, lembrou que este seria um projeto para ser efetivado ao longo de três gerações, tornando-se, assim, viável do ponto de vista financeiro (SOUSA, 2005, p.156). Porém, Vergniaud Wanderley, prefeito que sucedeu Bento Figueiredo, decidiu colocar em prática um plano de obras mais condizente com o orçamento do município, afetado pelas "condições de instabilidade da economia nordestina". Como ele mesmo comentou, "tudo o que tenho a fazer [...] está, no entanto, dependente das arrecadações municipais" (OPERA-SE..., 1942). Foi nessa época que Wanderley decidiu

---

<sup>193</sup> Até o momento, nenhuma pesquisa, incluindo a nossa, localizou imagens ou quaisquer documentos que comprovem que o plano foi, de fato, elaborado ou esboçado. Contudo, o relatório publicado pelo SESC no começo dos anos 1960 sobre os aspectos sócio-econômicos de Campina Grande diz que, na época, os planos urbanísticos sobravam na cidade, mas a administração pública não os executava e o povo não os exigia (SESC, 1967?).

contratar um outro plano urbanístico para Campina Grande, justificando que o de Nestor de Figueiredo ficara ultrapassado após os serviços de saneamento<sup>194</sup>. Sem declarar datas, o cronista Cristino Pimentel (2001, p.34) relatou, certa vez, que Vergniaud Wanderley estava circulando pela cidade em companhia do arquiteto francês Georges Munier (radicado em Recife)<sup>195</sup>, cuja visita tinha sido para “traçar uma planta para seu desenvolvimento esquadricado”.

Contudo, pelo menos no plano das idéias e dos desejos, o Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento de Campina Grande existiu, testemunhando como o pensamento de uma época circulou pela cidade e demonstrando como seus administradores públicos e parte da sociedade estavam engajados na modernização da estrutura urbana do município via adoção dos pressupostos urbanísticos mais avançados em debate no cenário nacional. Na verdade, a execução dos planos urbanísticos imaginados para as cidades brasileiras foi a exceção, e nem os executados o foram de maneira plena. Algumas indicações de Nestor de Figueiredo ainda foram efetivadas pela municipalidade campinense, como a localização do Matadouro Público no bairro de Bodocongó, comentada no capítulo 2, e talvez seja possível dizer que outras das suas propostas foram parcialmente adotadas pelos gestores subseqüentes, com a abertura da avenida Floriano Peixoto e sua conversão em importante eixo viário e espaço de concentração dos edifícios públicos do município<sup>196</sup> e com a transformação dos açudes Velho e Novo em elementos paisagísticos e de práticas sociais da cidade modernizada<sup>197</sup>.

Com a suspensão do planejamento global da cidade, que se debruçava sobre questões que iam além do sistema viário, as propostas e as ações que agiram em prol da reestruturação do traçado urbano assumiram um caráter pontual, guiadas pelos ideais de velocidade e fluidez de circulação para as pessoas, as mercadorias e os transportes mecânicos em multiplicação, com a busca da rua reta, infinita e alinhada, sempre pronta para novos prolongamentos. Nesse sentido, a administração dos anos 1930 de

---

<sup>194</sup> Aqui, mais uma informação controversa, já que Nestor de Figueiredo voltou a Campina Grande, em 1938, exatamente para adaptar o seu plano ao projeto de saneamento elaborado pelo engenheiro sanitário Saturnino de Brito Filho, como ele mesmo comentou em matéria para o jornal *Voz da Borborema* de 7 maio 1938.

<sup>195</sup> Segundo Takashi e Ferreira (2006, p.6) Georges Munier, “francês com formação européia – consta que possuía DPLG, ou seja, Diplômé par le gouvernement, conferido a arquitetos pelos governos francês e belga -, instalara-se no Recife, onde matinha escritório”. Além de obras na capital pernambucana, o arquiteto trabalhou em diversas cidades nordestinas, como Natal, Fortaleza e municípios do interior da Paraíba, incluindo Monteiro e Campina Grande.

<sup>196</sup> Quando da abertura da avenida Floriano Peixoto, o jornal *A União* comentou que estava sendo dado o primeiro passo, “enfim, para adaptar a cidade ao plano de urbanização, há anos idealizados [sic] pelo urbanista Nestor de Figueiredo” (ADMINISTRAÇÃO..., 1941). É provável que esta informação seja verdadeira, pois Câmara (1947, p.133) relata que, em junho de 1940, ainda nas gestões do prefeito Bento Figueiredo e do interventor Argemiro de Figueiredo, entusiastas do dito plano, “o Estado comprou por trinta mil cruzeiros a Igreja do Rosário, para ser demolida, em observância ao plano de urbanização da cidade”. Contudo, logo em seguida, em fevereiro de 1942, o mesmo jornal publicou que os estudos de Nestor de Figueiredo para a cidade ficaram desatualizados diante dos serviços de saneamento, levando o prefeito Vergniaud Wanderley a buscar outro arquiteto, no Rio de Janeiro, para a elaboração de um segundo plano de urbanização para Campina Grande (OPERA-SE..., 1942). Como já comentamos, o cronista Cristino Pimentel relatou, certa vez, que Vergniaud Wanderley estava em companhia do arquiteto Georges Munier em Campina Grande, cuja visita à cidade tinha sido para “traçar uma planta para seu desenvolvimento esquadricado” (PIMENTEL, 2001, p.34). A seqüência das informações, embora incompletas, nos faz deduzir que o Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento para Campina Grande, elaborado por Nestor de Figueiredo, começou a ser executado e que, logo em seguida, foi abandonado.

<sup>197</sup> Segundo Câmara (1947, p.161), o prefeito Bento Figueiredo começou a executar as obras de um parque florestal na região do Açude Novo. Não encontramos maiores referências sobre o assunto nos governos subseqüentes. Já Vergniaud Wanderley construiu cais circular no Açude Velho. Após o nosso período de estudo, essas duas áreas foram alvos de estudos dos arquitetos Renato Azevedo, Roberto Burtel Marx e Wit Olaf Prochnik. Sobre o assunto, ver Queiroz e Rocha (2007).

Vergniaud Wanderley (1935-1938) foi explícita. Fazendo os cálculos da quantidade de automóveis, caminhões e mercadorias em circulação pela cidade, a prefeitura “sentiu a necessidade da abertura de novas arterias. Poristo [sic] que a avenida do Matadouro e os melhoramentos da av. Miguel Couto, para o futuro melhorarão as condições de Trafego. Junta-se tambem o alargamento da faixa de caes do Açude Velho”<sup>198</sup>. No seu governo da década de 1940 (1940-1945), ele realizou obras de pavimentação nas ruas que tinham sido escavadas para a instalação das tubulações dos serviços de saneamento, pois “como uma cidade “de intenso transito comercial [...] necessita sobretudo de bôas vias internas, para uma rápida movimentação das mercadorias compradas ou vendidas” (ADMINISTRAÇÃO..., 1941)<sup>199</sup>.

Na busca dessas acelerações e da objetividade da rua reta, os administradores públicos municipais da segunda metade dos anos 1930 e, principalmente, os de toda a década de 1940 se esforçaram em empreitadas que redefiniram a antiga trama viária da cidade e que estimularam a expansão urbana através da abertura de novas ruas sobre os subúrbios, com iniciativas desarticuladas entre si e muitas vezes vinculadas aos recém empreendimentos imobiliários locais: os loteamentos.

Como dito, a determinação para que novas e velhas construções fossem alinhadas de acordo com os critérios do agrimensor municipal passou a definir o próprio traçado das ruas, não necessariamente retilíneos. Porém, se ruas retas não foram uma constante, certamente foram majoritárias nos traçados elaborados desde então, desafiando, inclusive, a natureza topográfica dos sítios. O próprio plano urbanístico encomendado por Vergniaud Wanderley ao arquiteto Georges Munier deveria prever o seu desenvolvimento “esquadrificado”, com vias em ângulo reto. Áreas novas e frutos de loteamento, como a região do bairro da Prata, surgiram com certo rigor na marcação de ruas retas, largas e perpendiculares, com a formação de quadriculas uniformes, contrastando com a trama antiga do centro da cidade (mapa CG 1943). Esses traçados regulares foram resultados das recentes exigências da Prefeitura, que passou a solicitar para as áreas a serem loteadas projetos elaborados por técnicos especializados. “Em assim sendo, não se tem mais a liberdade de desviar-se do alinhamento, como em tempos passados, pratica de soluções anti-esteticas, emquanto que, adotando-se o criterio de, aloteamento previo, como nas grandes cidades, defende-se a parte estética, como a higienica<sup>200</sup>”.

O loteamento de São José, por exemplo, com mais de 1.000 terrenos à venda, teve “planta organizada pelo engenheiro civil dr. Lourival de Andrade” (LOTES..., 1937), que

---

<sup>198</sup> Relatório da administração Vergniaud Wanderley apresentado à Câmara Municipal de Campina Grande. Referente ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1936. Disponível no Arquivo Público Municipal de Campina Grande.

<sup>199</sup> Com isso, avenidas como a Presidente Getúlio Vargas e a João da Mata, ruas como a Desembargador Trindade, a Maciel Pinheiro e a [praça] Epitácio Pessoa passaram a ostentar “um aspécto tão diverso do que apresentavam um ano antes que dificilmente o visitante poderá identificá-la [sic]” (ADMINISTRAÇÃO..., 1941).

<sup>200</sup> Relatório da administração Vergniaud Wanderley apresentado à Câmara Municipal de Campina Grande. Referente ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1936. Disponível no Arquivo Público Municipal de Campina Grande.

também foi Diretor de Obras do município em alguns dos períodos da nossa pesquisa. Esse empreendimento recebeu uma série de infra-estruturas financiadas pelo poder público, principalmente viárias. O seu anúncio fazia questão de lembrar as qualidades da sua localização, contígua ao “Hospital Pedro I, com frente para a rua São José, Avenida Almeida Barreto e varias outras ruas e avenidas recém abertas, situados num dos suburbios mais salubres e pittorescos da cidade [...]”. “[Com] LUZ ELECTRICA, e, proximamente TELEPHONES, AGUA E ESGOTO” (LOTES..., 1937). Aqui, ao contrário do que ainda acontecia no começo do século XX em Campina Grande, a terra urbana loteada, transformada em mercadoria de valor, precedia à construção e à necessidade imediata de ocupação, virou objeto de especulação imobiliária e fez parte de uma política de urbanização de caráter expansionista, tocada pela abertura de ruas que estimulavam o uso extensivo do solo.

Nos espaços de ocupação já consolidada, a busca pela rua reta levou os proprietários das edificações a reconstruírem suas fachadas dentro dos novos alinhamentos estabelecidos. Nesse sentido, uma das ações mais enérgicas da segunda metade dos anos 1930, que redefiniu seu traçado, suas construções e, conseqüentemente, sua paisagem, foi a determinação para a retificação da rua Floriano Peixoto, em 1936, no primeiro governo do prefeito Vergniaud Wanderley. Os antigos largos da Matriz e do Comércio Velho eram considerados os principais logradouros da cidade e constituíam “um verdadeiro mostrengo ao embelezamento e alinhamento que os preceitos do Urbanismo impõe”<sup>201</sup> (imagem 59). A retificação do traçado viário no segundo lustro dos 1930, promovida não só pelo governo de Vergniaud Wanderley, mas também pelo de Bento Figueiredo, também objetivou resolver uma questão técnica: preparar o tecido urbano para a fácil instalação e o eficiente funcionamento das redes de abastecimento de água e coleta dos esgotos. Sobre as ações de alinhamento realizadas pela Prefeitura de Campina Grande no decorrer dos anos 1930, José Arruda assinou o seguinte comentário no jornal *A Voz da Borborema* de julho de 1940:

Até bem pouco construia-se sem plano preconcebido e arbitrariamente. Sem alinhamento. Onde quer que se quizesse. Não havia fiscalização nesse particular. A prefeitura não tomava conhecimento das construções particulares. Daí o zigue-zague que é hoje Campina Grande. De nenhum lugar se imana por completo uma rua qualquer. São todas enviesadas e ladeirasas. Culpa do princípio. Hoje está havendo nesse particular o melhor de bôa vontade. Antes porem, nunca o houve. Mas no estado em que se encontra agora a cidade, não será mais obra para dez ou vinte anos somente a sua reconstrução dentro dos traçados que lhe convem. Os ultimos dos nossos prefeitos teem procurado remediar as coisas para, desapropriando, indenizando e reconstruindo, ir aos poucos corrigindo os erros anteriores (ARRUDA, 1940).

---

<sup>201</sup> Projeto de resolução concedendo autorização ao Prefeito Municipal de Campina Grande para desapropriações na rua Floriano Peixoto, 13 mar. 1936. Disponível no Arquivo Público Municipal de Campina Grande.

Aliada aos serviços de alinhamento de vias, de correção dos “erros anteriores” e da conquista dos “traçados que lhe convem”, os governantes municipais que se sucederam no cargo nesse momento deram continuidade às obras de pavimentação, drenagem, nivelamento e arborização de ruas e praças da cidade, iniciadas desde os anos 1920. Porém, se esses serviços melhoraram as condições de salubridade, o tráfego urbano e mudaram a paisagem; se guiaram a configuração das novas ruas surgidas sobre os subúrbios, eles ainda não tinham redefinido significativamente a antiga trama viária da cidade, constituída em boa parte no século XIX, ainda de acordo com os procedimentos coloniais de conformação urbana. Esse foi um processo só intensificado nos anos 1940.

Embora não esgotadas nessa década, as ações justificadas pelos ideais de circulação e embelezamento tocadas ao longo dos 1940 alargaram e prolongaram ruas, rasgaram avenida em áreas densamente edificadas, interligaram regiões outrora incomunicáveis por via direta, ampliaram praças, reconstruíram quadras inteiras. Valendo-se de um modelo de intervenção urbana geralmente associado às reformas de Pereira Passos, no Rio de Janeiro, as gestões dos prefeitos Elpídio de Almeida (1947-1951) e, principalmente, Vergniaud Wanderley (1940-1945) se empenharam na construção de uma imagem de cidade moderna para Campina Grande, imagem esta captada pelos letrados campinenses em suas andanças e períodos de estudo nas grandes capitais do país e também difundida por jornais e revistas locais, os quais constantemente publicavam reportagens sobre as últimas reformas realizadas em cidades como Recife, Natal, Rio de Janeiro e, evidentemente, João Pessoa<sup>202</sup>.

O desejo de parte da sociedade em se anexar a um modelo de modernidade, nem que fosse apenas através dos seus símbolos, em criar uma aparência de cidade civilizada, que espelhasse o seu propalado progresso e que servisse de meio para dinamizar a sua economia, era algo latente nas falas da época. O cronista Cristino Pimentel, escrevendo sobre as empreitadas do prefeito Vergniaud Wanderley, traduziu como ninguém esse espírito: “Temos fama de que somos uma gente civilizada. Não o somos; mas, mesmo assim, devemos mostrar que não vivemos longe da civilização” (PIMENTEL, 2001, p.27).

Assim, com os problemas básicos de saneamento urbano resolvidos e com o abastecimento de água assegurado, pelo menos em parte, boa parcela dos recursos governamentais da década de 1940 se voltou para intervenções mais enérgicas sobre o sistema viário da cidade e para a construção de grandes edifícios públicos nos eixos de

---

<sup>202</sup> Para os debates na imprensa paraibana sobre as obras de melhoramento urbano realizadas nas gestões dos prefeitos cariocas Pereira Passos, Prado Junior e Henrique Dodsworth, ver jornal *A União* dos dias 30 jul. 1935 e 3 mar. 1939. Para os melhoramentos na capital pernambucana, ver o jornal *A União* do dia 15 abr. 1936 e matéria na revista *Manáira* de fev-mar. 1944.



Trecho de Campina Grande, vendo-se a Cadeia Velha, predio da Empresa de Luz, Igreja do Rosario



59. Acima, construções, calçadas e leito da via desalinhados nos largos da Matriz e do Comércio Velho, 1918. Abaixo, calçadas, meio-fio e leito da via já alinhados na agora denominada rua Floriano Peixoto, década de 1930. As demolições e reconstruções flagradas mostram o início dos trabalhos de alinhamento das construções. **Fonte:** MHCG. Arquivo Humberto Nóbrega - Unipê (Acervo pessoal Francisco Sales Trajano Filho).

circulação criados, principalmente nas zonas centrais da cidade. Com as obras infra-estruturais de saneamento e abastecimento de água, também estavam lançadas as bases e as garantias para a viabilidade e o sucesso dos investimentos privados no município, incluindo os imobiliários.

Dessa forma, beneficiando-se do autoritarismo do Estado Novo, com a dissolução do legislativo municipal e com o respaldo do interventor Rui Carneiro, o prefeito Vergniaud Wanderley executou grande parte das obras mais polêmicas de todo o nosso período de estudo, o que lhe conferiu o título, outorgado por alguns contemporâneos e retomado por recapitulações históricas, de o “Pereira Passos” de Campina Grande. Na verdade, títulos como esse passaram a ser atribuídos a todos os gestores municipais brasileiros, das primeiras décadas dos noventa, que adotaram o bota-abaixo, a política do arrasa quarteirão, como procedimento de intervenção em suas cidades, principalmente para a abertura de avenidas e para desocupação de terrenos para o surgimento de novos edifícios em áreas densamente construídas. Isso não significou, necessariamente, uma aproximação estrita das reformas urbanas realizadas no Rio de Janeiro com as desenvolvidas em outras cidades do país<sup>203</sup>.

Com mais tempo no poder nos anos 1940, Vergniaud Wanderley conseguiu executar novos planos para a cidade e dar continuidade a muitas ações pensadas e iniciadas em administrações passadas, como a de Bento Figueiredo<sup>204</sup>. Como fizera em 1936, as suas maiores investidas se voltaram para a rua Floriano Peixoto. O jornal *A União* noticiou que “no tocante ao plano de remodelação da cidade de Campina Grande, a avenida Floriano Peixoto vinha sendo a principal preocupação do prefeito campinense” (OPERA-SE..., 1942). Juntamente com a interventoria estadual, a municipalidade desapropriou dezenas de edificações para o seu prolongamento e para que aí fossem construídos edifícios públicos. A política do arrasa quarteirão foi utilizada para rasgá-la nos sentidos nordeste e, majoritariamente, sudoeste. No caminho, demoliu dezenas de construções, inclusive a oitocentista Igreja do Rosário. Seu largo foi desarticulado e unido ao que fora os largos da Matriz e do Comércio Velho. Com a construção de nova sede para a Prefeitura, o antigo Paço Municipal também foi abaixo, abrindo espaço para uma praça ao lado da Igreja Matriz, às margens da recém avenida aberta. Esse foi o conjunto de medidas mais emblemático visando o esquecimento da morfologia urbana do passado e a imposição

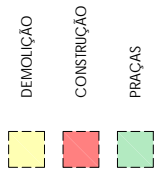
---

<sup>203</sup> No Rio de Janeiro, a sua condição de capital do Brasil e a escala e a especificidade dos seus problemas deram outra dimensão às empreitadas que redefiniram as paisagens e os usos de alguns dos seus principais espaços no começo do século XX. Assim como alguns pesquisadores apontam que a Capital Federal adaptou o modelo da Paris de Haussmann “à sua realidade, transformando-o numa forma particular de intervir em seus próprios espaços”, logo em seguida essa forma adaptada difundiu-se pelo país, servindo de referência e incentivado outras cidades a realizarem suas reformas urbanas de acordo com suas peculiaridades (PINHEIRO, 2002, p.26), como foi o caso de Campina Grande. Para as reformas urbanas realizadas no começo do século passado no Rio de Janeiro, ver Pinheiro (2002), Leme (1999), Del Brenna (1985), Marins (1998) e Carvalho (2005).

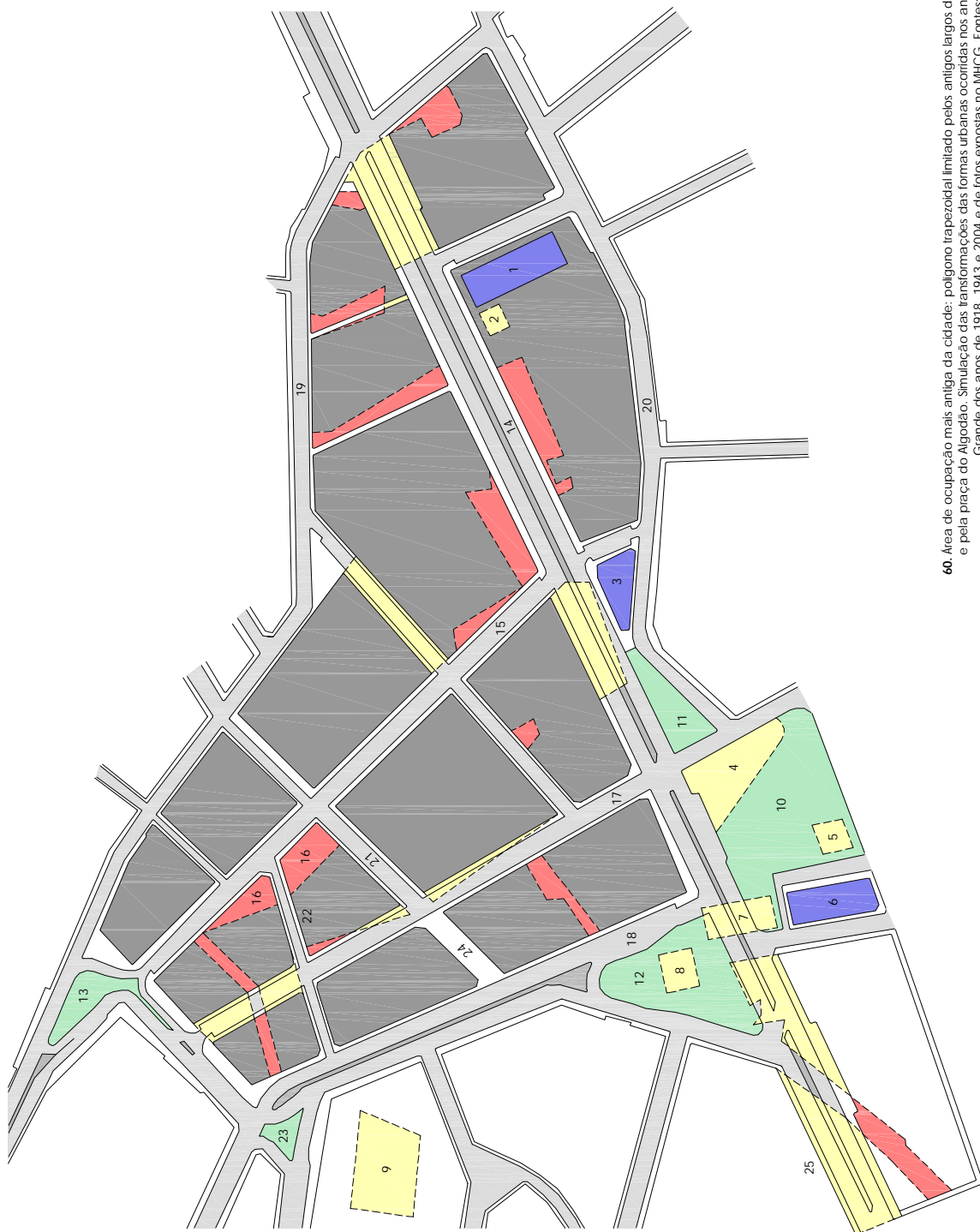
<sup>204</sup> Como foi o caso da própria abertura da avenida Floriano Peixoto, das obras do Matadouro Público e da construção do Fórum da Justiça e do novo prédio da Prefeitura Municipal. Sobre o assunto, ver jornal *Voz da Borborema* de 7 dez. 1938.

# CAMPINA GRANDE

## LEGENDA



- 1 IGREJA MATRIZ
- 2 PAÇO MUNICIPAL
- 3 GRANDE HOTEL
- 4 EMPRESA DE LUZ
- 5 CADEIA NOVA
- 6 CINE CAPITOLIO
- 7 IGREJA DO ROSÁRIO
- 8 EDIFÍCIO CORREIOS E TELEGRAFOS (1933)
- 9 CEMITERIO DAS BONINHAS
- 10 PRAÇA CLEMENTINO PROCOPIO
- 11 LARGO DA LUZ
- 12 PRAÇA DA BANDEIRA
- 13 (ANTIGO LARGO DO ROSÁRIO)
- 14 PRAÇA TENENTE ALFREDO DAMIAS
- 15 (ANTIGA PRAÇA 7 DE SETEMBRO)
- 16 AV. FLORIANO PEIXOTO
- 17 RUA MACIEL PINHEIRO
- 18 ANTIGA PRAÇA EPITACIO PESSOA
- 19 RUA VEENA NICIO NEIVA
- 20 RUA MARQUÊS DO HERVAL
- 21 RUA PEREGRINO DE CARVALHO
- 22 RUA AFONSO CAMPOS
- 23 RUA CARDOSO VIEIRA
- 24 RUA MONSENHOR SALES
- 25 PRAÇA JOÃO RIQUE
- 26 ATUAL CALÇADÃO DA CARDOSO VIERA
- 27 PROLONGAMENTO DA AV. FLORIANO PEIXOTO OCORRIDO FORA DO NOSSO PERÍODO DE ESTUDO



60. Área de ocupação mais antiga da cidade: polígono trapezoidal limitado pelos antigos largos da Matriz, do Comércio Velho, do Rosário, do Comércio Novo e pela praça do Algodão. Simulação das transformações das formas urbanas ocorridas nos anos 1930 e 1940. Desenhado a partir dos mapas de Campina Grande dos anos de 1918, 1943 e 2004 e de fotos expostas no WHCG. Fontes: MHCG. Serviço Geográfico do Exército do Brasil, SEPLAN-CG.



de formas que adaptassem a cidade às consideradas necessidades e imagens dos tempos modernos<sup>205</sup> (imagem 60).

Tratava-se “evidentemente de uma das maiores transformações jamais empreendidas pela municipalidade campinense” (ADMINISTRAÇÃO..., 1941). Transformada em avenida, ou no chamado bulevar, com faixas largas para o tráfego de automóveis, calçadas, canteiro central, árvores e postes de iluminação elétrica dispostos ritmicamente em rigoroso alinhamento retilíneo, seguindo a sua nova conformação, a Floriano Peixoto representou um corte no tecido urbano oitocentista, proporcionando a rápida travessia pelo núcleo antigo da cidade e a sua ligação com as recentes áreas de expansão. Com o passar do tempo, ela foi prolongada em prol do crescimento citadino e, até hoje, mantém o posto de principal eixo viário de Campina Grande, ligando-a integralmente nos sentidos nordeste e sudoeste.

Embora com ações de menores vulto e impacto do que essa, a administração de Vergniaud Wanderley seguiu demolindo construções para retificar, prolongar e alargar ruas, em maior medida na região central. Câmara (1947, p.161) aponta que, durante o seu governo, foram desapropriadas 167 casas para “prolongamento das ruas Floriano Peixoto, Venâncio Neiva e João Lourenço Porto e para alargamento das Paulo de Frontim [às margens do Açude Velho], Cardoso Vieira e Maciel Pinheiro”. Pedro Egito, em comentário no jornal local *O Veneno* de 28 de dezembro de 1944, disse que “se em cada casa que o prefeito derribasse [sic] fosse colocada uma cruz, Campina Grande já teria virado cemitério”. A ânsia por formas que privilegiassem a rápida circulação e que eliminassem os espaços de permanência não admitiu nem as inflexões como as que conformavam a praça Epiácio Pessoa (antigo largo do Comércio Novo) ao final da rua Maciel Pinheiro. Sua área foi parcelada em lotes para a construção de edifícios nesta e na rua Monsenhor Sales, deixando-as rigidamente retilíneas e esquadrejadas entre si (imagem 60). Não só as formas, mas suas denominações também foram alteradas. Em 1947, Alice Ribeiro Lima, “proprietária da casa nº.203 da rua Monsenhor Sales, anteriormente rua Maciel Pinheiro nº.169”, requereu licença para “construir um prédio de 1º andar no local referido”<sup>206</sup>.

O mesmo espírito de demolições para a implementação de obras viárias foi retomado pelo prefeito Elpídio de Almeida, cuja administração deu continuidade a diversas propostas decantadas e não realizadas em anos anteriores por Vergniaud Wanderley. Não mais no regime do Estado Novo, as desapropriações tiveram que ser autorizadas pela Câmara Municipal de Campina Grande, a qual aprovou diversos projetos de lei para a desapropriação de prédio e terrenos para a execução de medidas de prolongamento,

---

<sup>205</sup> Sobre os conflitos gerados com as desapropriações e as demolições para a viabilização das ações reformistas em Campina Grande, ver a pesquisa de Sousa (2001), principalmente o capítulo 4.

<sup>206</sup> Solicitação de licença para construção de prédio. Rua Monsenhor Sales. Propriedade de Alice Ribeiro Lima. 1947 (APMCG).

retificação e alargamento de vias na região central e nos subúrbios<sup>207</sup>. Como encontramos em um desses projetos sancionados, “o prolongamento de avenidas e ruas são medidas que trazem o aformoseamento da cidade, bem assim, facilidade de tráfego”<sup>208</sup>. Portanto, “a desapropriação de terrenos e casas destinadas ao prolongamento de ruas, constitui uma medida de caráter administrativo relacionada ao melhoramento urbanístico da cidade”<sup>209</sup>.

No tocante à região central e proximidades, as investidas de Elpídio de Almeida agiram sobre áreas tradicionais do tecido urbano campinense, com ações de retificação e prolongamento de vias que atingiram áreas da avenida Floriano Peixoto e de ruas como Venâncio Neiva, Cardoso Viera, Peregrino de Carvalho, João Pessoa, Marquês do Herval e Maciel Pinheiro<sup>210</sup>. O antigo prédio da empresa de luz foi abaixo, cedendo espaço para a ampliação da praça Clementino Procópio (imagens 44 e 61). Com a construção do novo edifício dos Correios pelo Governo Federal, inaugurado em 1950, Almeida concretizou um plano remanescente da administração de Wanderley: demoliu o antigo prédio dos Correios (de 1933). Como ele mesmo afirmou, sua presença criava “obstáculos ao tráfego” e impedia “o aproveitamento urbanístico daquela área da cidade” (ALMEIDA, 1950). Seu espaço deu lugar a ajustes no sistema viário e à atual praça da Bandeira (imagem 62)<sup>211</sup>.

Nesse contexto reformista, as praças ficaram subordinadas às redes de circulação. Perderam a antiga condição dos largos como ambientes fechados em si, delimitados pelas construções. Ganharam o status de áreas verdes e abertas, viraram lugares para a inserção da natureza no urbano, com o intuito de descongestionar e higienizar a cidade. A criação de áreas verdes e abertas também tinha como objetivo estimular o desenvolvimento saudável das atividades físicas e recreativas, com o incentivo à prática dos recentes esportes modernos ao ar livre<sup>212</sup>. O Treze Foot-ball Club, quando do pedido de licença para a construção do seu estádio, lembrou que o seu objetivo principal era proporcionar toda espécie de esportes ao ar livre. Fazendo coro com as campanhas sanitaristas de caráter nacionalista da época<sup>213</sup>, considerava que “a cultura física constitui meio higienico recomendado para o desenvolvimento de um povo”<sup>214</sup>. Como defendeu Bento Figueiredo, a nova necessidade do município “são os logradouros públicos, como sejam, a construção de praças, jardins, arborização e Parques Infantis destinados á educação física e recreio” (FIGUEIREDO, 1939, p.12-15).

---

<sup>207</sup> No arquivo da Câmara Municipal de Campina Grande, localizamos mais de 15 projetos de lei desse tipo referentes aos anos de 1947 e 1948.

<sup>208</sup> Projeto de Lei S/N. Aprovado no dia 29 de dezembro de 1948.

<sup>209</sup> Projeto de Lei S/N. Aprovado no dia 18 de dezembro de 1947.

<sup>210</sup> Para o detalhamento das ruas atingidas, ver os projetos de lei aprovados pela Câmara Municipal de Campina Grande nos anos de 1947 e 1948, disponíveis no arquivo da instituição.

<sup>211</sup> Já em 1942, Vergniaud Wanderley comentou na matéria do jornal *A União*, de 2 de fevereiro, que pretendia “demolir o edifício dos Correios e Telégrafos com a conseqüente edificação de um novo prédio para aquela repartição federal”.

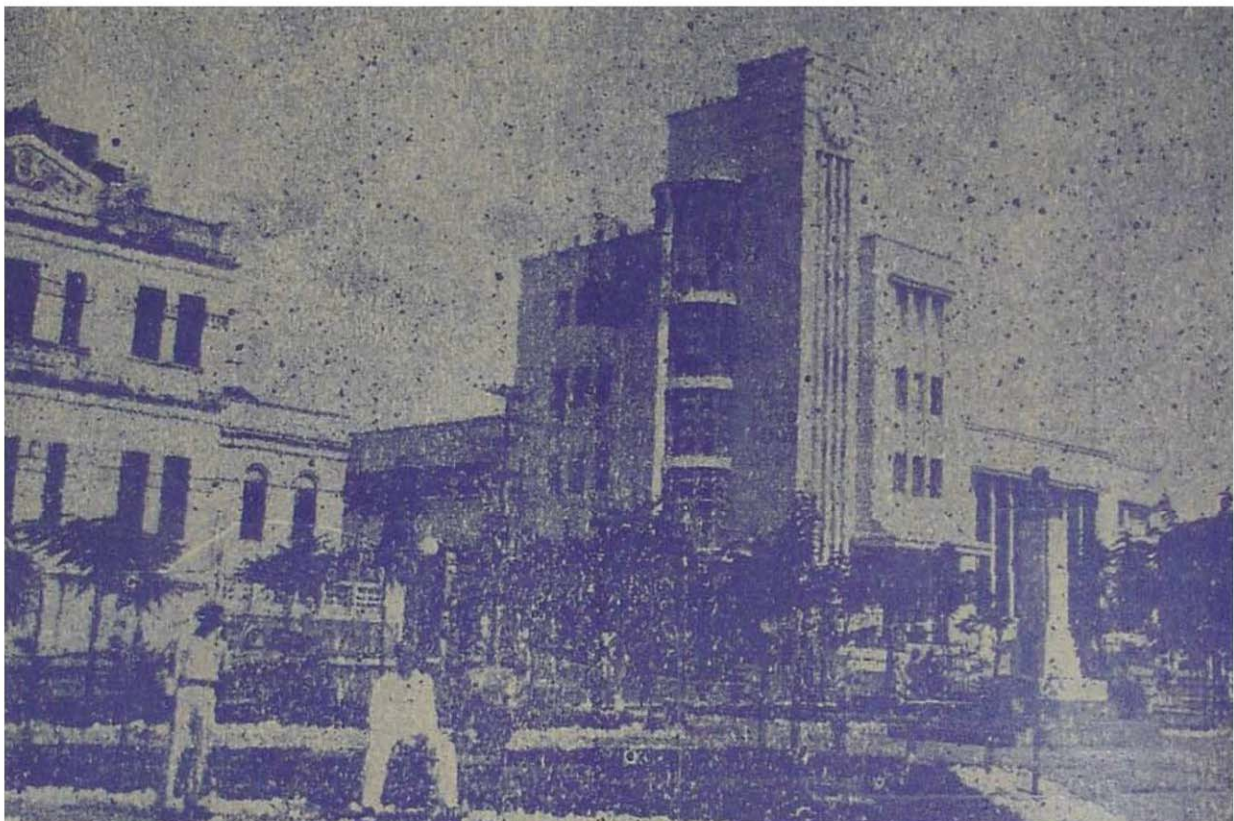
<sup>212</sup> Sobre a emergência dos esportes modernos na então Capital Federal no começo do século XX, ver Sevckenko (1998b).

<sup>213</sup> Sobre os vínculos entre as campanhas sanitaristas e o espírito nacionalista do Brasil da primeira metade do século XX, ver Hocman (1998). Como vimos no capítulo 2, esse debate também teve suas ressonâncias na Paraíba dos anos 1930.

<sup>214</sup> Pedido de licença para a construção do “Stadium Presedente [sic] Vargas”. Propriedade do Treze Foot-Ball Club. 1939.



**61.** A demolição da Igreja do Rosário, de prédios isolados e de quadras inteiras abriu espaço para a avenida Floriano Peixoto, novo eixo viário da cidade modernizada. No seu decorrer, residências “elegantes”, prédios públicos, praças “aformoseadas”, postes e árvores ritmicamente dispostos compuseram o cenário que agora privilegiava a circulação e as perspectivas lineares da via. Início dos anos 1950. **1.** Praça Clementino Procópio **2.** Cine Capitólio **3.** Local da antiga Igreja do Rosário, antes da demolição **4.** Praça da Bandeira **5.** Novo edifício dos Correios e Telégrafos **6.** Rua Venâncio Neiva. **Fonte:** MHCG.



**62.** Novo edifício dos Correios e Telégrafos: “Campina Grande moderniza-se [...]. A nossa terra ganhou mais um bonito edifício, seguindo o seu acelerado ritmo de modernização urbanística”. **Fonte:** Revista *Manáira*, Nº. 65, dez. 1950.

Com todas essas intervenções, o antigo tecido urbano de Campina Grande chegou com outra configuração à década de 1950. Se antes os espaços públicos eram estruturados a partir de formas que privilegiavam a permanência das pessoas nesses lugares, como os largos e as ruas de perspectivas limitadas que proporcionavam os encontros e abrigavam as festas, as feiras e as manifestações populares, agora esses espaços organizavam-se a partir das necessidades de circulação dos transportes mecânicos, tal como exigiam os pressupostos de um modelo de urbanismo que priorizava a velocidade dos fluxos e a funcionalização do território citadino.

O desenvolvimento de atividades de lazer em espaços fechados (em clubes, cinemas, cabarés), a proibição do uso da rua como lugar para o entretenimento (como as cavalhadas, as lapinhas e as partidas de futebol realizadas nos leitos das principais ruas do centro) e a transferência da feira da rua Maciel Pinheiro e proximidades para o Mercado Público construído pela municipalidade procuraram descongestionar os espaços públicos, liberando o sistema viário para o trânsito fluido de pessoas e veículos. A obrigatoriedade de alinhamento para as construções desencontradas, a destruição de tudo o que representasse obstáculo para os planos de fluxo traçados, a clara eliminação de recantos que pudessem reunir pessoas e atrapalhar o trânsito, a construção de calçadas para a separação de pessoas e automóveis e a adoção predominante da objetividade da rua reta foram ações adotadas nesse sentido.

Seguindo o pensamento de Sitte, a predominância da circulação em detrimento das dimensões artísticas e humanas do espaço destituiu as relações antes estabelecidas entre os antigos largos campinenses e as construções que os conformavam. Transformados em ruas ou avenidas com perspectivas sem fim para o horizonte, como bem descreveu Homero Silva no começo desse capítulo, esses espaços perderam sua finitude visual e a capacidade para o acolhimento humano. A Igreja Matriz, por exemplo, perdeu sua soberania visual para as redes de circulação, ficou diluída entre os novos e altos edifícios e a infinitude da via. Infinitude, aliás, acentuada pela disposição rítmica e rigidamente linear de árvores, postes e demais elementos ao longo de toda a extensão da avenida Floriano Peixoto. Com isso, as pessoas passaram a não mais parar de frente à igreja, mas a circular. E nesse gesto, principalmente quando feito de carro, não raro ela ficou despercebida para um desatento. Eram reflexos, no ambiente construído, de um Estado que se tornou laico desde a República.

Em seu livro de 1947, ainda em meio ao processo, Epaminondas Câmara criticou a postura do poder público municipal na condução do desenvolvimento urbano de Campina Grande e lamentou, já naquela época, a perda das referências históricas da cidade antiga. O historiador disse que

Se, naquele tempo [da instalação da ferrovia], tivesse a municipalidade procurado instalar o comércio nas imediações da 'Great Western', posto que era um sítio distante da cidade, e trabalhando no sentido de que

as novas construções se estendessem por longas avenidas através das lindas planícies do bairro de Ligeiro, hoje Campina teria uma feição muito mais moderna, a prefeitura não teria investido somas fabulosas em terraplenagens e desapropriações [...]. A cidade antiga seria mantida como tradição, como relíquia [...] (CÂMARA, 1947, p.51).

As investidas na malha viária de Campina Grande, principalmente após a conclusão dos serviços de saneamento, visaram não apenas atender às novas demandas de trânsito reclamadas pelo adensamento citadino, pela diversificação das atividades econômicas e pelo surgimento dos transportes mecânicos. Ao rasgar avenidas, construir praças, abrir, reticular e alargar ruas, tais ações também funcionaram como ferramentas para a distinção e a valorização da região central e dos subúrbios mais ricos, beneficiados com a promoção de boa infra-estrutura viária e sanitária e com a abertura de glebas de terreno através da eliminação de muitos dos seus antigos e simples edifícios. Como afirmavam os documentos da época, as desapropriações eram medidas “de caráter administrativo relacionada[s] ao melhoramento urbanístico da cidade”<sup>215</sup> pois facilitariam o trânsito e proporcionariam “o enriquecimento da urbs com construção de novos prédios e, conseqüentemente seu embelezamento”<sup>216</sup>. Caminhado junto com tais interesses, o preenchimento da malha urbana campinense surgida com esse conjunto de intervenções foi guiado por justificativas estéticas, de “bom gosto arquitetônico”, respaldadas por legislações locais e controladas cotidianamente pelos funcionários da Diretoria de Obras do município.

### **A estética das construções definindo a cidade**

O prefeito Vergniaud incentivou a construção de sobrados nas ruas comerciais da cidade, e todo o seu esforço, de modo particular, derivou-se para a “carioquização” da urbs, não obstante os embaraços a que teve que enfrentar, oriundos das próprias condições ambientes e da incompreensão do povo. A partir de 1942, porém, a população coadjuvou-se no que foi possível e a cidade realizou o milagre de uma brusca transformação arquitetônica (CÂMARA, 1947, p.158).

Um dos aspectos mais surpreendentes quando estudamos as reformas urbanas realizadas na Paris de Haussmann, no Rio de Janeiro de Pereira Passos, no Vale do Anhangabaú em São Paulo ou no Bairro do Recife da capital pernambucana é a brusca transformação da paisagem das áreas atingidas causada pela reconstrução dos seus edifícios. Vinculadas a um plano maior de reforma urbana, que incluía obras infra-estruturais de saneamento e abertura de vias, por exemplo, esse processo de reconstrução foi incentivado e tocado de maneira quase sempre autoritária pelo poder público, objetivando destruir as marcas e os símbolos das cidades coloniais e medievais (no caso das cidades européias) para, no mesmo lugar, erigir uma outra cidade de marcas e símbolos considerados modernos, que pudessem refletir os valores e os interesses da burguesia dominante. Antigas e simples construções foram colocadas abaixo. Abriram espaço para outra escala de edifício, de

---

<sup>215</sup> Projeto de Lei aprovado pela Câmara Municipal de Campina Grande em 18 dez. 1947.

<sup>216</sup> Projeto de Lei aprovado pela Câmara Municipal de Campina Grande em 18 jun. 1948.

diversos pavimentos, com usos e ocupantes selecionados e com padrões construtivos e estéticas arquitetônicas controlados. Com as restrições de uso e a multiplicação do aproveitamento do solo em áreas valorizadas pelas obras de infra-estrutura, o capital imobiliário saiu beneficiado.

Coube a essa arquitetura controlada traduzir, no ambiente construído e para o espaço público, parte do espírito da época. Em Paris, Haussmann exerceu rígida censura sobre as fachadas erguidas ao longo das ruas atingidas por suas intervenções, em busca de uma estética que privilegiasse o efeito arquitetônico a partir dos eixos viários abertos. "Indicando a homologação dos elementos construtivos – balcões, molduras, cornijas – como norma indispensável a ser somada ao simples controle dimensional de altura e cubagem dos edifícios", Haussmann criou corredores de fachadas uniformes ao longo dos bulevares constituídos (PINHEIRO, 2002, p.78), enfatizando a horizontalidade e as perspectivas lineares da via<sup>217</sup>. No Rio de Janeiro, a estética dos edifícios surgidos com a abertura da Avenida Central foi definida com a realização de um concurso de fachadas promovido pela prefeitura da cidade. A regulamentação para as reconstruções determinou que os novos edifícios seguissem o caminho do ecletismo e obedecessem a uma padronização para as fachadas (de no mínimo de 3 pavimentos e testadas pré-determinadas) (SIMÕES JUNIOR, 2007)<sup>218</sup>. Nos melhoramentos empreendidos na região do Anhangabaú no começo do século passado, em São Paulo, o gabarito de altura das reconstruções e os seus quesitos estéticos foram estabelecidos por decretos, almejando incentivar a verticalização da área e homogeneizar a estética das novas fachadas erguidas (SIMÕES JUNIOR, 1999, p.213)<sup>219</sup>.

Medidas assim foram adotadas em vários municípios brasileiros que realizaram suas reformas urbanas na primeira metade dos novecentos, sempre tocadas pelos lemas do higienizar, circular e embelezar. Com as suas especificidades, as ações reformistas dos anos 1930 e 1940 que se esforçaram para modernizar a cidade de Campina Grande se muniram de ferramentas similares para promoverem a renovação do conjunto arquitetônico da sua região central e o controle dos novos edifícios surgidos nos recentes subúrbios ricos. Sempre justificadas como medidas em prol do embelezamento urbano, os decretos publicados nessas duas décadas pretendiam homogeneizar as vizinhanças nas áreas abastadas de expansão da cidade e livrar o seu centro das construções antigas, simples e térreas, das habitações que ainda conservavam a alcova como espaço para o descanso do corpo, enfim, de uma série de signos materiais fortemente presentes no cotidiano da cidade que foram associados a uma condição de atraso, de feiúra, de distância do mundo industrial civilizado. A intenção era verticalizar algumas das

---

<sup>217</sup> Ainda sobre as normas construtivas impostas por Haussmann, ver Benévolo (2005, p.595) e Guerrand (1991, p.326).

<sup>218</sup> Ainda de acordo com Simões Junior (2007), a instituição de concursos desse tipo seguia "a tradição inaugurada por Mansard para a Place Vendôme em Paris, na época de Luis XIV, onde a fachada ganhava autonomia em relação ao restante do projeto".

<sup>219</sup> Sobre o assunto, ver também Simões Junior (2004).

principais ruas do centro (multiplicando o aproveitamento do solo na região que tinha recebido os maiores investimentos em infra-estrutura) e horizontalizar os subúrbios, consolidando o primeiro como espaço de comércio e serviço (maior densidade) e o segundo como área estritamente residencial (menor densidade), estimulando o setor imobiliário e separando classes sociais e as atividades de trabalho e habitação ainda misturadas em ruas como a Maciel Pinheiro e a João Pessoa.

A primeira construção de que temos notícia que tentou se adequar a um padrão estético definido pela municipalidade foi de 1932. Sem entrar em maiores detalhes e sem apresentar projeto, o proprietário do prédio Nº.187 da então rua Floriano Peixoto solicitou licença para executar reformas internas e externas “afim de ficar a fachada obedecendo a estética exigida pela Prefeitura”<sup>220</sup>. Já o primeiro decreto localizado em nossa pesquisa que procurou incentivar a construção de edificações que embelesassem o espaço urbano foi de 1934, na gestão do prefeito Antônio Pereira Diniz. O dono de uma construção localizada na praça Epitácio Pessoa requereu a isenção do imposto da décima urbana por cinco anos, “favor que se traduz como relevante incentivo da atual administração ao embelesamento da cidade, já caracterizado na disposição do art. 25 da lei orçamentária vigente que baixou com o decreto nº. 49, de 28 de dezembro de 1934”<sup>221</sup>. Mencionando o mesmo decreto e quase o mesmo texto, Luiz Soares<sup>222</sup>, desejando construir prédio de dois pavimentos na rua Marquês do Herval, requereu “a essa Prefeitura isenção do Imposto Predial por cinco anos, favor que se traduz como relevante incentivo da atual administração ao embelesamento da cidade”<sup>223</sup>. Várias petições assumiram esse tom. Valendo-se do que dizia o decreto de dezembro de 1934, solicitaram a isenção do dito imposto em face do embelezamento que suas edificações trariam para a cidade<sup>224</sup>. À primeira vista, funcionou como um incentivo e não como uma imposição.

Em janeiro de 1935, pouco tempo depois da publicação do Decreto Nº. 49 e ainda na gestão de Antônio Pereira Diniz, o poder público municipal fez circular o seguinte decreto:

O Prefeito, considerando que Campina Grande apesar de ser uma cidade bastante adiantada, distancia-se, porém, das outras cidades importantes do país, pelo seu aspecto material, pois as construções e reconstruções em suas principais ruas são geralmente feitas de um só pavimento; considerando que o poder Público tem o dever de interessar-se pelo embelezamento da cidade, pois, é ele inquestionavelmente que impressiona os que nos visitam; considerando

---

<sup>220</sup> Solicitação de licença para reformas internas. Rua Floriano Peixoto. Proprietário ilegível. 1932 (APMCG).

<sup>221</sup> Solicitação de isenção de imposto (décima urbana) sobre imóvel. Praça Epitácio Pessoa. Proprietário ilegível. 1935 (APMCG).

<sup>222</sup> É o mesmo Luiz Soares citado no texto que abre esse capítulo. Em anúncio sobre a sua loja, localizada na rua Marquês do Herval, ele se anuncia como atuante no ramo de comissões e representações de algodão e seus derivados, sendo, ainda, “o maior distribuidor, no estado, de arame e anilagem para embalagem de algodão” (VILLAR, 1934).

<sup>223</sup> Solicitação de isenção de imposto (décima urbana) sobre imóvel. Rua Marquês do Herval. Proprietário Luiz Soares. 1935 (APMCG).

<sup>224</sup> A isenção de impostos para estimular a iniciativa privada a construir ou a reconstruir prédios em áreas que se desejava embelezar foi prática comum nas ações reformistas tanto de cidade brasileiras como européias. Em Viena, por exemplo, o governo suspendeu por trinta anos os impostos prediais para quem construísse na Ringstrasse de acordo com os padrões desejados (SCHORSKE, 1988, p.71).

que para isso é preciso obrigar-se que as construções e reconstruções nessas ruas sejam de mais de um pavimento, decreta: Art. 1 – Nas ruas João Pessoa até Major Belmiro Barbosa Ribeiro, Marquês do Herval, Maciel Pinheiro, Monsenhor Sales e Cardoso Vieira e nas Praças João Pessoa, do Rosário e Praça Epitácio Pessoa as construções e reconstruções só serão permitidas de mais de um pavimento<sup>225</sup>.

No texto, estavam presentes todo o preconceito e os valores estéticos atribuídos às antigas edificações térreas de parte da região central. Segundo o decreto, e usando a mesma expressão de Câmara (1947, p.158), Campina Grande devia se “carioquizar”, melhorar seu aspecto material, criar uma imagem de cidade adiantada para impressionar os seus visitantes através da verticalização e do conseqüente embelezamento de suas principais ruas centrais. Fora a rua João Pessoa, o decreto atingia logradouros situados na porção de ocupação mais antiga da cidade. Contudo, ruas como a Venâncio Neiva e a importante Floriano Peixoto ficaram de fora. Os reflexos dessa lei podem ser percebidos nos pedidos de licença para se construir na cidade. Em 1935, já na gestão de Bento Figueiredo, o proprietário de uma casa localizada na rua João Pessoa solicitou autorização à Diretoria de Obras para reformar a sua fachada. O Diretor, o engenheiro Lourival de Andrade<sup>226</sup>, indeferiu o pedido, dizendo que “em virtude do art. 51 não pode se construir [ou reformar] em andar térreo”<sup>227</sup>. Logo em seguida, e sem maiores explicações, o pedido foi deferido.

Como uma transformação desse porte numa cidade não se faz apenas com leis, sem os recursos e a ação incisiva do poder público e sem a participação e a disponibilidade de investimento da iniciativa privada, em um município com restrições orçamentárias, o decreto não foi prontamente cumprido. Com poucas exceções, diversas petições para construção e reforma de prédios térreos em ruas citadas pelo Decreto Nº.51 foram aprovadas ao longo da segunda metade dos 1930, demonstrando como os agentes públicos não colocaram a verticalização do centro como prioridade naquele momento. Entre 1935 e 1940, só localizamos 29 projetos de sobrados para serem erguidos em várias partes da cidade, de maneira dispersa. Apesar das ações pontuais no sistema viário e de aformoseamento de logradouros públicos, os gestores municipais que se revezaram no poder após a saída do prefeito Antônio Pereira Diniz estavam preocupados e voltados para o planejamento e a execução de obras infra-estruturais mais amplas e urgentes para Campina Grande, que, inclusive, inserissem a reconstrução dos prédios da região central como parte desse planejamento, como os serviços de saneamento e,

---

<sup>225</sup> Decreto Nº. 51 de janeiro de 1935, provavelmente publicado no jornal local *O Rebate*. Arquivo pessoal do Prof. Dr. Fábio Gutemberg Sousa. Enquanto essa lei de 1935, da gestão do prefeito Antônio Pereira Diniz, estimulava a verticalização de algumas ruas da região central, o Decreto-Lei Nº. 9, de 19 de setembro de 1940, expedido na administração do prefeito Vergniaud Wanderley, fazia o inverso para as áreas que se desejava que se conformassem como predominantemente residenciais: isentou do imposto predial (a décima urbana) “os prédios construídos na Avenida João da Mata, orçados em importância superior á vinte contos de reis (20:000\$000), pelo espaço de cinco (5) anos e que tiverem um só pavimento”. Solicitação de isenção de imposto (décima urbana) sobre imóvel. Avenida João da Mata. Proprietário Maria do Carmo Moura Leite. 1941 (APMCG).

<sup>226</sup> Lourival de Andrade assumiu o mesmo cargo na gestão do prefeito Vergniaud Wanderley. Sobre o assunto, ver Relatório da administração Vergniaud Wanderley apresentado à Câmara Municipal de Campina Grande. Referente ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1936. Disponível no Arquivo Público Municipal de Campina Grande.

<sup>227</sup> Solicitação de licença para reconstrução fachada. Rua João Pessoa. Proprietário ilegível. 1935 (APMCG).



principalmente, o plano geral de remodelação, extensão e embelezamento do município. Ademais, a construção de sobrados no lugar dos antigos e simples prédios térreos do centro na segunda metade dos 1930, na época de realização das obras de instalação das redes de água e esgoto e de elaboração do plano de urbanização de Nestor de Figueiredo, poderia limitar as propostas e dificultar e encarecer as desapropriações necessárias para colocá-los em prática.

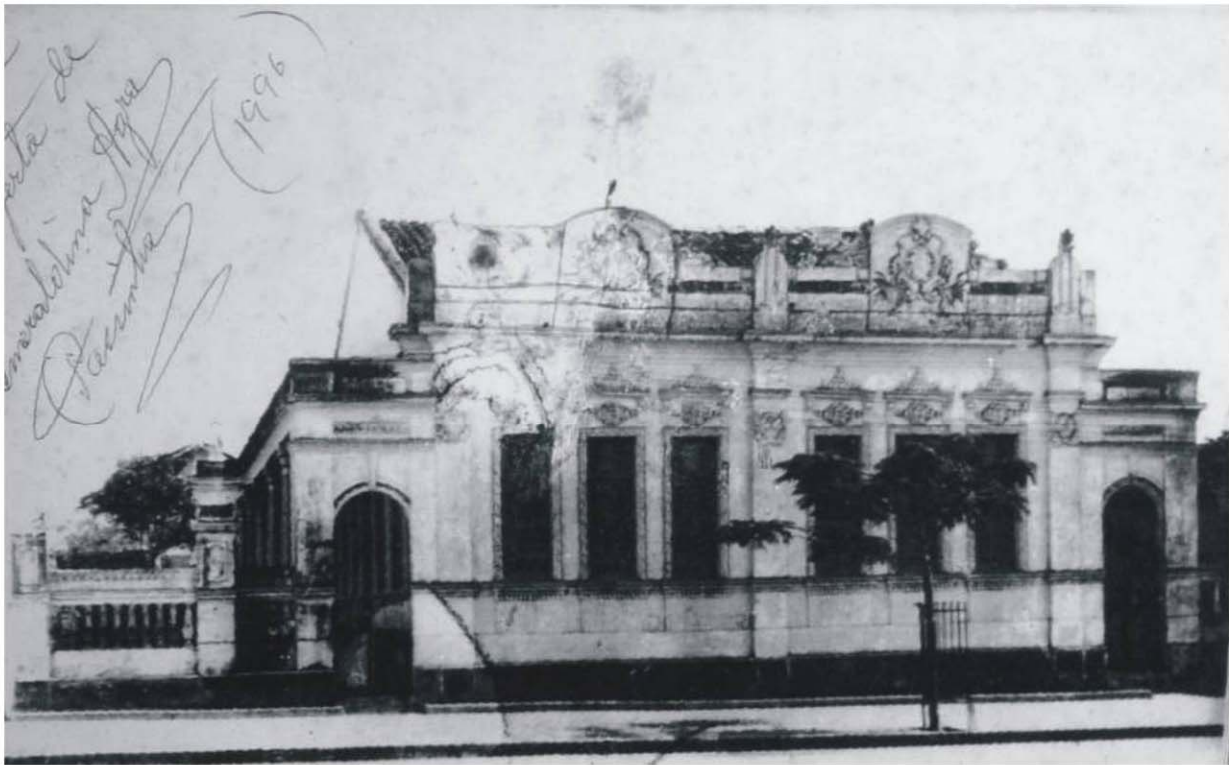
Na década de 1930, a ação mais incisiva do poder público objetivando a substituição ou o embelezamento dos prédios da região central aconteceu na então rua Floriano Peixoto. Embora de caráter localizado e numa escala aquém frente às ações dos anos 1940, Câmara (1947, p.124) registra que, em 1936, o prefeito Vergniaud Wanderley “iniciou a reforma arquitetônica da cidade, começando por obrigar os donos dos prédios da praça da Matriz a regular o alinhamento dos mesmos”. Ainda de acordo com o historiador, e como pode ser flagrado em fotografias da época (imagem 59), eram recuadas as construções entre o Grupo Escolar Solon de Lucena e o Paço Municipal e as que ficavam entre o Palace Hotel a rua Maciel Pinheiro. A rua já tinha recebido pavimentação, arborização, canteiro central, postes de iluminação elétrica e calçadas alinhadas nas administrações passadas, mas as edificações permaneciam desencontradas. Juntamente com a rua Maciel Pinheiro, a Floriano Peixoto era um dos espaços mais importantes e freqüentados de Campina Grande. Lá estavam a Igreja Matriz, o Palace Hotel<sup>228</sup>, o Grupo Escolar Solon de Lucena, o Telégrafo Nacional e algumas das residências abastadas da cidade, como a do Coronel Honorato da Costa Agra (atual supermercado Bompreço) (imagem 63). Entre prédios públicos e residências aparentemente mais ricas, ficavam muitas construções simples, térreas, em seus lotes estreitos, algumas ainda sem platibanda, jogando as águas das chuvas sobre a via.

Pela importância da rua Floriano Peixoto no dia-a-dia da cidade, e por ser ponto de passagem obrigatória para visitantes e turistas, o prefeito Vergniaud Wanderley se empenhou em modificar o seu aspecto, dotando-a de imagem que julgava compatível com o dinamismo econômico local. Assim, em 13 de março de 1936, a Câmara Municipal de Campina Grande aprovou, por unanimidade, “projeto de resolução concedendo autorização ao Prefeito [...] para desapropriações na rua Floriano Peixoto”. Disse o documento:

- 1º - Considerando que a Praça Floriano Peixoto, aliás, a principal da cidade, constitui um verdadeiro mostrengo ao embelezamento e alinhamento que os preceitos do Urbanismo impõe;
- 2º - Considerando que foram intimados pela Prefeitura todos os proprietários de prédios desalinhados, para os removerem para o alinhamento urbanisante [sic], sob pena de serem judicialmente desapropriados deles, dentro do prazo marcado;

---

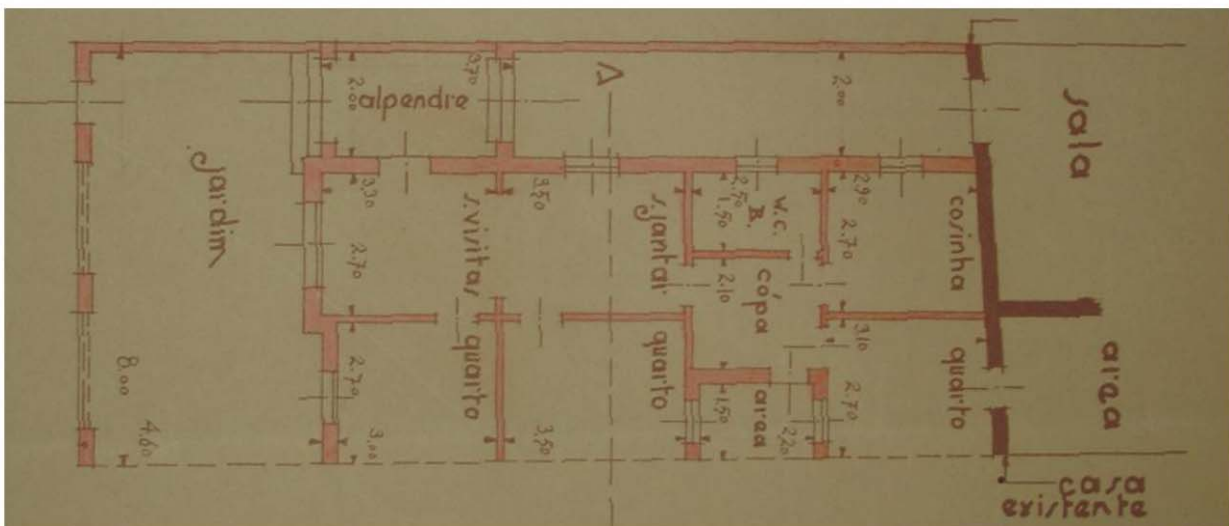
<sup>228</sup> Pelas referências encontradas, esse era o principal hotel de Campina Grande antes da inauguração do Grande Hotel, no início da década de 1940.



63. Rua Floriano Peixoto, Residência Coronel Honorato da Costa Agra (demolida, atual supermercado Bompreço). Fonte: MHCG.



64. Com o alinhamento da rua Floriano Peixoto, em 1936, as edificações foram reconstruídas ou ganharam acréscimos frontais. Predominantemente residenciais, todas essas reconstruções e acréscimos trouxeram outras estéticas arquitetônicas, surgiram com jardim na frente e seguiram todas as normas de higiene, com os devidos recuos e aberturas para a entrada de ar e luz em seus interiores. Na planta abaixo, observar os limites entre partes novas e existentes. Projeto de residência para a Sra. Joaquina Mendes de Souza Carvalho, rua Floriano Peixoto, 1936. Fonte: APMCG.



3º - Considerando que alguns de tais proprietários se fazem costumazes, desrespeitando assim as posturas municipais, em vigor, e as determinações legais da Prefeitura Municipal;

A CAMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE, PELA SEGUINTE RESOLUÇÃO, DECRETA:

Artº - 1º - Os proprietários contumazes [sic], até presente data, á intimação do Prefeito para avançarem ao alinhamento legal, os predios sitos á rua Floriano Peixoto, têm o prazo improrrogavel de quatro mezes para o fazerem sem multa [...] <sup>229</sup>.

Em 4 de abril de 1936, o proprietário do prédio Nº.78 recebeu a seguinte comunicação do Gabinete do Diretor Obras, assinada por Sebastião Ribeiro:

Comunico-vos que, em virtude da deliberação do Conselho de 13 de março de 1936, tereis 4 mezes de prazo a contar da data da reunião, afim de avançardes o vosso predio ao alinhamento determinado por esta Prefeitura. Findo o prazo tereis que pagar 50\$000 por dia de falta ao cumprimento da ordem contida neste e que é a interpretação do projeto de resolução concedido ao snr. Prefeito. A Prefeitura, em caso de reincidencia, tem plenos poderes para promover a desapropriação judicial. Atenciosas saudações <sup>230</sup>.

Essa ação do prefeito Vergniaud Wanderley, autoritária, promoveu grande transformação na área mais tradicional da cidade, muito antes da propalada reformulação da rua Maciel Pinheiro ou do chamado bota-abixo dos anos 1940. Quando Vergniaud declarou, na campanha eleitoral de 1935, que estimularia “a construção de prédios modernos que substituam os casebres inestéticos pelo menos na principal artéria da cidade” (ELEIÇÃO..., 1935) possivelmente ele estava se referido à rua Floriano Peixoto. Com a retificação do alinhamento forçada por intimação da prefeitura, muitos proprietários anexaram blocos (de quartos, salas e terraços) nas frentes das suas construções, para acompanhar os limites estabelecidos. Em outros casos, as antigas edificações foram demolidas para dar lugar a novos prédios. Majoritariamente residenciais, todas essas reconstruções e acréscimos trouxeram outras estéticas arquitetônicas (Art Déco, Chalé, Neocolonial - como veremos adiante), surgiram com jardim frontal e seguiram todas as normas de higiene, com os devidos recuos e aberturas para a entrada de ar e luz nos seus interiores (imagens 64). Algumas foram construídas com mais de 1 pavimento. A casa do historiador Epaminondas Câmara, tão citado por nós, e a do médico e futuro prefeito Elpidio de Almeida foram erguidas nesse contexto de remodelação da rua Floriano Peixoto (imagens 65 e 66).

Acreditamos que a forma enérgica com a qual a prefeitura obrigou o alinhamento dos prédios dessa área, com prazo curto e exigências construtivas mais rígidas para tal <sup>231</sup>, agiu

---

<sup>229</sup> Projeto de resolução concedendo autorização ao Prefeito Municipal de Campina Grande para desapropriações na rua Floriano Peixoto, 13 mar. 1936. Disponível no Arquivo Público Municipal de Campina Grande.

<sup>230</sup> Memorando anexo à Solicitação de licença para a reconstrução de prédio. Rua Floriano Peixoto. Proprietário Sebastião Ribeiro Leite. 1936.

<sup>231</sup> A rua Floriano Peixoto pertencia ao perímetro urbana de Campina Grande, 1ª zona de edificações da cidade. Portanto, os projetos aprovados para essas áreas tinham que ser elaborados por profissional habilitado pelo CREA e de acordo com as normas construtivas estabelecidas pelas legislações locais. Sobre a exigência para que as novas construções surgidas com o

como ferramenta para a expulsão de alguns dos seus antigos usos e moradores. Só isso explicaria o número razoável de demolições de edificações inteiras para o aparecimento de residências “elegantes”, aparentemente incompatíveis com o poder aquisitivo dos ocupantes das casas simples anteriores. Possivelmente, os que não puderam cumprir as intimações venderam ou tiveram suas moradias desapropriadas. Ademais, usos não associados à maioria dos novos moradores da Floriano Peixoto foram proibidos, o que demonstra o tipo de vizinhança que se queria criar. Em 1939, Manuel Romualdo pediu licença para abrir uma quitanda no prédio N.º.155 da referida rua. A Prefeitura o indeferiu, dizendo que a “rua Floriano Peixoto não admite estabelecimento de quitanda, por ser um bairro residencial de primeira ordem”<sup>232</sup>.

A dinâmica das reconstruções só ganhou celeridade com a finalização das intervenções sobre o espaço urbano para a instalação dos sistemas mecanizados de abastecimento de água e coleta dos esgotos e com a intensificação das obras viárias no começo dos 1940. Estavam lançadas a infra-estrutura e as bases que permitiriam que o poder público e a iniciativa privada investissem recursos na construção de sobrados no lugar das antigas edificações térreas da região central. Exageros na fala à parte, Pimentel (1956) afirmou que “não há uma só rua em Campina Grande que não tenha mudado de roupagem com o surto de progresso que a vem transformando desde 1939, época do seu saneamento”<sup>233</sup>. Nesse sentido, o prolongamento da avenida Floriano Peixoto foi a maior contrapartida das esferas governamentais, com o aumento da escala das intervenções realizadas nesse mesmo logradouro em 1936. Com o status de cartão postal e principal eixo viário da cidade modernizada, a sua abertura previa, desde os governos do prefeito Bento Figueiredo e do interventor Argemiro de Figueiredo, que aí fossem erguidos os mais importantes edifícios públicos campinenses, tanto da administração municipal quanto estadual. A construção de novos prédios públicos visava atender às novas dinâmicas administrativas e às recentes demandas do Estado naquele momento, o qual precisava criar edifícios para abrigar, por exemplo, o aparato técnico montado para agir em prol da saúde pública.

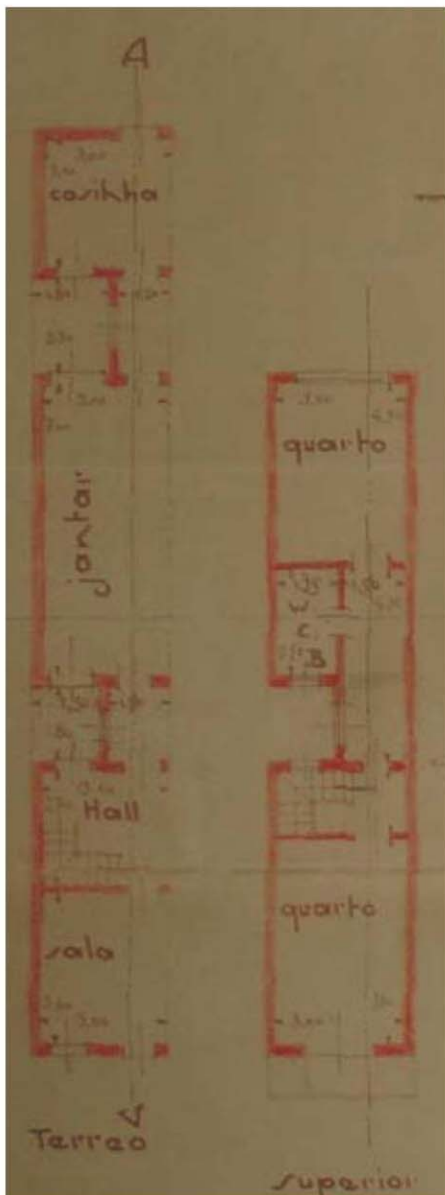
Assim, o quarteirão que ficava entre as ruas Maciel Pinheiro e Venâncio Neiva (entre os antigos largos da Matriz, do Comércio Velho e do Rosário) foi demolido para o prolongamento da rua Floriano Peixoto e para a construção dos prédios da Recebedoria de Rendas, do Fórum de Justiça, do Centro de Saúde (na esquina da Venâncio Neiva) e da nova sede da Prefeitura Municipal. Em frente a esta última, já estava em fase de

---

alinhamento da rua Floriano Peixoto seguissem “as normas para a boa construção”, ver os projetos aprovados em nome dos proprietários Maria Albuquerque e José Cavalcanti de Arruda no ano de 1936.

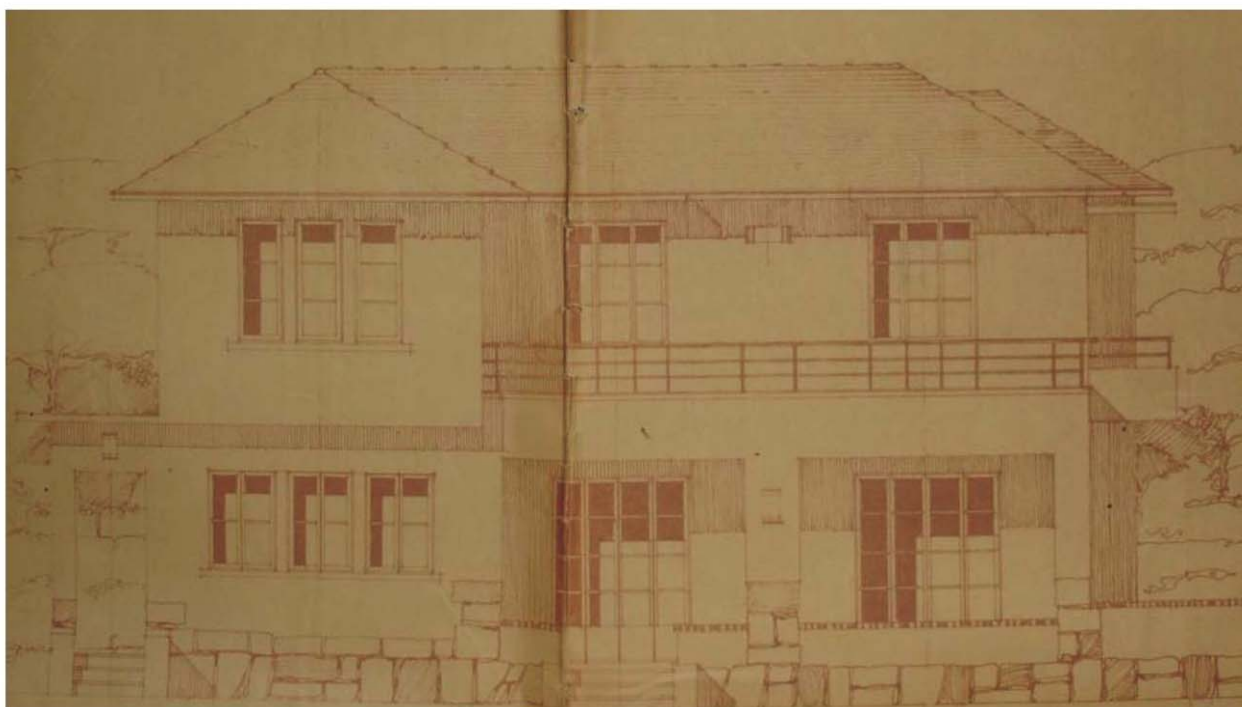
<sup>232</sup> Solicitação de licença para abertura de quitanda. Rua Floriano Peixoto. Proprietário Manuel Romualdo. 1939 (APMCG).

<sup>233</sup> Assumindo o mesmo discurso, Fernandes Dantas afirmou, em artigo para a revista *Manáira* de dezembro de 1950, que “o ritmo acelerado de progresso de Campina, passou a processar-se a partir de 1930, culminando com a inauguração dos serviços de Água e Esgoto, em 1940, porque, até aí, a escassez de água, na quadra seca do verão, entravava a marcha do desenvolvimento da cidade, não só quanto ao andamento das construções, quanto ao suprimento da população, que passava por vexames e privações, em tais épocas. Daí ninguém querer vir desenvolver os seus negócios aqui, por ser uma cidade sujeita a transtorno dessa natureza”.



65. Projeto de residência para Epaminondas Câmara. Rua Floriano Peixoto, 1936. Projeto do arquiteto licenciado Isaac Soares. Fonte: APMCG.

66. Projeto de residência para Dr. Elpídio de Almeida. Rua Floriano Peixoto, 1937. Projeto do engenheiro arquiteto J. Brandão Magalhães (de Recife). Fonte: APMCG.



conclusão o edifício do Grande Hotel, com obras iniciadas em 1936, na primeira gestão do prefeito Vergniaud Wanderley (imagens 67 e 68). Todas essas recentes construções romperam com a escala anterior dos prédios da área. Fruto de lotes lembrados, cada edifício surgiu em terreno amplo, outrora ocupado por várias construções de testadas estreitas. As alturas variavam entre dois e cinco pavimentos, e passaram a rivalizar com a verticalidade do que até então tinha sido o principal marco urbano da cidade: a Igreja Matriz. Após as intervenções, a agora avenida Floriano Peixoto não mudou seus usos, apenas consolidou suas antigas funções. Continuou como logradouro predominantemente residencial e de abrigo de edifícios públicos e institucionais. Só que, dessa vez, as demandas e a escala do papel do Estado eram outras e as construções residenciais (e suas vizinhanças) passaram a ser controladas em favor do embelezamento urbano.

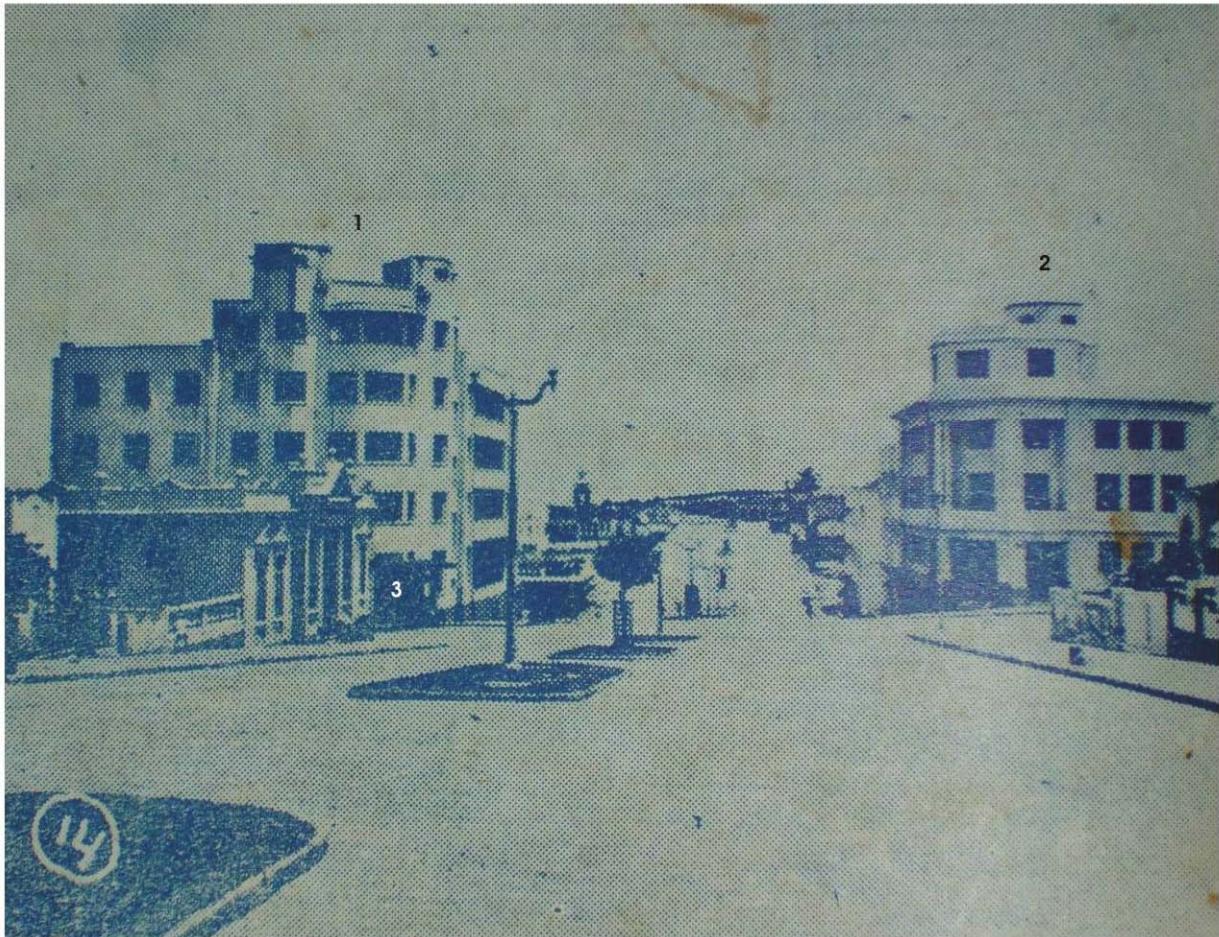
Já a reconstrução dos edifícios das demais ruas campinenses, inclusive das atingidas pelo Decreto Nº.51, foi um processo mais lento, complexo, controverso e não concluído até hoje, não concentrado e enérgico como o esforço que transformou a paisagem dos antigos largos da Matriz e do Comércio Velho, com o seu prolongamento de 1941 e com as obras de alinhamento de 1936. Foi iniciado nos anos 1930, intensificado nos 1940 e com significantes ressonâncias nos 1950, ao longo de várias administrações e com a participação de diversos agentes. Todavia, a sua dinamização ocorreu vinculada às obras viárias empreendidas na antiga malha urbana da cidade pelos governos dos prefeitos Vergniaud Wanderley e Elpídio de Almeida, com a desapropriação de imóveis para o prolongamento, a retificação e o alargamento de ruas da região central. Como afirmou o projeto de lei de 1948, já citado por nós, as desapropriações eram ações “de caráter administrativo relacionada ao melhoramento urbanístico da cidade”<sup>234</sup> pois facilitariam o trânsito e proporcionariam “o enriquecimento da urbs com construção de novos prédios e, conseqüentemente seu embelezamento”<sup>235</sup>.

As fontes que flagraram a reconstrução de parte significativa dos edifícios da região central de Campina Grande são incompletas e, às vezes, contraditórias, não nos mostrando todas as nuances dessa transformação da paisagem campinense. Porém, a maior parte dos indícios nos leva a ter uma interpretação acerca do episódio. Com ações sempre justificadas pelo embelezamento urbano, consideradas, portanto, de interesse público, forças diversas operaram no processo. O poder público, e os interesses que o cercavam, atuou em várias frentes com o intuito de impulsionar a substituição das antigas construções do centro. Em primeiro lugar, com a elaboração de legislações que viabilizassem a empreitada, como as publicadas na década de 1930. Os prefeitos que se revezaram no poder ao longo dos 1940 se muniram desses decretos anteriores. Vergniaud

---

<sup>234</sup> Projeto de Lei aprovado pela Câmara Municipal de Campina Grande em 18 dez. 1947.

<sup>235</sup> Projeto de Lei aprovado pela Câmara Municipal de Campina Grande em 18 jun. 1948.



67. Edifícios públicos erguidos ao longo do novo eixo viário da cidade, a avenida Floriano Peixoto. 1. Grande Hotel (1936-1942) 2. Prefeitura Municipal (1942) 3. Grupo Escolar Solon de Lucena. Observar o gabarito de altura de tais construções e a perspectiva linear e infinita da via. **Fonte:** Revista *Manáira*, maio/jun. 1949.

68. Edifícios públicos erguidos ao longo da avenida Floriano Peixoto. 1. Grande Hotel 2. Prefeitura Municipal 3. Fórum de Justiça 4. Recebedoria de Rendas 5. Posto de Saúde 6. Praça Clementino Procópio **Fonte:** Arquivo Humberto Nóbrega - Unipê (Acervo pessoal Francisco Sales Trajano Filho).



Wanderley, ao comentar as ações do seu segundo governo, chegou a afirmar que fez “cumprir uma lei existente e não aplicada anteriormente” sobre os gabaritos dos prédios do centro da cidade (DINOÁ apud SOUSA, 2001, p.293). Em segundo lugar, com a fiscalização e a censura estabelecida pela Diretoria de Obras<sup>236</sup> para os projetos de construção e reforma aprovados para os logradouros atingidos pelo Decreto Nº.51 e para demais ruas da região central, como a recém alargada, retificada e prolongada Venâncio Neiva<sup>237</sup>.

Nesse aspecto, a aplicação da lei funcionava da seguinte maneira: quando não desapropriados para as obras viárias, os prédios térreos poderiam ser mantidos por seus proprietários. Porém, eles não receberiam a isenção do imposto da décima urbana e sofreriam uma espécie de congelamento. Com a exceção do saneamento, não estavam autorizados a serem reformados ou a receber qualquer melhoria de maior envergadura, pois isso apontaria para uma situação prolongada da sua condição de edificação térrea e encareceria possíveis desapropriações futuras<sup>238</sup>. Isso foi assim principalmente na década de 1940. Um dos poucos casos localizados nos anos 1930, e talvez o mais explícito, foi o de José do Ó Primo. Em 1938, ele pediu licença para colocar portas de aço no seu estabelecimento comercial, situado na Praça Epitácio Pessoa. Ainda acrescentou: “como sabe V.A. a mudança de portas não constitui alteração de fachada, mas simples segurança e embelesamento nos prédios de comércio das ruas principais”<sup>239</sup>. O pedido foi indeferido. O fiscal justificou a decisão dizendo que “o estabelecimento de portas de aço irá determinar uma situação definitiva em prédio baixo e anti-estético, o que não será mais possível, penso, numa zona de centro comercial importante”<sup>240</sup>. Em 1942, para ter a petição deferida, José Augusto Junior enfatizou o caráter provisório das reformas que pretendia realizar em prédio que alugou na rua Maciel Pinheiro<sup>241</sup>. O mesmo argumento utilizou Analia Belarmina Salomão, em 1949. Frisou que as obras que planejava executar no oitão de sua casa de Nº.244, esquina da rua Maciel Pinheiro com a Cardoso Vieira, eram “a título precário”<sup>242</sup>. Mesmo assim, o requerimento

---

<sup>236</sup> A censura estética aos projetos encaminhados aos órgãos municipais que regulamentavam as construções urbanas foi um procedimento normal em vários municípios brasileiros, inclusive previsto pelos códigos de obra. No Regulamento de Construções do Município de João Pessoa do ano de 1938, por exemplo, o artigo 85 dizia que “os projetos das fachadas a serem construídas, reconstruídas ou reformadas, desde que interessem o aspecto externo dos edifícios, estarão sujeitos à censura da Diretoria de Obras” (JOÃO PESSOA, 1958, p.330).

<sup>237</sup> Em 1935, data da sua publicação, o Decreto Nº.51 não previa a verticalização de ruas que se tornariam importantes na década seguinte, como a Venâncio Neiva, beneficiada por uma série de obras de infra-estrutura. Outros logradouros citados pelo mesmo decreto, como o largo do Rosário, foi desarticulado no começo dos 1940. Portanto, essa lei de 1935 ficou desatualizada diante dos acontecimentos dos anos subsequentes. Mesmo assim, foi utilizada como instrumento guia para o controle do gabarito de altura dos prédios localizados nas ruas por ela atingida.

<sup>238</sup> Essa informação, além de visível nos pareceres emitidos pelos fiscais de obra da Prefeitura de Campina Grande, foi confirmada pelo engenheiro e arquiteto Geraldino Pereira Duda, colaborador no escritório do arquiteto Josué Barbosa nos anos 1950, autor de vários projetos de reconstrução para ruas do centro da cidade. (Em entrevista concedida ao autor no dia 28/08/2006).

<sup>239</sup> Solicitação de licença para a colocação de porta de aço. Praça Epitácio Pessoa. Proprietário José do Ó Primo. 1938 (APMCG).

<sup>240</sup> Solicitação de licença para a colocação de porta de aço. Praça Epitácio Pessoa. Proprietário José do Ó Primo. 1938 (APMCG).

<sup>241</sup> Solicitação de licença para reforma de prédio comercial. Rua Maciel Pinheiro. Proprietário de José Augusto Junior. 1942 (APMCG).

<sup>242</sup> Solicitação de licença para reforma de residência. Rua Maciel Pinheiro. Proprietária Analia Belarmina Salomão. 1949 (APMCG).



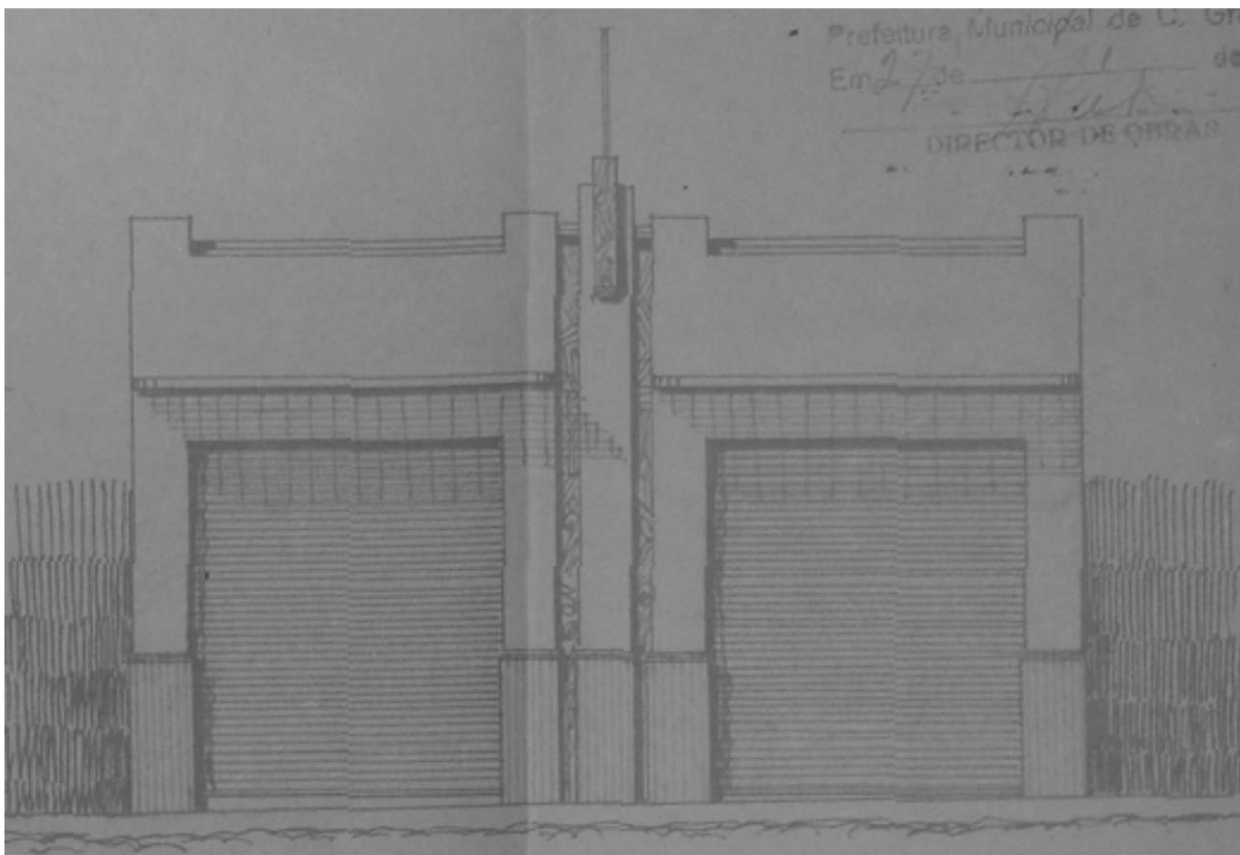
foi indeferido. O fiscal de obras alegou que a casa estava condenada, provavelmente para o subsequente prolongamento da rua Cardoso Vieira.

As contradições dessa leitura residem no fato de que, no decorrer das duas décadas estudadas, projetos de construção e reforma de prédios térreos foram aprovados pela Diretoria de Obras para logradouros importantes do centro da cidade, como a rua Maciel Pinheiro e a praça Epitácio Pessoa (imagens 69 e 70). O número foi pequeno, principalmente na década de 1940, mas recorrente em todos os estáveis e instáveis, longos e curtos governos que se sucederam no poder ao longo das duas décadas. Até o prefeito que deixou para a posteridade os discursos mais rígidos e autoritários sobre o controle do gabarito dos prédios do centro da cidade, Vergniaud Wanderley, assinou licença para a construção da única casa térrea erguida durante toda a reconstrução da rua Venâncio Neiva (imagem 71). Contradições à parte, e embora não totalitárias, as restrições para a reforma das antigas edificações térreas de ruas importantes do centro da cidade existiram, e isso certamente almejava criar uma situação de desvalorização do imóvel que forçasse seu proprietário a vendê-lo ou a reformá-lo ou reconstruí-lo dentro do novo gabarito exigido. Imaginamos que não devia ser um bom negócio ser dono de uma edificação desvalorizada na região com a melhor infra-estrutura da cidade, a mais valorizada do ponto de vista imobiliário e para o estabelecimento de comércio. Além do mais, essas edificações consideradas antiestéticas não recebiam a isenção do imposto da décima urbana.

Consultando os projetos encaminhados à Diretoria de Obras do Município, é interessante observar como muitos proprietários tentaram se anexar ao modelo de modernidade difundido e forçado pela municipalidade, provavelmente para se beneficiarem de tudo o que isso lhes traria. Nas reformas de seus prédios térreos, alguns forjaram uma verticalidade com a colocação de apenas 1 pequeno cômodo no pavimento superior, numa espécie de fachada falsa ou cenográfica (imagem 72). Outros deixaram bem claro nas suas petições as dificuldades em levar adiante as obras de mais um pavimento. Em 1940, o mesmo Luiz Soares solicitou acordo "para que as obras em andamento no prédio numero 139, á Rua Marques do Herval, [...] estacionem, temporariamente, [...] em um edificio terreo, ao envez de dois pavimentos, como era da solicitação da licença"<sup>243</sup>. Entre outras causas, ele alegou falta de numerário, "problema que V.Sa. sabe nao esta de facil solução". Contudo, mesmo com essas adesões parciais e com todas as ferramentas que forçavam a verticalização, antigas edificações térreas permaneceram em ruas tidas como alvos principais das ações reformistas. Algumas podem ser flagradas até os dias de

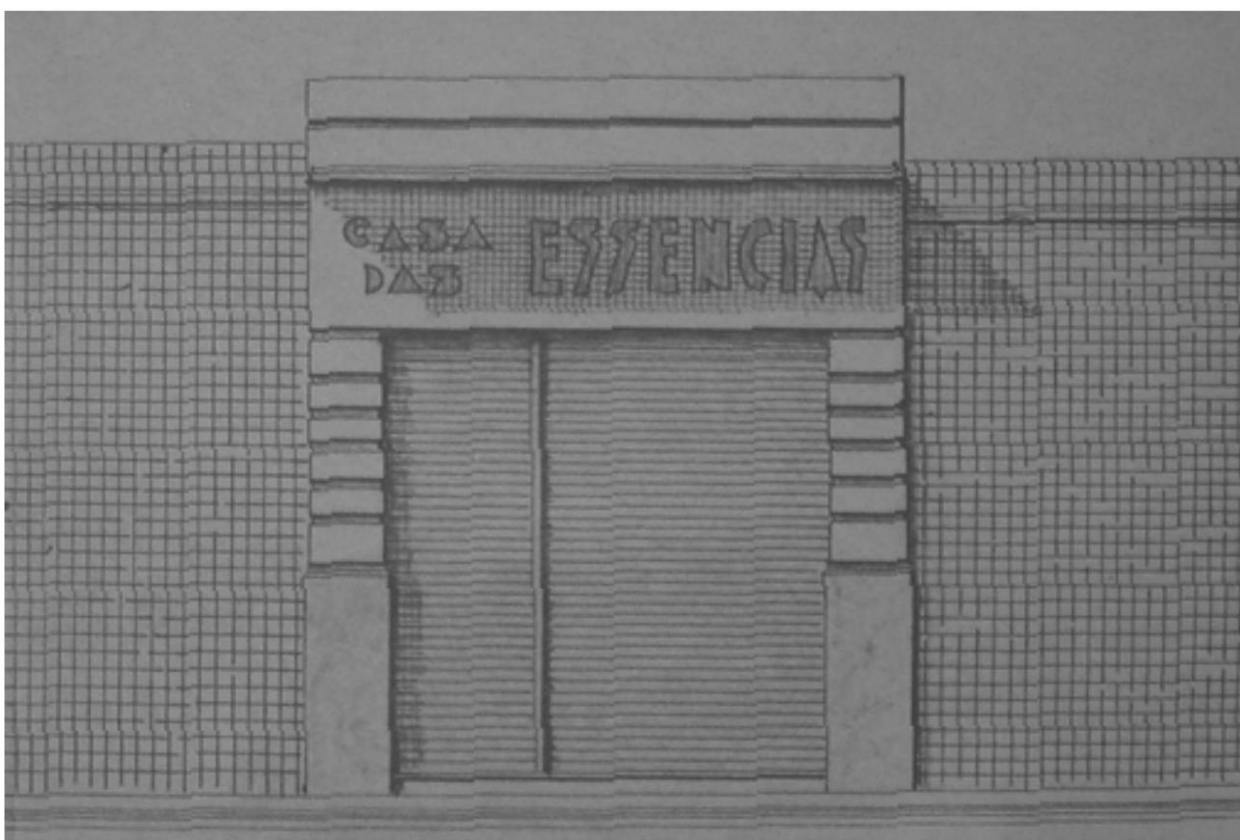
---

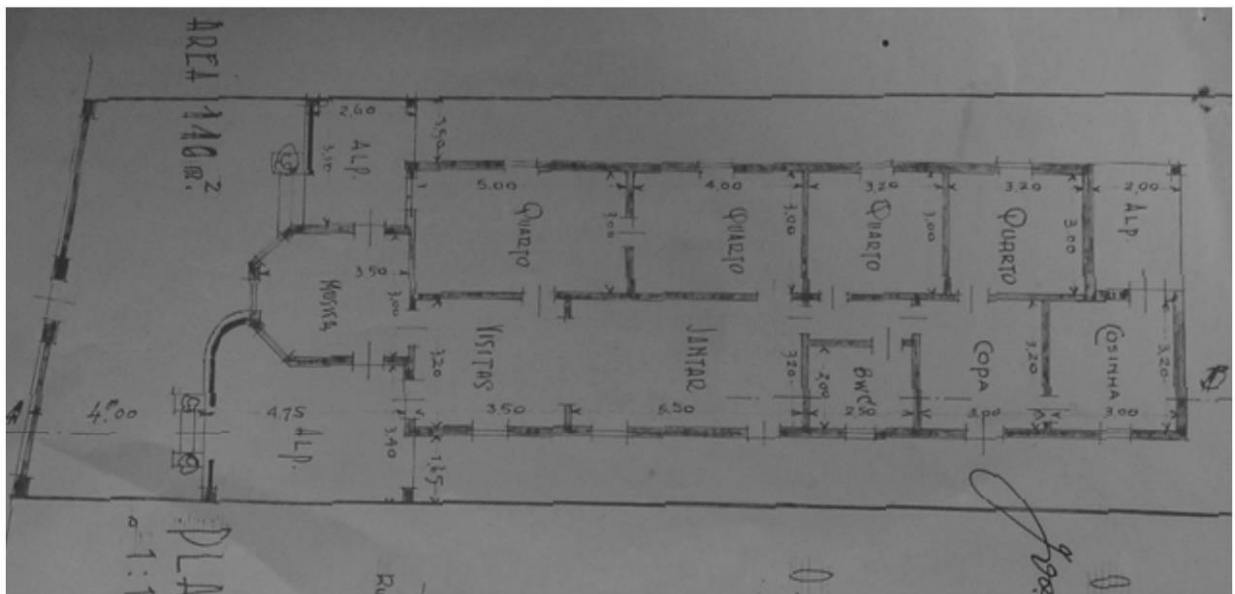
<sup>243</sup> Solicitação de licença para a paralisação de obra. Rua Marquês do Herval. Proprietário Luiz Soares. 1940 (APMCG).



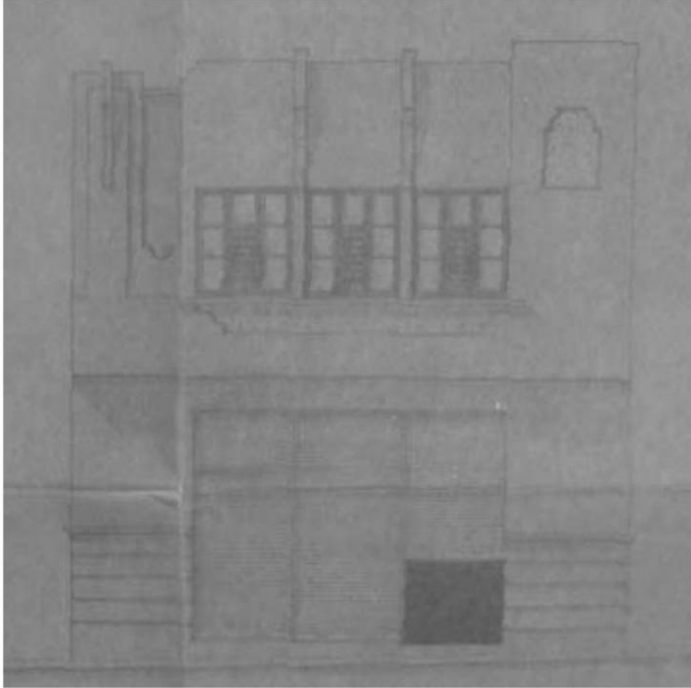
69. Aprovação de projetos de construção e reforma de edificações térreas em ruas atingidas pelo Decreto Nº.51. Reforma da fachada dos prédios Nº.45 e Nº.49 da praça Eptácio Pessoa, 1940. Propriedade de Lino Fernandes de Azevedo. Projeto do arquiteto licenciado Isaac Soares. **Fonte:** APMCG.

70. Projeto de reforma da fachada do prédio Nº.45 da rua Cardoso Vieira, 1937. Propriedade do Sr. Braz Marcila. Projeto do arquiteto licenciado Isaac Soares. **Fonte:** APMCG.

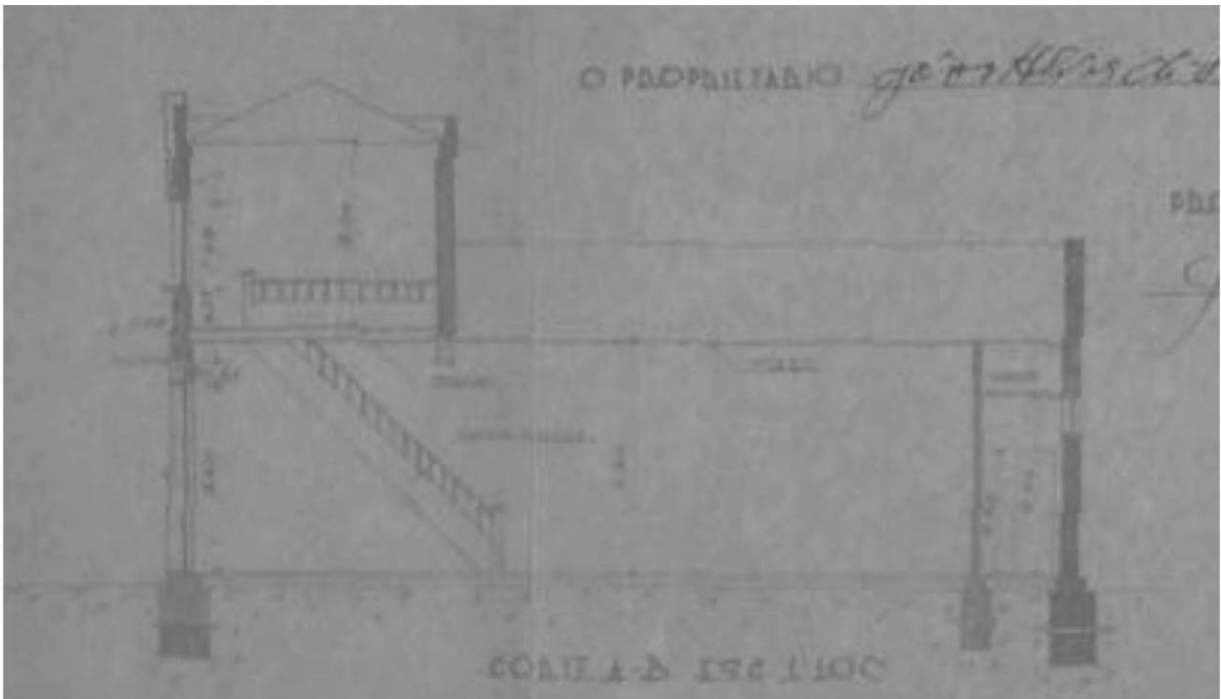




71. Projeto de residência para o Sr. José Rodrigues Pimentel. Rua Venâncio Neiva, 1942. Projeto do arquiteto licenciado Isaac Soares. Fonte: APMCG.



72. Construção de pequenos cômodos no pavimento superior para a verticalização das fachadas. Projeto de prédio para João Alves de Souza. Rua Maciel Pinheiro, 1949. Fonte: APMCG.



hoje<sup>244</sup>. Isso demonstra que a reconstrução dessas ruas não foi um processo generalizado e que, apesar dos esforços do poder público para aumentar os gabaritos e homogeneizar as vizinhanças pelo uso desse instrumento, proprietários resistiram ao autoritarismo da verticalização, mesmo que de forma não intencional.

A terceira, mais enérgica e autoritária frente de ação da administração pública no processo de reconstrução dos prédios da região central de Campina Grande se sucedeu com a desapropriação de prédios para o alargamento, o alinhamento ou o prolongamento de vias. As já comentadas reformas na avenida Floriano Peixoto foram as de maior vulto nesse sentido. Principalmente nas gestões dos prefeitos Vergniaud Wanderley e Elpídio de Almeida, muitas construções das ruas mais antigas da cidade foram desapropriadas para retificações, abrindo espaço para o surgimento de novos edifícios, numa situação muito parecida com os projetos de alinhamento (os PAs) realizados no Rio de Janeiro no começo do século passado<sup>245</sup>. Outras foram desapropriadas parcialmente, precisando apenas reconstruir suas fachadas nos recém alinhamentos estabelecidos, semelhante ao caso de 1936 da então rua Floriano Peixoto. Em 1944, o proprietário do prédio N.º. 25 "sito a Praça Epitácio Pessoa, tendo sido intimado por esta Prefeitura para reformar dentro do novo alinhamento o mencionado prédio", requereu licença para tal fim<sup>246</sup>. Uma vez demolidas as velhas fachadas e construções, as novas só poderiam surgir dentro dos parâmetros de embelezamento exigidos. Isso significava: com mais de 1 pavimento.

A iniciativa privada foi outro agente que teve papel fundamental nessa transformação da paisagem de ruas centrais de Campina Grande, tanto na figura de proprietários de antigas edificações térreas, que, mesmo alheios a imposições, anexaram-se aos benefícios e à imagem de modernidade representada pelos sobrados, quanto na figura dos recém chegados capitais imobiliário e comercial, que desejavam construir seus empreendimentos nas regiões mais bem estruturadas e valorizadas da cidade. No caso desses últimos, indagamos: com a terra urbana transformada em mercadoria de valor, quem se apossou de muitos dos terrenos desapropriados e desocupados pelo poder público? Com as restrições impostas às edificações térreas, alguns proprietários venderam-nas. Mas quem as adquiriu<sup>247</sup>?

---

<sup>244</sup> Ainda restam construções térreas em ruas como a Maciel Pinheiro, a João Pessoa e a Marquês do Herval. Porém, foram descaracterizadas com o tempo. A mais conservada é a que abriga o 2.º. Cartório, nessa última rua, de frente à praça da Bandeira.

<sup>245</sup> Segundo Vaz (1992, p.199), a "era das demolições" no Rio de Janeiro deu início à prática contemporânea de transformação do espaço urbano através do contínuo processo de destruição-reconstrução. Ainda de acordo com a autora, "devido ao aumento vertiginoso dos preços fundiários e a desvalorização dos antigos térreos e sobrados, casas velhas passaram a ser demolidas e não encortiçadas". [...] "As edificações das ruas não afetadas no momento inicial foram também condenadas", através dos projetos de alinhamento, "novo instrumento jurídico que instituiu a renovação progressiva das construções, dando continuidade à cirurgia urbana com doses homeopáticas de demolições. Esse processo permitiu remover o grande impedimento à expansão do setor imobiliário"; superando a limitada disponibilidade de lotes para novas construções (VAZ, 1992, p.199).

<sup>246</sup> Solicitação de licença para reforma de prédio. Praça Epitácio Pessoa. Proprietário ilegível. 1944 (APMCG).

<sup>247</sup> Essa pergunta só poderá ser plenamente respondida após uma pesquisa que se disponha a buscar, nos cartórios de imóveis da cidade, informações sobre a troca de proprietários dos edifícios da região central ao longo dos 1930 e 1940.



Rua Venancio Neiva, tirada do Posto Medico em 1946.



Rua Venancio Neiva - 1946.  
Campina Grande

73. Rua Venâncio Neiva (antigo beco da merda ou beco do mijo). Acima, década de 1930. No meio e abaixo, segunda metade da década de 1940. **Fonte:** MHCG. Arquivo Humberto Nóbrega - Unipê (Acervo pessoal Francisco Sales Trajano Filho).

Depois de reformada, a rua Venâncio Neiva, logradouro marginal da cidade antiga, conhecido por beco da merda ou do mijo, de construções térreas e simples, foi quase todo ocupado por sobrados que reuniam lojas, escritórios e habitação, alguns bem grandes, resultados da junção de vários lotes estreitos anteriores (imagem 73). Provavelmente, não foram construídos apenas pelos que tinham como endereço o beco da merda ou do mijo. Como exemplo da troca de proprietários nessa área e dos interesses aí embutidos, podemos citar o da construção de sedes de bancos em lugar antes impensável para esse tipo de uso e o caso emblemático do próprio prefeito Vergniaud Wanderley. Em 1945, ele construiu sobrado na dita rua, reunindo loja e salas comerciais (imagem 74). Análises assim podem ser estendidas para outros logradouros reconstruídos do centro cidade, como as ruas João Pessoa, Cardoso Vieira ou Maciel Pinheiro, cujas maiores evidências da troca de proprietários ficaram registradas nos pedidos para construção de sobrados em locais onde antes existiam duas ou mais construções térreas<sup>248</sup>, reorganizando parte da estrutura fundiária da área.

Os sobrados construídos transformaram as principais ruas centrais em majoritariamente comerciais e de serviços, geralmente com loja embaixo e depósitos ou salas comerciais em cima, e foram o resultado dos esforços que agiram em prol da separação das funções urbanas no município<sup>249</sup> (imagem 75 e 76). Porém, nem sempre essa funcionalização do território citadino pregada pelos preceitos do urbanismo moderno, com o modelo burguês de separação dos ambientes do morar e do trabalhar, foi uma constante. Algumas pessoas resistiram e continuaram habitando nas áreas, reproduzindo formas anteriores de uso das edificações assobradadas: loja no térreo e residência no pavimento superior (imagem 77). Nesse contexto, surgiu o que acreditamos ser o primeiro edifício de apartamentos de Campina Grande (imagem 78). Para proporcionar maiores densidade e aproveitamento do lote, os recuos frontais e laterais, e, em muitos casos, os de fundos, continuaram inexistentes nessas reconstruções do perímetro central. Porém, como estavam incluídas na primeira 1ª. Zona de edificação da cidade, deveriam seguir todas as normas de higiene determinadas pelos códigos de postura, com a colocação de aberturas e poços internos que proporcionassem a circulação de ar e a incidência direta de luz solar dentro dos ambientes.

Dessa forma, sempre justificada em prol do embelezamento urbano, a significativa transformação da paisagem da área mais tradicional de Campina Grande fez parte do início de um processo local reproduzido até hoje na conformação das cidades brasileiras, o da ação do poder público vinculada a interesses pessoais e privados, ou a da valorização de glebas urbanas por meio de investimentos privados e, principalmente,

---

<sup>248</sup> Consultar projetos aprovados para essas áreas nos anos de 1941, 1943 e 1944.

<sup>249</sup> Câmara (1947, p.154) registra que, em 1947, Campina Grande já contava com 300 sobrados. Nas nossas pesquisas no Arquivo Público Municipal de Campina Grande e na Secretaria de Planejamento do município, localizamos por volta de 170 projetos de sobrados, que foram encaminhados à Diretoria de Obras entre os anos de 1934 e 1950.



74. Projeto de sobrado para Vergniaud Wanderley, Rua Venâncio Neiva, 1945. Projeto do arquiteto Josué Barbosa. Fonte: APMCG.



públicos em infra-estrutura, com a conseqüente expulsão de antigos ocupantes considerados incompatíveis com os novos planos formulados para as regiões atingidas pelos agentes interessados. Desde 1937, existia plena consciência por parte da administração municipal acerca dessa valorização das terras urbanas servidas por melhor infra-estrutura. O relatório encaminhado nesse ano à Câmara Municipal da cidade, referente à prestação de contas do ano de 1936 da gestão do prefeito Vergniaud Wanderley, trazia uma tabela com o preço do metro quadrado dos terrenos em diversos bairros da cidade. O Centro (que compreendia a delimitação do que era entendido como perímetro urbano) encabeçava a lista dos bairros mais caros (5.000 reis/m<sup>2</sup>), seguido pelo bairro do Açude Velho (1.600 reis/m<sup>2</sup>) e pelo novo bairro da Prata (1.000 reis/m<sup>2</sup>). Em seguida, o texto comenta que “em 1937, já a elevação [dos preços] não obedece limites, mormente deante do vigor de urbanismo e serviços de Abastecimento Dagua”<sup>250</sup>.

Todavia, tais meios e fins não estiveram presentes apenas na substituição das antigas edificações térreas do centro campinense. As justificativas estéticas e a promoção de melhorias na infra-estrutura urbana pelo poder público (pavimentação, água, esgoto, telefone) e pelas companhias privadas (como as empresas transporte público e de eletricidade) também se vincularam aos interesses imobiliários que abriram e ocuparam os recentes subúrbios loteados sobre áreas antes rurais, como o bairro do São José ou o citado bairro da Prata. Os lucros proporcionados por glebas rurais que se transformavam em urbanas, principalmente quando pavimentadas e dotadas de água, luz, esgoto e telefone na porta, eram, e ainda são, enormes. Não é à toa que casos assim, da ação conjunta entre órgãos públicos e agentes privados visando interesses próprios, e não os da coletividade, foram, e ainda são, recorrentes no processo de conformação das nossas cidades. Dessa maneira, não era qualquer edifício que poderia surgir, por exemplo, em ruas melhoradas do bairro da Prata pela administração pública ou em um dos 1.000 lotes do bairro do São José, de propriedade da viúva e dos filhos de Clementino Procópio,

“à margem da Linha de Omnibus do Hospital, contiguos ao Hospital Pedro I, com frente para a rua São José, Avenida Almeida Barreto e varias outras ruas e avenidas recém abertas, situados num dos suburbios mais salubres e pittorescos da cidade e proximos ao Campo de Aviação, do Stadium da A.D.C e do Grupo Escolar Clementino Procopio. [Com] LUZ ELECTRICA, e, proximamente TELEPHONES, AGUA E ESGOTO (LOTES..., 1937).

A censura às qualidades estéticas das construções pela Diretoria de Obras do município funcionou como ferramenta para a transformação da paisagem e para a seleção das vizinhanças dessas áreas dotadas de tantos atributos. A divisão da cidade em zonas urbana (1ª zona), suburbana (2ª zona) e rural (3ª zona), instituída no final dos anos 1920, ganhou, nos anos 1930, outras finalidades além dos quesitos higienistas analisados no

---

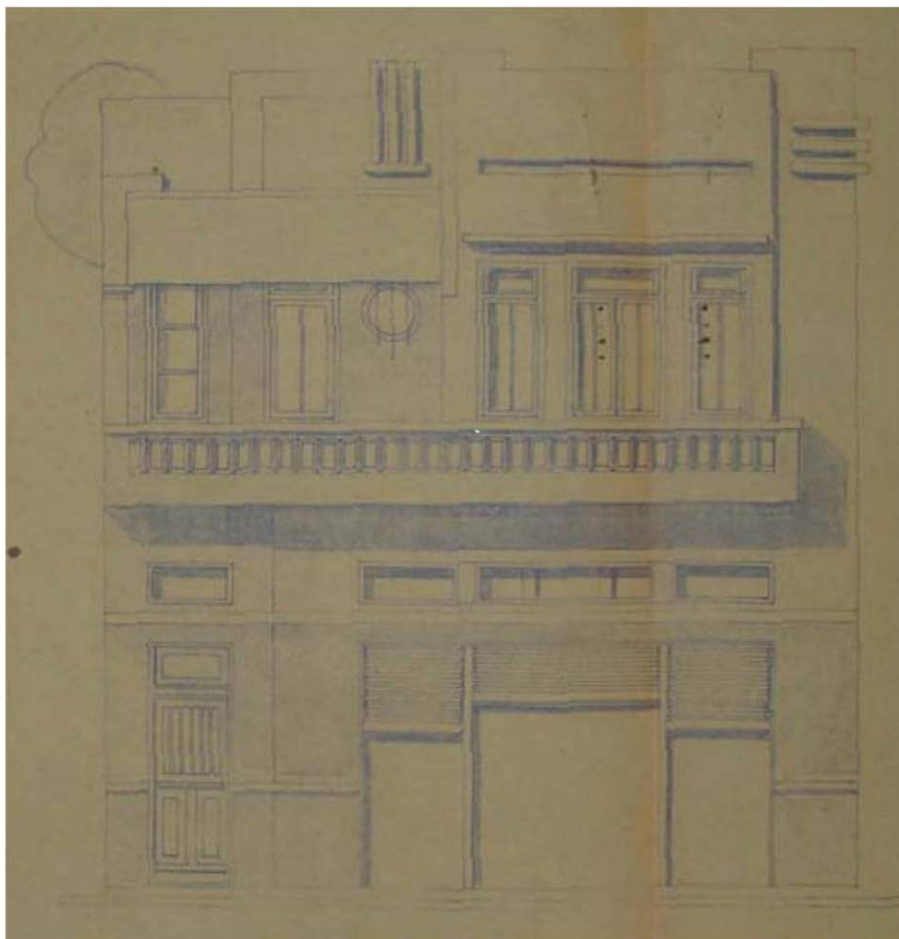
<sup>250</sup> Relatório da administração Vergniaud Wanderley apresentado à Câmara Municipal de Campina Grande. Referente ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1936. Disponível no Arquivo Público Municipal de Campina Grande.



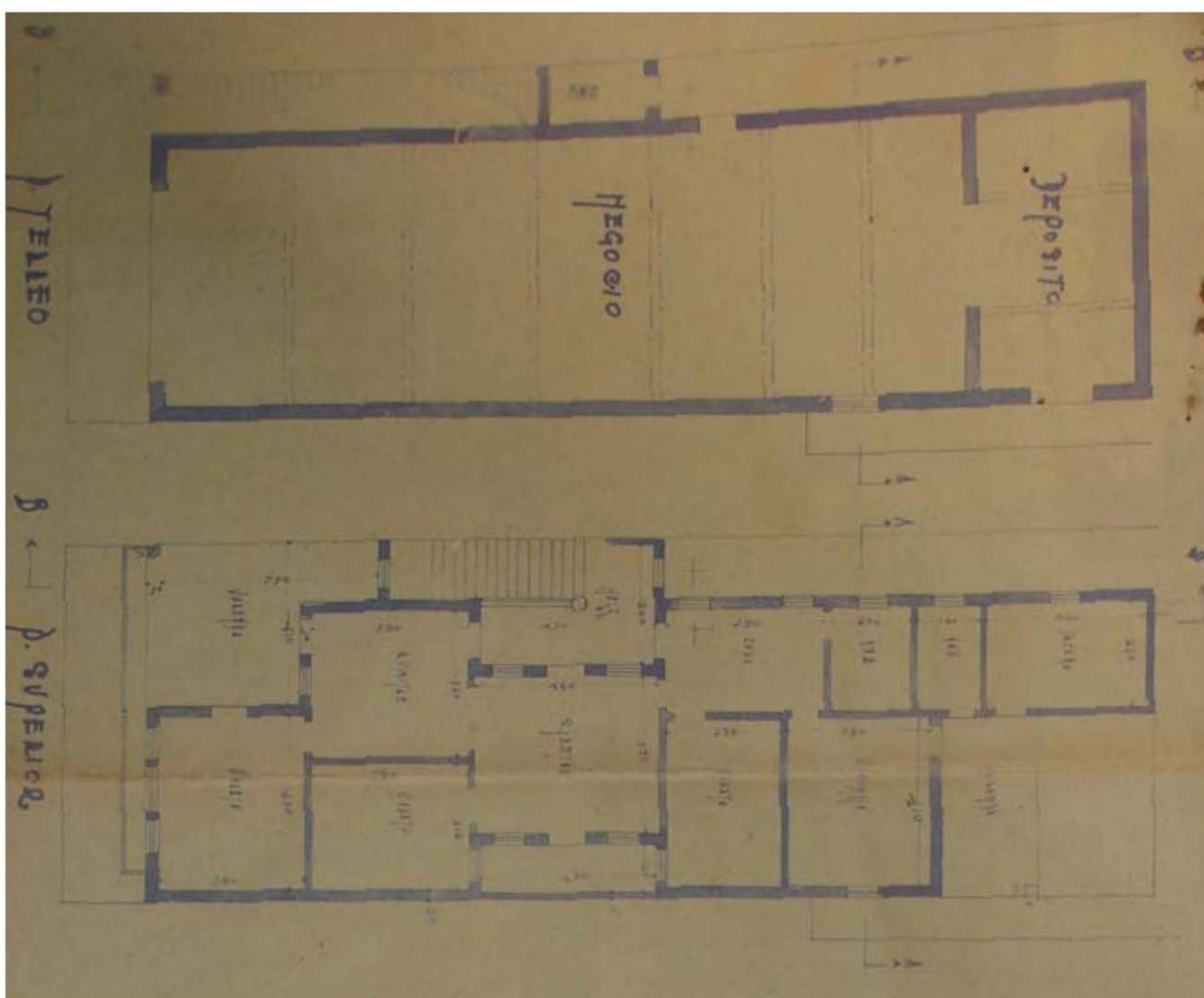
75. Acima, rua Maciel Pinheiro, década de 1930. Ao lado, rua Maciel Pinheiro, provavelmente começo da década de 1950. Fonte: MHCG.



76. Rua Cardoso Vieira, sem data. Fonte: Ribeiro, 1999.



77. Permanência de formas anteriores de ocupação: loja no térreo e residência no pavimento superior. Projeto de sobrado para Sr. Francisco Maria. Rua Maciel Pinheiro, 1944. "Em terreno do prédio demolido N.º.50". **Fonte:** APMCG.



capítulo anterior. A partir de então, só seriam permitidas na 1ª zona edificações erguidas de acordo com as consideradas técnicas modernas de construção e planejadas por arquitetos ou por outros profissionais devidamente habilitados pelo CREA, como determinava a lei federal Nº 23569 de 11 de dezembro de 1933. Não só os sobrados, mas também as edificações térreas aí erguidas tiveram que se adequar a padrões considerados estéticos pelos órgãos fiscalizadores municipais, como foi o caso da empresa Ottoni e Companhia. Em 1934, ela encaminhou projeto para a apreciação do Diretor de Obras desejando construir garagens na região do antigo cemitério das Boninas. A petição foi indeferida. O diretor alegou que “a planta junto, não merece aprovação porque é de fachadas pouco estéticas. Trata-se de Rua que se [procede] alargamento e requer frente elegante”<sup>251</sup>.

Já na 2ª zona as exigências eram parecidas, porém cumpridas com maior ou menor rigor de acordo com a condição social da vizinhança que se queria criar. Como comentamos no capítulo anterior, um pobre que já possuísse um pequeno terreno nas áreas de subúrbio agora servidas por melhor infra-estrutura não podia mais, ali, construir sua casa simples. Seu pedido era indeferido. Lá, só havia espaço para as novas residências “elegantes”, surgidas soltas no meio dos vastos lotes, erguidas de acordo com as técnicas modernas de construção e seguindo todos os requisitos para a boa higiene das edificações. Quando, em 1936, Anatólio da Silva pediu licença para construir sua casa de taipa na rua José Carlos, no bairro de São José, o Diretor de Obras disse que naquela região não era admitida casa de taipa, “só tijolo com projeto”<sup>252</sup>; uma solução mais cara, e, portanto, não acessível a todos. Mesmo no caso de petições para a construção de residências de alvenaria soltas no lote, com apresentação de projeto de arquitetura, os fiscais exerciam rígido controle em prol da dita estética, como foi o caso de José Honório. Em 1933, ele fez requerimento para construir sua casa na rua Nilo Peçanha, no recém loteado bairro da Prata. Embora solta no terreno, o projeto apresentava uma casa simples, com planta que reproduzia os modelos coloniais de distribuição espacial reprimidos pela municipalidade em boa parte das áreas dotadas de melhoramentos. O pedido foi indeferido. O fiscal justificou: “Não julgo, o projeto, digno de ser aprovado, para a Avenida Nilo Peçanha, onde se quer dar feição de rua moderna com prédio[s] bons”<sup>253</sup>.

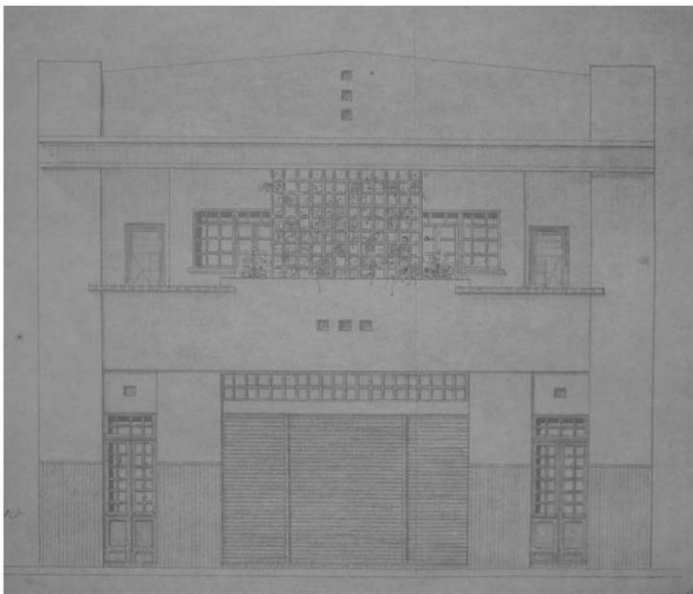
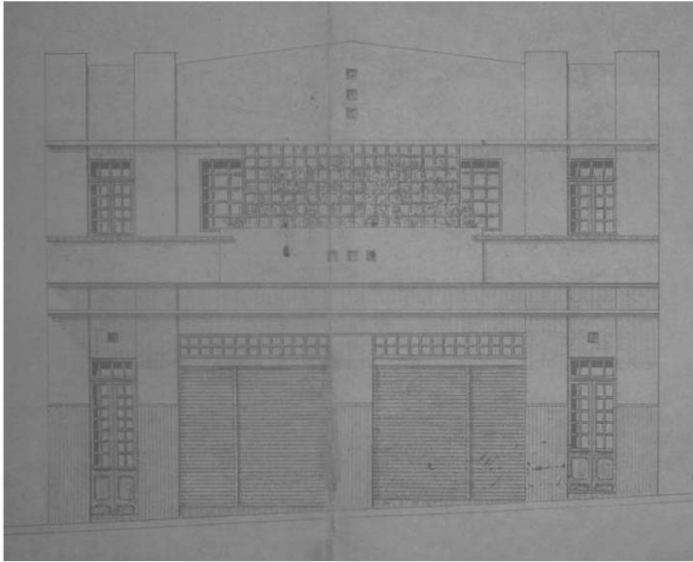
Nos subúrbios mais pobres, a casa até podia ser de taipa e alinhada com a rua, mas a frente e o primeiro cômodo (geralmente a sala) tinham que ser de tijolos, com projeto de fachada. A exigência de frente e primeiro cômodo de tijolos e fachada projetada por responsável técnico tinha por objetivo garantir alguma qualidade estética para a construção, pelo menos quando vista do espaço público. A taipa ficaria escondida,

---

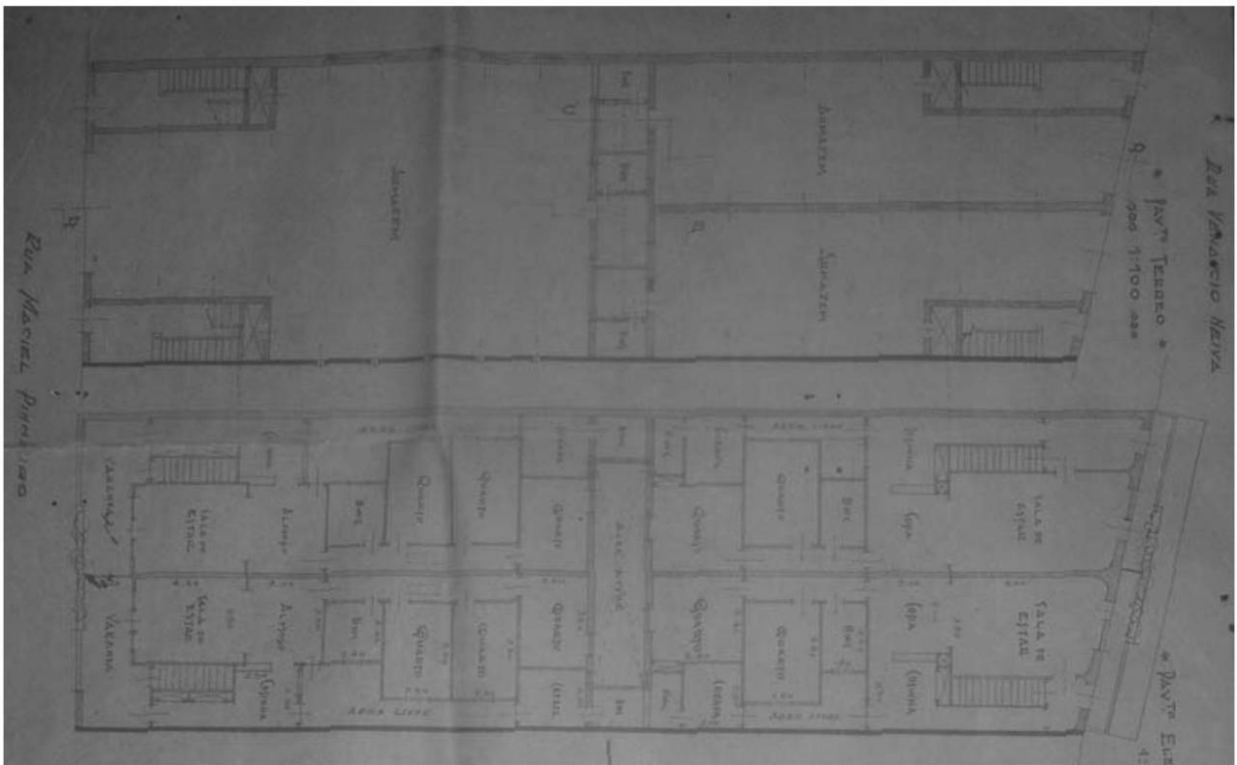
<sup>251</sup> Solicitação de licença para a construção de garagens. Rua das Boninas. Propriedade de Ottoni & Cia. 1934 (APMCG).

<sup>252</sup> Solicitação de licença para construção de casa de taipa. Rua José Carlos. Proprietário Anatólio da Silva. 1936 (APMCG).

<sup>253</sup> Solicitação de licença para a construção de residência. Rua Nilo Peçanha. Propriedade de José Honorato. 1933 (APMCG).



78. Edifício com lojas no térreo e apartamentos no pavimento superior. Projeto de sobrado para o Dr. Aluisio Campos. Ruas Maciel Pinheiro e Venâncio Neiva, 1950. Acima, fachada para a rua Venâncio Neiva. No meio, fachada para a rua Maciel Pinheiro. Abaixo, plantas dos pavimentos térreo e superior. Projeto do arquiteto licenciado Isaac Soares. **Fonte:** APMCG.



assim como a condição social do morador. Foram muitos os projetos desse tipo apresentados à prefeitura (imagens 51 e 52). Porém, o entendimento do que era subúrbio pobre ou abastado não chegava a conformar bairros, mas ruas (geralmente as principais) ou trechos de ruas. Muitas delas se prolongavam por quilômetros, para além das partes pavimentadas e saneadas, formando caminhos em direção à zona rural (mapa CG 1943).

Portanto, era comum a construção de habitações chamadas de econômicas<sup>254</sup> (para renda de seus proprietários) em ruas secundárias do bairro da Prata (imagem 79) ou a permissão para que casas de taipa fossem erguidas na rua Nilo Peçanha, do mesmo bairro. Em 1942, o prefeito Vergniaud Wanderley assinou uma dessas licenças para a dita rua. O proprietário alegou que seu terreno ficava na zona de taipa da rua Nilo Peçanha<sup>255</sup>; provavelmente, já na zona rural do município. Nesta, com a exceção da exigência para que uma ou outra construção seguisse o alinhamento determinado pela Prefeitura, as construções eram livres de normas, de censuras estéticas ou higiênicas. Estavam longe demais para ferir os olhares dos que se esforçavam em prol do dito embelezamento urbano.

Com práticas desse tipo, do que podia ou não ser construído, dessa ou daquela forma, nesse ou naquele lugar, o poder público estava atuando em favor da produção de mercado. Como analisa Vaz (1992, p.201-202) para caso semelhante no Rio de Janeiro, “esta atuação se dá esporadicamente em intervenções pontuais e regularmente através de legislações”.

Os códigos urbanísticos, proibindo práticas tradicionais, ratificando tendências sócio-espaciais, impondo inovações tecnológicas, definindo padrões de ocupação e edificação, tornaram-se instrumentos de determinação das morfologias urbanas e fatores de exclusão, empurrando os pobres não só para a marginalidade como também para a ilegalidade (VAZ, 1992, p.201-202).

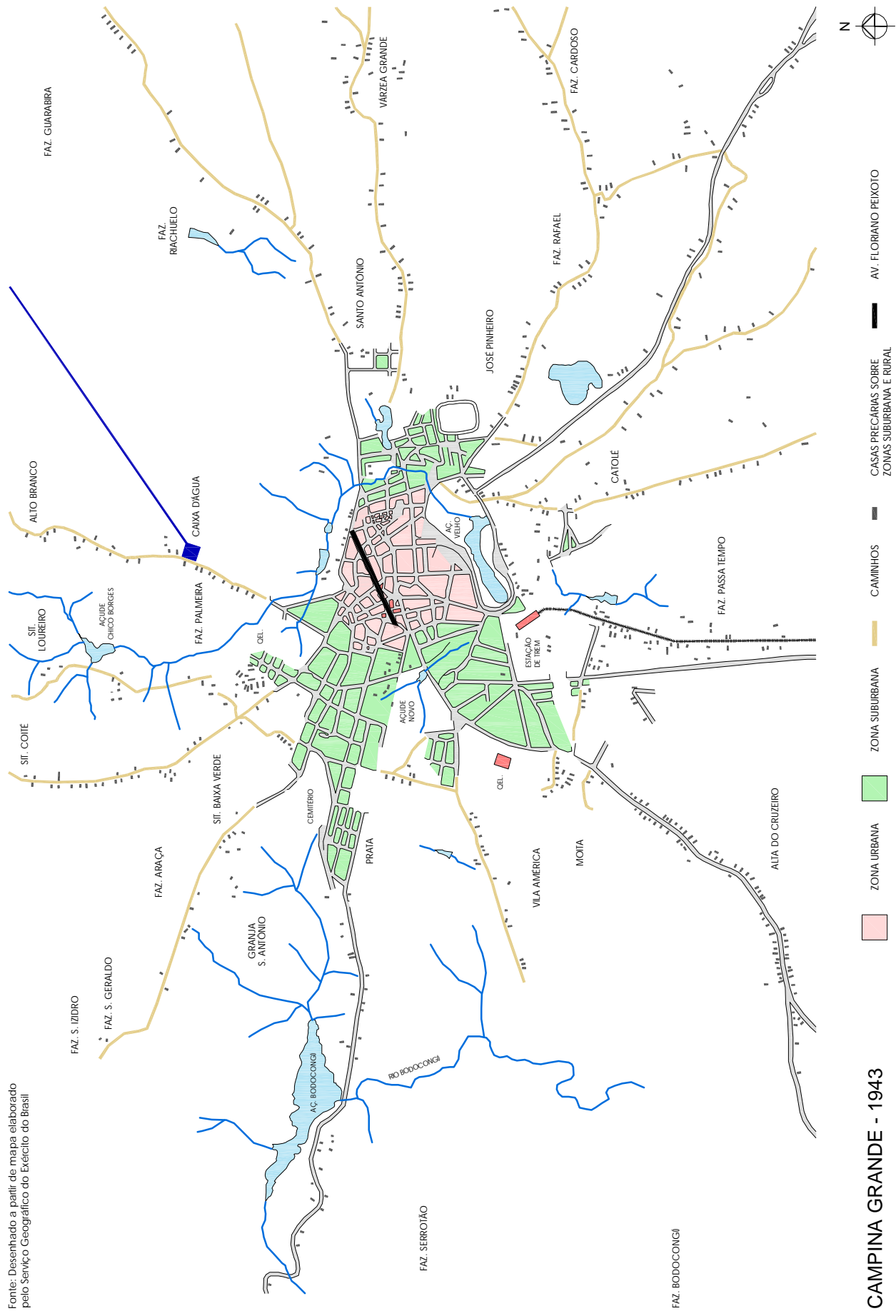
Dessa forma, a busca por uma imagem de civilidade, de bela urbe, que superasse e apagasse as marcas de sua situação anterior de cidade secundária do interior do Estado, que potencializasse a sua condição de cidade mercado, forjou um espaço do moderno para o estabelecimento de poucos, mas pregado nos discursos oficiais como de importância para todos. Modelo de intervenção urbana recorrente e insustentável até hoje, as medidas embelezadoras, em conjunto com as higienizadoras, funcionaram em boa parte como ferramentas de segregação sócio-espacial, jogando para as áreas rurais todas as mazelas que porventura ameaçassem “enfeiar” os espaços melhorados da minoria, num procedimento que foi decisivo para a própria configuração do seu território.

---

<sup>254</sup> Sobre as habitações econômicas em Campina Grande, ver 3º texto do capítulo 2.

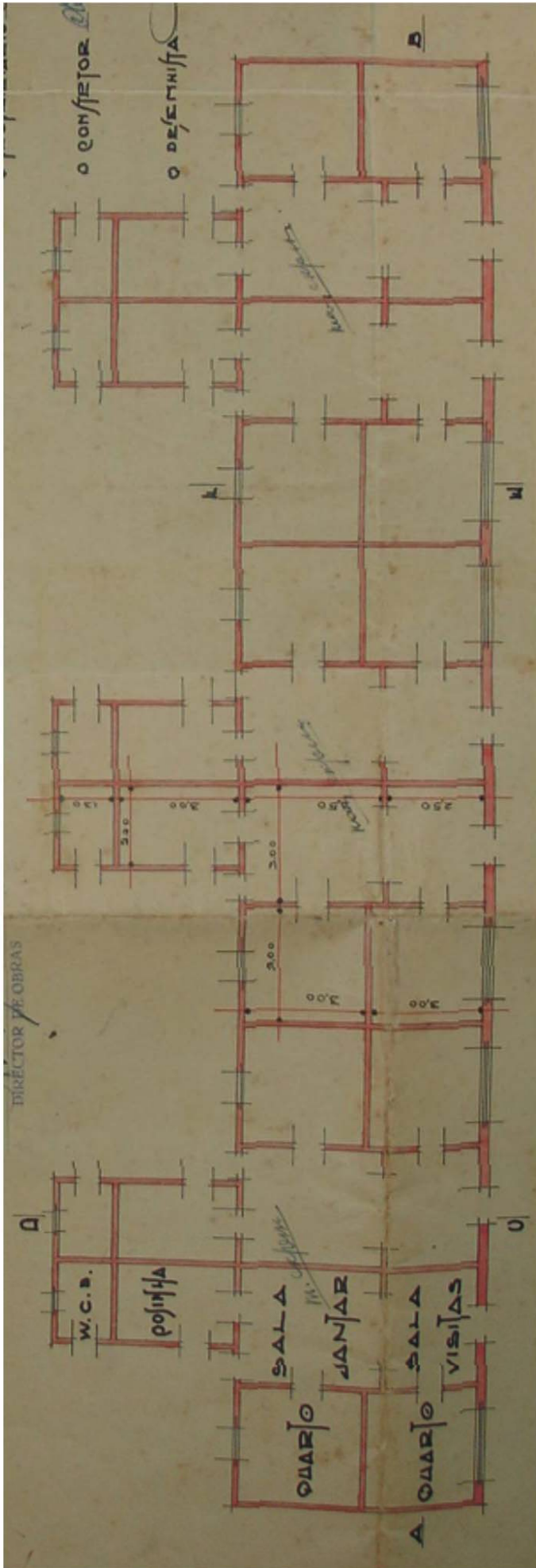
<sup>255</sup> Solicitação de licença para a construção de casa de taipa. Rua Nilo Peçanha. Proprietário Abdias Cesario. 1942 (APMCG).

Fonte: Desenhado a partir de mapa elaborado pelo Serviço Geográfico do Exército do Brasil



### CAMPINA GRANDE - 1943

- ZONA URBANA
- ZONA SUBURBANA
- ZONAS SUBURBANA E RURAL
- CAMINHOS
- CASAS PRECÁRIAS SOBRE ZONAS SUBURBANA E RURAL
- AV. FLORIANO PEIXOTO



79. "Projecto para construção de seis casas conjugadas e economicas no bairro da Prata", Propriedade de Gil Braz Figueirêdo, Rua Progressista, 1936. Projeto do desenhista Antônio Henriques. Fonte: APMCG.





O perímetro central e as demais regiões atendidas pelos investimentos públicos e privados em infra-estrutura urbana foram ocupados por uma arquitetura controlada, com gabaritos de altura regulamentados, de acordo com as técnicas modernas de construção e com os subjetivos gostos estéticos determinados pela Diretoria de Obras do município. Com o acelerado e desordenado crescimento, a zona livre (de normas), sem pré-requisitos estético-arquitetônicos, agigantou-se, dando origem às formas e a muitos dos problemas da cidade atual (mapas CG 1943 e 1963 – ver mapa de 1963 no último texto do capítulo 2). Embora a marcha rumo ao progresso seja pregada até hoje por discursos locais anacrônicos, a cidade tida como antiestética passou a depor (e ainda depõe) contra o propalado progresso da cidade embelezada<sup>256</sup>. Na busca por essa estética urbana, a arquitetura assumiu diversas formas, refletindo a imagem de modernidade desejada, camuflando, muitas vezes, seus aspectos excludentes.

### **Estilo Moderno, Feição Moderna, Tipo Moderno: arquiteturas da modernidade**

Sabemos que o culto à “Deusa Carne e ao Deus Milhão” absorve uma percentagem bem elevada das atividades humanas [...]. Dá a razão por que a cidade [de Campina Grande] é tão rica de iniciativas econômico-materiais e tão pobre das que se dirigem às cousas do espírito [...]. Parece incrível que isto aconteça numa cidade tão florescente e dotada duma beleza arquitetônica sem igual no Estado (CÂMARA, 1950).

Denunciando a corrida materialista, reclamando a falta de iniciativas de cunho cultural, que investissem na educação e nas coisas do espírito, Epaminondas Câmara distancia-se das opiniões por ele emitidas, em seus livros de 1943 e 1947, acerca da arquitetura da cidade do final dos oitocentos e do começo dos novecentos. De uma arquitetura considerada pobre e acanhada, que envergonhava os campinenses diante dos demais paraibanos, para uma “beleza arquitetônica sem igual no Estado”. Com novos materiais, técnicas construtivas, imposições legais, demandas e padrões estéticos, urbanísticos e comportamentais, com a formação de um quadro local de técnicos, empresas e profissionais vinculados à construção civil e com outras escalas frente ao dinamismo econômico do município, boa parte da arquitetura constituída ao longo dos últimos vinte anos contribuiu para a renovação da paisagem urbana de Campina Grande, tornando-a compatível com as demais ações reformistas, deixando-a com ares mais civilizados, como diziam.

A busca por uma arquitetura que caminhasse junto com os avanços, as dimensões e as necessidades do homem e da cidade modernos, que compreendesse e respondesse a hábitos, lógicas, dinâmicas e ritmos inéditos, representou momento de indefinição, de

---

<sup>256</sup> A publicação do SESC do começo dos anos 1960 (*Campina Grande: um centro comercial do Nordeste*) é o maior documento posterior ao período da nossa pesquisa que faz um diagnóstico dos aspectos físicos e sociais decorrentes do rápido crescimento da cidade desde o começo do século XX.

dúvida e de ruptura em relação à produção do espaço construído em voga até então. Vários caminhos foram colocados, imbuídos ou destituídos de ideologias mais profundas, das arquiteturas do final do século XIX (arquitetura do ferro, Escola de Chicago, *Art Nouveau* e o próprio Ecletismo), caminhando pelas vanguardas européias do começo do século XX<sup>257</sup>, até as experiências estéticas do que se convencionou chamar de Art Déco. Nesse embate, desejava-se alguma modernidade, mesmo que apenas aparente. A casa, o escritório, o comércio; os ambientes do morar, do trabalhar e do se divertir, ainda que conservando antigas práticas espaciais e técnico-construtivas, deveriam espelhar em suas fachadas e para o espaço público de ruas, praças e avenidas o espírito de renovação, de modernização da época. Suas ressonâncias foram sentidas nos mais diversos contextos, debatidas, absorvidas e interpretadas das mais variadas formas. Assim como a maneira de se vestir, o jeito de se comportar e o lazer escolhido para as horas livres, queria-se que a arquitetura estampasse uma imagem de modernidade, não raro referenciada e dissipada pelos apelos da recente indústria publicitária e pelos inéditos meios de comunicação de massa.

As expressões *estilo moderno*, *feição moderna* e *tipo moderno*, que dão título a esse texto, foram escritas em projetos apresentados à Diretoria de Obras de Campina Grande ao longo do nosso período de estudo. Por si só, já são indicativos de uma arquitetura que se queria outra, nova. Não se referiam a uma linguagem própria, definida. De maneira geral, denominavam as mais diversas manifestações que representassem alguma inovação/modernização no cenário local frente à simplicidade do seu aspecto construtivo no começo dos anos 1930. São tão diversas e híbridas que chegam a nos comprometer e até a nos confundir em qualquer tentativa de classificação mais rigorosa. Poderiam se referenciar em expressões que iam desde o que hoje nós conhecemos e denominamos como Art Déco, passando por resquícios de um Ecletismo historicista em fim de linha, até as chamadas manifestações românticas, ligados à estética do pitoresco e aos movimentos nacionalistas das primeiras décadas do século XX, como o Neocolonial ou o Missões.

Esse convívio entre linguagens distintas, presentes de maneira isolada ou misturadas em uma só edificação, fazia coro com o cenário da arquitetura brasileira dos finais do século XIX e começo do XX. Aspectos como a influência das referências estrangeiras (via projetistas, mão-de-obra ou clientes - principalmente europeus), a importação de materiais industrializados, o desenvolvimento das técnicas construtivas, as preocupações higienistas, a adoção de novas formas de morar, o aparecimento de novos programas em escalas inéditas, a perseguição da funcionalidade, da eficiência e da economia pelo mercado da construção civil e por obras governamentais, a acelerada urbanização do país e a busca por uma arquitetura *tradicional* brasileira, que fizesse jus aos inflamados

---

<sup>257</sup> Sobre as vanguardas européias, ver Argan (1993).

discursos nacionalistas do começo do século passado, forjaram tal quadro de heterogeneidade arquitetônica, muitas vezes de difícil distinção<sup>258</sup>. Parte dessas arquiteturas refletiu o espírito de modernização do país das décadas de 1920, 1930 e 1940, em consonância com a gestação e com a emergência do Movimento de Arquitetura Moderna no país.

Leituras comumente associam as reformas urbanas de Campina Grande ao surgimento do Art Déco em âmbito local, tomando-o como linguagem única e exclusiva desse processo. Seria o fruto dos esforços da municipalidade na tentativa de padronizar as construções das áreas centrais atingidas pelas reformas, algo como uma arquitetura oficial, ao gosto do prefeito Vergniaud Wanderley. É certo que, do ponto de vista quantitativo, o Art Déco foi a manifestação predominante. Talvez tenha sido majoritária não só em Campina Grande, mas em todas as cidades brasileiras com certo incremento construtivo na época, como na recém criada capital do Estado de Goiás, Goiânia<sup>259</sup>. Isso sem falar na sua larga difusão pelos demais países da América Latina<sup>260</sup>. Porém, não podemos limitar o processo de modernização campinense apenas a sua região central e ao Art Déco, esquecendo do que estava sendo feito nos recentes subúrbios residenciais. Ademais, mesmo nos logradouros centrais mais importantes, as reconstruções não chegaram a conformar conjuntos homogêneos, com gabaritos<sup>261</sup> e linhas arquitetônicas rigidamente controlados, como aconteceu nos casos comentados no início do texto anterior. Embora conservando certa unidade em determinados trechos, os sobrados levantados em ruas como a Maciel Pinheiro ou a Venâncio Neiva comumente ostentavam linguagens híbridas ou referências formais distintas (imagens 80, 81 e 82).

Vinculando o Art Déco campinense à figura do prefeito Vergniaud Wanderley ou encarando-o como consequência única e exclusiva das ações reformistas dos anos 1930 e 1940, corremos o risco de tirar Campina Grande dos contextos nacional e arquitetônico de então, compreendendo-a de forma isolada e limitada, alheia aos movimentos culturais em circulação no país e no exterior. O Art Déco, assim como as outras manifestações em voga no período, emergiriam e se difundiriam no município com ou sem reformas urbanas, com ou sem as ações enérgicas de prefeitos como Vergniaud Wanderley, exatamente como emergiram e se difundiram em cidades de norte a sul de um Brasil em acelerado processo de expansão urbana, ansioso por formas inéditas que pudessem traduzir seu desejo de modernidade e seus ímpetos nacionalistas.

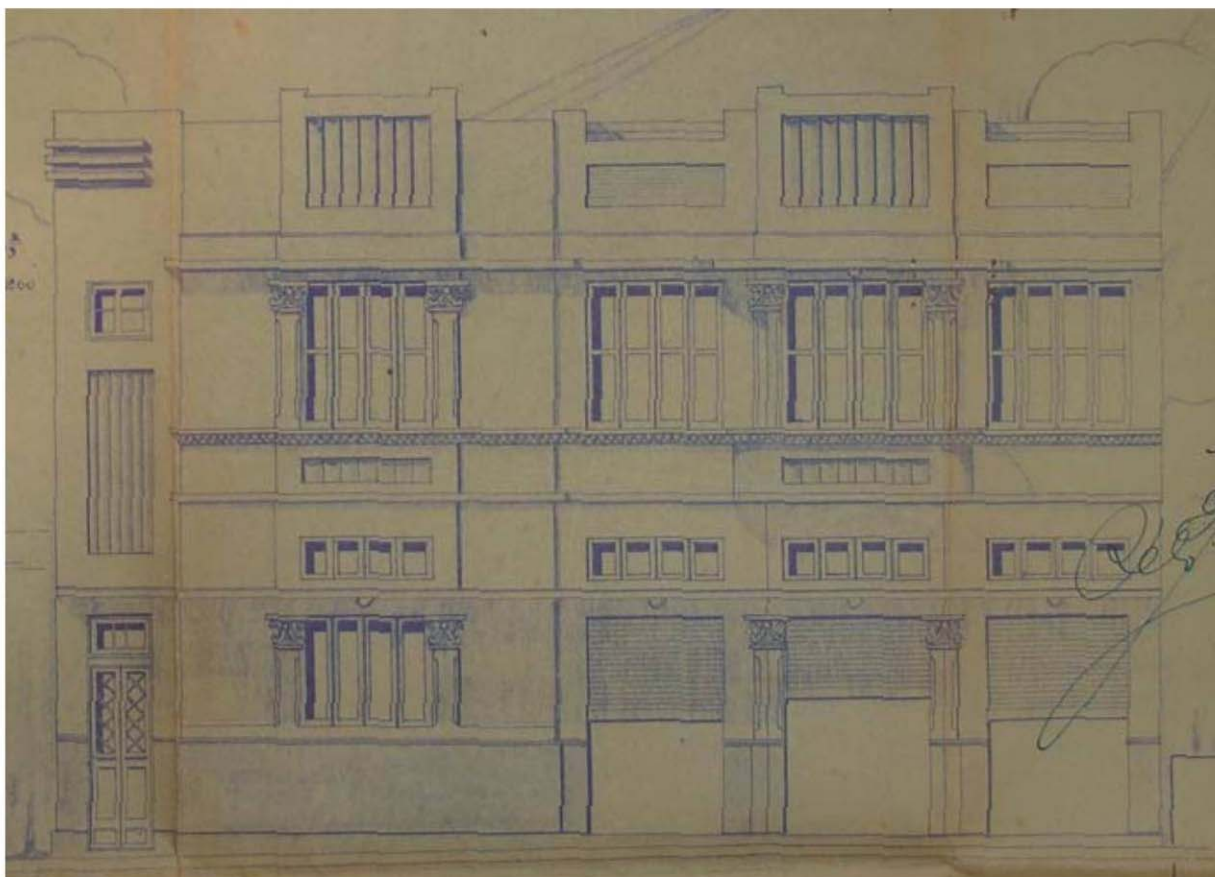
---

<sup>258</sup> Cf. Frabris (1987), Reis Filho (1970), Lemos (1999) e Segawa (2002).

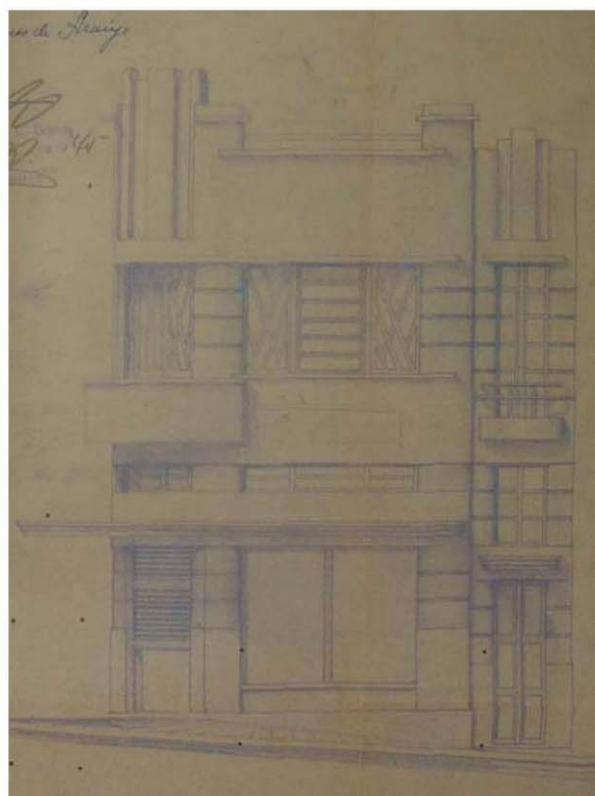
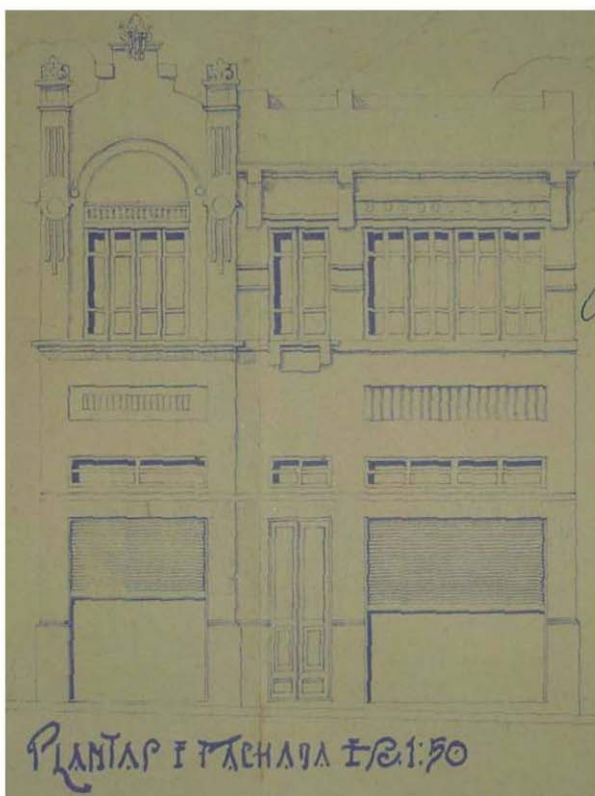
<sup>259</sup> Para o Art Déco em Goiânia, ver Coelho (1997) e Unes (2001).

<sup>260</sup> Para a difusão do Art Déco na América Latina, ver publicação do Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro (1997) e Campos (1996 e 2003).

<sup>261</sup> A exigência do Decreto Nº.51, de janeiro de 1935, era apenas para que as edificações das ruas citadas não fossem térreas. Não determinava gabaritos rígidos ou alturas máximas que estabelecessem alguma homogeneidade aos conjuntos edificados. Assim, construções vizinhas poderiam ter alturas diferentes.



Eclético ou Art Déco? Uso de referências formais distintas em sobrados da região central. **80.** Acima, sobrado para João de Matos. Rua Venâncio Neiva, 1944. Projeto do arquiteto licenciado Josué Barbosa. **81.** Abaixo, à esquerda, sobrado para Júlio Costa. Rua Venâncio Neiva, 1944. Projeto do arquiteto licenciado Josué Barbosa. **82.** Abaixo, à direita, sobrado para Gil Braz de Figueredo. Esquina entre as ruas Venâncio Neiva e Monsenhor Sales, 1945. Projeto do arquiteto licenciado Josué Barbosa. **Fonte:** APMCG.



Na verdade, as primeiras ressonâncias do Art Déco, do Neocolonial e das demais linguagens consideradas de “feição moderna” pelos fiscais da Diretoria de Obras de Campina Grande foram sentidas em momento anterior à intensificação das medidas reformistas a partir de meados da década de 1930, em consonância com o aumento do número de construções e com o estabelecimento de arquitetos, desenhistas e engenheiros na cidade. Suas aparições inaugurais foram resultados de iniciativas particulares, de projetos feitos por técnicos, pedreiros ou mestres-de-obra (como a ainda incipiente casa de Maria Ignez de Freitas Ramos, de 1932, destituída de ornamentação profusa, típica do Ecletismo, e marcada por sua platibanda escalonada e por seqüências de listras verticais – imagem 83). Em 1933, grande parte dos projetos apresentados à Prefeitura já seguia as referências Art Déco (imagem 84). Nesse mesmo ano e caminhando por essa mesma linguagem formal, o Governo Federal construiu a nova sede dos Correios e Telégrafos, no lugar da atual praça da Bandeira (imagem 85)<sup>262</sup>.

O dinamismo econômico local, aliado à exigência da municipalidade para que as construções e reformas das áreas urbana e suburbana fossem planejadas por profissionais vinculados aos Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura, como determinou a Lei Nº. 23.569 de 11 de dezembro de 1933, abriu mercado para a fixação de arquitetos, desenhistas e engenheiros na cidade. Isso representou não apenas rupturas nas soluções técnicas, espaciais e construtivas no comum das edificações de então, como vimos no capítulo 2, mas também colaborou para o desenvolvimento dessas novas linguagens estético-formais. Embora arquitetos tenham atuado em momento anterior na cidade, como o italiano Hermenegildo di Lascio<sup>263</sup> (projeto do Grupo Escolar Solon de Lucena, inaugurado em 1924), só foi nos anos 1930 que se estabeleceu o primeiro escritório de arquitetura em Campina Grande, o do arquiteto licenciado Isaac Soares (em 1933)<sup>264</sup>. Na década seguinte, foi a vez do também arquiteto licenciado Josué Barbosa fazer o mesmo. Tais escritórios foram responsáveis por grande parte da produção local dos anos 1930 e 1940, estendendo-se com menor vigor pelos 1950 e 1960, atuando nas áreas de projeto de edificação e de interiores e na construção civil.

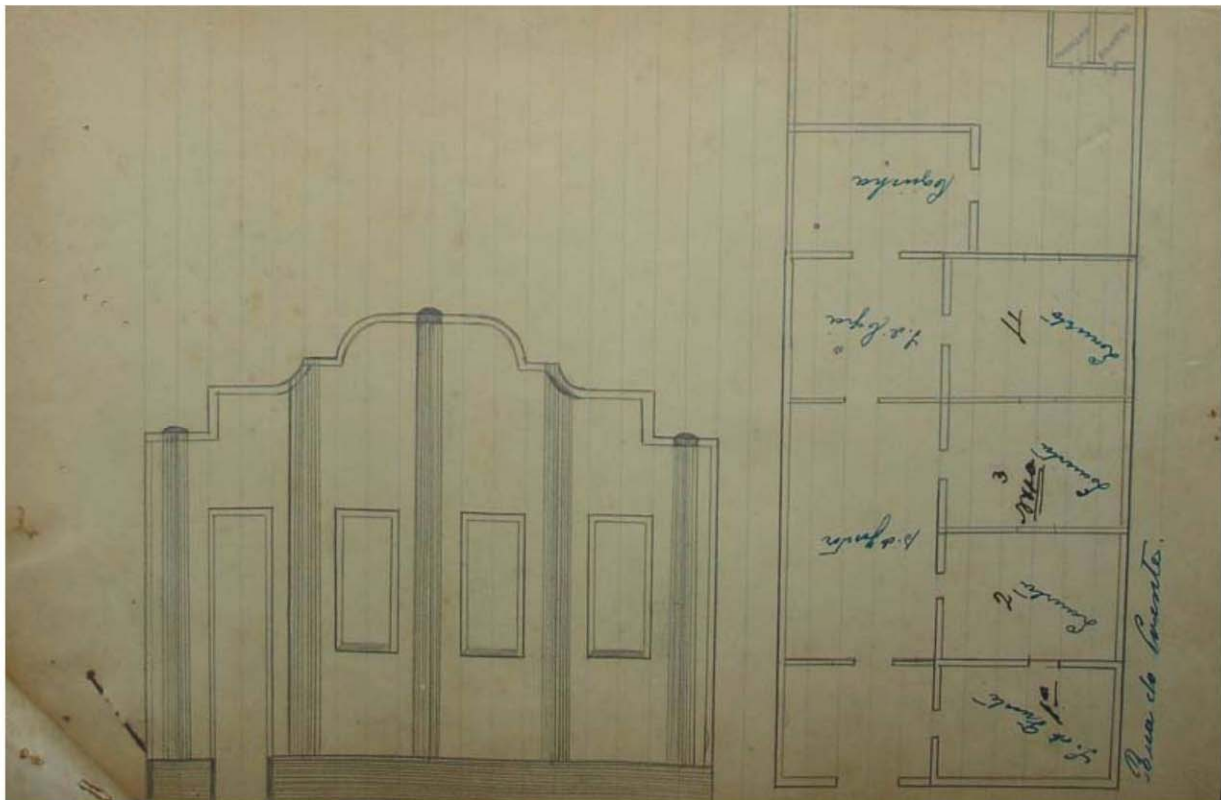
Paralelamente, engenheiros civis e desenhistas possuíam licença para projetar no município, como foi o caso de Ubyrajara Pompilio (desenhista), Cícero José de Sousa (desenhista), Zacarias Carvalho (desenhista), F. Bolivar (desenhista), Antônio Henriques (desenhista), Marina Carvalho (desenhista), Antônio Maria de Figueiredo Junior (engenheiro), Giovanni Gioia (engenheiro, italiano radicado em Campina Grande), Josias

---

<sup>262</sup> Esta obra, cujo projeto padronizado foi executado em diversas cidades do interior paraibano (como Areia e Guarabira), fez parte do plano nacional de normalização arquitetônica oficial estabelecida pelo então Departamento dos Correios e Telégrafos (PEREIRA, 1999). Seu objetivo era modernizar a estrutura física da repartição frente às novas necessidades surgidas com multiplicação da rede postal e telegráfica pelo país, fruto da política varguista de integração do território brasileiro através de investimentos nos meios de comunicação estatais. Sobre o assunto, ver Pereira (1999), Segawa (2002, p.52-76) e Trajano Filho (2003, p.28).

<sup>263</sup> Ver nota rodapé Nº. 79 do capítulo 1.

<sup>264</sup> Arquitetos licenciados eram profissionais sem formação acadêmica, mas que recebiam, mediante habilidade comprovada, a autorização dos conselhos regionais de engenharia e arquitetura para atuar legalmente na profissão.



83. Residência para Maria Ignez de Freitas Ramos. Rua do Poente, 1932. Fonte: APMCG.

84. Alguns dos projetos Art Déco aprovados em 1933. Fonte: APMCG.



Coelho Queiroz (engenheiro), J. B. Toni (engenheiro), Austro de França Costa (engenheiro)<sup>265</sup> e Saturnino de Brito Filho, cujo escritório foi responsável pelo projeto e pela execução dos edifícios do sistema de saneamento da cidade. Ao mesmo tempo, arquitetos de outros lugares foram solicitados para trabalhar em Campina Grande, como Georges Munier (francês radicado em Recife)<sup>266</sup>, Heitor Maia Filho (Recife), Brandão Magalhães (Recife), Fernando Oliveira e Clodoaldo Gouvêa (capixaba radicado em João Pessoa, um dos principais personagens da modernização arquitetônica da capital paraibana nos anos 1930<sup>267</sup>).

A procedência da formação da maioria desses profissionais ainda nos é uma dúvida, requerendo pesquisa específica que se volte para o assunto. Sabemos, apenas, que tanto Oliveira como Gouvêa passaram pela Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro (ENBA). Até 1945, quando o ensino de arquitetura começou a ser disseminado pelo país, a ENBA era a principal escola de formação de arquitetos do Brasil, cuja origem vinha da Academia de Belas-Artes, fundada na então Capital Federal, em 1826, com a pretensão de implantar o ensino artístico de alto nível no Império (SEGAWA, 2002, p.130).

Assim, tal quadro profissional instaurado ou em circulação por Campina Grande foi responsável pela elaboração do que seria essa desejada arquitetura de *estilo, feição* ou *tipo* moderno. Na busca por suas afirmações, arquitetos, engenheiros e desenhistas projetavam de tudo ao mesmo tempo, de acordo com a vontade e com as necessidades dos clientes e desvinculados de alguma possível corrente ideológica, como os discursos nacionalistas que guiaram a essência das concepções Neocoloniais ou a vertente Marajoara do Déco. O interessante também é observar a evolução da obra de alguns desses profissionais ao longo do tempo. Nos anos 1930 e 1940, o trabalho do arquiteto Isaac Soares, por exemplo, seguia majoritariamente pelos caminhos do Art Déco e das manifestações românticas. Já em finais dos 1950 e início dos 1960, parte das suas concepções passou a se filiar ao Movimento de Arquitetura Moderna, demonstrando a adoção de outra (ou de mais uma) prática projetual. Eram reflexos, em terras campinenses, de discussões e realizações arquitetônicas em circulação pelo país. Porém, voltemos aos anos 1930 e 1940 e tentemos entender os significados e as traduções dessas linguagens que foram colocadas como modernas até então.

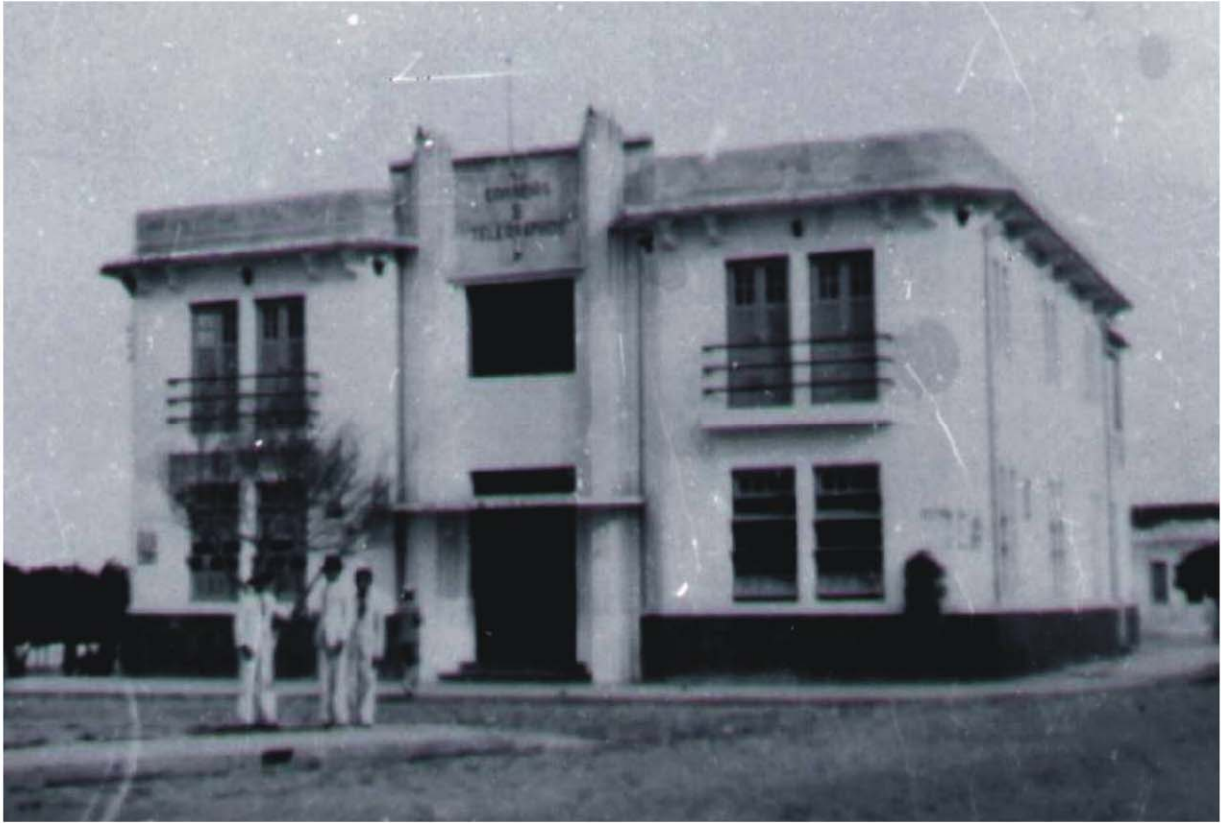
O que hoje chamamos de Art Déco representou um caminho mais curto, urgente, na busca por uma imagem de modernidade, sem grandes rupturas com as estruturas físicas e sociais do passado. Na arquitetura, o seu desenvolvimento deu origem a uma linguagem estética que tentou espelhar o frescor, a higiene, os ritmos frenéticos, a lógica

---

<sup>265</sup> Não localizamos maiores informações sobre esses profissionais. As grafias aqui apresentadas, inclusive com abreviações, estão de acordo com as escritas encontradas nos projetos apresentados à Diretoria de Obras de Campina Grande.

<sup>266</sup> Sobre o arquiteto Georges Munier, ver o rodapé Nº.194 desse capítulo.

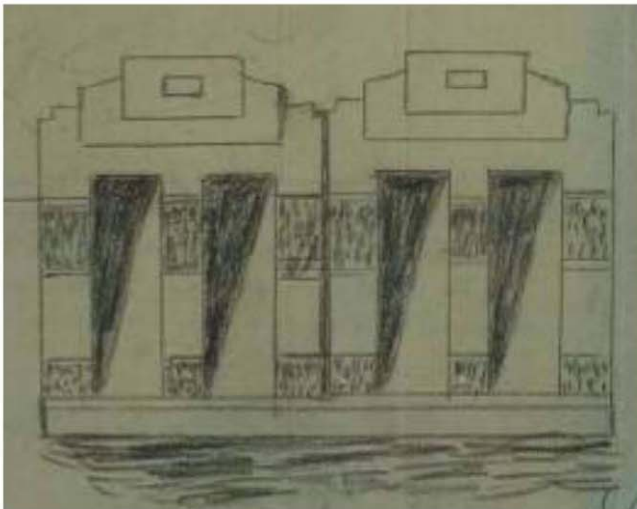
<sup>267</sup> Ver Trajano Filho (2003).



85. Edifício dos Correios e Telégrafos. **Fonte:** Arquivo pessoal Severino Cabral Filho.



86. Planos escalonados nas fachadas. Projeto de reforma da residência de José Nascimento, Rua Alexandrino Cavalcanti, 1934. **Fonte:** APMCG.



87. Versão popular do Art Déco. Rua Monsenhor Sales, 1933. **Fonte:** APMCG.



produtiva, o progresso, o apelo consumista e os avanços técnico-científicos do mundo moderno. O Art Déco foi lançado formalmente ao mundo na *Exposition Internacionalle des Arts Décoratives et Industrielles Modernes* de Paris, em 1925. Na ocasião, perseguia-se uma estética que dialogasse com a sociedade industrial nascente, que pudesse ser aplicada aos mais diversos objetos do cotidiano, da casa aos móveis, dos eletrodomésticos a peças do vestuário. Porém, era um diálogo que forjava uma modernidade de caráter eminentemente decorativo, referenciada em fontes tão diversas e distintas entre si como Compagnie des Arts Français e a Bauhaus<sup>268</sup>. Com origem na Europa, o Art Déco rapidamente se expandiu para as Américas do Norte e do Sul, onde se difundiu principalmente via novos meios de comunicação de massa, como o cinema, as revistas ilustradas, o rádio e a propaganda<sup>269</sup>.

O termo Art Déco só foi outorgado em 1966, por ocasião da exposição revisionista *Les Années 25*, realizada no Museu de Artes Decorativas de Paris em comemoração à exposição de 1925 (CAMPOS, 1996, p.17). Sob esse rótulo, tentava-se reabilitar uma produção do entreguerras de móveis, objetos e bibelôs com certas especificidades formais e que tinha sido esquecida pela história, integrando-a de maneira mais ampla a correntes artísticas tão diversas como a Bauhaus, o De Stijl ou o Esprit Nouveau (BRESLER, 1997, p.11). A denominação também foi estendida à arquitetura desde então. Assim, nos anos 1920, 1930 ou 1940, nenhum artista, design ou arquiteto definia a sua obra como Art Déco, muito menos clientes e administradores públicos a conheciam dessa forma. Em tais décadas, a corrente estética ganhou vários batismos no Brasil e no exterior, ficando conhecida, dentre outros nomes, como Modernistic, Jazz Modern Style, Zigzag Modern, Style 1925, Paris 25, Streamlined Modern, Futurismo, Cubismo<sup>270</sup> ou Estilo, Feição e Tipo Moderno, como foi o caso de Campina Grande.

Mesmo reconhecendo a existência de elementos comuns em suas diversas vertentes, a ausência de uma desejável homogeneidade estilística, aliada às várias fontes das quais se alimentou em busca de uma estética moderna, tornaram o Art Déco extremamente híbrido (CAMPOS, 2003, p.40-41). Face a isso, muitos autores não o consideram um estilo arquitetônico<sup>271</sup>. Para Pinheiro (1997, p.205), “apesar de apresentar tantas e tão variadas fontes de influência decorativa, o Art Déco é sempre facilmente identificável”.

Isto porque a concepção espacial geral é sempre calcada na rigorosa observância dos preceitos compositivos da École des Beaux Arts de Paris: composição de fora para dentro, simetria absoluta em torno de

---

<sup>268</sup> Além dessas duas fontes de influência, o Art Déco de referenciou em movimentos como *Arts and Crafts*, *Weiner Werkstätte*, *Deutscher Werkbund*, *Futurismo/Vorticismo*, *Cubismo*, *Der Blane Reiter* e *De Stijl* (Neoplasticismo) e em eventos do pós primeira guerra, como o *Ballets Russes*, o cinema, o jazz norte-americano, a construção de transatlânticos, as culturas primitivas da África e da América Pré-colombiana (CAMPOS, 1996, p.22-32). Sobre o assunto, ver também Pinheiro (1997, p.205-206).

<sup>269</sup> Cf. Conde e Almada (2000, p.9) e Pinheiro (1997, p.205). Para a associação entre o Art Déco e o Cinema, ver textos de José Carlos Avellar, Leonardo Barci Castriota e Renato da Gama-Rosa Costa na publicação do Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro (1997).

<sup>270</sup> Cf. Campos (1996, p.18), Conde e Almada (2000, p.11) e Pinheiro (1997, p.206).

<sup>271</sup> Como o próprio Campos, por exemplo. Ver o capítulo 2 da sua tese de doutorado, intitulado *Modernidade sem ruptura* (CAMPOS, 2003, p.32-53).

um ou mais eixos, etc. Além disso, o art déco também se caracteriza por utilizar invariavelmente certos mecanismos de uniformização dos elementos ornamentais – tais como a estilização e geometrização –, que têm como resultado a homogeneização das suas várias fontes de influência decorativa. Esse procedimento, que deriva dos movimentos artísticos de vanguarda e sua tendência à abstração, é em grande parte responsável pelo aspecto moderno do art déco – que, entretanto, não vai muito além das aparências externas (PINHEIRO, 1997, p.205-206).

Conde e Almada (2000, p.14) ainda acrescentam como características que permearam a produção Art Déco: no plano horizontal, composição simétrica/axial, com acesso centralizado ou valorizando a esquina; no plano vertical, composição tripartida em base, corpo e coroamento escalonado; predominância de cheios sobre vazios, articulação de volumes geometrizados e simplificados (varandas semi-embutidas) ou sucessão de superfícies curvas (aerodinamismo,); presença do ornamento, linguagem formal tendente à abstração, composição com planos, verticais e horizontais, fortemente definidos e contrastados; valorização dos acessos e portarias, iluminação feérica e cenográfica, intenção manifesta desde as perspectivas que acompanhavam os projetos.

O uso desses elementos, de maneira isolada ou associada, originou edifícios Art Déco que caminharam por vertentes diversas e que se tornaram passíveis de classificação por alguns autores. Campos (2003, p.61-78), por exemplo, estabeleceu cinco categorias: Art Déco Requintado, Art Déco Escalonado, Art Déco Aerodinâmico, Art Déco Classicizante e Art Déco Popular<sup>272</sup>. O Requintado corresponde aos exemplares mais luxuosos, com forte apelo decorativo, referenciado na produção européia, em especial à francesa anterior aos 1930<sup>273</sup>. Não foi o comum do olhar americano sobre a corrente estética. O Escalonado, também conhecido como *ziguezague*, foi uma das vertentes mais difundidas e a que melhor representou o Art Déco em âmbito internacional. Como o próprio nome já denuncia, suas composições tiravam partido da sobreposição de planos horizontais e verticais, em fachadas e ambientes internos, através do escalonamento das suas linhas (imagens 84 e 86).

O Art Déco Aerodinâmico, ou *streamline*, representou a “apropriação arquitetônica do desenho das estruturas náuticas, tendo, nos interiores dos grandes transatlânticos construídos no apogeu do Art Déco, uma de suas maiores fontes de referência formal” (CAMPOS, 2003, p.67). Metaforicamente, remetia à idéia de movimento, dinamismo e velocidade, “atributos claramente identificáveis com a era da máquina, bastante explorados no desenho de eletrodomésticos para produção de massa” (CAMPOS, 2003, p.67) (imagem 85 – Edifício dos Correios e Telégrafos de 1933). O Classicizante foi uma versão híbrida, com a utilização de linguagens formais distintas, reiterando padrões

---

<sup>272</sup> A tese de doutorado de Campos (2003, p.56-58) traz um quadro que sistematiza as classificações que outros autores atribuíram às diversas vertentes do Art Déco.

<sup>273</sup> Sobre o requinte e a exuberância de formas do Art Déco francês, ver Bresler (1997). Ver demais textos da publicação do Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro (1997).

compositivos próprios do Ecletismo. Às demais características do Art Déco, a vertente sobrepôs elementos arquitetônicos de matriz clássica (greco-romana), tais como frontões, colunatas gregas e platibandas ornamentadas. O Art Déco Popular foi a “resultante de formas de apropriação popular dos elementos de repertório de mais fácil assimilação por parte do não profissional ou do construtor comum”. Largamente difundida no Brasil e em boa parte da América Latina, foi uma versão invariavelmente econômica do Déco (CAMPOS, 2003, p.73) (imagens 87, 51 e 52).

De maneira sucinta, assim podemos entender o Art Déco. Em Campina Grande, como no resto do país, as vertentes definidas por Campos (2003) como Escalonada, Aerodinâmica e Popular foram o comum da produção, associadas a praticamente todos os programas da época, das residências às igrejas (imagem 88). Além do sagrado, o profano se apropriou do Déco. Os cinemas, os clubes esportivos e recreativos, os cabarés, os postos de gasolina e os demais programas modernos e que precisavam atrair público quase sempre se vestiram dessa linguagem estética, em busca de uma imagem de civilidade que refletisse os novos tempos e a recente prosperidade econômica do município (imagens 89, 90 e 91). A construção de um posto de serviços para automóveis em forma de avião, em pleno centro da cidade, foi um episódio emblemático desse gesto de tomar para si signos que pudessem comunicar alguma aparência de modernidade (imagem 92). Afinal de contas, o que seria mais moderno do que automóveis, aviões e velocidade?

No panorama campinense, o Art Déco, como o Neocolonial e as demais manifestações em evidência durante o nosso período de estudo, surgiu com a difusão de uma série de inovações que em outros lugares do país vieram associadas ao Ecletismo, desde finais dos oitocentos. A ruptura da implantação colonial (fruto das exigências higienistas que afastaram os edifícios dos limites do lote), os arranjos mais complexos de plantas e telhados, a incorporação de maiores avanços técnico-construtivos advindos com a revolução industrial e a introdução de toda uma tecnologia doméstica a partir da instalação das redes mecanizadas de abastecimento de água e coleta dos esgotos reforçaram o caráter de modernidade dessas arquiteturas em âmbito local.

Em 18 de março de 1936, o jornal oficial do Estado, *A União*, trouxe algumas incursões acerca da decoração Marajoara, temática que buscava, nas cerâmicas indígenas encontradas na Ilha do Marajó (Pará), expressões próprias para a cultura brasileira<sup>274</sup>. Na arquitetura, a aplicação estilizada, geometrizada e simplificada de tais formas deu origem a uma vertente Art Déco de cunho nacionalista, com ênfase decorativa<sup>275</sup>. Apesar da circulação de tais idéias via imprensa paraibana, essa não foi uma temática comum do Art Déco campinense. Esse primou pela economia de ornamentos, pelo tratamento

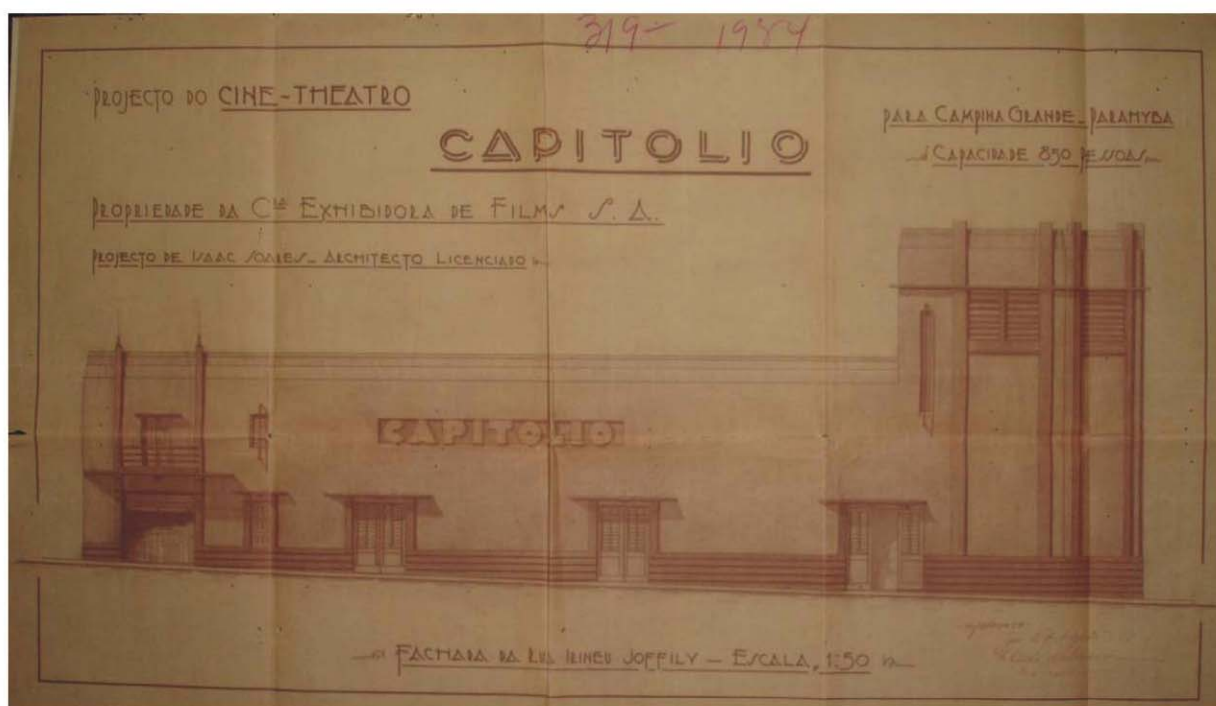
---

<sup>274</sup> O texto foi assinado por Raymundo de Moraes.

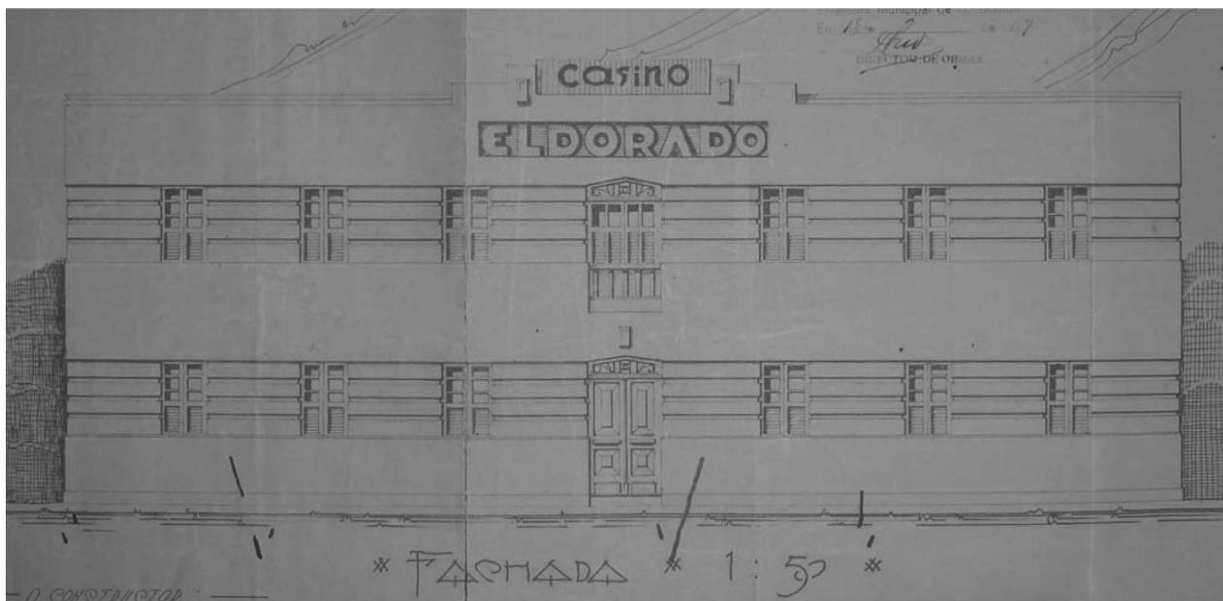
<sup>275</sup> Cf. Conde e Almada (2000, p.15).



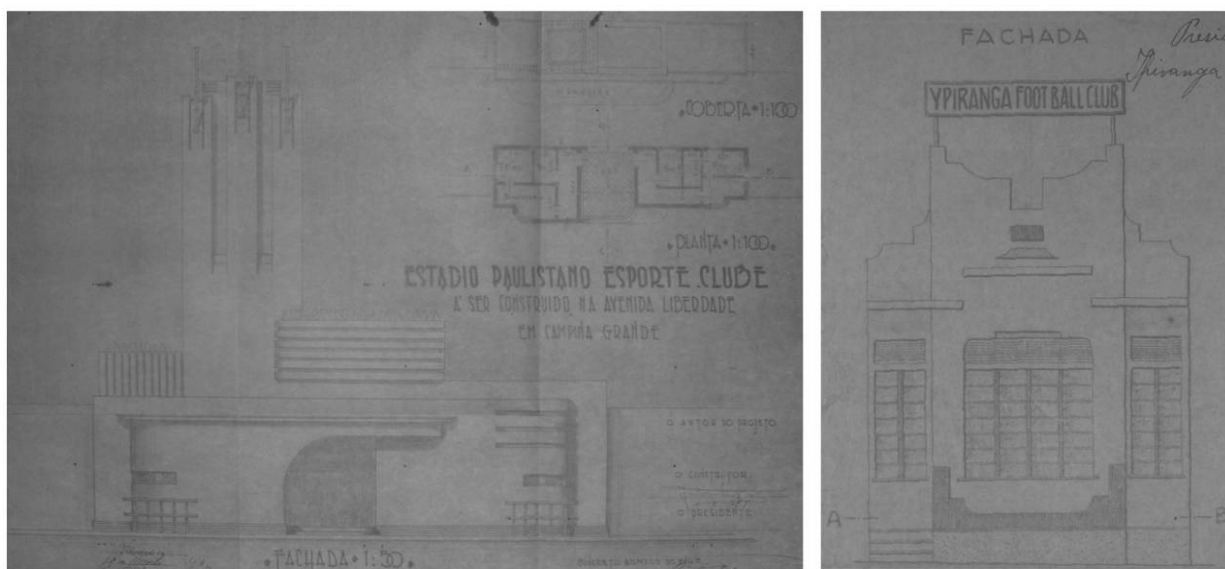
88. Igreja Presbiteriana, 1934. Projeto de F. Bolivar. Fonte: APMCG.



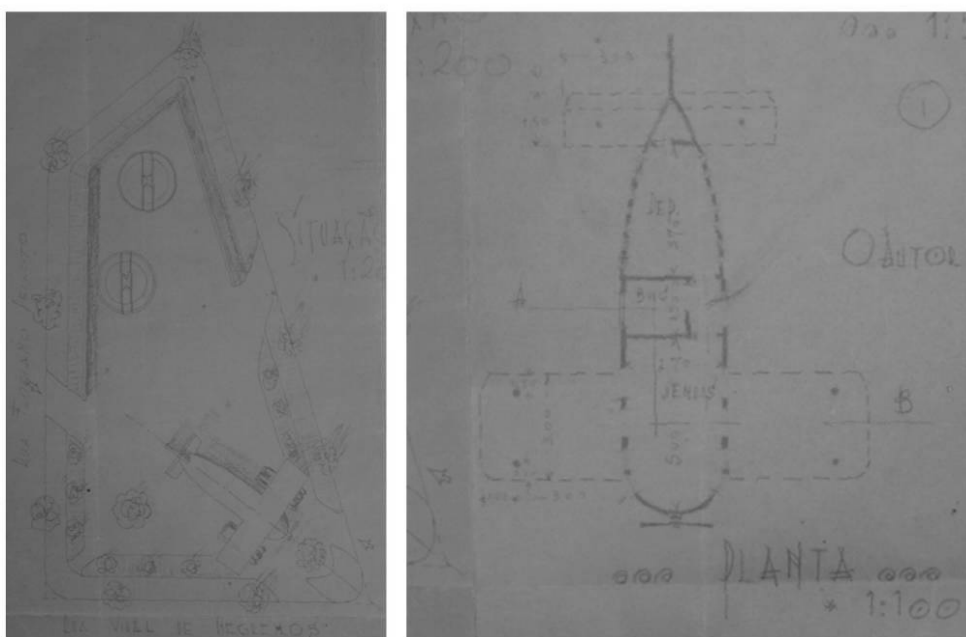
89. Acima, projeto para o Cine-Theatro Capitólio, 1934. Projeto do arquiteto licenciado Isaac Soares. Abaixo, fotografia da obra construída, sem data. Fontes: APMCG/ MHCG.



90. Cassino Eldorado, 1937. Projeto do arquiteto licenciado Isaac Soares. Fonte: APMCG.



91. À esquerda, projeto para o Estádio Paulistano Esporte Clube, 1949. Arquiteto licenciado Josué Barbosa. À direita, projeto para o Ypiranga Football Club, 1937. Arquiteto licenciado Isaac Soares. Fonte: APMCG.



92. Projeto para posto de serviços para automóveis. Propriedade de Tertuliano Alves de Souza. Praça da Luz, 1938. Projeto do arquiteto licenciado Isaac Soares. Fonte: APMCG.

superficial das fachadas e pela simplicidade construtiva. O uso de listras, disposição simétrica, elementos geométricos em baixo e alto relevo, esquinas e cantos arredondados, letreiros incorporados à composição geral do edifício, sacadas, marquises sobre janelas e acessos, planos escalonados em platibandas e marcando a verticalidade dos prédios foram os recursos mais utilizados na produção local, tanto por arquitetos, desenhistas e engenheiros quanto por pedreiros e mestres-de-obra em expressões mais populares e de baixo custo.

As constantes composições de linhas verticais, mesmo em edificações térreas, procuravam uma compatibilização com os novos modelos de imagem urbana exigidos pelos gabaritos de altura, sempre em busca do crescimento para cima e do maior aproveitamento do lote (imagem 93). Não é à toa que os arranha-céus norte-americanos (muitos de estética Art Déco), associados a ruas com intenso fluxo de veículos, passaram a representar o ideal de cidade moderna a ser perseguido, com reflexos até os dias de hoje nas cidades brasileiras. Já o uso quase generalizado de marquises de concreto armado sobre as calçadas dos edifícios comerciais construídos ou reconstruídos na região central é um indicativo da sua possível obrigatoriedade, tal como fazia o Regulamento de Construção do Município de João Pessoa de 1938. Sua utilização sobre os passeios tinha a função de proteger um espaço público que agora ganhava outra dinâmica, a do consumo. Desse modo, o sol e a chuva não mais atrapalhariam o deambular das pessoas em frente às novas vitrines e lojas abertas. O uso desses elementos criou planos contínuos de marquises nos logradouros comerciais do centro de Campina Grande, enfatizando a regularidade e as perspectivas lineares e infinitas de ruas como a Maciel Pinheiro e a Venâncio Neiva (imagens 73 e 75).

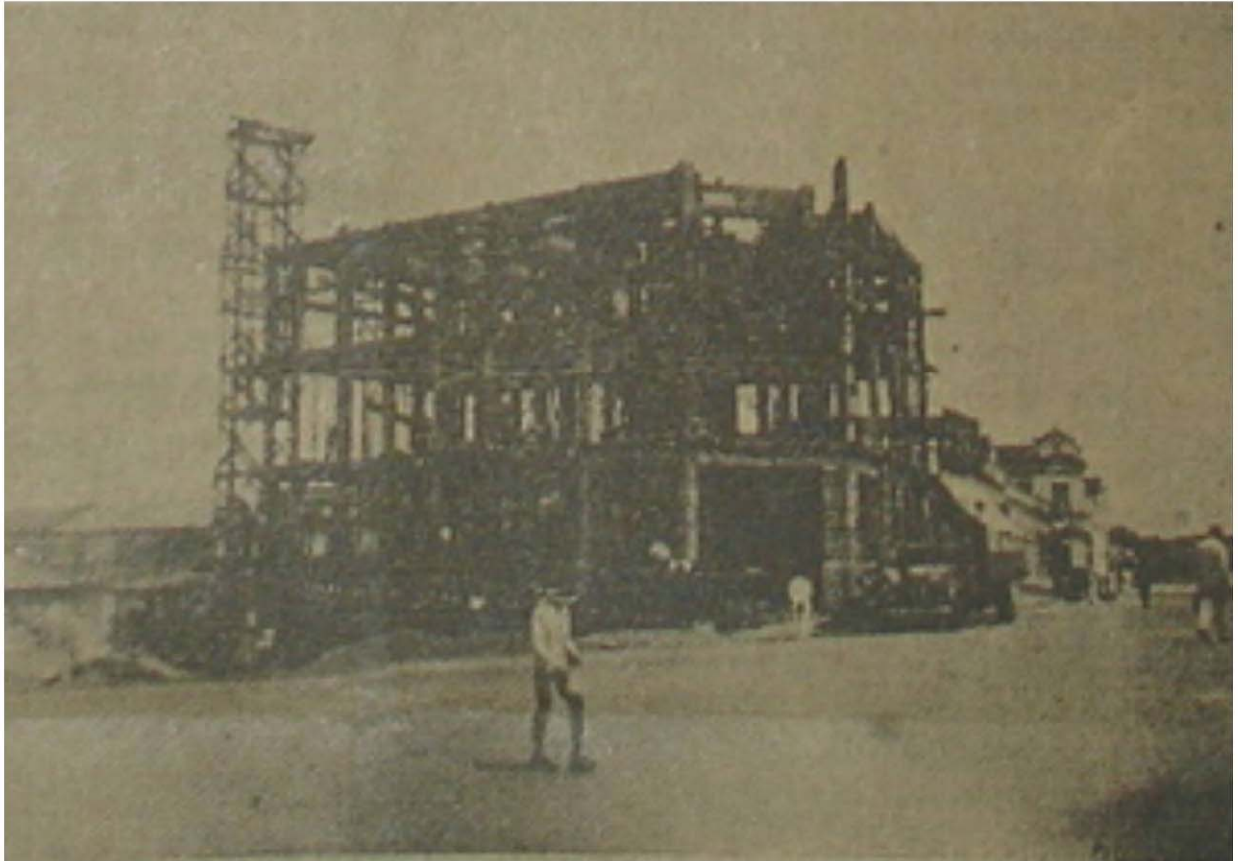
Parte dos resultados técnico e estético do Art Déco campinense também se vinculou ao surgimento e à difusão das estruturas de concreto armado na cidade. Como afirmou Câmara (1947, p.136) em 1940, "surgiu o gosto pelo cimento armado" no município. Marquises em balanço, edifícios com paredes mais leves e vãos maiores em ambientes e esquadrias foram conquistados com o uso da técnica. Os antigos armazéns e mercearias, com suas seqüências de portas estreitas de madeira (geralmente de duas folhas), quase sempre deram lugar a planos únicos de portas de aço (de enrolar), as quais passaram a ocupar boa parte das testadas das edificações comerciais (imagem 94). Através desse maior contato estabelecido entre interior e exterior, entre espaços privado e público, as lojas ficaram mais expostas para o consumo dos passantes. Contudo, as técnicas tradicionais de construção não foram abandonadas. As estruturas de concreto armado foram mais utilizadas nos grandes edifícios públicos e nos sobrados levantados nas ruas centrais, muitas vezes associadas a paredes portantes de tijolos nesse último caso (imagens 95 e 96). As demais edificações continuaram executando um Art Déco que fez uso de métodos convencionais de construção, de mais fácil, barata e sabida execução por pedreiros e mestres-de-obra. Como afirma Teixeira (2003), a racionalização



93. Predominância de linhas verticais. Acima, projeto para habitações unifamiliares geminadas. Travessa do Chafariz, 1936. Desenhista Marina Carvalho. Abaixo, à esquerda, projeto para armazém, 1936. Desenhista Antônio Henriques. Abaixo, à direita, projeto para armazém de algodão. Propriedade de João Brayer. Rua da República, sem data. Projeto do arquiteto Georges Munier. **Fonte:** APMCG.

94. Rua João Pessoa. À esquerda, seqüência de portas estreitas, 1929. À direita, portas de aço ocupando toda a frente do pavimento térreo da edificação. Projeto de sobrado para Jemil Asfora & Cia, 1946. **Fontes:** MHCG/APMCG.





95. Acima, "arcabouço do Palácio da Municipalidade", edifício construído com estrutura independente de concreto armado. Abaixo, obra em etapa de finalização, foto do começo da década de 1940 (perceber ausência de esquadrias no 2º. Pavimento). Esquina entre a rua Maciel Pinheiro e a avenida Floriano Peixoto. **Fontes:** Jornal *A União*, 21 set. 1941. Arquivo pessoal Severino Cabral Filho.



ou redução geométrica, a estilização dos detalhes construtivos, somada a uma tecnologia tradicional (paredes portantes, tímidas estruturas de concreto armado), possibilitou a expansão do Art Déco nos canteiros de obra de vários lugares do mundo, incluindo Campina Grande.

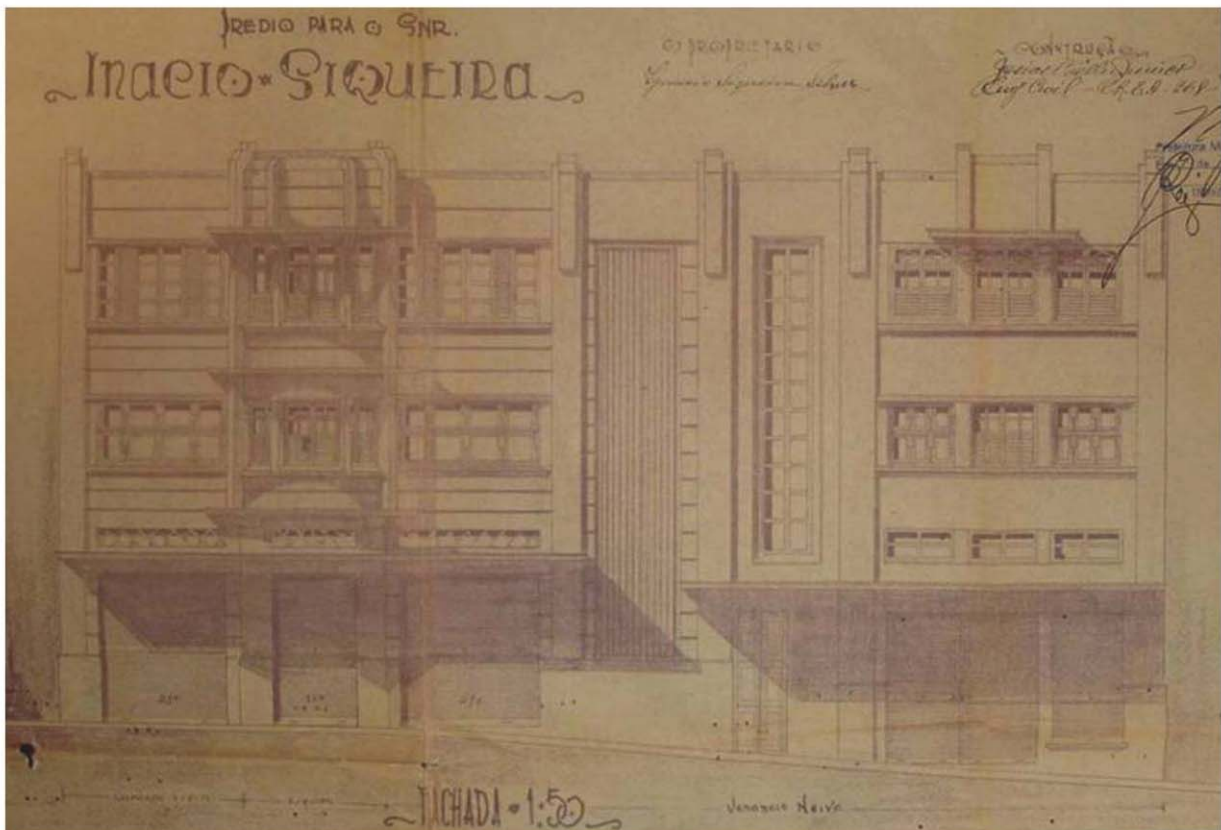
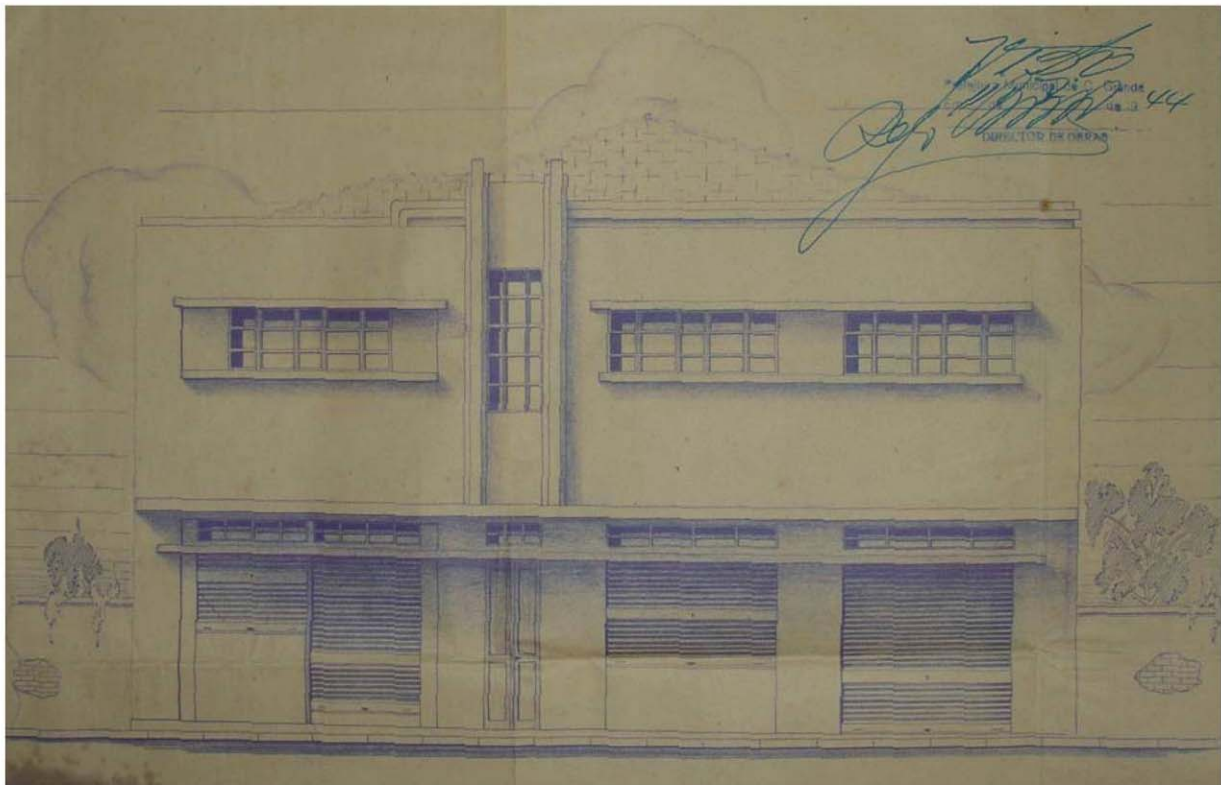
A substituição da ornamentação profusa, típica do Ecletismo, pela limpeza dos planos horizontais e verticais escalonados e em alto ou baixo relevo também trazia consigo uma nova estética: a do cimento. No México, por exemplo, as indústrias do material “criaram uma imagem publicitária de que o uso do cimento desembocaria em obras modernas” (ALANIS, 1997, p.29). Lá, o Art Déco “procurou não apenas o uso extensivo de estruturas de sustentação à base de concreto armado (decisão tomada mais por motivos de economia e facilidade construtiva), mas também, externamente, a manifestação plástica do uso do cimento” (ALANIS, 1997, p.29)<sup>276</sup>. Ademais, a eliminação da ornamentação profusa e a busca por formas limpas e geométricas possivelmente caminharam junto com os interesses de mercado: diminuiram o tempo do projeto, baixaram custos e aumentaram a velocidade de execução das construções, com o emprego de mão-de-obra menos qualificada do que a dos antigos mestres que aplicavam os ornamentos. O movimento higienista fez coro com essa lógica da simplicidade formal, bradando que os ornamentos, não só em fachadas, mas em móveis, paredes internas e utensílios cotidianos, acumulavam poeira e dificultavam a limpeza do espaço doméstico. Não é à toa que a produção de habitação higiênica de aluguel para a média e baixa renda fez uso intensivo da estética Art Déco, padronizando conjuntos inteiros de fachadas (imagens 93, 79 e 55). Os prédios do serviço de saneamento da cidade, projetados e construídos pelo Escritório Saturnino de Brito, seguiram pelo mesmo caminho (imagem 97).

O uso das mesmas técnicas construtivas, aliadas a uma produção que esteve majoritariamente nas mãos dos poucos projetistas estabelecidos na cidade, talvez explique a certa uniformidade entre os edifícios Art Déco de Campina Grande. Os arquitetos Isaac Soares e Josué Barbosa projetaram grande parte dos prédios campinenses das décadas de 1930 e 1940. Rossi (1994) chegou a batizar essa realização campinense de *Art Déco Sertanejo*, atribuindo a ela características regionais que a distinguiam do resto da produção nacional. Lembrando da grande importância do seu trabalho em prol do restauro e da conservação de tais edifícios, não acreditamos que o Art Déco de Campina Grande se diferencie do Art Déco desenvolvido em cidades como Goiânia, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo ou nos diversos municípios da região sul do Brasil<sup>277</sup>.

---

<sup>276</sup> Sobre a associação entre o Art Déco e as formas provenientes do cimento e do concreto armado, ver texto sobre Auguste Perret em Segawa (2002, p.59).

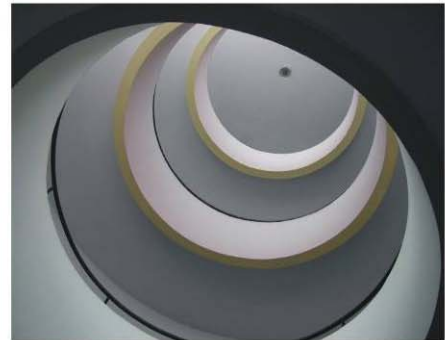
<sup>277</sup> Para o Art Déco nessas cidades, ver referências citadas até o momento.



96. Sobrados construídos nas ruas centrais de Campina Grande. Acima, projeto para a rua Marquês do Herval, 1944. Propriedade de Júlio Ferreira. Abaixo, projeto para a esquina entre as ruas Cardoso Vieira e Venâncio Neiva, 1948. Propriedade de Inácio Siqueira Silver. **Fonte:** APMCG.

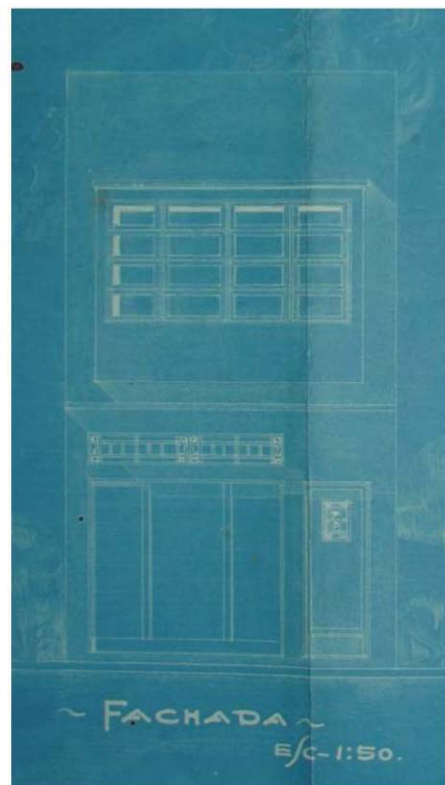
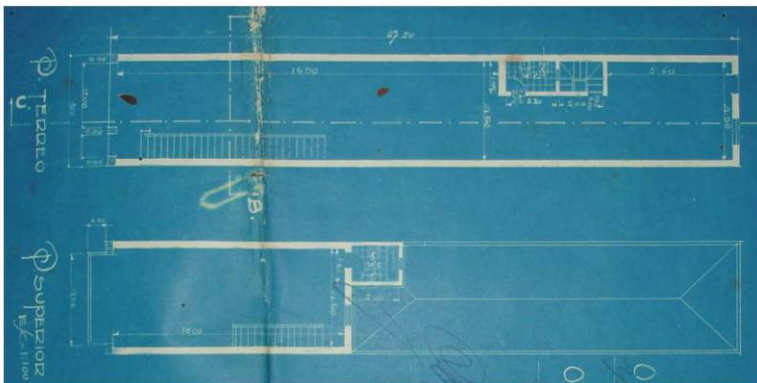


97. Reservatório e Estação de Tratamento D'Água, bairro do Alto Branco. Projeto e construção do Escritório Saturnino de Brito, 1939. **Fonte:** Arquivo Humberto Nóbrega - Unipê (Acervo pessoal Francisco Sales Trajano Filho).



98. Grande Hotel (1936-1942). Fotos atuais. **Fonte:** Acervo do autor.

99. Edifício não decorado. Sobrado para José Araújo. Rua João Pessoa, 1945. Projeto do arquiteto Clodoaldo Gouvêa. **Fonte:** APMCG.



Em meio a esse processo, também houve a construção de edifícios que perderam qualquer referência decorativa, sem listras, baixos e altos relevos nem planos escalonados. Se o Art Déco pode ser definido como uma arquitetura que se apropriou de temáticas distintas em busca de uma estética moderna de cunho decorativo, esses edifícios não podem ser classificados de tal forma. Para Somekh (1997, p.117), o que aconteceu com essa arquitetura foi a perda de ornamentação, decorrente do fim de mão-de-obra especializada disponível para conseguir o resultado próprio do Ecletismo e, ao mesmo tempo, a necessidade de maior aumento de produtividade. Analogamente ao urbanismo, a arquitetura passou “pela necessidade de modernização e do aumento da produtividade” (SOMEKH, 1997, p.117). Segundo a autora, temos, nesse caso, edifícios não-decorados. “É, portanto, uma arquitetura *non déco*, que perde a ornamentação do Ecletismo” (SOMEKH, 1990, p.117), ou até mesmo o apelo decorativo do Art Déco, como acontece no nosso caso (imagem 99).

Da mesma forma, definir o novo edifício dos Correios e Telégrafos (1950) (imagem 62) e o Grande Hotel (1936-1942) como Art Déco é reduzir a análise a seus poucos ornamentos de fachada (imagem 98). Os dois foram construídos para atender a programas modernos, complexos e em escalas inéditas, e estavam imbuídos de conceitos como funcionalidade, eficiência e economia, lemas próprios de uma arquitetura racionalista que ganhou firme aplicação em obras públicas no Brasil dos anos 1930 (SEGAWA, 2002, p.66). A adoção de tais conceitos fez parte das políticas de modernização administrativa empreendidas pelo governo Vargas, seguidas por seus representantes estaduais e municipais, como foi o caso, na Paraíba, dos programas para a construção de escolas e prédios públicos empreendidos pelo Interventor Argemiro de Figueiredo no âmbito da Diretoria de Viação e Obras Públicas do Estado (DVOP)<sup>278</sup>. O edifício dos Correios de 1950, assim como o de 1933, fez parte do plano nacional de normalização arquitetônica estabelecido pelo Departamento de Correios e Telégrafos, cujo intuito era o de otimizar a infra-estrutura das agências postais do país<sup>279</sup>. Já o Grande Hotel, com seu jogo de volumes, limpeza formal, exploração do concreto armado e integração espacial entre os cinco pavimentos através de um grande vazio circular central, aproximava-se mais de uma modernidade que tentava romper com o comum das construções da época. Vale lembrar que, tanto o Grande Hotel quanto o novo prédio da Prefeitura Municipal, introduziram o elevador de forma pioneira nos edifícios da cidade, símbolo máximo de um modelo urbano que pregava a verticalização como sinônimo de progresso e de reprodução do solo citadino.

---

<sup>278</sup> Para a ação da DVOP na Paraíba dos anos 1930, ver Trajano Filho (2003).

<sup>279</sup> Sobre o assunto, ver Pereira (1999), Segawa (2002, p.52-76) e Trajano Filho (2003, p.28).

Paralelamente ao Art Déco, aos resquícios de um Ecletismo historicista e a essa arquitetura modernizante de orientação racionalista<sup>260</sup>, foi comum a construção de edifícios que faziam referência aos chalés suíços, à arquitetura das missões espanholas que colonizaram o sudoeste dos Estados Unidos e às nossas raízes coloniais portuguesas. Vinculadas à estética do pitoresco e aos movimentos nacionalistas irrompidos em países europeus e americanos nas primeiras décadas dos novecentos, incluindo o Brasil, essas arquiteturas estavam imbuídas de um sentimento de nostalgia, de romantismo, de culto a um passado pré-industrial, camponês, anterior à ruptura entre o homem e a natureza advinda com as dimensões e com o ambiente construído da cidade moderna<sup>261</sup>.

O uso dessas linguagens nos edifícios da cidade se deu de maneira híbrida, num procedimento compositivo próximo do Ecletismo, longe das ideologias como as que fundaram o movimento Neocolonial no Brasil. Tal manifestação, inaugurada pelo engenheiro português Ricardo Severo, seguida e defendida por José Mariano Filho, Mário de Andrade e Lúcio Costa, preconizava, naquele começo do século XX, que a modernização da arquitetura brasileira se daria pela valorização das artes tradicionais do país, entendidas como de origem portuguesa (SEGAWA, 2002, p.35). De cunho altamente nacionalista, esse debate circulou na imprensa paraibana dos anos 1930. Em artigo publicado no jornal oficial *A União*, em março de 1932, Josa Magalhães, o mesmo que fez incursões acerca do urbanismo moderno<sup>262</sup>, defendeu “que a nossa arquitetura deve refletir um caráter nacional” e definiu o Neocolonial como o “estilo que nos convém” (MAGALHÃES apud SOUSA, 2001, 250). Já em julho de 1935, o mesmo jornal publicou um artigo assinado por Azevêdo Amaral<sup>263</sup>. O texto trazia considerações sobre a “Architectura e Urbanismo” brasileiros, tecia comentários sobre o plano Agache, sobre as reformas de Pereira Passos e, mais adiante, relatava o conteúdo da palestra proferida pelo arquiteto português Raul Lino na Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. Segundo Amaral (1935), Lino “concitou os seus collegas brasileiros a procurar desenvolver um estylo creado sob os imperativos esthéticos da nossa ambiencia e da nossa tradição”.

Acerca desse ultimo ponto convem observar que o sr. Raul Lino não communga as idéias de uma escola que tem pleiteado entre nós formas architectonicas calcadas em imitação mecanica de moldes pertencentes a periodos passados do nosso desenvolvimento historico. O architecto português é um grande artista no sentido profundo da expressão e mais não é preciso acrescentar, para que se comprehenda que ao seu espirito repugna a tendencia a uma arte que não corresponda ás características do dinamismo da vida contemporânea (AMARAL, 1935).

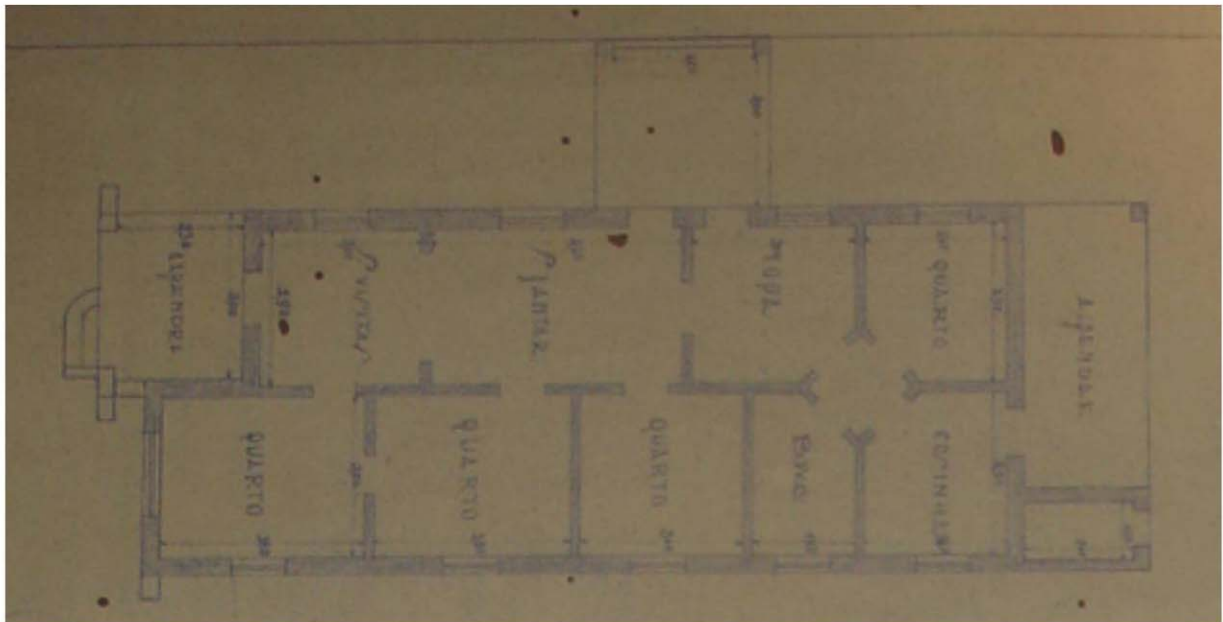
---

<sup>260</sup> Chamada de Protomoderna por Naslavsky (1998) ou de Modernidade Pragmática por Segawa (2002).

<sup>261</sup> Para maiores informações, definições e conceitos sobre essa arquitetura de caráter pitoresco, ver Pinheiro e D’agostinho (2004). A tradição pitoresca que permeou essa produção influenciou movimentos como o Arts and Crafts, de Jonh Ruskin, as cidades-jardins de Ebenezer Howard e os ideários de Camillo Sitte. Para uma síntese sobre esses assuntos e seus vínculos com a tradição pitoresca, ver Andrade (1998) e Porto (2005).

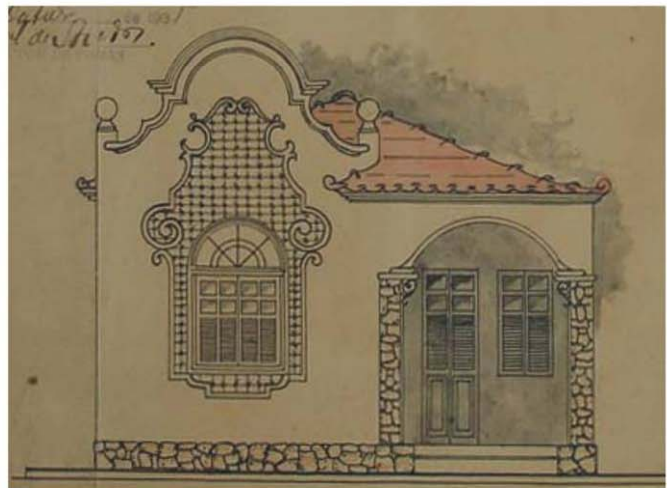
<sup>262</sup> Sobre o assunto, ver o primeiro texto desse capítulo.

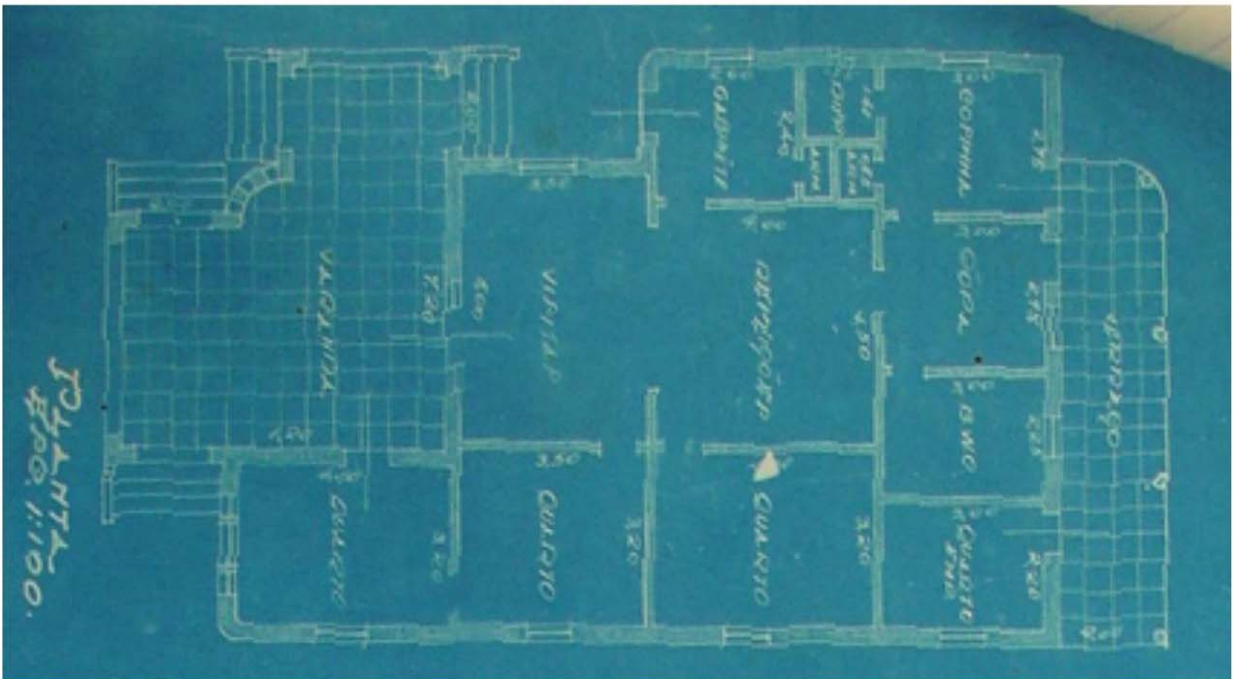
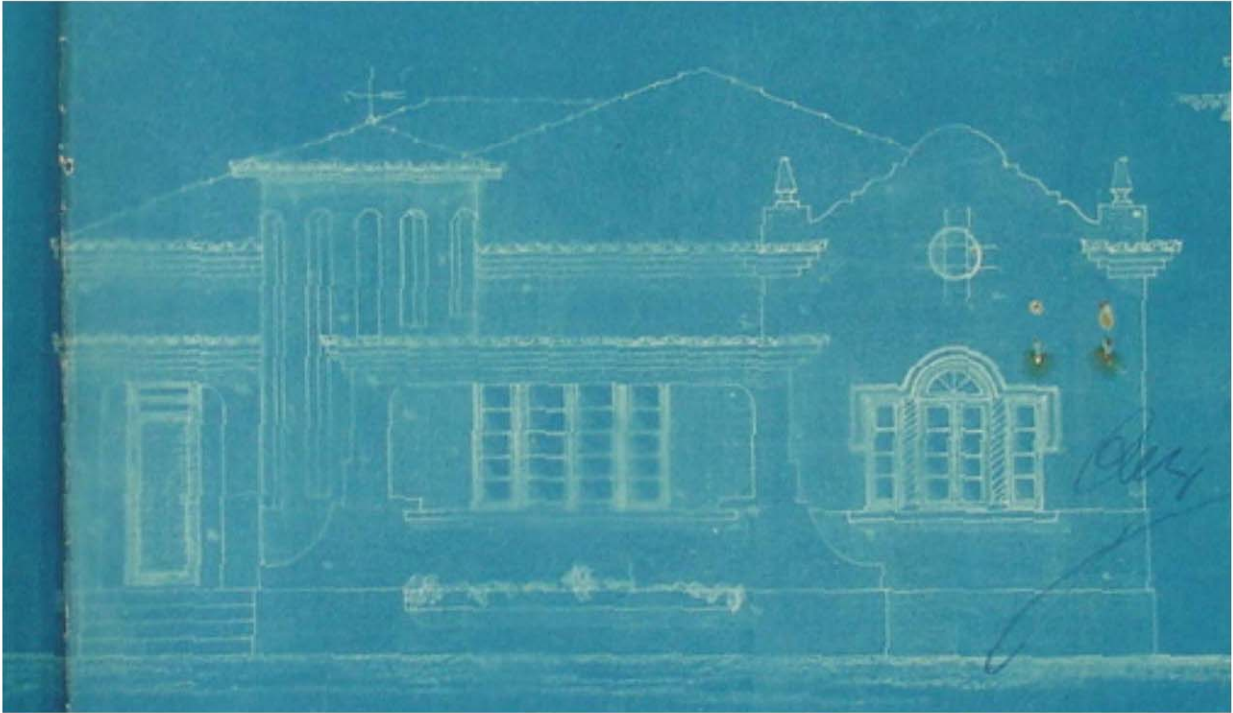
<sup>263</sup> O texto era uma cópia de artigo publicado pela Companhia Editora Nacional.



100. Residência para Alexandrino Cavalcanti Belo. Rua Vila Nova da Rainha, 1946. Projeto do arquiteto licenciado Josué Barbosa. Fonte: APMCG.

101. À esquerda, residência para Maria das Graças de Azevedo Cruz. Rua Octacílio de Albuquerque, 1934. À direita, residência para Antônio Cavalcanti. Rua Tiradentes, 1935. Projeto do desenhista Antônio Henriques. Fonte: APMCG.





102. Residência para Raimundo Vianna. Rua Nilo Peçanha, 1945. Projeto do arquiteto Clodoaldo Gouvêa. Fonte: APMCG.

Tomado pelo espírito nacionalista corrente em seu país, “a busca de Lino<sup>284</sup> por uma linguagem arquitetônica genuinamente portuguesa foi profunda e distinta de pastiches gratuitos” (MASCARO et al, 2007). “O arquiteto recomendava que as construções deveriam manter uma uniformidade dada pela *linguagem nacional própria da época corrente*, mas que a autenticidade não era alcançada através da simples ‘colagem’ de características tradicionais” (MASCARO et al, 2007). No Brasil, embora muito vinculada à década 1920, a produção Neocolonial teve larga difusão entre os anos 1930 e 1940. Porém, “a força instauradora contida em seus postulados foi fenecendo em imitações inconsistentes e destituídas da carga ideológica formulada por seus idealizadores” (SEGAWA, 2002, p.38).

Em Campina Grande, referências do Neocolonial, do Missões e até dos Chales poderiam estar juntas em um só edifício. Frontões com volutas, falsos beirais (soltos na composição geral das fachadas ou contornando as platibandas), torreões, colunas retorcidas, painéis de azulejos, varandas laterais com telhados apoiados em mãos-francesas, telhados com grandes inclinações, chaminés, terraços e varandas em arco, janelas protegidas por grades de ferro artisticamente trabalhadas, lampiões de ferro pendurados no exterior, altos relevos em cimento criando falsas estruturas de madeira nas fachadas foram alguns dos elementos formais que compuseram essa produção local (imagens 53, 54, 56, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106 e 107).

Tais manifestações românticas estiveram quase sempre vinculadas à arquitetura residencial, principalmente dos subúrbios de lotes extensos. Difundidas por arquitetos, desenhistas e engenheiros, ou por publicações nacionais à venda em lojas da cidade<sup>285</sup>, como a revista *A Casa*, foram mais comuns entre as classes médias e ricas, proprietárias de residências soltas dos limites dos terrenos. A difusão por esses meios foi relatada em entrevista concedida pelo engenheiro e arquiteto Geraldino Pereira Duda (1935) ao jornal local *Diário da Borborema*, de 28 de agosto de 1988. Duda ficou conhecido na cidade por seus projetos de orientação modernista<sup>286</sup>, tendo, anteriormente, trabalhado no escritório do arquiteto licenciado Josué Barbosa. Na entrevista, ele lembrou que, antes da maior aceitação da arquitetura do Movimento Moderno no município, a partir dos anos 1950, as preferências dos clientes para a construção de residências eram pelos “estilos ingleses, espanhóis e portugueses” difundidos pelas publicações nacionais (DINOÁ, 1988). Em alguns casos, os clientes pediam para que fossem feitas cópias exatas dos projetos divulgados nas revistas. Ruas como João da Mata, Desembargador Trindade, Miguel Couto (depois Getúlio Vargas) e logradouros do bairro da Prata eram alguns dos lugares

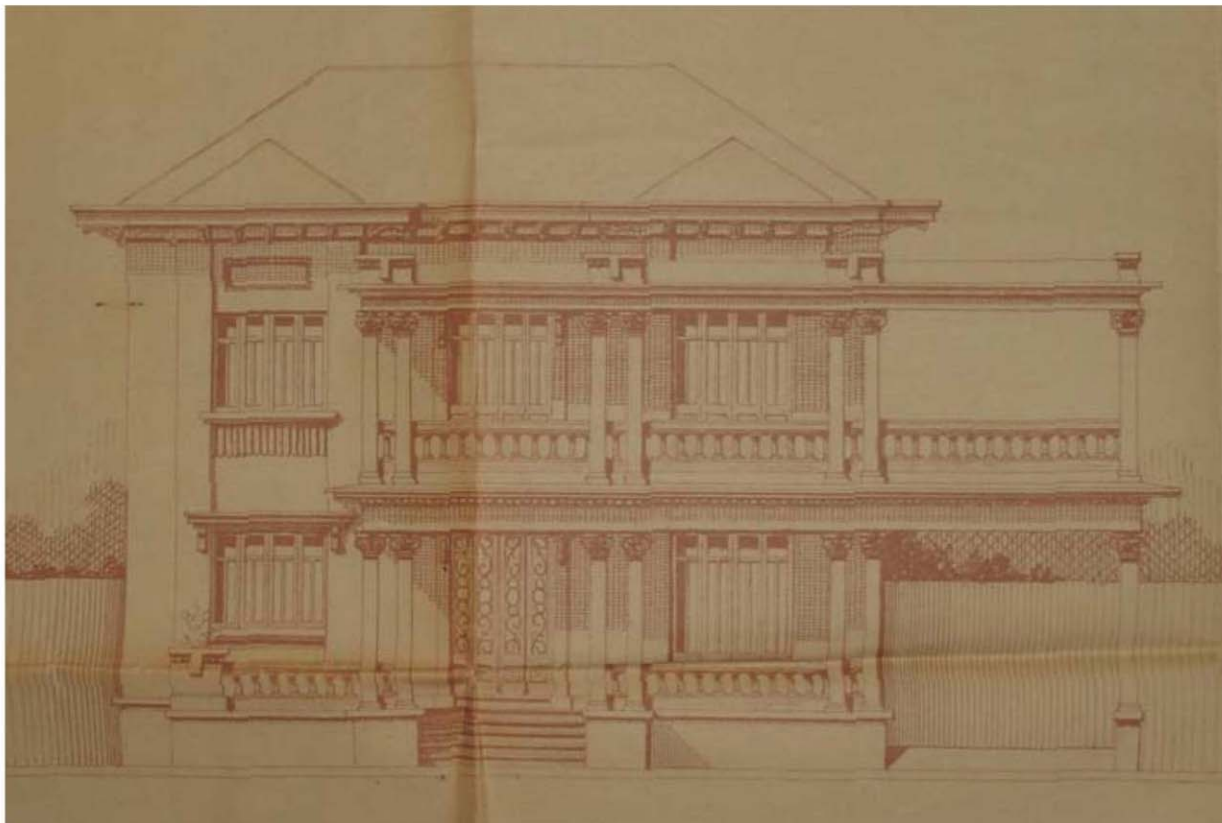
---

<sup>284</sup> Segundo Mascaro (et al, 2007), Raul Lino “estudou na Inglaterra e na Alemanha, contrariando a tendência do momento mais voltada para a cultura francesa, onde recebeu forte influência do Romantismo e tomou contacto com o movimento Arts and Crafts”.

<sup>285</sup> A Casa Brasil, que ficava na rua Cardoso Vieira, anunciava a venda da revista *A Casa* em anúncios publicados em jornais da cidade (JORNAES..., 1937).

<sup>286</sup> Sobre Arquitetura Moderna em Campina Grande e a produção do engenheiro e arquiteto Geraldino Pereira Duda, ver Queiroz e Rocha (2007) e Freire (2007).

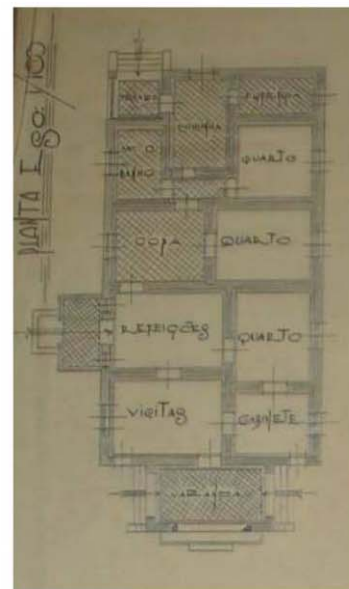
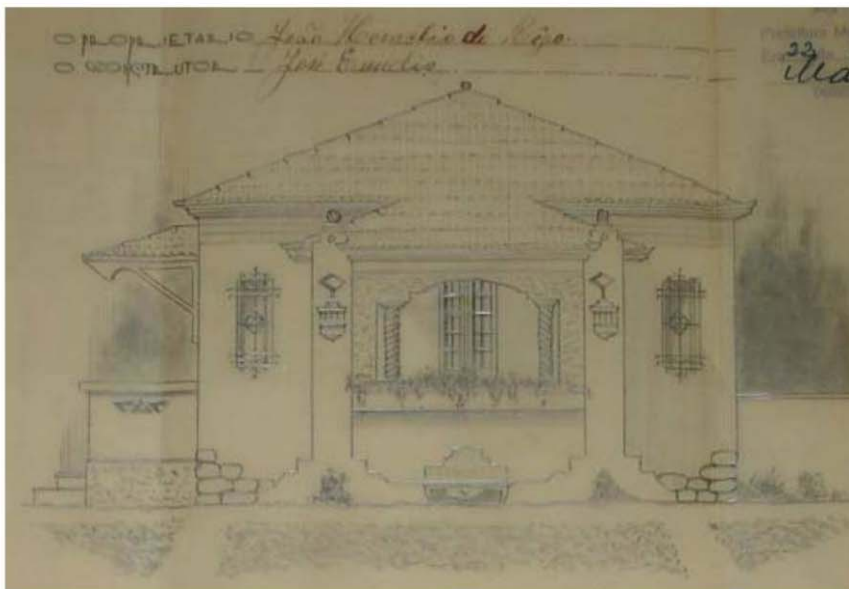


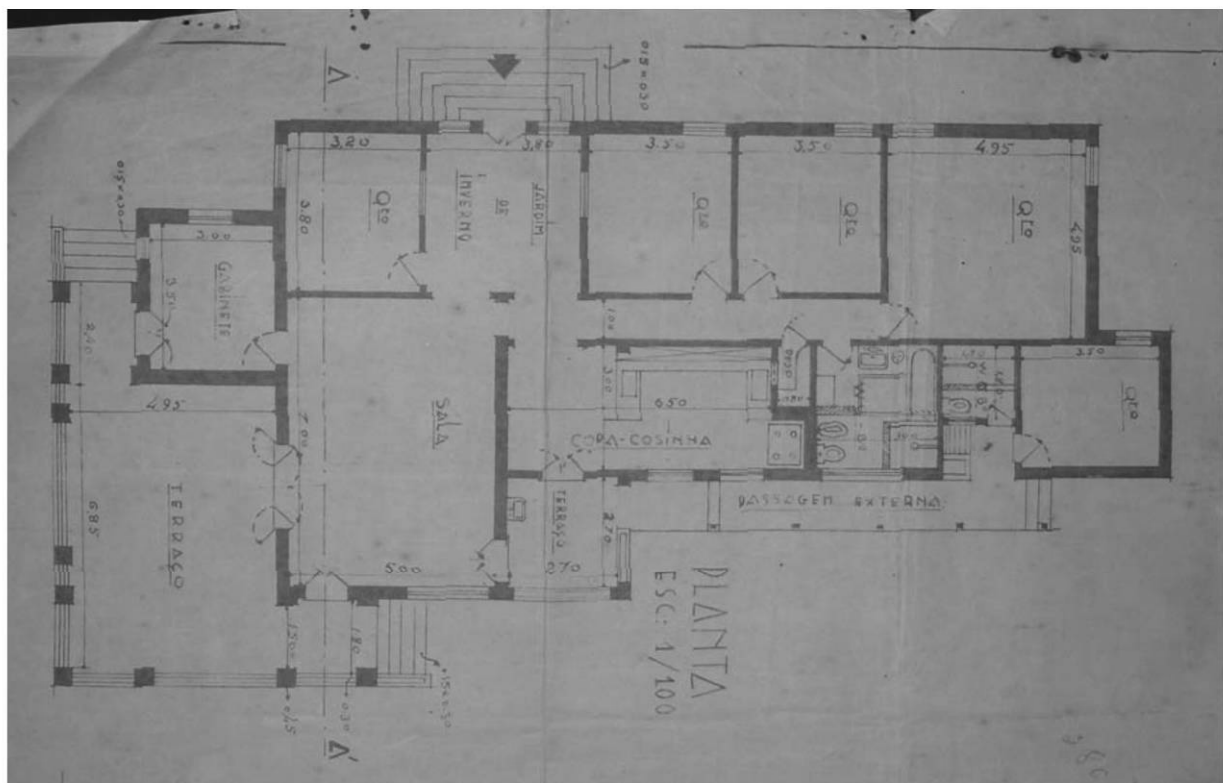


**103.** Acima, projeto de residência para Luiz Mota, Avenida João da Mata, 1943. Projeto do arquiteto licenciado Isaac Soares. Ao lado, obra construída. **Fontes:** APMCG / Revista *Maneira*, Nº.30, nov. 1944.



**104.** Abaixo, residência para João Rêgo. Rua Miguel Couto, 1934. **Fonte:** APMCG.



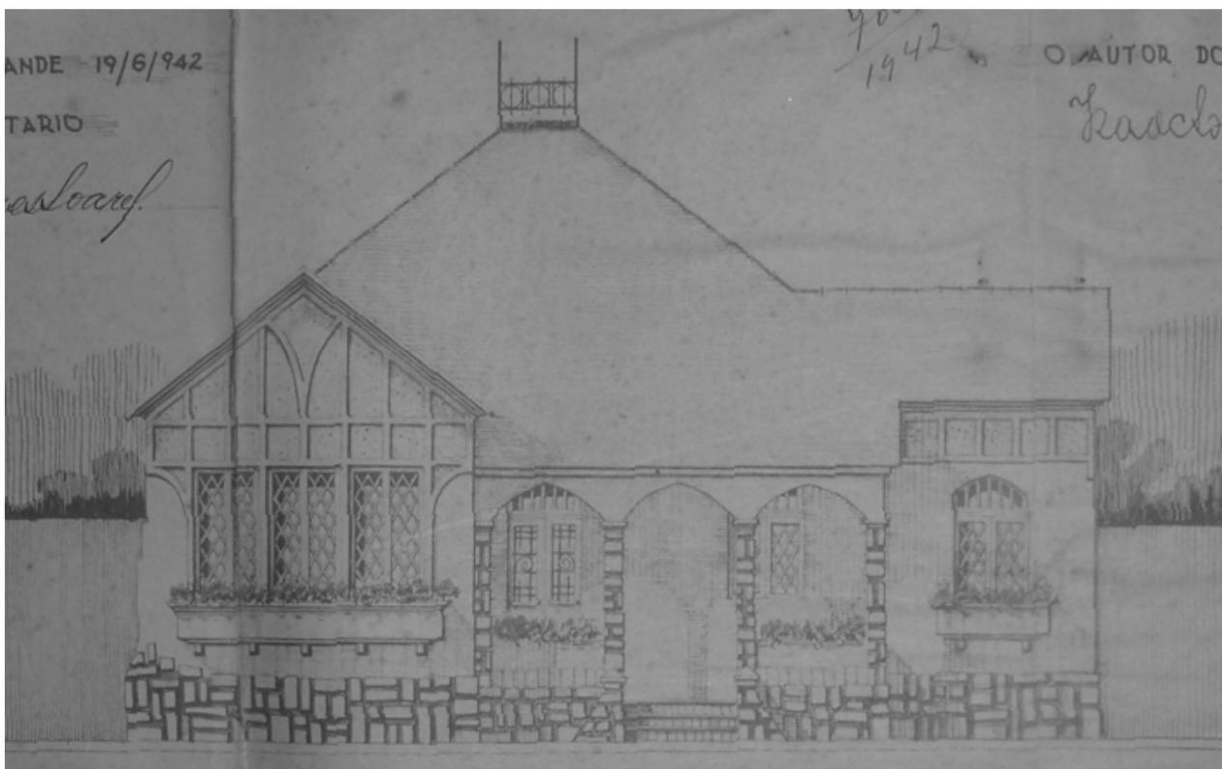


105. Residência para Abelardo de Aquino Fonsêca. Avenida Getúlio Vargas, 1941. Projeto do arquiteto Fernando Oliveira. Construção do arquiteto licenciado Isaac Soares. Fonte: APMCG.



**106.** Residência para Euripedes de Oliveira. Avenida Miguel Couto, 1936. Projeto do arquiteto licenciado Isaac Soares. Fonte: APMCG.

**107.** Residência para Fleury Gomes Soares. Avenida Getúlio Vargas, 1942. Projeto do arquiteto licenciado Isaac Soares. Fonte: APMCG.



que ostentavam essas residências de “gosto estético, contrastando com a maior parte dos casarões pesados, sem luz direta, nem condições higiênicas, existentes na parte central e primitiva da cidade”<sup>287</sup>.

Não foi à toa que se tornaram mais freqüentes nessas áreas periféricas do núcleo urbano, longe dos barulhos, dos odores e das misturas da região central. Aí, as grandes dimensões dos lotes permitiram o afastamento da rua e dos vizinhos, garantindo maior privacidade para seus moradores. Possibilitaram, também, a construção de lagos e o cultivo de jardins, hortas e pomares, estabelecendo uma relação entre o homem e a natureza difícil de ser conquistada nos lotes de áreas limitadas presentes nas principais ruas do centro campinense. O sossego que se desejava criar nessas regiões ficou evidente em legislações da época. Em setembro de 1940, a administração do prefeito Vergniaud Wanderley aprovou decreto que isentou do imposto predial (a décima urbana) “os prédios construídos na Avenida João da Mata, orçados em importancia superior á vinte contos de reis (20:000\$000), pelo espaço de cinco (5) anos e que tiverem um só pavimento”<sup>288</sup>. Ao contrário do estímulo fiscal concedido para quem verticalizasse os edifícios construídos ou reformados nas principais ruas do centro, incentivando o adensamento urbano e os usos comerciais e de serviço, almejava-se que os subúrbios se firmassem como zonas residenciais pouco adensadas, “tranqüilas” para as classes abastadas e proprietárias das mais novas máquinas de deslocamento: o automóvel.

Seja em expressões julgadas como eruditas ou populares, projetadas por arquitetos formados pela ENBA ou por pedreiros locais, erguidas com técnicas construtivas inovadoras ou tradicionais, subvertendo ou conservando antigas formas de organização espacial, o que se queria era espelhar os novos tempos e ritmos vividos, nem que fosse apenas na fachada. As apropriações e as traduções das várias posturas e linhas de pensamento projetuais em circulação na época deram origem a um panorama arquitetônico híbrido, diversificado e contraditório, próprio do turbilhão, das incertezas e das velozes transformações que caracterizam a modernidade e os seus agentes<sup>289</sup>. Como recorte e ressonância de debates e realizações em âmbitos nacional e internacional, o conjunto arquitetônico edificado em Campina Grande ao longo dos 1930 e 1940 rompeu com as limitações e com as ditas letargia e monotonia do seu aspecto construtivo dos finais dos oitocentos e do começo dos novecentos. O problema é que esse ato de construir, demolir e reconstruir parece ser uma dinâmica sem fim. Vinculada aos interesses do mercado imobiliário ou à incessante corrida por novos símbolos de modernidade, essa postura rompe os nossos elos com o passado, destrói o pensar e o saber fazer de uma

---

<sup>287</sup> Relatório da administração Vergniaud Wanderley apresentado à Câmara Municipal de Campina Grande. Referente ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1936. Disponível no Arquivo Público Municipal de Campina Grande.

<sup>288</sup> Solicitação de isenção de imposto (décima urbana) sobre imóvel. Avenida João da Mata. Proprietário Maria do Carmo Moura Leite. 1941 (APMCG).

<sup>289</sup> Cf. Berman (1986).

época, ignora os sentimentos e os valores da memória em prol do anacrônico discurso do progresso, sempre em busca de uma Campina en(Grande)cida.

## ...e quem te vê não te conhece mais

Alô, alô, minha Campina Grande  
Quem te viu e quem te vê não te conhece mais  
Campina Grande tá bonita, tá mudada  
Muito bem organizada, cheia de cartaz

Recebe turista o ano inteirinho  
Ao seu visitante, trata com carinho  
Quem vai a Campina pede pra ficar  
Tem muita menina pra se namorar  
E se amarra nas garotas e não sai mais de lá

E se tomar cana da boa não sai mais de lá  
É, se dançar no Ipiranga não sai mais de lá  
Se comer do feijão verde não sai mais de lá  
E se comer carne de sol não sai mais de lá  
E se comer do jerimum não sai mais de lá<sup>290</sup>

Gravada nos anos 1970, duas décadas após o fim do nosso período de estudo, a música cantada por Jackson do Pandeiro anuncia uma Campina Grande irreconhecível, mudada, cosmopolita, bonita, organizada e digna de ser visitada, cheia dos divertimentos e das publicidades. Tudo estava muito diferente daquela Campina Grande que o recebeu em 1932, aos 13 anos de idade, e que ele deixou no início dos 1940. O ritmo frenético, urbano, presente em suas músicas vem do Jackson personagem das ruas, entregador de pão, engraxate e freqüentador da feira, dos cinemas e dos cabarés da cidade. Vem do Jackson das meretrizes, imortalizadas em suas canções, e dos forrós dos subúrbios, dos bairros de Bodocongó e do Zé Pinheiro e do Clube Ipiranga. Vem do pulsar de uma cidade em transformação nos anos 1930, cadenciada pela busca de hábitos, costumes, vestes, lazeres, deslocamentos, tempos, consumos, paisagens e imagens modernos, civilizados.

Ao longo dos capítulos, das situações analisadas, deparamo-nos com vários anônimos como José Gomes Filho, nome de batismo de Jackson do Pandeiro. Entusiastas, resistentes ou alheios aos discursos progressistas, incluídos ou excluídos dos novos modelos de modernização urbana perseguidos, todas essas pessoas deram vida, em Campina Grande, a um processo de conformação de cidade ressonante em todo o país. Longe de terem sido recorrentes apenas nos grandes centros, principalmente nos casos mais estudados do eixo Rio de Janeiro - São Paulo, os problemas e as práticas para se intervir no município do interior nordestino foram consoantes com os desdobramentos nacionais, com o momento de elaboração da cidade moderna brasileira.

Dentro de seus contextos e escalas, a Campina Grande bradada como caótica pela imprensa local dos anos 1930 era o resultado da transformação do seu espaço urbano em *locus* do sistema produtivo, a partir de formas de construção de cidades ainda de

---

<sup>290</sup> Trecho da música *Alô, Campina Grande*, composta por Severino Ramos e gravada por Jackson do Pandeiro no ano de 1977, como parte integrante do álbum *Um nordestino alegre*.

heranças coloniais. A mistura de usos inéditos e conflitantes, a convivência de classes sociais distintas em um mesmo espaço, as questões de insalubridade do meio citadino, a incompatibilidade da antiga malha viária às novas necessidades e velocidades de deslocamento, a busca pela modernização da arquitetura, os excessivos parcelamento e ocupação do solo urbano, agora à mercê do mercado imobiliário, e os problemas habitacionais daí resultantes foram temáticas comuns aos processos de reforma urbana empreendidos desde finais do século XIX país afora.

Os olhares médicos, técnicos e científicos, não raro imbuídos de preconceitos e interesses, elaboraram os diagnósticos e desenharam os novos arranjos, espaços, estéticas e infra-estrutura dessa cidade que se desejava adequar aos tempos modernos. Com a aplicação de ideologias e com a atuação de profissionais, gestores públicos e elites circulantes pelo território nacional, o município passou por alterações significativas das suas formas, usos e apropriações. Os preceitos higienistas e os métodos de intervenção do nascente urbanismo moderno guiaram, com maior ou menor rigor, a definição dessa nova ordem urbana. O avanço das técnicas construtivas, a busca por ar e luz no interior das construções, as recentes noções de privacidade, a instalação das redes mecanizadas de abastecimento de água e coleta dos esgotos redefiniram o panorama arquitetônico local, seguindo os mesmos limites e indefinições da modernização da arquitetura brasileira naquelas primeiras décadas do século XX. Diante de todas essas demandas, o poder público assumiu a função de esquadrihar, gerenciar e controlar o espaço urbano, com a criação de legislações e de todo um aparato técnico e burocrático dentro do seu aparelho administrativo. Nascia, assim, a Campina Grande cantada por Jackson do Pandeiro.

Todavia, esse não foi um processo que se completou dentro do nosso período de estudo, e nem depois. Os mesmos discursos e formas de se intervir no meio citadino continuaram guiando empreitadas subseqüentes, só que agora a partir de outros modelos de modernização urbana e arquitetônica. A inserção do planejamento urbano na estrutura administrativa do município e a difusão da Arquitetura Moderna conduziram as ações das décadas seguintes. Contudo, a cidade antiga, anterior às reformas, de heranças oitocentistas, não teve seus rastros completamente apagados. Ela está presente nas dissonâncias desse processo. Como testemunham as notícias de jornal que abrem a introdução desse trabalho, discursos e práticas anteriores encontram lugares contemporâneos para permanências. Só como exemplo, ainda hoje, na Paraíba, 159.082<sup>291</sup> domicílios não possuem banheiros, reproduzindo formas de morar que, há séculos, acontecem à margem de qualquer modernização. As antigas arquitetura e estrutura urbana, de ruas estreitas, tortuosas e de lotes compridos e de pequenas testadas, deixaram frestas para observações. Por isso, não temos uma cidade passada

---

<sup>291</sup> Ver dados completos na introdução do trabalho.

soterrada, mas uma cidade que foi acumulando camadas a cada vivência, sobrepondo temporalidades.

Talvez o problema exista quando alguma dessas camadas se encontra ameaçada de ser destruída sumariamente, prestes a levar consigo as memórias dessas vivências pretéritas, cerceando o direito de gerações presentes e futuras de sentirem os espaços de outrora. O pequeno acervo de arquitetura Eclética constituído no município, os exemplares Neocoloniais e o largo conjunto Art Déco dos anos 1930, 1940 e até dos 1950 têm uma proteção frágil e incipiente, não raro equivocada e negligenciada pelos poderes públicos. A continuar nesse passo, em breve a cidade perderá seus vínculos e raízes com suas experiências passadas, corre o risco de ficar com sua identidade comprometida. Assim, antes de ser um registro histórico da Campina Grande de ontem, esperamos que esse trabalho funcione como porta para a compreensão e a reflexão da cidade de hoje, colaborando para a elaboração da cidade futura. Esperamos, também, que o conjunto de informações e as análises aqui apresentadas contribuam com os estudos sobre a formação da cidade moderna no Brasil.





## Referências

- ABASTECIMENTO d'água e saneamento de Campina Grande. Jornal **Voz da Borborema**, Campina Grande, 28 jul. 1937.
- ACTO LOUVAVEL do prefeito do município. Jornal **Brasil Novo**, Campina Grande, 1 abr. 1931.
- ADMINISTRAÇÃO do prefeito Vergniaud Wanderley. Jornal **A União**, João Pessoa, 21 set. 1941.
- ADMINISTRADOR que se impõe. Jornal **Voz da Borborema**, Campina Grande, 10 nov. 1938.
- ADVÍNCULA, C. C. B. **Desodorizando espaços, desodorizando corpos**: a higiene na Campina Grande dos anos 1930. Monografia (Graduação) – Departamento de História e Geografia, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2006.
- AGRA, G. F. **A urbs doente medicada**: a higiene na construção de Campina G(g)rande. Campina Grande: Gráfica Marcone, 2006.
- ALANIS, E. X. A. A arquitetura Déco no México: uma proposta de vanguarda em tempos de modernidade. In: CENTRO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO. **Art Déco na América Latina**. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro/ Solar Grandjean de Montigny, 1997.
- ALMEIDA, E. A demolição do Correio Velho. Jornal **O Rebate**, Campina Grande, 11 nov. 1950.
- \_\_\_\_\_. **História de Campina Grande**. 2 ed. João Pessoa: UFPB, 1962.
- ALMEIDA, J. A. **A Paraíba e seus problemas**. 4 ed. Brasília: Senado Federal, 1994.
- ALMEIDA, M. C. F. **Espaços públicos em João Pessoa (1889-1940)**: formas, usos e nomes. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2006.
- ALUGUERES de casas. Jornal **Brasil Novo**, Campina Grande, 7 mar. 1931.
- AMARAL, A. Architectura e urbanismo. Jornal **A União**, João Pessoa, 30 jul. 1935.
- AMORIM, L. Gênese de um bairro: Açude Velho x José Pinheiro. **Jornal da Paraíba**, Campina Grande, 11 out. 1997.
- ANDRADE, C. R. M. O plano de Saturnino de Brito para Santos e a construção da cidade moderna no Brasil. **Espaço e debates**, São Paulo, n.34, p.55-63, 1991.
- \_\_\_\_\_. **A Peste e o Plano**: o urbanismo sanitarista do engenheiro Saturnino de Brito. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1992.
- \_\_\_\_\_. A cidade como um corpo são e belo: o pensamento urbanístico do engenheiro Saturnino de Brito. In: FERNANDES, A.; GOMES, M. A. A. F. **Cidade & História**: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: UFBA/Mestrado em arquitetura e urbanismo/ANPUR, 1992.
- \_\_\_\_\_. De Viena a Santos: Camillo Sitte e Saturnino de Brito. SITTE, C. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Ática, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Barry Parker**: um arquiteto inglês na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- ARANHA, G. B. **Campina Grande no espaço econômico regional**: estrada de ferro, tropeiros e empório comercial algodoeiro. 1991. Dissertação (Mestrado) - Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba – Campus II, Campina Grande, 1991.

- \_\_\_\_\_. **Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região**: tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1925). Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- \_\_\_\_\_. Seduções do moderno na Parahyba do norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais simbólicas (1880-1925). In: Ó, A. A. et al. **Paraíba no império e na república**: estudos de história social e cultural. 2ed. João Pessoa: Idéia, 2005.
- ARGAN, G. C. **Arte moderna**: do iluminismo aos movimentos contemporâneos. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- \_\_\_\_\_. **História da arte como história da cidade**. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- ARMAZENS de couro no centro urbano. Jornal **Brasil Novo**, Campina Grande, 14 fev. 1931.
- ARRUDA, J. Arborização. Jornal **Voz da Borborema**, Campina Grande, 20 jul. 1940.
- ASSIGNADO, ontem, o contrato para a execução dos serviços de água e esgotos de Campina Grande. Jornal **A União**, Campina Grande, 26 jun. 1936.
- AZEVEDO, A. **O Cortiço**. 28 ed. São Paulo: Ática, 1995.
- BARBEARIA Popular. Jornal **O Campina Grande**, Campina Grande, 11 jul. 1909.
- BARBOSA, F. L. **De rainha a plebéia**: inventário das transformações urbanas e arquitetônicas de Campina Grande entre 1935-1945. Natal, 1999. Monografia de Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- BEGUIN, F. As máquinas inglesas do conforto. **Espaço e debates**, São Paulo, n.34, p.39-54, 1991.
- BENEVOLO, L. **As origens da urbanística moderna**. 2 ed. Lisboa: Editorial Presença, 1987.
- \_\_\_\_\_. **História da cidade**. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- BERMAN, M. **Tudo o que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BEZOURO do industrial. Jornal **Voz da Borborema**, Campina Grande, 6 out. 1937.
- BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade/ Fapesp, 1998.
- BONFATO, A. C. Jorge de Macedo Vieira: o orgânico e o geométrico na prática urbana (1920-1960). **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n.2, v.5, nov. 2003.
- BORGES, M. S. Distinção, conforto e higiene: modernidade urbana na Fortaleza de 1930 e 1940. In: 1 Seminário DOCOMOMO Norte-Nordeste, Recife. **Anais do 1 DOCOMOMO No-Ne**, 2006.
- BORTOLUCCI, M. A. P. C. S. **Moradias urbanas construídas em São Carlos no período cafeeiro**. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.
- BRESCIANI, M. S. M. **Londres e Paris no século XIX**: o espetáculo da pobreza. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- \_\_\_\_\_. Permanência e ruptura no estudo das cidades. In: FERNANDES, A.; GOMES, M. A. A. F. **Cidade & História**: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: UFBA/Mestrado em arquitetura e urbanismo/ANPUR, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Imagens da Cidade**: Século XIX e XX. São Paulo: Anpur/ Marco Zero/ Fapesp, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2001.
- \_\_\_\_\_. Melhoramentos entre intervenções e projetos estéticos: São Paulo 1850-1950. In: BRESCIANI, M. S. M. **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2001.
- BRESLER, H. O Art Décoratif moderno na França. In: CENTRO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO. **Art Déco na América Latina**. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro/ Solar Grandjean de Montigny, 1997.

- BRITO, S. **Urbanismo**: traçado sanitário das cidades. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.
- CABRAL FILHO, S. **A cidade através de suas imagens**: uma experiência modernizante em Campina Grande. Memorial de qualificação (Doutorado) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.
- CAIXAS de phosphoros. Jornal **Brasil Novo**, Campina Grande, 14 fev. 1931.
- CÂMARA, E. **Os alicerces de Campina Grande**. Campina Grande: Livraria Moderna, 1943 (Reimpressão de 1999 pela Editora Caravela).
- \_\_\_\_\_. **Datas campinenses**. João Pessoa: Departamento de publicidade, 1947 (Reimpressão de 1998 pela Editora Caravela).
- \_\_\_\_\_. Continuação. **Revista Manaíra**, Campina Grande, n.65, dez. 1950.
- CAMPINA GRANDE durante a administração Bento de Figueiredo. Jornal **A União**, João Pessoa, 19 jan. 1938.
- CAMPINA GRANDE, a maior cidade do interior nortista. Jornal **A União**, João Pessoa, 12 mar. 1938.
- CAMPINA GRANDE e suas obras de saneamento. Jornal **A União**, João Pessoa, 29 abr. 1938.
- CAMPINA GRANDE. **Lei nº. 362**, de 24 de março de 1953. Substitui o Código de Posturas Municipais de Campina Grande. Campina Grande, 1953.
- CAMPINENSE. Jornal **A Batalha**, Campina Grande, 28 nov. 1934.
- CAMPOS, V. J. B. **Art déco na arquitetura paulistana**: uma outra face do moderno. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- \_\_\_\_\_. **O art déco e a construção do imaginário moderno**: um estudo de linguagem arquitetônica. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- CAPEL, H. Caminos de modernización em la Europa ultramarina. In: FERREIRA, A. L.; DANTAS, G. (orgs.). **Surge et ambula**: a construção de uma cidade moderna. Natal, 1890-1940. Natal: EDUFRN, 2006.
- CARDOSO, M. F. T. C. **Campina Grande e sua função como capital regional**. In: Separata da revista brasileira de geografia, Ano XXV, nº IV. Edição comemorativa do centenário da cidade de Campina Grande. Maio 1964.
- CARVALHO, J. M. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a república que não foi. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- CARVALHO, J. L.; QUEIROZ, M. V. D. **Campina Grande 1907-1935**. Trabalho (Graduação) – Departamento de Arquitetura da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2004.
- CARVALHO, J. L.; QUEIROZ, M. V. D.; TINEM, N. Trem veloz, rupturas lentas: arquitetura como produção do espaço urbano em Campina Grande (1907-1935). In: **Anais do XII Encontro Estadual de História da ANPUH/PB**. História e multidisciplinaridade: fronteiras e deslocamentos. Cajazeiras: UFCG/ANPUH-PB, 2006.
- CARVALHO, J. L.; TINEM, N. Arquitetura e as ruas do centro de João Pessoa. In: TINEM, N. (org.). **Fronteiras, marcos e sinais**: leituras das ruas de João Pessoa. João Pessoa: UFPB, 2006.
- CAVALCANTE, S. L. O. **Campina Grande de(fl)vorada por forasteiros**: a passagem de Campina patriarcal a Campina Burguesa. In: GURJÃO, E. Q. (org.). **Imagens multifacetadas da história de Campina Grande**. Campina Grande: Prefeitura Municipal / Secretaria da Educação, 2000.
- CEMITERIO. Jornal **O Campina Grande**, Campina Grande, 28 ago. 1909.
- CENTRO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO. **Art Déco na América Latina**. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro/ Solar Grandjean de Montigny, 1997.

- CHALHOUB, S. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHOAY, F. **O urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- CIDADE QUE progride. Jornal **Voz da Borborema**, Campina Grande, 18 ago. 1937.
- CIDADE sem luz. Jornal **O Século**, Campina Grande, 12 nov. 1928.
- CINEMA – Brazil. Jornal **O Campina Grande**, Campina Grande, 7 mar. 1909.
- COELHO, G. N. **A modernidade do art déco na construção de Goiânia**. Goiânia: Ed. do Autor, 1997.
- COM VISTAS a hygiene. Jornal **Brasil Novo**, Campina Grande, 18 abr. 1931.
- COMEÇA A HAVER falta d'água nessa cidade. Jornal **Voz da Borborema**, Campina Grande, 27 out. 1937.
- CONFEITARIA Petropolis. Jornal **Voz da Borborema**, Campina Grande, 16 jul. 1937.
- CONGRESSO pan-americano da vivenda popular. **Arquitetura e urbanismo**, Rio de Janeiro, p.67, nov-dez. 1939.
- CONGRESSO pan-americano de arquitetos. **Arquitetura e urbanismo**, Rio de Janeiro, n.2, p.13-35, mar-abril 1940.
- CORREIA, T. B. A gestão do tempo e a organização da cidade moderna. Revista **Sinopses**, São Paulo, n. 33, p.22-32, jun. 2000.
- \_\_\_\_\_. **A construção do habitat moderno no Brasil – 1870-1950**. São Carlos: Rima, 2004.
- CONDE, L. P.; ALMADA, M. Panorama do Art Déco na arquitetura e no urbanismo do Rio de Janeiro. CZAJKOWSKI, J. (org.). **Guia da arquitetura Art Déco no Rio de Janeiro**. 3 ed. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro/ Casa da Palavra, 2000.
- DEL BRENNIA, G. R. **O Rio de Janeiro de “Pereira Passos”**: uma cidade em questão II. Rio de Janeiro: Index, 1985.
- DELORENZO NETO, A. **A codificação municipal de João Pessoa**. Rio de Janeiro: Serviço de documentação, 1958.
- DEPOSITOS de couros. Jornal **Brasil Novo**, Campina Grande, 14 mar. 1931.
- DINOÁ, R. A arquitetura de Geraldino Duda. Jornal **Diário da Borborema**, Campina Grande, 28 ago. 1988.
- DIRECTORIA Geral de Saúde Pública. Jornal **A União**, João Pessoa, 18 jan. 1935.
- ELEIÇÃO municipal de Campina Grande. Jornal **A União**, João Pessoa, 24 set. 1935.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. 2 ed. São Paulo: Global, 1985.
- FÁBRICA de stopa Stº Antônio. Jornal **Correio de Campina**, 12 jun. 1927.
- FABRIS, A. (org.). **Ecletismo na arquitetura brasileira**. São Paulo: Nobel/Edusp, 1987.
- FEIRA DE fructas. Jornal **Brasil Novo**, Campina Grande, 21 fev. 1931.
- FERNAL, J. **Saneamento de Campina Grande**. Campina Grande: Rotary Clube de Campina Grande, 1938.
- FERREIRA, A. L. et al. A paisagem criada pelo saneamento: proposta para a Natal dos anos 1930. In: FERREIRA, A. L.; DANTAS, G. (orgs.). **Surge et ambula: a construção de uma cidade moderna. Natal, 1890-1940**. Natal: EDUFRN, 2006.
- FIGUEIREDO JUNIOR, P. M. **Fotografia em Campina Grande: os fotógrafos e suas produções imagéticas no processo de desenvolvimento do município (1910 – 1960)**. Dissertação (Mestrado) – Centro de Pós-Graduação, Mestrado interdisciplinar em Ciências da Sociedade, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Fotografia e desenvolvimento social**. Campina Grande: EDUEP, 2005.
- FIGUEIREDO, B. **Necessidades do município**. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1939.

- FOUCAULT, M. O nascimento da medicina social. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 8ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- FREIRE, A. L. A. **Arquitetura moderna residencial de Campina Grande**: registros e especulações (1960-1969). Monografia (Graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.
- FREYRE, G. **Sobrados e mucambos**. 5 ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora/MEC, 1977.
- GALIZZA, D. S. **Modernização sem desenvolvimento na Paraíba**: 1890 – 1930. João Pessoa: Idéia, 1993.
- GIEDION, S. **La mecanización toma el mundo**. Trad. Esteve R. Suari. Barcelona: Gustavo Gili, 1978.
- GOMES, L. Na Estação. Jornal **O Campina Grande**, Campina Grande, 7 fev. 1909.
- \_\_\_\_\_. Dr. Salles Guimarães. Jornal **O Campina Grande**. Campina Grande, 13 jun. 1909.
- GONÇALVES, R. C. Questão urbana na história da Paraíba. In: GONÇALVES, R. C. et al. **A questão urbana na Paraíba**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1999.
- GUERRAND, R. Espaços privados. In: PERROT, M. **História da Vida Privada**: da revolução francesa à primeira guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- GURJÃO, E. Q. (org.). **Imagens multifacetadas da história de Campina Grande**. Campina Grande: Prefeitura Municipal / Secretaria da Educação, 2000.
- HALL, C. Sweet home. In: PERROT, M. **História da Vida Privada**: da revolução francesa à primeira guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- HALL, Peter. **Cidades do amanhã**. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- HERSCHMANN, M. M. A arte do operatório: medicina, naturalismo e positivismo 1900-1937. In: HERSCHMANN, M. M.; PEREIRA, C. A. M. **A invenção do Brasil moderno**: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- HERSCHMANN, M. M., PEREIRA, C. A. M. O imaginário moderno no Brasil. In: HERSCHMANN, M. M.; PEREIRA, C. A. M. **A invenção do Brasil moderno**: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- HIGIENE na cidade. Jornal **Brasil Novo**, Campina Grande, 22 ago. 1931.
- HOBSBAWM, E. J. **A era do capital 1848-1875**. 4 ed. Rio de Janeiro: 1988.
- HOCHMAN, G. **A Era do Saneamento**: as bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo: Hucitec/ANPOCS, 1998.
- HOMEM, M. C. N. **O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- HOTEL CENTENÁRIO. Jornal **O Século**, Campina Grande, 14 jul. 1928.
- HOTEL CENTRAL. Jornal **A Batalha**, Campina Grande, 4 abr. 1935
- HOTEL DOS VIAJANTES. Jornal **O Campina Grande**, 2 maio 1909.
- HOTEL PERNAMBUCANO. Revista **Era Nova**, Parahyba do Norte, n.25, 1 maio 1922.
- HOWARD, E. **Cidades-jardins do amanhã**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- HYGIENE & MONTUROS. Jornal **O Século**, 2 mar. 1929.
- HYGIENE Municipal. Jornal **Brasil Novo** Campina Grande, 9 maio 1931.
- HYGIENE Municipal. Jornal **O Século**, Campina Grande, 20 abr. 1929.
- INSPETORIA DE VEICULO. Jornal **A Batalha**, Campina Grande, 3 jan. 1935.
- JOÃO PESSOA. **Regulamento de Construções do Município de João Pessoa**. Decreto Nº.399, de 21 de setembro de 1938. In: DELORENZO NETO, A. A codificação municipal de João Pessoa. Rio de Janeiro: Serviço de documentação, 1958.
- JORNAES e revistas. Jornal **Voz da Borborema**, Campina Grande, 28 jul. 1937.

- KROPP, S. P. O saber prever, a fim de prover: a engenharia de um Brasil moderno. In: HERSCHMANN, M. M.; PEREIRA, C. A. M. **A invenção do Brasil moderno**: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LAPA, J. R. A. **A cidade**: os cantos e os antros. Campinas 1850-1900. São Paulo: Edusp, 1996.
- LAVAM-SE automoveis no açude velho. Jornal **Voz da Borborema**, Campina Grande, 10 nov. 1937.
- LE CORBUSIER. **Urbanismo**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- \_\_\_\_\_. **A carta de Atenas**. São Paulo: HUCITEC/ EDUSP, 1993.
- LEME, M. C. S. **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel/FAUUSP/FUPAM, 1999.
- LEMOS, C. A. C. Ecletismo em São Paulo. In: FABRIS, A. (org.). **Ecletismo na arquitetura brasileira**. São Paulo: Nobel/Edusp, 1987.
- \_\_\_\_\_. **História da casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989.
- \_\_\_\_\_. **A república ensina a morar (melhor)**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- LOCALIZAÇÃO do meretrício. Jornal **Brasil Novo**, Campina Grande, 21 fev. 1931.
- LOTES de terreno para construção. Jornal **Voz da Borborema**, Campina Grande, 28 ago. 1937.
- LUSTOSA, F. Agua a Campina Grande. Jornal **A União**, João Pessoa, 27 out. 1933.
- \_\_\_\_\_. Agua a Campina Grande. Jornal **A União**, João Pessoa, 7 nov. 1933.
- \_\_\_\_\_. Agua a Campina Grande. Jornal **A União**, João Pessoa, 30 nov. 1933.
- \_\_\_\_\_. Agua a Campina Grande: o fantasma da séde. Jornal **A União**, João Pessoa, 3 dez. 1933.
- MACHADO, S. Ruas de Campina. Revista Tudo. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 24 jul. 1983 – 22 jan. 1984.
- MANOEL, S. K. **Fundação da casa popular (1946-1964)**: projeto frustrado de construção de uma polifuncional habitacional no Brasil. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004.
- MARINS, P. C. G. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, N. (org.). **História da Vida Privada no Brasil**. Vol 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MASCARO, L. P.; BORTOLUCCI, M. A.; LOURENÇO, J. M. **Raul Lino**: uma leitura dos projetos das "casas portuguesas". Artigo submetido à revista Oculum, out. 2007.
- MATADOURO PÚBLICO e o plano da futura urbanização da cidade. Jornal **Voz da Borborema**, Campina Grande, 7 maio 1938.
- MAUS VESOS. Jornal **O Século**, Campina Grande, 29 jul. 1928.
- MEDEIROS, M. V. C. **Treze Futebol Clube**: 80 anos de história. Campina Grande: A União, 2006.
- MELLO, J. O. A. **Os italianos na Paraíba**: da capital ao interior. João Pessoa: A União, 2006.
- MOREIRA, F. D. A aventura do urbanismo moderno na cidade do Recife, 1900-1965. In: LEME, M. C. S. **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel/FAUUSP/FUPAM, 1999.
- MOVELARIA Ideal. Jornal **O Século**, Campina Grande, 13 abril 1929.
- MUNFORD, L. **A cidade na História**: suas origens, transformações e perspectivas. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

- NASLAVSKY, G. **Modernidade arquitetônica no Recife**: arte, técnica e arquitetura (1920-1950). Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- NOSSOS AUTOMÓVEIS querem voar. Jornal **O Século**, Campina Grande, 1 dez. 1928.
- OBRAS de Sta. Engracia. Jornal **O Século**, Campina Grande, 3 nov. 1928.
- OBRAS do novo prefeito. Jornal **O Século**, Campina Grande, 2 mar. 1929.
- OPERA-SE, em Campina Grande, a maior fase de melhoramentos municipais. Jornal **A União**, João Pessoa, 2 fev. 1942.
- PALACE HOTEL. Revista **Era Nova**, Parahyba do Norte, n.29, 1 jul. 1922.
- PARAHYBA. **Lei Nº. 140**, de 4 de outubro de 1928. Código de Posturas Municipais. Parahyba, 1928.
- PARAÍBA. **Decreto Nº. 715**, de 23 de junho de 1936. Crêa da Comissão de Saneamento de Campina Grande. Jornal A União, João Pessoa, 26 jun. 1936.
- PARAISO para as "mulheres dadeiras". Jornal **O Século**, Campina Grande, 2 mar. 1929.
- PEREIRA, M. S. **Os correios e telégrafos no Brasil**: um patrimônio histórico e arquitetônico. São Paulo: MSP/ Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, 1999.
- PERROT, M. Maneiras de morar. In: PERROT, M. **História da Vida Privada**: da revolução francesa à primeira guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- PIMENTEL, C. Coisas da cidade. Jornal **Voz da Borborema**, Campina Grande, 17 nov. 1937.
- \_\_\_\_\_. Coisas da cidade. Jornal **Voz da Borborema**, Campina Grande, 4 dez. 1937.
- \_\_\_\_\_. Impressões avulsas. Jornal **Voz da Borborema**, Campina Grande, 3 nov. 1937.
- \_\_\_\_\_. **Abrindo o livro do passado**. Campina Grande: Teone, 1956.
- \_\_\_\_\_. **Pedaços da história de Campina Grande**. Campina Grande: Livraria Pedrosa, 1958.
- \_\_\_\_\_. **Mais um mergulho na história campinense**. Campina Grande: Caravela, 2001.
- PINHEIRO, E. P. **Europa, França e Bahia**: difusão e adaptação de modelos urbanos. Salvador: EDUFBA, 2002.
- PINHEIRO, M. L. B. Moderno ou moderne? Questões sobre a arquitetura francesa no entreguerras. In: CENTRO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO. **Art Déco na América Latina**. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro/ Solar Grandjean de Montigny, 1997.
- \_\_\_\_\_.; D'AGOSTINHO, M. H. S. A noção de pitoresco e o debate cultural das primeiras décadas do século XX no Brasil. **Designio**: revista de história da arquitetura e do urbanismo. FAU – USP. São Paulo: Annablume, n.1, mar. 2004, p.119-128.
- PINTO, I. F. **Datas e notas para a história da Paraíba**. 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária, 1977.
- POMBOS, na cidade. Jornal **Brasil Novo**, Campina Grande, 14 fev. 1931.
- PORTO, D. R. **O Barreiro de Araxá**: projetos para uma estância hidromineral em Minas Gerais. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2005.
- PRECAUÇÕES para evitar as febres typhoide e paratyphoide. Jornal **A União**, João Pessoa, 16 jan. 1935.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. **Memorial urbano de Campina Grande**. Campina Grande: A União, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Projeto Campina Déco**. Vols. 1-3. Campina Grande: Prefeitura Municipal, 2000.
- PROBLÊMA vital de uma coletividade. Jornal **A União**, João Pessoa, 10 ago. 1938.
- PROXIMO numero. Jornal **Brasil Novo**, Campina Grande, 7 jan. 1931.



- QUEIROZ, M. V. D.; ROCHA, F. M. D. Caminhos da Arquitetura Moderna em Campina Grande: emergência, difusão e a produção dos anos 1950. In: MOREIRA, F. D. (Org.), **Arquitetura moderna no Norte e Nordeste do Brasil: universalidade e diversidade**. Recife: FASA, 2007, p. 259-278.
- QUEIXAS & reclamações. Jornal **O Século**, Campina Grande, 3 nov. 1928.
- QUER UM CARRO de luxo? Jornal **O Século**, Campina Grande, 24 nov. 1928.
- RAGO, M. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- REIS FILHO, N. G. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- \_\_\_\_\_. **Evolução urbana do Brasil (1500-1720)**. 2 ed. São Paulo: Pini, 2000.
- REPARO INADIÁVEL. Jornal **A Batalha**, Campina Grande, 28 nov. 1934.
- RIBEIRO, L. C. Q. Transferências, empréstimos e traduções na formação do urbanismo no Brasil. In: RIBEIRO, L. C. Q.; PECHMAN, R. (org.). **Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- RIBEIRO, Noaldo (org.). **Campina Grande 2000** – Livro-CD. Campina Grande: Prefeitura Municipal, 1999.
- ROLNIK, R. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 1997.
- \_\_\_\_\_. Art Déco sertanejo. **Design & Interiores**, São Paulo, n.41, 1994.
- RUAS de Campina Grande. **Diário da Borborema**. Campina Grande.
- RYBCZYNSKI, W. **Casa: pequena história de uma idéia**. 3ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- SÁ, L. D. **Parahyba: uma cidade entre miasmas e micróbios**. O Serviço de Higiene Pública: 1895-1918. Tese (Doutorado) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 1999.
- SABÃO Higienico Protector. Jornal **O Século**, Campina Grande, 13 out. 1928.
- SAMPAIO, G. F. **Saneamento de uma cidade: apontamentos para projetar de acordo com os ensinamentos de Saturnino de Brito**. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do S.G.E., 1952.
- SANEAMENTO de Campina Grande. Jornal **A União**, João Pessoa, 19 jan. 1939.
- SANTOS DUMONT. Jornal **O Campina Grande**, Campina Grande, 21 mar. 1909.
- SCHORSKE, C. E. **Viena fin de siècle: política e cultura**. São Paulo: Companhia das Letras/UNICAMP, 1988.
- SEGAWA, H. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2002.
- SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. **Campina Grande: um centro comercial do Nordeste**. SESC Departamento Nacional, 196?.
- SERVIÇOS de abastecimento d'agua e esgotos em Campina Grande. Jornal **A União**, João Pessoa, 16 fev. 1934.
- SEVCENKO, N. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- \_\_\_\_\_. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusão do progresso. In: SEVCENKO, N. (org.). **História da Vida Privada no Brasil**. Vol 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998a.
- \_\_\_\_\_. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, N. (org.). **História da Vida Privada no Brasil**. Vol 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998b.
- SIFRONIO Pedro de Azevedo. Jornal **A Batalha**, Campina Grande, 3 jan. 1935.
- SILVA, H. Campina Grande. Revista **Manáira**, Campina Grande, n.65, dez. 1950.
- SILVA, J. G. A. **Latifúndio e algodão em Campina Grande: modernização e miséria**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1985.

\_\_\_\_\_. Raízes históricas de Campina Grande. In: GURJÃO, E. Q. (org.). **Imagens multifacetadas da história de Campina Grande**. Campina Grande: Prefeitura Municipal/Secretaria da Educação, 2000.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. **O fenômeno urbano**. 4ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SIMÕES JUNIOR, J. G. Melhoramentos na área central de São Paulo. In: LEME, M. C. S. **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel/FAUUSP/FUPAM, 1999.

\_\_\_\_\_. **Anhangabaú: história e urbanismo**. São Paulo: SENAC / Imprensa Oficial, 2004.

\_\_\_\_\_. O ideário dos engenheiros e os planos realizados para as capitais brasileiras ao longo da Primeira República. **Portal Vitruvius**, nov. 2007. Disponível em: [http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq090/arq090\\_03.asp](http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq090/arq090_03.asp). (Acesso em 20/12/2007).

SITTE, C. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Ática, 1992.

SOUSA, A. **Arquitetura neoclássica brasileira: um reexame**. São Paulo: Pini, 1994.

SOUSA, F. G. R. B. **Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande 1920-1945**. Tese (Doutorado) - Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2001.

\_\_\_\_\_. Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n.46, v.23, p.61-92, 2003.

\_\_\_\_\_. Cristino Pimentel: cidade e civilização em crônicas. In: Ó, A. A. et al. **Paraíba no império e na república: estudos de história social e cultural**. 2ed. João Pessoa: Idéia, 2005.

SYLVESTRE, J. **Da revolução de 30 à queda do Estado Novo: fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1930-1945)**. Brasília: Senado Federal/Centro Gráfico, 1993.

TAKASHI, H., FERREIRA, A. L. A. Grande Hotel de Natal: ícone esquecido de um tempo, de um pensamento, de um lugar. In: 1 Seminário DOCOMOMO Norte-Nordeste, Recife. **Anais do 1 DOCOMOMO No-Ne**, 2006.

TEIXEIRA, L. E. F. Art Déco ou a modernidade tranqüilizadora. In: **A arquitetura Art Déco em Lages/SC** (Relatório de pesquisa) – Universidade do Planalto Catarinense/ Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

TERÁS AGUA, Campina Grande! *Jornal Voz da Borborema*, Campina Grande, 21 maio 1938.

TINEM, N. **Fronteiras, marcos e sinais: leituras das ruas de João Pessoa**. João Pessoa: UFPB, 2006.

TRAJANO FILHO, F. S. **Prelúdio Parahybano: modernização e espaço público em João Pessoa**. In PPGAU/UFRN. ANAIS do 6o Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Natal: 2000.

\_\_\_\_\_. **D.V.O.P.: arquitetura moderna, estado e modernização: Paraíba, década de 1930**. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2003.

UNES, W. **Identidade art déco de Goiânia**. São Paulo; Goiânia : Ateliê editorial/ Universidade Federal de Goiás, 2001.

URBANISMO nas cidades do Norte. *Jornal A União*, João Pessoa, 16 fev. 1933.

VALET Auto Strop. *Jornal O Século*, Campina Grande, 8 set. 1928.

VASCONCELLOS, J. Agua a Campina Grande. *Jornal A União*, João Pessoa, 26 mar. 1933.

VAZ, L. F. Modernização excludente e moradia no Rio de Janeiro. In: FERNANDES, A.; GOMES, M. A. A. F. **Cidade & História: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX**. Salvador: UFBA/Mestrado em arquitetura e urbanismo/ANPUR, 1992.

\_\_\_\_\_. **Modernidade e moradia**: habitação coletiva no Rio de Janeiro: séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: 7Letras, 2002.

VERAS, C. C. L. **O espelho de narciso**: uma visão histórica das transformações urbanas em Campina Grande. 1988. Monografia (Graduação) – Departamento de História e Geografia do Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1988.

VICTRÓLA Ortofonica Victor. Jornal **O Século**, Campina Grande, 2 mar. 1929.

VILLAR, E. (dir.). **Almanach de Campina Grande 1933**. Campina Grande: Livraria Campinense, 1933.

\_\_\_\_\_. **Almanaque de Campina Grande 1934**. Campina Grande: Livraria Vilar, 1934.

WAIZBORT, L. **As aventuras de Georg Simmel**. São Paulo: Editora 34, 2000.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)